ERIC HOBSBAWM

ERA DOS EXTREMOS

O breve século XX

1914-1991 Tradução:
MARCOS SANTARRITA Revisão técnica: MARIA CÉLIA PAOLI 2° edição 9a reimpressão COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 1994 by Eric Hobsbawm Esta tradução é publicada por acordo com Pantheon Books, uma divisão da Random House, Inc. Título original: Age o f extremes The short twentieth century: 1914-1991 Capa: Hélio de Almeida Preparação: Stella Weiss, Maria Loura Santos Bacellar, Marcos Luiz Fernandes, Sylvia Maria Pereira dos Santos Índice remissivo: Caren Inoue Aline Sanchez Leme Revisão: Carmen S. da Costa Touché! Editorial Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro. SP, Brasil) Hobsbawm, Eric J., 1917-
Era dos Extremos : o breve século XX : 1914-1991 / Eric Hobshawm ; tradução Marcos Santarrita ; revisão técnica Maria Célia Paoli- — São Paulo : Companhia das Letras, 1995. Título original: Age of extremes : the short twenlieth century : 1914/1991. Bibliografia, I.SBN 85-7164-468-3 l. Civilização moderna - Século 20 - História l. Título. 95-2689 t'DD-909.82 índices para catálogo sistemático: 1. Civilização mundial : Sécillo 20 : História 909.82 2. Século 20 : Civilização mundial : História 909.82 1997 Todos os direitos desta edição reservados à EDITORA SCHWARCZ LTDA. Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 72 04532-002 — São Paulo — SP Telefone: (011) 866-0801 Fax: (011)866-0814

ÍNDICE

PREFACIO E AGRADECIMENTOS

Não é possível escrever a história do século xx como a de qualquer outra época, quando mais não fosse porque ninguém pode escrever sobre seu próprio tempo de vida como pode (e deve) fazer em relação a uma época conhecida apenas de fora, em segunda ou terceira mão, por intermédio de fontes da época ou obras de historiadores posteriores. Meu tempo de vida coincide com a maior parte da época de que trata este livro e durante a maior parte de meu tempo de vida — do início da adolescência até hoje — tenho tido consciência dos assuntos públicos, ou seja, acumulei opiniões e preconceitos sobre a época, mais como contemporâneo que como estudioso. Este é um dos motivos pêlos quais, enquanto historiador, evitei trabalhar sobre a era posterior a 1914 durante quase toda a minha carreira, embora não me abstivesse de escrever sobre ela em outras condições. "Minha época", como se diz no jargão profissional, é o século xix. Acho que já é possível ver o Breve Século xx — de 1914 até o fim da era soviética — dentro de uma certa perspectiva histórica, mas chego a ele desconhecendo a literatura académica, para não dizer que desconheço quase todas as fontes primárias acumuladas pelo grande número de historiadores do século xx.

Claro, na prática é completamente impossível uma só pessoa conhecer a historiografia do presente século — mesmo em uma única língua importante — como, por exemplo, o historiador da Antiguidade clássica ou do império bizantino conhece tudo o que foi escrito sobre esses longos períodos, na época e depois. Mesmo pêlos padrões de erudição histórica, contudo, meu conhecimento no campo da história contemporânea é precário e irregular. O máximo que consegui foi mergulhar na literatura das questões mais espinhosas e controvertidas — a história da Guerra Fria ou dos anos 30, por exemplo — o suficiente para convencer-me de que as opiniões expressas neste livro são defensáveis à luz da pesquisa especializada. Claro, posso não ter conseguido. Deve haver inúmeras questões quanto às quais demonstro ignorância e defendo opiniões polémicas.

Este livro, portanto, assenta-se sobre alicerces estranhamente

irregulares. Além da ampla e variada leitura de muitos anos, complementada por toda a leitura necessária para dar cursos de história do século xx aos pós-graduandos da New School for Social Research, recorri ao conhecimento, às memórias e às opiniões acumulados por uma pessoa que viveu o Breve Século xx na posição de "observador participante", como dizem os antropólogos sociais, ou simplesmente como um viajante de olhos abertos, ou como o que meus ancestrais chamariam kibbitzer — e isso em inúmeros países. O valor histórico dessas experiências não decorre de ter presenciado grandes ocasiões históricas ou de ter conhecido ou encontrado destacados estadistas ou protagonistas da história. Na verdade, minha experiência como jornalista ocasional em pesquisas neste ou naquele país, sobretudo da América Latina, tem sido a de que em geral as entrevistas com presidentes ou outros tomadores de decisão não são compensadoras, pela razão óbvia de que a maior parte do que essas pessoas dizem é para registro público. As pessoas que nos esclarecem de fato são as que podem — ou querem — falar livremente, de preferência quando não têm responsabilidade por grandes questões. Apesar disso, meu conhecimento de pessoas e lugares, embora forçosamente parcial e enganador, me foi de enorme valia, mesmo tratando-se tão-somente de visitar a mesma cidade num intervalo de trinta anos — Valência ou Palermo —, fato que permite compreender a rapidez e o âmbito da transformação social no terceiro quartel do presente século, ou mesmo tratando-se tão-somente da lembrança de algo dito há muito tempo em alguma conversa e guardado, às vezes sem motivo claro, para uso futuro. Se o historiador tem condições de entender alguma coisa deste século é em grande parte porque viu e ouviu. Espero ter transmitido aos leitores algo do que aprendi por tê-lo feito.

Como não poderia deixar de ser, este livro também se baseia nas informações obtidas junto a colegas, estudantes, e todos a quem abordei durante sua elaboração. Em alguns casos a dívida é sistemática. O capítulo sobre as ciências foi submetido a meus amigos Alan Mackay FRS — que além de cris-talógrafo é enciclopedista — e John Maddox. Parte do que escrevi sobre desenvolvimento económico passou pela leitura de meu colega na New School, Lance Taylor, que foi do MIT [Massachusetts Institute of Technology — Instituto de Tecnologia de Massachusetts]; uma parte muito maior dependeu da leitura de trabalhos, do acompanhamento dos debates e, de um modo geral, da atenção dedicada às conferências organizadas sobre várias questões macroeconômicas no Instituto Mundial para Pesquisa de Desenvolvimento Económico da Universidade da ONU (UNU/WIDER), em Helsinque, quando esse instituto se transformou num grande centro internacional de pesquisa e debates sob a direção do dr. Lai Jayawardena. Os verões que tive ocasião de passar nessa admirável instituição, na qualidade de pesquisador visitante com bolsa da McDonnel Douglas, foram-me inestimáveis, inclusive por sua proxi-

midade da URSS e sua preocupação intelectual com os últimos anos desse país. Nem sempre aceitei o conselho daqueles a quem consultei e, mesmo

quando o fiz, a responsabilidade pêlos erros é exclusivamente minha. Beneficiei-me muito das conferências e colóquios durante os quais os académicos dedicam boa parte de seu tempo a encontrar seus pares, inclusive com o objetivo de estimular-se uns aos outros. Não tenho como agradecer a todos os colegas que me ajudaram ou corrigiram em ocasiões formais e informais, nem toda a informação que adquiri por acaso, por ter a sorte de ensinar a um grupo muito internacional de estudantes na New School. Contudo, penso que devo especificar meu reconhecimento para com Ferdan Ergut e Alex Julca, pelo que aprendi em seus trabalhos sobre a revolução turca e a natureza da migração e mobilidade social no Terceiro Mundo. Devo, ainda, à tese de doutoramento de minha aluna Margarita Giesecke, sobre a APRA e o levante de Trujillo em 1932.

À medida que o historiador do século xx se aproxima do presente, fica cada vez mais dependente de dois tipos de fonte: a imprensa diária ou periódica e os relatórios económicos periódicos e outras pesquisas, compilações estatísticas e outras publicações de governos nacionais e instituições internacionais. Minha dívida para com jornais como o Guardian de Londres, o Financial Times e o New York Times é mais que evidente. Minha dívida para com as inestimáveis publicações das Nações Unidas e seus vários organismos e para com o Banco Mundial está registrada na bibliografia. Há que lembrar, ainda, a antecessora destes, a Liga das Nações, que embora na prática fosse um fracasso quase total, realizou admiráveis pesquisas e análises, que culminaram no pioneiro Industrialisation and Worid Trade [Industrialização e comércio mundial}, de 1945, merecedoras de nossa gratidão. Nenhuma história das mudanças sociais e económicas ocorridas neste século poderia ser escrita sem essas fontes.

Os leitores terão de aceitar a maior parte do que escrevi neste livro na base da confiança, com exceção das óbvias opiniões pessoais do autor. Não há sentido em sobrecarregar um livro como este com um enorme aparato de referências ou outras marcas de erudição. Tentei restringir minhas referências à fonte das citações textuais, das estatísticas e outros dados quantitativos — fontes diferentes às vezes apresentam números diferentes — e à ocasional justificação de afirmações que os leitores possam achar pouco comuns, desconhecidas ou inesperadas e de alguns aspectos em que as opiniões controvertidas do autor possam exigir uma certa corroboração. Essas referências estão entre parênteses no texto. O título completo da fonte encontra-se no final do volume. Essa bibliografia não passa de uma relação completa de todas as fontes efetivamente citadas ou mencionadas no texto. Ela não é um guia sistemático para outras leituras. Depois da bibliografia há um breve indicador de outras leituras. O conjunto das referências também foi concebido de modo a ficar bem separado das notas de rodapé, que apenas ampliam ou restringem o texto.

Contudo, por uma questão de justiça, quero indicar algumas obras em

que me apoiei bastante ou com que estou particularmente em débito. Eu não gostaria que seus autores deixassem de sentir-se devidamente apreciados. De um modo geral, devo muito à obra de dois amigos: o historiador económico e infatigável compilador de dados quantitativos Paul Bairoch e Ivan Berend, ex-presidente da Academia Húngara de Ciências, a quem devo o conceito do Breve Século xx. Sobre a história política geral do mundo desde a Segunda Guerra Mundial, P. Calvocoressi (Worid politics since 1945 [Política mundial de 1945 em diante]) foi um guia seguro e às vezes — compreensivelmente — cáustico. Sobre a Segunda Guerra Mundial, muito devo ao soberbo War, eco-nomy and society 1929-45 [Guerra, economia e sociedade 1929-45], de Alan Milward, e, sobre a economia pós-1945, achei utilíssimos Prosperity and upheaval: The worid economy 1945-1980 [Prosperidade e revolta: a economia mundial de 1945-1980], de Herman Van der Wee, e Capitalism since 1945 [Capitalismo a partir de 1945], de Philip Armstrong, Andrew Glyn e John Harrison. The Cold War [A Guerra Fria], de Martin Walker, merece uma atenção muito maior do que a morna recepção que lhe reservaram os críticos. Sobre a história da esquerda desde a Segunda Guerra Mundial, muito devo ao dr. Donald Sassoon, do Queen Mary and Westfield College, Universidade de Londres, que teve a bondade de me deixar ler seu vasto e esclarecedor estudo do assunto, ainda incompleto. No que diz respeito à história da URSS, minha dívida principal é para com os textos de Moshe Lewin, Alec Nove, R. W, Davies e Sheila Fitzpatrick; no que diz respeito à China, para com os de Benjamin Schwartz e Stuart Schram; e no que diz respeito ao mundo islâmico, para com Ira Lapidus e Nikki Keddie. Minhas opiniões sobre as artes muito devem às obras (e à conversa) de John Willett sobre a cultura de Weimar, bem como a Francis Haskell. No capítulo 6, penso ser óbvia minha dívida para com o Diaghilev de Lynn Garafola.

Meus agradecimentos especiais aos que me ajudaram concretamente a preparar este livro. São eles, em primeiro lugar, minhas auxiliares de pesquisa Joanna Bedford em Londres e Lise Grande em Nova York. Gostaria de acentuar sobretudo minha dívida para com esta última, sem quem eu não poderia ter preenchido as enormes lacunas em meu conhecimento nem conferido fatos e referências lembrados apenas pela metade. Também sou muito grato a Ruth Syers, que datilografou meus rascunhos, e a Marlene Hobsbawm, que leu vários capítulos do ponto de vista do leitor não académico com interesse genérico pelo mundo moderno, a quem este livro se dirige.

Já mencionei minha dívida para com os estudantes da New School, que assistiram às aulas nas quais tentei formular minhas ideias e interpretações. A eles dedico este livro. Eric Hobsbawm Londres — Nova York, 1993-4

O SÉCULO: VISTA AÉREA Olhar panorâmico DOZE PESSOAS VÊEM O SÉCULO XX

Isaiah Berlin (filósofo, Grã-Bretanha): "Vivi a maior parte do

século xx, devo acrescentar que não sofri provações pessoais. Lembro-o apenas como o século mais terrível da história".

Júlio Caro Baroja (antropólogo, Espanha): "Há uma contradição patente entre a experiência de nossa própria vida — infância, juventude e velhice passadas tranquilamente e sem maiores aventuras — e os fatos do século xx... os terríveis acontecimentos por que passou a humanidade".

Primo Levi (escritor, Itália): "Nós, que sobrevivemos aos Campos, não somos verdadeiras testemunhas. Esta é uma ideia incómoda que passei aos poucos a aceitar, ao ler o que outros sobreviventes escreveram — inclusive eu mesmo, quando releio meus textos após alguns anos. Nós, sobreviventes, somos uma minoria não só minúscula, como também anómala. Somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, jamais tocaram o fundo. Os que tocaram, e que viram a face das Górgonas, não voltaram, ou voltaram sem palavras".

René Dumont (agrónomo, ecologista. França): "Vejo-o apenas como um século de massacres e guerras".

Rita Levi Montalcini (Prémio Nobel, ciência, Itália): "Apesar de tudo, neste século houve revoluções para melhor [...] o surgimento do Quarto Estado e a emergência da mulher, após séculos de repressão".

William Golding (Prémio Nobel, escritor, Grã-Bretanha): "Não posso deixar de pensar que este foi o século mais violento da história humana". Ernst Gombrich (historiador da arte, Grã-Bretanha): "A principal carac-77

terística do século xx é a terrível multiplicação da população do mundo. É uma catástrofe, uma tragédia. Não sabemos o que fazer a respeito".

Yehudi Menuhin (músico, Grã-Bretanha): "Se eu tivesse de resumir o século xx, diria que despertou as maiores esperanças já concebidas pela humanidade e destruiu todas as ilusões e ideais".

Severo Ochoa (Prémio Nobel, ciência, Espanha): "O mais fundamental é o progresso da ciência, que tem sido realmente extraordinário [...] Bis o que caracteriza nosso século".

Raymond Firth (antropólogo, Grã-Bretanha): "Tecnologicamente, coloco o desenvolvimento da eletrônica entre os fatos mais significativos do século xx; em termos de ideias, destaco a passagem de uma visão relativamente racional e científica das coisas para outra não racional e menos científica".

Leo Valiam (historiador, Itália): "Nosso século demonstra que a vitória dos ideais de justiça e igualdade é sempre efémera, mas também que, se conseguimos manter a liberdade, sempre é possível recomeçar [...] Não há por que desesperar, mesmo nas situações mais desesperadas".

Franco Venturini (historiador, Itália): "Os historiadores não têm como responder a essa pergunta. Para mim, o século xx é apenas o esforço sempre renovado de entendê-lo". (Agosti & Borgese, 1992, pp. 42, 210, 154, 76, 4, 8, 204, 2, 62, 80, 140 e 160)

Em 28 de junho de 1992 o presidente Mitterrand, da França, apareceu de forma súbita, não anunciada e inesperada em Sarajevo, que já era o centro de uma guerra balcânica que iria custar cerca de 150 mil vidas no decorrer daquele ano. Seu objetivo era lembrar à opinião pública mundial a gravidade da crise bósnia. E, de fato, foi muito observada e admirada a presença do conhecido estadista — idoso e visivelmente frágil sob o fogo das armas portáteis e da artilharia. Um aspecto da visita de Mitterrand, contudo, embora claramente fundamental, passou despercebido: a data. Por que o presidente da França escolhera aquele dia específico para ir a Sarajevo? Porque 28 de junho era o aniversário do assassinato, em Sarajevo, em 1914, do arquiduque Francisco l Ferdinando da Áustria-Hungria, ato que em poucas semanas levou à eclosão j da Primeira Guerra Mundial. Para qualquer europeu culto da geração de/|

12

Mitterrand, saltava aos olhos a ligação entre data e lugar e a evocação de uma catástrofe histórica precipitada por um erro político e de cálculo. Que melhor maneira de dramatizar as implicações potenciais da crise bósnia que escolhendo uma data assim tão simbólica? Mas quase ninguém captou a alusão, exce-to uns poucos historiadores profissionais e cidadãos muito idosos. A memória histórica já não estava viva.

A destruição do passado — ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas — é um dos fenómenos mais característicos e lúgubres do final do século xx. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tomam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milénio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. Em 1989 todos os governos do mundo, e particularmente todos os mi-1 nistérios do Exterior do mundo, ter-se-iam beneficiado de um seminário sobre/ os acordos de paz firmados após as duas guerras mundiais, que a maioria deles| aparentemente havia esquecido.

Contudo, não é propósito deste livro contar a história da época de que trata, o Breve Século xx entre 1914 e 1991, embora todo aquele que já tenha ouvido um estudante americano inteligente perguntar-lhe se o fato de falar em "Segunda Guerra Mundial" significa que houve uma "Primeira Guerra Mundial" saiba muito bem que nem sequer o conhecimento de fatos básicos do século pode ser dado por certo. Meu objetivo é compreender e explicar por que as coisas deram no que deram e como elas se relacionam entre si. Para qualquer pessoa de minha idade que tenha vivido todo o Breve Século xx ou a maior parte dele, isso é também, inevitavelmente, uma empresa autobiográfica. Trata-se de comentar, ampliar (e corrigir) nossas próprias memórias. E falamos como homens e

mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas — por mais insignificantes que sejam nossos papéis —, como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar acontecimentos cruciais. Somos parte deste século. Ele é parte de nós. Que não o esqueçam os leitores que pertencem a outra era, por exemplo os estudantes que estão ingressando na universidade no momento em que escrevo e para quem até a Guerra do Vietnã é pré-história.

Para os historiadores de minha geração e origem o passado é indestrutível, não apenas porque pertencemos à geração em que ruas e logradouros públicos ainda tinham nomes de homens e acontecimentos públicos (a estação Wilson na Praga de antes da guerra, a estação de metro Stalingrado em Paris), em que os tratados de paz ainda eram assinados e portanto tinham de ser identificados (Tratado de Versalhes) e os memoriais de guerra lembravam aconte-

cimentos passados, como também porque os acontecimentos públicos são parte da textura de nossas vidas. Eles não são apenas marcos em nossas vidas privadas, mas aquilo que formou nossas vidas, tanto privadas como públicas. Para este autor, o dia 30 de janeiro de 1933 não é simplesmente a data, à parte isso arbitrária, em que Hitier se tomou chanceler da Alemanha, mas também uma tarde de inverno em Berlim, quando um jovem de quinze anos e sua irmã mais nova voltavam para casa, em Halensee, de suas escolas vizinhas em Wilmersdorf, e em algum ponto do trajeto viram a manchete. Ainda posso vê-la, como num sonho.

Mas não apenas um velho historiador tem o passado como parte de seu presente permanente. Em vastas extensões do globo todas as pessoas de determinada idade, independentemente de origens e histórias pessoais, passaram pelas mesmas experiências centrais. Foram experiências que nos marcaram a todos, em certa medida da mesma forma. O mundo que se esfacelou no fim da década de 1980 foi o mundo formado pelo impacto da Revolução Russa de 1917. Fomos todos marcados por ela, por exemplo na medida em que nos habituamos a pensar na moderna economia industrial em termos de opostos binários, "capitalismo" e "socialismo" como alternativas mutuamente exclu-dentes, uma identificada com economias organizadas com base no modelo da URSS, a outra com todo o restante. Agora já deve estar ficando evidente que essa oposição era uma construção arbitrária e em certa medida artificial, que só pode ser entendida como parte de determinado contexto histórico. E no entanto mesmo hoje, quando escrevo, não é fácil considerar, inclusive retrospectivamente, princípios de classificação mais realistas que aquela que reunia EUA, Japão, Suécia, Brasil, República Federal da Alemanha e Coreia do Sul num mesmo escaninho e as economias e sistemas

de Estado da região soviética que desmoronaram depois da década de 1980 no mesmo compartimento em que estavam as do Oriente e do Sudeste Asiático, que, como se constata, não desmoronaram.

Mesmo o mundo que sobreviveu ao fim da Revolução de Outubro é um mundo cujas instituições e crenças foram moldadas pêlos que pertenciam ao lado vencedor da Segunda Guerra Mundial. Os que estavam do lado perdedor ou a ele se associavam não apenas ficaram em silêncio ou foram silenciados, como foram praticamente riscados da história e da vida intelectual, investidos do papel de "o inimigo" no drama moral de Bem versus Mal. (É possível que o mesmo esteja acontecendo hoje com os perdedores da Guerra Fria da segunda metade do século, embora talvez não na mesma medida, nem por tanto tempo.) Esse é um dos preços que se paga por viver num século de guerras religiosas, que têm na intolerância sua principal característica. Mesmo os que propalavam o pluralismo de suas não-ideologias acreditaram que o mundo não era grande o bastante para uma coexistência permanente com religiões seculares rivais. Confrontos religiosos ou ideológicos como os que povoaram este 14

século erguem barricadas no caminho do historiador. A principal tarefa do historiador não é julgar, mas compreender, mesmo o que temos mais dificuldade para compreender. O que dificulta a compreensão, no entanto, não são apenas nossas convicções apaixonadas, mas também a experiência histórica que as formou. As primeiras são fáceis de superar, pois não há verdade no conhecido mas enganoso dito francês tout comprendre c'est tout pardonner (tudo compreender é tudo perdoar). Compreender a era nazista na história alemã e enquadrá-la em seu contexto histórico não é perdoar o genocídio. De toda forma, não é provável que uma pessoa que tenha vivido este século extraordinário se abstenha de julgar. O difícil é compreender. II \^ / Como iremos compreender o Breve Século xx, ou seja, os anos que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial ao colapso da URSS, que, como agora podemos ver retrospectivamente, formam um período histórico coerente já encerrado? Não sabemos o que virá a seguir, nem como será o segundo milénio, embora possamos ter certeza de que ele terá sido moldado pelo Breve Século xx. Contudo, não há como duvidar seriamente de que em fins da década de 1980 e início da década de 1990 uma era se encerrou e outra nova começou. Esta é a informação essencial para os historiadores do século, pois embora eles possam especular sobre o futuro à luz de sua compreensão do passado, seu trabalho não tem nada a ver com palpites em corridas de cavalos. As únicas corridas de cavalos que esses historiadores podem pretender relatar e analisar são as já ganhas ou perdidas. Seja como for, nos últimos trinta ou quarenta anos o desempenho dos adivinhos, fossem quais fossem suas qualificações profissionais como profetas, mostrou-se tão espetacularmente ruim que só governos e institutos de pesquisa económica ainda têm, ou dizem ter, maior confiança nele. É possível mesmo que depois da Segunda Guerra Mundial esse desempenho tenha piorado. Neste livro, a estrutura do Breve Século xx parece uma espécie deJrípti-co ou

sanduíche histórico. A uma Era de Catástrofe, que se estendeu de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial, seguiram-se cerca de 25 ou trinta anos de extraordinário crescimento económico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que , qualquer outro período de brevidade comparável. Retrospectivamente, pode-i mós ver esse período como uma espécie de Era de Ouro, e assim ele foi visto quase imediatamente depois que acabou, no início da década de 1970. A última parte do século foi uma nova era de decomposição, incerteza e crise — e, com efeito, para grandes áreas do mundo, como a África, a ex-URSS e as partes anteriormente socialistas da Europa, de catástrofe. A medida que a década

de 1980 dava lugar à de 1990, o estado de espírito dos que refletiam sobre o passado e o futuro do século era de crescente melancolia fin-de-siècle. Visto do privilegiado ponto de vista da década de 1990, o Breve Século xx passou por uma curta Era de Ouro, entre uma crise e outra, e entrou num futuro desconhecido e problemático, mas não necessariamente apocalíptico. Contudo, como talvez os historiadores queiram lembrar aos especuladores metafísicos do "Fim da História", haverá um futuro. A única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história.

O roteiro deste livro segue esse preceito. Ele começa com a Primeira Guerra Mundial, que assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século xix. Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemónica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado; uma Europa cujas populações (incluindo-se o vasto e crescente fluxo de emigrantes europeus e seus descendentes) haviam crescido até somar um terço da raça humana; e cujos maiores Estados constituíam o sistema da política mundial.*

Para essa sociedade, as décadas que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial aos resultados da Segunda foram uma Era de Catástrofe. Durante quarenta anos, ela foi de calamidade em calamidade. Houve ocasiões em que mesmo conservadores inteligentes não apostariam em sua sobrevivência. Ela foi abalada por duas guerras mundiais, seguidas por duas ondas de rebelião e revolução globais que levaram ao poder um sistema que se dizia a alternativa historicamente predestinada para a sociedade capitalista e burguesa e que foi adotado, primeiro, em um sexto da superfície da Terra, e, após a Segunda Guerra Mundial, por um terço da população do globo. Os imensos impérios coloniais erguidos durante a Era do Império foram abalados e ruíram em pó. Toda a história

do imperialismo moderno, tão firme e autoconfiante quando da morte da rainha Vitória, da Grã-Bretanha, não durara mais que o tempo de uma vida humana — digamos, a de Winston Churchill (1874-1965).

Mais ainda: uma crise económica mundial de profundidade sem precedentes pôs de joelhos até mesmo as economias capitalistas mais fortes e pareceu reverter a criação de uma economia mundial única, feito bastante notável

(*) Tentei descrever e explicar a ascensão dessa civilização numa história em três volumes do "longo século xix" (da década de 1780 a 1914), e analisar as razões do colapso. O presente texto fará referência a esses volumes. The age of Revolulion, 1789-1848, The age of Capital, 1848-1875, e The age ofEmpire, 1875-1914, ocasionalmente, onde parecer útil. 16

do capitalismo liberal do século xix. Mesmo os EUA, a salvo de guerra e revolução, pareceram próximos do colapso. Enquanto a economia balançava, as instituições da democracia liberal praticamente desapareceram entre 1917 e 1942; restou apenas uma borda da Europa e partes da América do Norte e da Austrália. Enquanto isso, avançavam o fascismo e seu corolário de movimentos e regimes autoritários.

A democracia só se salvou porque, para enfrentá-lo, houve uma aliança temporária e bizarra entre capitalismo liberal e comunismo: basicamente a vitória sobre a Alemanha de Hitier foi, como só poderia ter sido, uma vitória do Exército Vermelho. De muitas maneiras, esse período de aliança capitalis-ta-comunista contra o fascismo — sobretudo as décadas de 1930 e 1940 — constitui o ponto crítico da história do século xx e seu momento decisivo. De muitas maneiras, esse é um momento de paradoxo histórico nas relações entre capitalismo e comunismo, que na maior parte do século — com exceção do breve período de antifascismo — ocuparam posições de antagonismo inconciliável. A vitória da União Soviética sobre Hitíer foi uma realização do regime lá instalado pela Revolução de Outubro, como demonstra uma comparação do desempenho da economia russa czarista na Primeira Guerra Mundial com a economia soviética na Segunda Guerra (Gatrell & Harrison, 1993). Sem isso, o mundo hoje (com exceção dos EUA) provavelmente seria um conjunto de variações sobre temas autoritários e fascistas, mais que de variações sobre temas parlamentares liberais. Uma das ironias deste estranho século é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro, cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar seu antagonista, tanto na guerra quanto na paz, fornecendo-lhe o incentivo — o medo — para reformar-se após a Segunda Guerra Mundial e, ao estabelecer a popularidade do planejamento económico, oferecendo-lhe alguns procedimentos para sua reforma.

Contudo, mesmo tendo sobrevivido — por pouco — ao triplo desafio da depressão, do fascismo e da guerra, o capitalismo ainda parecia enfrentar o avanço global da revolução, que só podia arregimentar-se em torno da URSS, egressa da Segunda Guerra Mundial como superpotência.

E no entanto, como agora podemos ver retrospectivamente, a força do desafio socialista global ao capitalismo era a da fraqueza de seu adversário. Sem o colapso da sociedade burguesa do século xix na Era da Catástrofe, não teria havido Revolução de Outubro nem URSS. O sistema económico improvisado na arruinada casca eurasiana rural do antigo império czarista sob o nome de socialismo não se teria acreditado — nem teria sido considerado — uma alternativa global realista para a economia capitalista. A Grande Depressão de 1930 criou essa impressão, pois foi o desafio do fascismo que fez da URSS o instrumento indispensável para a derrota de Hitíer e, em consequência, uma das duas superpotências cujos confrontos dominaram e aterrorizaram a segunda metade do Breve Século xx, estabilizando, ao mesmo tempo, em muitos 17

aspectos — como hoje podemos ver —, sua estrutura política. A URSS não teria estado durante uma década e meia, em meados do século, à testa de um "campo socialista" que compreendia um terço da raça humana, com uma economia que por um breve instante pareceu capaz de sobrepujar o crescimento económico capitalista.

Como e por que o capitalismo, após a Segunda Guerra Mundial, viu-se, para surpresa de todos, inclusive dele próprio, saltar para a Era de Ouro de 1947-73, algo sem precedentes e possivelmente anómalo? Eis, talvez, a questão central para os historiadores do século xx. Ainda não se chegou a um consenso e não tenho a pretensão de oferecer uma resposta persuasiva. Talvez seja preciso esperar que toda a "longa onda" da segunda metade do século xx possa ser vista em perspectiva para que surja uma análise mais convincente, mas, embora hoje possamos ver a Era de Ouro, retrospectivamente, como um todo, no momento em que escrevo as Décadas de Crise que o mundo viveu desde então ainda não estão completas. Contudo, já podemos avaliar com muita confiança a escala e o impacto extraordinários da transformação económica, social e cultural decorrente, a maior, mais rápida e mais fundamental da história registrada. Vários aspectos dessa transformação serão discutidos na segunda parte deste livro. É provável que no terceiro milénio os historiadores do século xx situem o grande impacto do século na história como sendo o desse espantoso período e de seus resultados. Porque as mudanças dele decorrentes para todo o planeta foram tão profundas quanto irreversíveis. E ainda estão ocorrendo. Os jornalistas e ensaístas filosóficos que detectaram o "fim da história" na queda do império soviético estavam errados. O argumento é melhor quando se afirma que o terceiro quartel do século assinalou o fim dos sete ou oito milénios de história humana iniciados com a revolução da agricultura na Idade da Pedra, quando mais não fosse porque ele encerrou a longa era em que a maioria esmagadora da raça humana vivia plantando alimentos e pastoreando rebanhos.

Diante disso, é provável que a história do confronto entre "capitalismo" e "socialismo", com ou sem a intervenção de Estados e governos como os EUA e a URSS pretendendo representar um ou outro,

pareça de interesse histórico mais limitado — comparável, a longo prazo, às guerras religiosas dos séculos xvi e xvn ou às Cruzadas. Para os que viveram um pedaço qualquer do Breve Século xx, é natural que capitalismo e socialismo pareçam enormes, e assim o são neste livro, escrito por um escritor do século xx, para leitores de fins do século xx. As revoluções sociais, a Guerra Fria, a natureza, limitações e falhas fatais do "socialismo realmente existente" e seu colapso são discutidas à exaustão. Mesmo assim, convém lembrar que o impacto maior e mais duradouro dos regimes inspirados pela Revolução de Outubro foi a grande aceleração da modernização de países agrários atrasados. Na verdade, nesse aspecto suas grandes realizações coincidiram com a Era de Ouro capitalista. As 18

estratégias rivais para sepultar o mundo de nossos antepassados foram eficazes? Foram, inclusive, conscientes? Eis algo que não precisamos examinar aqui. Como veremos, até o início da década de 1960 elas pareciam no mínimo emparelhadas, visão que parece absurda à luz do colapso do socialismo soviético, embora um primeiro-ministro britânico, em conversa com um presidente americano, ainda pudesse considerar a URSS um Estado cuja "exuberante economia [...] em breve ultrapassará a sociedade capitalista na corrida pela riqueza material" (Horne, 1989, p. 303). Contudo, o importante é notar, simplesmente, que na década de 1980 a Bulgária socialista e o Equador não socialista tinham mais em comum entre si que com a Bulgária e o Equador de 1939.

Embora o colapso do socialismo soviético e suas enormes consequências, por enquanto impossíveis de calcular por inteiro, mas basicamente negativas, fossem o incidente mais dramático das Décadas de Crise que se seguiram à Era de Ouro, essas iriam ser décadas de crise universal ou global. A crise afetou as várias partes do mundo de maneiras e em graus diferentes, mas afetou a todas elas, fossem quais fossem suas configurações políticas, sociais e económicas, porque pela primeira vez na história a Era de Ouro criara uma economia mundial única, cada vez mais integrada e universal, operando em grande medida por sobre as fronteiras de Estado ("transnacionalmente") e, portanto, também, cada vez mais, por sobre as barreiras da ideologia de Estado. Em decorrência, as ideias consagradas das instituições de todos os regimes e sistemas ficaram solapadas. No início havia a esperança de que os problemas da década de 1970 fossem uma pausa temporária no Grande Salto Avante da economia mundial, e países de todos os tipos e modelos económicos e políticos buscaram soluções temporárias. Porém foi ficando cada vez mais claro que se tratava de uma era de problemas de longo prazo, para os quais os países capitalistas buscaram soluções radicais, muitas vezes ouvindo teólogos seculares do livre mercado irrestrito, que rejeitavam as políticas que tão bem haviam servido à economia mundial durante a Era de Ouro e que agora pareciam estar falhando. Os fanáticos do laissez-faire tiveram tanto êxito quanto os demais. Na década de 1980 e início da de 1990, o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com

problemas da época do entreguerras que a Era de Ouro parecia ter eliminado: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto a luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e despesas ilimitadas de Estado. Os países socialistas, agora com suas economias desabando, vulneráveis, foram impelidos a realizar rupturas igualmente — ou até mais — radicais com seu passado e, como sabemos, rumaram para o colapso. Esse colapso pode assinalar o fim do Breve Século xx, como a Primeira Guerra Mundial pode assinalar o seu início. Nesse ponto minha história chega ao fim.

Chega ao fim — como todo livro concluído no início da década de 1990 — com um olhar para a escuridão. O colapso de uma parte do mundo revelou 19

o mal-estar do resto. A medida que a década de 1980 passava para a de 1990, foi ficando evidente que a crise mundial não era geral apenas no sentido económico, mas também no político. O colapso dos regimes comunistas entre Istria e Viadivostok não apenas produziu uma enorme zona de incerteza política, instabilidade, caos e guerra civil, como também destruiu o sistema internacional que dera estabilidade às relações internacionais durante cerca de quarenta anos. Além disso, esse colapso revelou a precariedade dos sistemas políticos internos apoiados essencialmente em tal estabilidade. As tensões das economias em dificuldades minaram os sistemas políticos das democracias liberais, parlamentares ou presidenciais, que desde a Segunda Guerra Mundial vinham funcionando tão bem nos países capitalistas, assim como minaram todos os sistemas políticos vigentes no Terceiro Mundo. As próprias unidades básicas da política, os "Estado s-nação " territoriais, soberanos e independentes, inclusive os mais antigos e estáveis, viram-se esfacelados pelas forças de uma economia supranacional ou transnacional e pelas forças infranacionais de regiões e grupos étnicos secessionistas, alguns dos quais — tal é a ironia da história — exigiram para si o status anacrónico e irreal de "Estados-nação" em miniatura. O futuro da política era obscuro, mas sua crise, no final do Breve Século, patente.

Ainda mais óbvia que as incertezas da economia e da política mundiais era a crise social e moral, refletindo as transformações pós-década de 1950 na vida humana, que também encontraram expressão generalizada, embora confusa, nessas Décadas de Crise. Foi uma crise das crenças e supostos sobre os quais se apoiava a sociedade moderna desde que os Modernos ganharam sua famosa batalha contra os Antigos, no início do século xvm: uma crise das teorias racionalistas e humanistas abraçadas tanto pelo capitalismo liberal como pelo comunismo e que tornaram possível a breve mas decisiva aliança dos dois contra o fascismo, que as rejeitava. Um observador conservador alemão, Michael Stürmer, disse corretamente, em 1993, que as crenças do Oriente e do

Ocidente estavam em questão: Há um estranho paralelismo entre Oriente e Ocidente. No Oriente, a doutrina de Estado insistia em que a humanidade era dona de seu destino. Contudo, mesmo nós acreditávamos numa versão menos oficial e extrema do mesmo slogan: a humanidade estava para tornar-se dona de seus destinos. A pretensão de onipotên-cia desapareceu absolutamente no Oriente, e só relativamente chez mus — mas os dois lados naufragaram. (De Bergdorf, 98, p. 95) Paradoxalmente, uma era cuja única pretensão de benefícios para a humanidade se assentava nos enormes triunfos de um progresso material apoiado na ciência e tecnologia encerrou-se numa rejeição destas por grupos substanciais da opinião pública e pessoas que se pretendiam pensadoras do Ocidente. Contudo, a crise moral não dizia respeito apenas aos supostos da civiliza- 20

cão moderna, mas também às estruturas históricas das relações humanas que a sociedade moderna herdara de um passado pré-industrial e pré-capitalista e que, agora vemos, haviam possibilitado seu funcionamento. Não era a crise de uma forma de organizar sociedades, mas de todas as formas. Os estranhos apelos em favor de uma "sociedade civil" não especificada, de uma "comunidade", eram as vozes de gerações perdidas e à deriva. Elas se faziam ouvir numa era em que tais palavras, tendo perdido seus sentidos tradicionais, se haviam tomado frases insípidas. Não restava outra maneira de definir identidade de grupo senão definir os que nele não estavam. Para o poeta T. S. Eliot, "é assim que o mundo acaba — não com uma explosão, mas com uma lamúria". O Breve Século xx se acabou com os dois. ///

Como comparar o mundo da década de 1990 ao mundo de 1914? Nele viviam 5 ou 6 bilhões de seres humanos, talvez três vezes mais que na eclosão da Primeira Guerra Mundial, e isso embora no Breve Século xx mais homens tivessem sido mortos ou abandonados à morte por decisão humana que jamais antes na história. Uma estimativa recente das "megamortes" do século menciona 187 milhões (Brzezinski, 1993), o equivalente a mais de um em dez da população mundial total de 1900. Na década de 1990 a maioria das pessoas era mais alta e pesada que seus pais, mais bem alimentada e muito mais longeva, embora talvez as catástrofes das décadas de 1980 e 1990 na África, na América Latina e na ex-URSS tomem difícil acreditar nisso. O mundo estava incomparavelmente mais rico que jamais em sua capacidade de produzir bens e serviços e na interminável variedade destes. Não fora assim, não teria conseguido manter uma população global muitas vezes maior que jamais antes na história do mundo. Até a década de 1980 a maioria das pessoas vivia melhor que seus pais e, nas economias avançadas, melhor que algum dia tinha esperado viver, ou mesmo imaginado possível viver. Durante algumas décadas, em meados do século, chegou a parecer que se haviam descoberto maneiras de distribuir pelo menos parte dessa enorme riqueza com um certo grau de justiça entre os trabalhadores dos países mais ricos, mas no fim do século a desigualdade voltava a prevalecer e também entrava maciçamente nos ex-países "socialistas", onde antes imperava uma certa

igualdade de pobreza. A humanidade era muito mais culta que em 1914. Na verdade, talvez pela primeira vez na história a maioria dos seres humanos podia ser descrita como alfabetizada, pelo menos nas estatísticas oficiais, embora o significado dessa conquista estivesse muito menos claro no final do século do que teria estado em 1914, em vista do fosso enorme — talvez crescente — entre o mínimo de competência oficialmente aceito como alfabetização, muitas vezes descrito como "analfabetismo funcio-

nal", e o domínio da leitura e da escrita ainda esperado nas camadas de elite.

O mundo estava repleto de uma tecnologia revolucionária em avanço constante, baseada em triunfos da ciência natural previsíveis em 1914 mas que na época mal haviam começado e cuja consequência política mais impressionante talvez fosse a revolução nos transportes e nas comunicações, que praticamente anulou o tempo e a distância. Era um mundo que podia levar a cada residência, todos os dias, a qualquer hora, mais informação e diversão do que dispunham os imperadores em 1914. Ele dava condições às pessoas de se falarem entre si cruzando oceanos e continentes ao toque de alguns botões e, para quase todas as questões práticas, abolia as vantagens culturais da cidade sobre o campo.

Por que, então, o século terminara não com uma comemoração desse progresso inigualado e maravilhoso, mas num estado de inquietação? Por que, como mostram as epígrafes deste capítulo, tantos cérebros pensantes o vêem em retrospecto sem satisfação, e com certeza sem confiança no futuro? Não apenas porque sem dúvida ele foi o século mais assassino de que temos registro, tanto na escala, frequência e extensão da guerra que o preencheu, mal cessando por um momento na década de 1920, como também pelo volume único das catástrofes humanas que produziu, desde as maiores fomes da história até o genocídio sistemático. Ao contrário do "longo século xix", que pareceu, e na verdade foi, um período de progresso material, intelectual e moral quase ininterrupto, quer dizer, de melhoria nas condições de vida civilizada, houve, a partir de 1914, uma acentuada regressão dos padrões então tidos como normais nos países desenvolvidos e nos ambientes da classe média e que todos acreditavam piamente estivessem se espalhando para as regiões mais atrasadas e para as camadas menos esclarecidas da população.

Visto que este século nos ensinou e continua a ensinar que os seres humanos podem aprender a viver nas condições mais brutalizadas e teoricamente intoleráveis, não é fácil apreender a extensão do regresso, por desgraça cada vez mais rápido, ao que nossos ancestrais do século xix teriam chamado padrões de barbarismo. Esquecemos que o velho revolucionário Friedrich Engeis ficou horrorizado com a explosão de uma bomba republicana irlandesa em Westminster Hall — porque, como velho soldado, afirmava que a guerra se travava contra combatentes e não contra não-combatentes. Esquecemos que os pogroms na Rússia czarista,

que, com justiça, indignaram a opinião pública e impeliram milhões de judeus russos para o outro lado do Atlântico entre 1881 e 1914, eram pequenos, quase insignificantes, pêlos padrões de massacre modernos: os mortos contavam-se às dezenas, não às centenas, e jamais aos milhões. Esquecemos que no passado uma convenção internacional estabeleceu que as hostilidades da guerra "não devem começar sem aviso prévio e explícito, sob a forma de uma arrazoada declaração de guerra ou de um ultimatum com declaração de guerra condicional", pois quando foi mesmo a 22

última guerra iniciada com tal declaração explícita ou implícita? Ou que acabou com um tratado de paz formal negociado entre os Estados beligerantes? Durante o século xx as guerras têm sido, cada vez mais, travadas contra a economia e a infra-estrutura de Estados e contra suas populações civis. Desde a Primeira Guerra Mundial, o número de baixas civis na guerra tem sido muito maior que as militares em todos os países beligerantes, com exceção dos EUA. Quantos de nós recordam que em 1914 se tinha por certo que A guerra civilizada, diz-nos o manual escolar, limita-se, até onde possível, à inca-pacitação das Forças Armadas do inimigo; não fosse assim, a guerra continuaria até o extermínio de uma das panes. "Há boas razões [...] para que essa prática se tornasse um costume nos países da Europa." (Encyclopaedia Britannica, xi ed., 1911, arte: Guerra.) Não é que ignoremos o ressurgimento da tortura, ou mesmo do assassinato, como parte normal das operações de segurança pública nos Estados modernos, mas é provável que não avaliemos com precisão a dramática reviravolta implícita, considerando-se a longa era de desenvolvimento jurídico, desde a primeira abolição formal da tortura num país ocidental, na década de 1880, até 1914.

E no entanto não podemos comparar o mundo do final do Breve Século xx ao mundo de seu início, em termos da contabilidade histórica de "mais" e "menos". Tratava-se de um mundo qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos.

Primeiro, ele tinha deixado de ser eurocêntrico. Trouxera o declínio e queda da Europa, ainda centro inquestionado de poder, riqueza, intelecto e "civilização ocidental" quando o século começou. Os europeus e seus descendentes estavam reduzidos de talvez um terço para no máximo um sexto da humanidade: uma minoria decrescente vivendo em países que mal reproduziam — quando reproduziam — suas populações, uma minoria cercada e, na maioria dos casos — com algumas brilhantes exceções, como os EUA até a década de 1990 —, erguendo barricadas contra a pressão da imigração das regiões pobres. As indústrias, em que a Europa fora pioneira, migravam para outras partes. Os países do outro lado dos oceanos, que outrora se voltavam para a Europa, agora se voltavam para outras partes. A Austrália, a Nova Zelândia e até mesmo os bi-oceânicos EUA, viam o futuro no Pacífico, seja lá qual for o significado exato disso.

As "grandes potências" de 1914, todas europeias, haviam desaparecido, como a URSS, herdeira da Rússia czarista, ou sido

reduzidas a um status regional ou provincial, com a possível exceção da Alemanha. O próprio esforço para criar uma "Comunidade Europeia" supranacional única e inventar um senso de identidade europeia a ela correspondente, substituindo as velhas lealdades a países e Estados históricos, demonstrava a profundidade desse declínio.

Seria essa uma mudança de grande significado, a não ser para os historia-

dores políticos? Talvez não, pois refletia apenas mudanças menores na configuração económica, intelectual e cultural do mundo. Mesmo em 1914, os EUA já eram uma grande economia industrial, o grande pioneiro, modelo e força propulsora da produção em massa e da cultura de massa que conquistaram o globo durante o Breve Século xx, e, apesar de suas muitas peculiaridades, eram a extensão da Europa no além-mar, enquadrando-se no Velho Continente sob a denominação "civilização ocidental". Quaisquer que fossem suas perspectivas futuras, os EUA da década de 1990 viam o "Século Americano" às suas costas, sua era de ascensão e triunfo. O conjunto dos países da industrialização do século xix continuava sendo, de longe, a maior concentração de riqueza e poder económico e científico-tecnológico do globo, além daquele cujos povos tinham, de longe, o mais alto padrão de vida. No fim do século isso ainda compensava fartamente a desindustrialização e a mudança da produção para outros continentes. Nessa medida, a impressão de um velho mundo euro-cêntrico ou "ocidental" em pleno declínio era superficial.

A segunda transformação foi mais significativa. Entre 1914 e o início da década de 1990 o globo foi muito mais uma unidade operacional única, como não era e não poderia ter sido em 1914. Na verdade, para muitos propósitos, notadamente em questões económicas, o globo é agora a unidade operacional básica, e unidades mais velhas como as "economias nacionais", definidas pelas políticas de Estados territoriais, estão reduzidas a complicações das atividades transnacionais. O estágio alcançado na década de 1990 na construção da "aldeia global" — expressão cunhada na década de 1960 (McLuhan, 1962) — não parecerá muito adiantado aos observadores de meados do século xxi, porém já havia transformado não apenas certas atividades económicas e técnicas e as operações da ciência, como ainda importantes aspectos da vida privada, sobretudo devido à inimaginável aceleração das comunicações e dos transportes. Talvez a característica mais impressionante do fim do século xx seja a tensão entre esse processo de globalização cada vez mais acelerado e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos de se acomodarem a ele. É curioso observar que o comportamento humano privado teve menos dificuldade para adaptar-se ao mundo da televisão por satélite, ao correio eletrônico, às férias nas Seychelles e ao emprego transoceânico.

A terceira transformação, em certos aspectos a mais perturbadora, é a desintegração de velhos padrões de relacionamento social humano, e

com ela, aliás, a quebra dos elos entre as gerações, quer dizer, entre passado e presente. Isso ficou muito evidente nos países mais desenvolvidos da versão ocidental de capitalismo, onde predominaram os valores de um individualismo associai absoluto, tanto nas ideologias oficiais como nas não oficiais, embora muitas vezes aqueles que defendem esses valores deplorem suas consequências sociais. Apesar disso, encontravam-se as mesmas tendências em outras partes, reforçadas pela erosão das sociedades e religiões tradicionais e também pela destruição, ou autodestruição, das sociedades do "socialismo real". 24

Essa sociedade, formada por um conjunto de indivíduos egocentrados sem outra conexão entre si, em busca apenas da própria satisfação (o lucro, o prazer ou seja lá o que for), estava sempre implícita na teoria capitalista. Desde a Era da Revolução, observadores de todos os matizes ideológicos previram a consequente desintegração dos velhos laços sociais na prática e acompanharam seu desenvolvimento. E conhecido o eloquente tributo do Manifesto Comunista ao papel revolucionário do capitalismo. ("A burguesia [...] despedaçou impiedosamente os diversos laços feudais que ligavam o homem a seus 'superiores naturais', e não deixou nenhum outro nexo entre homem e homem além do puro interesse próprio.") Mas não foi exatamente assim que a nova e revolucionária sociedade capitalista funcionou na prática.

Na prática, a nova sociedade operou não pela destruição maciça de tudo que o herdara da velha sociedade, mas adaptando seletivamente a herança do passado para uso próprio. Não há "enigma sociológico" na disposição da sociedade burguesa de introduzir "um individualismo radical na economia e [...] despedaçar todas as relações sociais ao fazê-lo" (isto é, sempre que atrapalhassem), temendo ao mesmo tempo o "individualismo experimental radical" na cultura (ou no campo do comportamento e da moralidade) (Daniel Bell, 1976, p. 18). A maneira mais eficaz de construir uma economia industrial baseada na empresa privada era combiná-la com motivações que nada tivessem a ver com a lógica do livre mercado — por exemplo com a ética protestante; com a abstenção da satisfação imediata; com a ética do trabalho árduo; com a noção de dever e confiança familiar; mas decerto não com a antinômi-ca rebelião dos indivíduos.

Contudo, Marx e os outros profetas da desintegração dos velhos valores e relações sociais tinham razão. O capitalismo era uma força revolucionadora permanente e contínua. Claro que ela acabaria por desintegrar mesmo as partes do passado pré-capitalista que antes achava convenientes, ou até mesmo essenciais, para seu próprio desenvolvimento: acabaria serrando pelo menos um dos galhos em que se assentava. Isso vem acontecendo desde meados do século. Sob o impacto da extraordinária explosão económica da Era de Ouro e depois, com suas consequentes mudanças sociais e culturais — a mais profunda revolução na sociedade desde a Idade da Pedra —, o galho começou a estalar e partir-se. No fim deste século, pela primeira vez, tornou-se possível ver como pode ser um

mundo em que o passado, inclusive o passado no presente, perdeu seu papel, em que os velhos mapas e cartas que guiavam os seres humanos pela vida individual e coletiva não mais representam a paisagem na qual nos movemos, o mar em que navegamos. Em que não sabemos aonde nos leva, ou mesmo aonde deve levar-nos, nossa viagem.

E a essa situação que uma parte da humanidade já deve acomodar-se no final do século; no novo milénio, outras deverão fazê-lo. Porém então, quem sabe, já seja possível ver melhor para onde vai a humanidade. Olhando para

trás, vemos a estrada que nos trouxe até aqui; foi o que tentei fazer neste livro. Não sabemos o que moldará o futuro, embora eu não tenha resistido à tentação de refletir sobre parte desses problemas, na medida em que eles surgem dos escombros do período que acaba de chegar ao fim. Esperemos que seja um mundo melhor, mais justo e mais viável. O velho século não acabou bem.

Parte um A ERA DA CATÁSTROFE

A ERA DA GUERRA TOTAL Filas de rostos pálidos murmurando, máscaras de medo, Eles deixam as trincheiras, subindo pela borda, Enquanto o tempo bate vazio e apressado nos pulsos, E a esperança, de olhos furtivos e punhos cerrados, Naufraga na lama. Ó Jesus, fazei com que isso acabe! Siegfried Sassoon (1947, p. 71) Talvez se ache melhor, em vista das alegações de "barbaridade " dos ataques aéreos, manter as aparências com a formulação de regras mais brandas e também limitando-se nominalmente o bombardeio a alvos de caráter estritamente militar [...] para evitar enfatizar a verdade de que a guerra aérea tornou tais restrições obsoletas e impossíveis. Talvez se passe algum tempo até que ocorra outra guerra e enquanto isso o público pode ser educado quanto ao significado da guerra aérea. Pules as to bombardment by aircraft, 1921 (Townsend, 1986, p. 161) (Sarajevo, i 946.) Aqui, como em Belgrado, vejo nas ruas um considerável número de moças cujos cabelos estão ficando grisalhos, ou já o estão completamente. Têm os rostos atormentados mas ainda jovens, enquanto as formas dos corpos traem ainda mais claramente sua juventude. Parece-me ver como a mão desta última guerra passou pelas cabeças desses seres frágeis [...]

Tal visão não pode ser preservada para o futuro; essas cabeças logo se tomarão mais grisalhas ainda e desaparecerão. E uma pena. Nada poderia falar tão claramente sobre nossa época às futuras gerações quanto essas jovens cabeças grisalhas, das quais se roubou a despreocupação da juventude.

Que pelo menos tenham um memorial nesta notinha. Signs by the

roadside (Andric, 1992, p. 50) 29

29

1
As luzes se apagam em toda a Europa, disse Edward Grey, secretário das Relações Exteriores da GrãBretanha, observando as luzes de Whitehall na noite em que a Grã-Bretanha e a Alemanha foram à guerra. "Não voltaremos a vêlas acenderse em nosso tempo de ida." Em Viena, o grande satirista Karl Kraus preparavase para documentar e denunciar essa guerra num extraordinário dramareportagem a que deu o título de Os últimos dias da humanidade. Ambos viam a guerra mundial como o fim de um mundo, e não foram os únicos. Não foi o fim da humanidade, embora houvesse momentos, no curso dos 31 anos de conflito mundial, entre a declaração de guerra austríaca à Sérvia, a 28 de julho de 1914, e a rendição incondicional do Japão, a 14 de agosto de 1945 quatro dias após a explosão da primeira bomba nuclear , em que o fim de considerável proporção da raça humana não pareceu muito distante. Sem dúvida houve momentos em que talvez fosse de esperarse que o deus ou os deuses que os humanos pios acreditavam ter criado o mundo e tudo o que nele existe estivessem arrependidos de havê-lo feito. A humanidade sobreviveu. Contudo, o grande edifício da civilização do século 20 desmoronou nas chamas da guerra mundial, quando suas colunas ruíram. Não há como compreender o Breve Século 20 sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as bombas não explodiam. Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos. Para os que cresceram antes de 1914, o contraste foi tão impressionante que muitos inclusive a geração dos pais deste historiador, ou pelo menos de seus membros centroeuropeus se recusaram a ver qualquer continuidade com o passado. Paz significava "antes de 1914": depois disso veio algo que não mais merecia esse nome. Era compreensível. Em 1914 não havia grande guerra fazia um século, quer dizer, uma guerra que envolvesse todas as grandes potências, ou mesmo a maioria delas, sendo que os grandes participantes do jogo internacional da época eram as seis grandes potências européias A (GrãBretanha, França, Rússia, ÁustriaHungria, Prússia após 1871 ampliada para Alemanha e, depois de unificada, a Itália), os EUA e o Japão. Houvera apenas uma breve guerra em que mais de duas das grandes potências haviam combatido, a Guerra da Criméia (18546), entre a Rússia, de um lado, e a GrãBretanha e a França do outro. Além disso, a maioria das guerras envolvendo grandes potências fora rápida. A maior delas não fora um conflito internacional, mas uma Guerra Civil dentro dos EUA (186 15). Mediase a extensão da guerra em meses, ou mesmo (como a guerra de 1866 entre a Prússia e a Áustria) semanas. Entre 1871 e 1914 não houvera na Europa guerra alguma em que

exércitos de grandes potências cruzassem alguma fronteira hostil,
30
embora no Extremo Oriente o Japão tivesse combatido (e vencido) a Rússia em 19045, apressando com isso a Revolução Russa. Não houvera, em absoluto, guerras mundiais. No século 18 a França e a GrãBretanha tinham combatido numa série de guerras cujos campos de batalha começavam na Índia, passavam pela Europa e chegavam à América do Norte, cruzando os oceanos do mundo. Entre 1815 e 1914 nenhuma grande potência combateu outra fora de sua região imediata, embora expedições agressivas de potências imperiais ou candidatas a imperiais contra inimigos mais fracos do ultramar fossem, claro, comuns. A maioria dessas expedições resultava em lutas espetacularmente unilaterais, como as guerras dos EUA contra o México (1846-1848) e a Espanha (1898) e as várias campanhas para ampliar os impérios coloniais britânico e francês, embora de vez em quando a escória reagisse, como quando os franceses tiveram de retirarse do México na década de 1860 e os italianos da Etiópia em 1896. Com os Estados modernos munidos de arsenais cada vez mais cheios de uma tecnologia da morte tremendamente superior, mesmo seus adversários mais formidáveis só podiam esperar, na melhor das hipóteses, um adiamento da retirada inevitável. Esses conflitos exóticos eram material para livros de aventura ou reportagens dos correspondentes de guerra (essa inovação de meados do século 20), mais que assuntos de relevância direta para a maioria dos habitantes dos Estados que os travavam e venciam. Tudo isso mudou em 1914. A Primeira Guerra Mundial envolveu todas as grandes potências, e na verdade todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça. E mais: tropas do ultramar foram, muitas vezes pela primeira vez, enviadas para lutar e operar fora de suas regiões. Canadenses lutaram na França, australianos e neozelandeses forjaram a consciência nacional numa península do Egêu Gallipoli tornouse seu mito nacional e, mais importante, os Estados Unidos rejeitaram a advertência de George Washington quanto a complicações européias e mandaram seus soldados para lá, determinando assim a forma da história do século 20. Indianos foram enviados para a Europa e o Oriente Médio, batalhões de trabalhadores chineses vieram para o Ocidente, africanos lutaram no exército francês. Embora a ação militar fora da Europa não fosse muito significativa a não ser no Oriente Médio, a guerra naval foi mais uma vez global: a primeira batalha travouse em 1914, ao largo das ilhas Falkland, e as campanhas decisivas, entre submarinos alemães e comboios aliados, deramse sobre e sob os mares do Atlântico Norte e Médio. É quase desnecessário demonstrar que a Segunda Guerra Mundial foi global. Praticamente todos os Estados independentes do mundo se envolveram, quisessem ou não, embora as repúblicas da América Latina só participassem de forma mais nominal. As colônias das potências imperiais não tiveram escolha. Com exceção da futura República da Irlanda e de Suécia, Suíça,
Portugal, Turquia e Espanha, na Europa, e talvez do Afeganistão, fora da

Europa, quase todo o globo foi beligerante ou ocupado, ou as duas coisas juntas. Quanto aos campos de batalha, os nomes de ilhas melanésias e assentamentos nos desertos norteafricanos, na Birmânia e nas Filipinas, tornaram-se tão conhecidos dos leitores de jornais e radiouvintes e essa foi essencialmente a guerra dos noticiários radiofônicos quanto os nomes de batalhas no Ártico e no Cáucaso, na Normandia, em Stalingrado e em Kursk. A Segunda Guerra Mundial foi uma aula de geografia do mundo. Locais, regionais ou globais, as guerras do século 20 iriam darse numa escala muito mais vasta do que qualquer coisa experimentada antes. Das 74 guerras internacionais travadas entre 1816 e 1965 que especialistas americanos, amantes desse tipo de coisa, classificaram pelo número de vítimas, as quatro primeiras ocorreram no século 20: as duas guerras mundiais, a guerra do Japão contra a China em 1937-1939, e a Guerra da Coréia. Cada uma delas matou mais de 1 milhão de pessoas em combate. A maior guerra internacional documentada do século 19 pósnapoleônico, entre PrússiaAlemanha e França, em 1870-1871, matou talvez 150 mil pessoas, uma ordem de magnitude mais ou menos comparável às mortes da Guerra do Chaco, de 1932-1935, entre Bolívia (pop. c. 3 milhões) e Paraguai (pop. . 1,4 milhão). Em suma, 1914 inaugura a era do massacre (Singer, 1972, pp. 66 e 131). Não há espaço neste livro para discutir as origens da Primeira Guerra Mundial, que o autor tentou esboçar em A era dos mistérios. Ela começou como uma guerra essencialmente européia, entre a tríplice aliança de França, GrãBretanha e Rússia, de um lado, e as chamadasPotências Centrais, Alemanha e AustriaHungria, do outro, com a Sérvia e a Bélgica sendo imediatamente arrastadas para um dos lados devido ao ataque austríaco (que na verdade detonou a guerra) à primeira e o ataque alemão à segunda (como parte da estràtégia de guerra da Alemanha). A Turquia e a Bulgária logo se juntaram às Potências Centrais, enquanto do outro lado a Tríplice Aliança se avolumava numa coalizão bastante grande. Subornada, a Itália também entrou; depois foi a vez da Grécia, da Romênia e (muito mais nominalmente) Portugal também. Mais objetivo, o Japão entrou quase de imediato, a fim de tomar posições A alemãs no Oriente Médio e no Pacífico ocidental, mas não se interessou por nada fora de sua região, e mais importante os EUA entraram em 1917. Na verdade, sua intervenção seria decisiva. Os alemães, então como na Segunda Guerra Mundial, viramse diante de uma possível guerra em duas frentes, inteiramente diferente dos Bálcãs, aos quais haviam sido arrastados por sua aliança com a Austria-Hungria Contudo como três das quatro Potências Centrais ficavam nessa região a Turquia e a Bulgária, além da Áustria, ali o problema estratégico não era tão urgente.) O plano alemão era liquidar rapidamente a França no Ocidente e depois partir com igual rapidez para liquidar a Rússia no Oriente, antes que o

império do czar pudesse pôr em ação efetiva todo o peso de seu enorme potencial militar humano. Então, como depois, movida pela necessidade,

a Alemanha planejava uma campanha relâmpago (o que seria, na Segunda Guerra Mundial, chamado de blitzkrieg). O plano quase deu certo, mas não inteiramente. O exército alemão avançou sobre a França, inclusive atravessando a Bélgica, neutra, e só foi detido algumas dezenas de quilômetros a Leste de Paris, junto ao rio Mame, cinco ou seis semanas depois de declarada a guerra. (Em 1940 o plano viria a dar certo.) Em seguida recuou um pouco, e os dois lados os franceses agora complementados pelo que restava dos belgas e por uma força de terra britânica que logo cresceria enormemente improvisaram linhas paralelas de trincheiras e fortificações defensivas, que pouco depois se estendiam sem interrupção da costa do Canal, em Flandres, até a fronteira suíça, deixando grande parte da França oriental e da Bélgica sob ocupação alemã. Nos três anos e meio que se seguiram não houve mudanças significativas de posição. Essa era a Frente Ocidental, que se tornou uma máquina de massacre provavelmente sem precedentes na história da guerra. Milhões de homens ficavam uns diante dos outros nos parapeitos de trincheiras barricadas com sacos de areia, sob as quais viviam como e com ratos e piolhos. De vez em quando seus generais procuravam romper o impasse. Dias e mesmo semanas de incessante bombardeio de artilharia que um escritor alemão chamou depois de furacões de aço (Emst Jünger, 1921) amaciavam o inimigo e o mandavam para baixo da terra, até que no momento certo levas de homens saíam por cima do parapeito, geralmente protegido por rolos e teias de arame farpado, para a terra de ninguém, um caos de crateras de granadas inundadas de água, tocos de árvores calcinadas, lama e cadáveres abandonados, e avançavam sobre as metralhadoras, que os ceifavam, como eles sabiam que aconteceria. A tentativa alemã de romper a barreira em Verdun, em 1916 (fevereiro julho), foi uma batalha de 2 milhões de homens, com 1 milhão de baixas. Fracassou. A ofensiva dos britânicos no Somme, destinada a forçar os alemães a suspender a ofensiva de Verdun, custou à Grã-Betanhã mortos 60 mil no primeiro dia de ataque. Não surpreende que na memória dos britânicos e franceses, que travaram a maior parte da Primeira Guerra Mundial na Frente Ocidental, esta tenha permanecido como a Grande Guerra, mais terrível e traumática na memória que a Segunda Guerra Mundial. Os franceses perderam mais de 20% de seus homens em idade militar, e se incluirmos os prisioneiros de guerra, os feridos e os permanentemente estropiados e desfigurados os gueules cassés caras quebradas] que se tornaram parte tão vivida da imagem posterior da guerra , não muito mais de um terço dos soldados franceses saiu da guerra incólume. As possibilidades do primeiro milhão de soldados britânicos sobreviver à guerra incólume eram de mais ou menos 50%. Os britânicos perderam uma geração meio milhão de homens com

menos de trinta anos (Winter, 1986, p. 83) , notadamente entre suas classes altas, cujos rapazes, destinados como gentlemen a ser os oficiais que davam o exemplo, marchavam para a batalha à frente de seus

homens e em conseqüência eram ceifados primeiro. Um quarto dos alunos de Oxford e Cambridge com menos de 25 anos que serviam no exército britânico em 1914 (Winter, 1986, p. 98) foi morto. Os alemães, embora contassem ainda mais mortos que os franceses, perderam apenas uma pequena proporção de seus contingentes em idade militar, muito mais numerosos que os franceses: 13% deles. Mesmo as baixas aparentemente modestas dos EUA (116 mil, contra 1,6 milhão de franceses, quase 800 mil britânicos e 1,8 milhão de alemães) na verdade demonstram a natureza assassina da Frente Ocidental, a única onde estes lutaram. Pois embora os EUA perdessem entre 2,5 e 3 vezes mais homens na Segunda Guerra Mundial que na Primeira, em 19178 as forças americanas estiveram em ação por pouco mais de um ano e meio, enquanto na Segunda Guerra Mundial foram três anos e meio e num único setor bastante exíguo, e não no mundo inteiro. Os horrores da guerra na Frente Ocidental teriam conseqüências ainda mais tristes. Sem dúvida, a própria experiência ajudou a brutalizar tanto a guerra como a política: se uma podia ser feita sem contar os custos humanos ou quaisquer outros, por que não a outra? Quase todos os que serviram na Primeira Guerra Mundial em sua esmagadora maioria soldados rasos saíram dela inimigos convictos da guerra. Contudo, os exsoldados que haviam passado por aquele tipo de guerra sem se voltarem contra ela às vezes extraíam da experiência partilhada de viver com a morte e a coragem um sentimento de incomunicável e bárbara superioridade inclusive em relação a mulheres e não combatentes que viria a formar as primeiras fileiras da ultradireita do pósguerra. Adolf Hitler era apenas um desses homens para quem o fato de ter sido frontsoldat era a experiência formativa da vida. Contudo, a reação oposta teve conseqüências igualmente negativas. Após a guerra, tornouse bastante evidente para os políticos, pelo menos nos países democráticos, que os banhos de sangue de 19148 não seriam mais tolerados pelos eleitores. A estratégia pósl9l8 da GrãBretanha e da França, tal como a estratégia pósVietnã nos EUA, baseavase nessa crença. A curto prazo, isso ajudou os alemães a ganhar a Segunda Guerra Mundial no Ocidente em 1940, contra uma França empenhada em agacharse por trás de suas fortificações incompletas e, uma vez rompidas estas, simplesmente não querendo continuar a luta; e uma GrãBretanha desesperada por evitar meterse no tipo de guerra terrestre maciça que dizimara seu povo em 19148. A longo prazo, os governos democráticos não resistiram à tentação de salvar as vidas de seus cidadãos, tratando as dos países inimigos como totalmente descartáveis. O lançamento da bomba atômica sobre Hiroxima e Nagasaki em 1945 não foi justificado como indispensável para a vitória, então absolutamente certa, mas como um

meio de salvar vidas de soldados amerianos. É possível, no entanto, que a idéia de que isso viesse a impedir a URSS, aliada dos EUA, de reivindicar uma participação preponderante na derrota do Japão tampouco estivesse ausente das cabeças do governo americano. Enquanto a Frente

Ocidental permanecia num impasse sangrento, a Frente Oriental continuava em movimento. Os alemães pulverizaram uma canhestra força de invasão russa na batalha de Tannenberg, no primeiro mês da guerra, e depois, com a ajuda por vezes efetiva dos austríacos, empurraram a Rússia para fora da Polônia. Apesar de ocasionais contraofensivas russas, ficou claro que as Potências Centrais tinham o domínio e que a Rússia travava uma ação defensiva de retaguarda contra o avanço alemão. Nos Bálcãs, as Potências Centrais tinham o controle, apesar do desempenho militar irregular do pétreo império habsburgo. Os beligerantes locais, Sérvia e Romênia, a propósito, sofreram de longe as maiores perdas militares. Os aliados, apesar de ocuparem a Grécia, não fizeram progresso até o colapso das Potências Centrais, após o verão de 1918. O plano da Itália de abrir outra frente contra a ÁustriaHungria nos Alpes falhou, sobretudo porque muitos soldados italianos não viam motivo para lutar pelo governo de um Estado que não consideravam seu e cuja língua poucos sabiam falar. Após uma grande débôcle militar em Caporetto em 1917, que deixou uma memória literária no romance Adeus às armas, de Ernest Hemingway, os italianos tiveram mesmo de ser reforçados por transferências de outros exércitos aliados. Enquanto isso, França, GrãBretanha e Alemanha sangravam até a morte na Frente Ocidental, a Rússia se via cada vez mais desestabilizada pela guerra que estava perdendo a olhos vistos, e o império austrohúngaro cambaleava para o desmoronamento, desejado por seus movimentos nacionalistas locais, e ao qual os ministros das Relações Exteriores aliados se resignavam sem entusiasmo, prevendo com razão uma Europa instável. Como romper o impasse na Frente Ocidental? Esse era o problema crucial para os dois lados, pois sem vitória no Ocidente nenhum dos dois podia vencer a guerra, ainda mais porque a guerra naval também estava empatada. A não ser por uns poucos ataques ocasionais, os aliados controlavam os oceanos, mas as frotas de combate britânicas e alemãs enfrentavamse e imobilizavam uma à outra no mar do Norte. A única tentativa de entrar em combate (1916) terminou indefinida, mas, visto que confinou a frota alemã às suas bases, no balanço geral foi vantajosa para os aliados. Os dois lados tentaram vencer pela tecnologia. Os alemães sempre fortes em química levaram o gás venenoso ao campo de batalha, onde ele se revelou ao mesmo tempo bárbaro e ineficaz, ocasionando o único caso autêntico de repulsa humanitária governamental a um meio de fazer a guerra, a Convenção de Genebra de 1925, pela qual o mundo se comprometia a não usar guerra química. E de fato, embora todos os governos continuassem a preparar

se para ela e esperassem que o inimigo a usasse, ela não foi usada por nenhum dos lados na Segunda Guerra Mundial, se bem que os sentimentos humanitários não impedissem os italianos de lançar gás sobre os povos coloniais. O acentuado declínio dos valores da civilização após a Segunda Guerra Mundial acabou trazendo o gás venenoso de volta. Durante a Guerra IrãIraque, na década de 1980, o Iraque, então appiado

entusiasticamente pelos Estados ocidentais, usouo à vontade contra soldados e civis. Os britânicos foram pioneiros nos veículos blindados de esteira, ainda conhecidos pelo então codinome de tanques, mas seus generais, não muito brilhantes, ainda não haviam descoberto como usálos. Ambos os lados usaram os novos e ainda frágeis aeroplanos, além de (a Alemanha) curiosas aeronaves em forma de charuto e cheias de hélio, fazendo experiências de bombardeio aéreo, por sorte sem grande eficácia. A guerra aérea também atingiu a maioridade na Segunda Guerra Mundial, notadamente como um meio de aterrorizar civis. A única arma tecnológica que teve um efeito importante na guerra em 1914-1918 foi o submarino, pois os dois lados, incapazes de derrotar os soldados um do outro, decidiram matar de fome os civis do adversário. Como todos os suprimentos da GrãBretanha eram transportados por mar, parecia factível estrangular as ilhas britânicas mediante uma guerra submarina cada vez mais implacável contra os navios. A campanha chegou perto do êxito em 1917, antes que se descobrissem meios efetivos de contêla, mas fez mais que qualquer outra coisa para arrastar os EUA à guerra. Os britânicos, por sua vez, fizeram o melhor possível para bloquear os suprimentos da Alemanha, ou seja, matar de fome a economia e a população alemãs. Foram mais eficazes do que deviam, pois, como veremos, a economia de guerra alemã não era dirigida com a eficiência e racionalidade de que se gabavam os alemães diferentemente da máquina militar alemã, que, tanto na Primeira como na Segunda Guerra Mundial, era impressionantemente superior a qualquer outra. A mera superioridade do exército alemão enquanto força militar poderia terse mostrado decisiva se a partir de 1917 os aliados não tivessem podido valerse dos recursos praticamente ilimitados dos EUA. Na verdade, a Alemanha, mesmo entravada pela aliança com a Áustria, assegurou a vitória total no Leste, expulsando a A Rússia da guerra para a revolução e para fora de grande parte de seus territórios europeus em 1917-1918. Pouco depois de impor a paz punitiva de BrestLitowsk (março de 1918), o exército alemão, agora livre para concentrarse no Ocidente, na verdade rompeu a Frente Ocidental e avançou de novo sobre Paris. Graças à inundação de reforços e equipamentos americanos os aliados se recuperaram, mas por um instante pareceu por um triz. Contudo, era o último lance de uma Alemanha exausta, que se sabia perto da derrota. Assim que os aliados começaram a avançar, no verão de 1918, o fim era apenas uma questão de semanas. As Potências Centrais não apenas admitiram a derrota, mas desmoronaram. A revolução varreu o Sudeste e o Centro da Europa no outono

de 1918, como varrera a Rússia em 1917 (ver o próximo capítulo). Nenhum dos velhos governos ficou de pé entre as fronteiras da França e o mar do Japão. Mesmo os beligerantes do lado vitorioso ficaram abalados, embora seja difícil acreditar que GrãBretanha e França não sobrevivessem inclusive à derrota como entidades políticas estáveis; a Itália não, contudo. Certamente nenhum dos países derrotados escapou da revolução.

Se um dos grandes ministros ou diplomatas do passado aqueles a quem os membros aspirantes dos ministérios do Exterior de seus países ainda eram instruídos a tomar como modelos, um Tayllerand ou um Bismarck se levantasse da cova para observar a Primeira Guerra Mundial, certamente se perguntaria por que estadistas sensatos não tinham decidido resolver a guerra por meio de algum acordo, antes que ela destruísse o mundo de 1914. É o que também nós devemos perguntarnos. A maioria das guerras não revolucionárias e não ideológicas do passado não se travara sob a forma de lutas de morte ou que prosseguissem até a exaustão total. Em 1914, certamente não era a ideologia que dividia os beligerantes, exceto no fato de que nos dois lados a guerra tinha de ser travada mediante a mobilização da opinião pública, isto é, alegando algum profundo desafio a valores nacionais aceitos, como o barbarismo russo contra a cultura alemã; a democracia francesa e britânica contra o absolutismo alemão, ou coisas assim. Além disso, houve estadistas que recomendaram algum tipo de acordo de compromisso mesmo fora da Rússia e da ÁustriaHungria, que pressionavam seus aliados nesse sentido com crescente desespero, à medida que a derrota se aproximava. Por que, então, a Primeira Guerra Mundial foi travada pelas principais potências dos dois lados como um tudo ou nada, ou seja, como uma guerra que só podia ser vencida por inteiro ou perdida por inteiro? O motivo era que essa guerra, ao contrário das anteriores, tipicamente travadas em torno de objetivos específicos e limitados, travavase por metas ilimitadas.

Na Era dos Impérios a política e a economia se haviam fundido. A rivalidade política internacional se modelava no crescimento e competição econômicos, mas o traço característico disso era precisamente não ter limites. As fronteiras naturais' da Standard Oil, do Deutsche Bank ou da De Beers Diamond Corporation estavam no fim do universo, ou melhor, nos limites de sua capacidade de expansão (Hobsbawm, 1987, p. 318). Mais concretamente, para os dois principais oponentes, Alemanha e GrãBretanha, o céu tinha de ser o limite, pois a Alemanha queria uma política e posição marítima globais como as que então ocupava a GrãBretanha, com o conseqüente relegamento de uma já declinante GrãBretanha a um status inferior. Era uma questão de ou uma ou outra. Para a França, então e depois, os objetivos em jogo eram menos globais, mas igualmente urgentes: compensar sua crescente e aparentemente inevitável inferioridade demográfica e econômica frente à Alemanha. Também aqui a questão era o futuro da França como grande potência. Nos dois casos,

o acordo teria significado apenas adiamento. A própria Alemanha, seria de supor, podia esperar até que seu tamanho e superioridade crescentes estabelecessem a posição que os governantes alemães achavam ser direito de seu país, o que aconteceria mais cedo ou mais tarde. Na verdade, a posição dominante de uma Alemanha duas vezes derrotada e sem pretensões a potência militar na Europa era mais inconteste no início da década de 1990 do que as pretensões da Alemanha militarista jamais

haviam sido antes de 1945. Contudo, isso se deve ao fato de GrãBretanha e França, como veremos, terem sido forçadas, após a Segunda Guerra Mundial, embora com relutância, a aceitar sua relegação a um status de segunda categoria, assim como a Alemanha Federal, com toda a sua força econômica, reconheceu que no pós 1945 a supremacia mundial como Estado individual estava, e teria de continuar, fora de seu poder. Na década de 1900, no auge da era imperial e imperialista, tanto a pretensão alemã a um status global único ("O espfrito alemão regenerará o mundo, diziam) quanto a resistência a isso de GrãBretanha e França, ainda inegáveis grandes potências num mundo eurocentrado, continuavam intatas. No papel, sem dúvida era possível o acordo neste ou naquele ponto dos quase megalomaníacos objetivos de guerra" que os dois lados formularam assim que a guerra estourou, mas na prática só um objetivo contava naquela guerra: a vitória total, aquilo que na Segunda Guerra Mundial veio a chamarse rendição incondicional. Era um objetivo absurdo, que trazia em si a derrota e que arruinou vencedores e vencidos; que empurrou os derrotados para a revolução e os vencedores para a bancarrota e a exaustão física. Em 1940 a França foi atropelada com ridícula facilidade e rapidez por forças alemãs inferiores e aceitou sem hesitação a subordinação a Hitler porque o país havia sangrado até quase a morte em 1914 a 18. A GrãBretanha jamais voltou a ser a mesma após 1918, porque o país arruinara sua economia travando uma guerra que ia muito além de seus recursos. Além disso, a vitória total, ratificada por uma paz punitiva, imposta, arruinou as escassas possibilidades existentes de restaurar alguma coisa que guardasse mesmo fraca semelhança com uma Europa estável, liberal, burguesa, como reconheceu de imediato o economista John Maynard Keynes. Se a Alemanha não fosse reintegrada na economia européia, isto é, se não se recoA nhecesse e aceitasse o peso econômico do país dentro dessa economia, não poderia haver estabilidade. Mas essa era a última consideração na mente dos que tinham lutado para eliminar a Alemanha. O acordo de paz imposto pelas grandes potências vitoriosas sobreviventes (EUA, GrãBretanha, França, Itália) e em geral, embora imprecisamente, conhecido como Tratado de Versalhes,* era dominado por cinco considera

(*) Tecnicamente, o Tratado de Versalhes só se refere à paz com a Alemanha. Vários parques e castelos reais nas vizinhanças de Paris deram seus nomes aos outros tratados: SaintGermain com a Áustria; Trianon com a Hungria; Sêvres com a Turquia; Neuilly com a Bulgária.

ções. A mais imediata era o colapso de tantos regimes na Europa e o surgimento na Rússia de um regime bolchevique revolucionário alternativo, dedicado àsubversão universal, um ímã para forças revolucionárias de todas as partes (ver capítulo 2). Segundo, havia a necessidade de controlar a Alemanha, que afinal quase tinha derrotado sozinha toda a coalizão aliada. Por motivos óbvios, esse era, e continuou sendo desde então, o maior interesse da França. Terceiro, o mapa da Europa tinha de ser redividido e retraçado, tanto para

enfraquecer a Alemanha quanto para preencher os grandes espaços vazios deixados na Europa e no Oriente Médio pela derrota e colapso simultâneos dos impérios russo, habsburgo e otomano. Os muitos pretendentes à sucessão, pelo menos na Europa, eram vários movimentos nacionalistas que os vitoriosos tendiam a estimular, contanto que fossem antibolcheviques como convinha. Na verdade, na Europa o princípio básico de reordenação do mapa era criar Estadosnação étnicolingüísticos, segundo a crença de que as nações tinham o "direito de autodeterminação. O presidente Wilson, dos EUA, cujas opiniões eram tidas como expressando as da potência sem a qual a guerra teria sido perdida, estava empenhado a fundo nessa crença, que era (e é) defendida com mais facilidade por quem está distante das realidades étnicas e lingüísticas das regiões que seriam divididas em Estadosnação. A tentativa foi um desastre, como ainda se pode ver na Europa da década de 1990. Os conflitos nacionais que despedaçam o continente na década de 1990 são as galinhas velhas do Tratado de Versalhes voltando mais uma vez para o choco.* O remapeamento do Oriente Médio se deu ao longo de linhas imperialistas divisão entre GrãBretanha e França com exceção da Palestina, onde o governo britânico, ansioso por apoio internacional judeu durante a guerra, tinha, de maneira incauta e ambígua, prometido estabelecer um lar nacional para os judeus. Essa seria outra relíquia problemática e não esquecida da Primeira Guerra Mundial. O quarto conjunto de considerações eram as políticas internas dentro dos países vitoriosos o que significava, na prática, GrãBretanha, França e EUA e os atritos entre eles. A conseqüência mais importante dessa politicagem interna foi que o Congresso americano se recusou a ratificar um acordo de paz escrito em grande parte por ou para seu presidente, e os EUA por conseguinte se retiraram dele, com resultados de longo alcance. Por fim, as potências vitoriosas buscaram desesperadamente o tipo de acordo de paz que tornasse impossível outra guerra como a que acabara de devastar o mundo e cujos efeitos retardados estavam em toda parte. Fracas

(*) A guerra civil iugoslava, a agitação secessionista na Eslováquia, a secessão dos Estados bálticos da antiga LRSS, os conflitos entre húngaros e romenos pela Transilvânia, o separatismo da Moldova (Moldávia, exBessarábia) e, na realidade, o nacionalismo transcaucasiano, sao alguns dos problemas explosivos que não existiam ou não teriam como existir antes de 1914.

saram da forma mais espetacular. Vinte anos depois, o mundo estava de novo em guerra. Tornar o mundo seguro contra o bolchevismo e remapear a Europa eram metas que se sobrepunham, pois a maneira mais imediata de tratar com a Rússia revolucionária, se por acaso ela viesse a sobreviver o que não parecia de modo algum certo em 1919 , ra isoláIa atrás de um cinturão de quarentena (cordon sanitaire, na linguagem da diplomacia contemporânea) de Estados anticomunistas. Como os territórios desses Estados haviam sido em grande parte ou

inteiramente secionados de exterras russas, sua hostilidade para com Moscou podia ser dada como certa. Do Norte para o Sul, eram eles: Finlândia, uma região autônoma que Lenin deixara separarse; três novas pequenas repúblicas bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia), para as quais não havia precedente histórico; Polônia, devolvida à condição de Estado após 120 anos; e uma Romênia muitíssimo ampliada, com o tamanho duplicado por cessões das partes húngara e austríaca do império habsburgo e da exrussa Bessarábia. A maioria desses Estados na verdade fora destacada da Rússia pela Alemanha e, não fosse pela Revolução Bolchevique, certamente teria sido devolvida àquele Estado. A tentativa de ir adiante com esse cinturão de isolamento no Cáucaso fracassou, antes de mais nada, porque a Rússia revolucionária chegou a um acordo com a Turquia, não comunista mas revolucionária, e que não tinha simpatia pelos imperialistas britânicos e franceses. Daí os Estados da Armênia e Geórgia, independentes durante um curto período, estabelecidos após BrestLitowsk, e as tentativas conduzidas pelos britânicos de separar o Azerbaijão, onde há muito petróleo, não sobreviverem à vitória dos bolcheviques na Guerra Civil de 1918 20 e ao tratado soviéticoturco de 1921. Em suma, no Leste os aliados aceitaram as fronteiras impostas pela Alemanha à Rússia revolucionária, na medida em que essas fronteiras não eram tornadas inoperantes por forças que os aliados não pudessem controlar. Isso ainda deixava grandes regiões, sobretudo da antiga Europa austrohúngara, para serem remapeadas. A Áustria e a Hungria foram reduzidas a retaguardas alemã e magiar, a Sérvia foi expandida para uma grande e nova Iugoslávia pela fusão com a (exaustríaca) Eslovênia e a (exhúngara) Croácia, e também com o antes independente pequeno reino tribal de pastores e assaltantes, Montenegro, uma sombria massa de montanhas cujos habitantes reagiram à perda sem precedentes de sua soberania convertendose em massa ao comunismo, que, achavam, apreciava a virtude heróica. Estavam também ligados à Rússia ortodoxa, cuja fé os ainda não conquistados homens da montanha negra tinham defendido contra os infiéis turcos durante tantos séculos. Também se formou uma nova Tchecoslováquia, juntandose o miolo industrial do império habsburgo, as terras tchecas, às áreas de camponeses eslovacos e rutênios antes pertencentes à Hungria. A Romênia foi ampliada para um conglomerado multinacional, enquanto a Polônia e a Itália também se beneficia

vam. Não havia um único precedente histórico assim como não havia lógica nas combinações iugoslavas e tchecoslovacas, meras construções de uma ideologia nacionalista que acreditava na força da etnicidade e na indesejabilidade de Estadosnação pequenos demais. Todos os eslavos do Sul (= iugoslavos) pertenciam a um Estado, assim como os eslavos do norte das terras tchecas e eslovacas. Como se poderia esperar, esses casamentos sob mira de espingarda não se mostraram muito firmes. A propósito, com exceção das remanescentes Áustria e Hungria, privadas da maioria mas na prática não inteiramente todas de suas minorias, os

novos Estados sucessores, tirados da Rússia ou do império habsburgo, não eram menos multinacionais que seus antecessores. Impôsse à Alemanha uma paz punitiva, justificada pelo argumento de que o Estado era o único responsável pela guerra e todas as suas conseqüências (a cláusula da culpa de guerra), para mantêla permanentemente enfraquecida. Isso foi conseguido não tanto por perdas territoriais, embora a AlsáciaLorena voltasse à França e uma substancial região no Leste à Polônia restaurada (o Corredor Polonês, que separava a Prússia oriental do resto da Alemanha), além de alguns ajustes menores nas fronteiras alemãs; essa paz punitiva foi, na realidade, assegurada privandose a Alemanha de uma marinha e uma força aérea efetivas; limitandose seu exército a 100 mil homens; impondose 'reparações (pagamentos dos custos da guerra incorridos pelos vitoriosos) teoricamente infinitas; pela ocupação militar de parte da Alemanha Ocidental; e, não menos, privandose a Alemanha de todas as suas antigas colônias no ultramar. (Elas foram redistribuídas entre os britânicos e seus domínios, os franceses, e em menor extensão aos japoneses, mas, em deferência à crescente impopularidade do imperialismo, não mais foram chamadas de colônias, e sim de mandatos para assegurar o progresso de povos atrasados, entregues humanitariamente às potências imperiais, que nem sonhariam em explorálos para nenhum outro propósito.) Com exceção das cláusulas territoriais, nada restava do Tratado de Versalhes em meados da década de 1930. Quanto ao mecanismo para impedir outra guerra mundial, era evidente que desmoronara absolutamente o consórcio de grandes potências européias que se supunha asseguralo antes de 1914. A alternativa, exortada a obstinados politiqueiros europeus pelo presidente Wilson, com todo o fervor liberal de um cientista político de Princeton, era estabelecer uma Liga de Nações (isto é, Estados independentes) que tudo abrangesse, e que solucionasse pacífica e democraticamente os problemas antes que se descontrolassem, de preferência em negociação pública ("alianças abertas feitas abertamente"), pois a guerra também tornara suspeitos, como diplomacia secreta, os habituais e sensíveis processos de negociação internacional. Foi em grande parte uma reação contra os tratados secretos acertados entre os aliados durante a guerra, nos quais dividiram a Europa do pósguerra e o Oriente Médio com uma surpreendente falta de atenção pelos desejos, ou mesmo interesses, dos habitantes daquelas

regiões. Os bolcheviques, descobrindo esses documentos sensíveis nos arquivos czaristas, haviamnos prontamente publicado para o mundo ler, e portanto exigiase um exercício de redução de danos. A Liga das Nações foi de fato estabelecida como parte do acordo de paz e revelouse um quase total fracasso, a não ser como uma instituição para coleta de estatísticas. Contudo, em seus primeiros dias resolveu uma o duas disputas menores, que não punham a paz mundial em grande risco, como a da Finlândia e Suécia sobre as ilhas Åland.* A recusa dos JApão a juntarse à Liga das Nações privoua de qualquer significado real. Não é

necessário entrar em detalhes da história do entreguerras para ver que o acordo de Versalhes não podia ser a base de uma paz estável. Estava condenado desde o início, e portanto outra guerra era praticamente certa. Como já observamos, os EUA quase imediatamente se retiraram, e num mundo não mais eurocentrado e eurodeterminado, nenhum acordo não endossado pelo que era agora uma grande potência mundial podia se sustentar. Como veremos, isso se aplicava tanto às questões econômicas do mundo quanto à sua política. Duas grandes potências européias, e na verdade mundiais, estavam temporariamente não apenas eliminadas do jogo internacional, mas tidas como não existindo como jogadores independentes a Alemanha e a Rússia soviética. Assim que uma ou as duas reentrassem em cena, um acordo de paz baseado apenas na GrãBretanha e na França pois a Itália também continuava insatisfeita não poderia durar. E, mais cedo ou mais tarde, a Alemanha ou a Rússia, ou as duas, reapareceriam inevitavelmente como grandes jogadores. Qualquer pequena chance que tivesse a paz foi torpedeada pela recusa das potências vitoriosas a reintegrar as vencidas. E verdade que a repressão total da Alemanha e a total proscrição da Rússia soviética logo se revelaram impossíveis, mas a adaptação à realidade foi lenta e relutante. Os franceses, em particular, só de má vontade abandonaram a esperança de manter a Alemanha fraca e impotente. (Os britânicos não eram obcecados pela lembrança da derrota e da invasão.) Quanto à URSS, os Estados vencedores teriam preferido que não existisse, e, tendo apoiado os exércitos da contrarevolução na Guerra Civil russa e enviado forças militares para apoialos, nao mostravam entusiasmo algum pelo reconhecimento dessa sobrevivência. Seus homens de negócios chegaram mesmo a descartar as ofertas das maiores concessões a investidores estrangeiros feitas por Lenin, desesperado por qualquer forma de reiniciar a economia quase destruída pela guerra, a revolução e a guerra civil. A Rússia

(*) As ilhas Âland. situadas entre a Finlândia e a Suécia, e fazendo parte da Finlândia, eram e são habitadas exclusivamente por uma população de língua sueca, enquanto a recémindependente Finlândia eslava agressivamente empenhada no predomínio da língua tinlandesa. Como alternativa à secessão para a Suécia vizinha, a Liga idealizou um plano que assegurava o uso exclusivo do sueco nas ilhas, e as protegia de indesejada imigração da Finlândia continental. (N. A.)

soviética foi obrigada a desenvolverse no isolamento, embora para fins políticos os dois Estados proscritos da Europa, a Rússia soviética e a Alemanha, se juntassem no início da década de 1920. Talvez a guerra seguinte pudesse ter sido evitada, ou pelo menos adiada, se se houvesse restaurado a economia préguerra como um sistema global de prósperos crescimento e expansão econômicos. Contudo, após uns poucos anos, em meados da década de 1920, nos quais se pareceu ter deixado para trás a guerra e a perturbação pósguerra, a economia mundial mergulhou na maior e mais dramática crise que conhecera desde a Revolução Industrial

(ver capítulo 3). E isso levou ao poder, na Alemanha e no Japão, as forças políticas do militarismo e da extrema direita, empenhadas num rompimento deliberado com o status quo mais pelo confronto, se necessário militar, do que pela mudança negociada aos poucos. Daí em diante, uma nova guerra mundial era não apenas previsível, mas rotineiramente prevista. Os que atingiram a idade adulta na década de 1930 a esperavam. A imagem de frotas de aviões jogando bombas sobre cidades, e de figuras de pesadelo com máscaras contra gases, tateando o caminho como cegos em meio à nuvem de gás venenoso, perseguiu minha geração: profeticamente num caso, erroneamente no outro.

II

As origens da Segunda Guerra Mundial produziram uma literatura histórica incomparavelmente menor sobre suas causas do que as da Primeira Guerra, e por um motivo óbvio. Com as mais raras exceções, nenhum historiador sério jamais duvidou de que a Alemanha, Japão e (mais hesitante) a Itália foram os agressores. Os Estados arrastados à guerra contra os três, capitalistas ou socialistas, não queriam o conflito, e a maioria fez o que pôde para evitálo. Em termos mais simples, a pergunta sobre quem ou o que causou a Segunda Guerra Mundial pode ser respondida em duas palavras: Adolf Hitler. As respostas a perguntas históricas não são, claro, tão simples. Como vimos, a situação mundial criada pela Primeira Guerra era inerentemente instável, sobretudo na Europa, mas também no Extremo Oriente, e portanto não se esperava que a paz durasse. A insatisfação com o status quo não se restringia aos Estados derrotados, embora estes, notadamente a Alemanha, sentissem que tinham bastantes motivos para ressentimento, como de fato tinham. Todo partido na Alemanha, dos comunistas na extrema esquerda aos nacionalsocialistas de Hitler na extrema direita, combinavamse na condenação do Tratado de Versalhes como injusto e inaceitável. Paradoxalmente, uma revolução alemã autêntica poderia ter produzido uma Alemanha menos explosiva no cenário internacional. Os dois países derrotados que foram de fato revolucionados, a Rússia e a Turquia, se achavam demasiado preocupados com suas

próprias questões, incluindo a defesa de suas fronteiras, para desestabilizar a situação internacional. Eram forças a favor da estabilidade na década de 1930, e na verdade a Turquia permaneceu neutra na Segunda Guerra Mundial. Con
tudo, tanto o Japão quanto a Itália, embora do lado vencedor da guerra,
também se sentiam insatisfeitos, os japoneses com um realismo de certa forma
maior que os italianos, cujos apetite imperiais excediam muitíssimo o poder de seu Estado independente para satisfazêlos. De qualquer modo, a Itália saíra da guerra com consideráveis ganhos territoriais nos Alpes, no Adriático e até mesmo no mar Egeu, mesmo não sendo aquele butim prometido ao Estado pelos aliados em troca da entrada ao lado deles em

1915. Contudo, o triunfo do fascismo, um movimento contrarevolucionário e portanto ultranacionalista e imperialista, sublinhou a insatisfação italiana (ver capítulo 5). Quanto ao Japão, sua força militar e naval bastante considerável tornavao a mais formidável potência no Extremo Oriente, sobretudo desde que a Rússia estava fora do quadro, e isso foi em certa medida reconhecido internacionalmente pelo Acordo Naval de Washington de 1922, que pôs um ponto final na supremacia naval britânica, estabelecendo a fórmula de 5:5:3 para a força das marinhas americana, britânica e japonesa, respectivamente. Mas o Japão, cuja industrialização avançava a passos largos, embora em tamanho absoluto a economia ainda fosse bastante modesta 2,5% da produção mundial no fim da década de 1920 , sem dúvida achava que merecia uma fatia maior do bolo do Extremo Oriente do que as potências imperiais brancas lhe concediam. Além disso, os japoneses tinham uma aguda consciência da vulnerabilidade de um país ao qual faltavam praticamente todos os recursos naturais necessários a uma economia moderna, cujas importações estavam à mercê de interferências de marinhas estrangeiras, e as exportações à mercê do mercado dos EUA. A pressão militar para a criação de um império territorial próximo na China, diziase, logo encurtaria as linhas de comunicação japonesas, e assim as tornaria menos vulneráveis. Apesar disso, fosse qual fosse a instabilidade da paz pós1918 e a probabilidade de seu colapso, é bastante inegável que o que causou concretamente a Segunda Guerra Mundial foi a agressão pelas três potências descontentes, ligadas por vários tratados desde meados da década de 1930.Os Marcos Miliá A riosnaestra da para a guerra foram a invasão da Manhúria pelo Japão em 1931; a
invasão da Etiópia pelos italianos em 1935; a intervenção alemã e italiana na Guerra Civil Espanhola em 1936-1939; a invasão alemã da Áustria no início de 1938; o estropiamento posterior da Tchecoslováquia pela Alemanha no mesmo ano; a ocupação alemã do que restava da Tchecoslováquia em março de 1939 (seguida pela ocupação italiana da Albânia); e as exigências alemãs à Polônia que levaram de fato ao início da guerra. Alternativamente, podemos contar esses marcos miliários de um modo negativo: a não ação da Liga contra o Japão; a não tomada de medidas efetivas contra a Itália em 1935; a não

reação de GrãBretanha e França à denúncia unilateral alemã do Tratado de Versalhes, e notadamente à reocupação alemã da Renânia em 1936; a recusa de GrãBretanha e França a intervir na Guerra Civil Espanhola (não intervenção); a não reação destas à ocupação da Áustria; o recuo delas diante da chantagem alemã sobre a Tchecoslováquia (o "Acordo de Munique" de 1938); e a recusa da URSS a continuar opondose a Hitler em 1939 (o pacto Hitler Stalin de agosto de 1939). E no entanto, se um lado claramente não queria guerra, e fez tudo possível para evitála, e o outro a glorificava e, no caso de Hitler, sem dúvida a desejava ativamente, nenhum dos agressores queria a guerra que tiveram, quando a tiveram, e contra pelo menos alguns dos inimigos com os quais se viram

lutando. O Japão, apesar da influência militar em sua política, certamente teria preferido alcançar seus objetivos em essência a criação de um império lesteasiático sem uma guerra geral, na qual só se envolveu porque os EUA se achavam envolvidos numa. Que tipo de guerra queria a Alemanha, quando e contra quem, ainda são temas de discussão, pois Hitler não era um homem que documentava suas decisões, mas duas coisas estão claras. Uma guerra contra a Polônia (apoiada pela GrãBretanha e a França) em 1939 não fazia parte de seu plano de guerra, e a guerra em que finalmente se viu, contra a URSS e os EUA, era o pesadelo de todo general e diplomata alemão. A Alemanha (e depois o Japão) precisava de uma guerra ofensiva rápida pelos mesmos motivos que a tinham feito necessária em 1914. Os recursos conjuntos dos inimigos potenciais de cada um deles, uma vez unidos e coordenados, eram esmagadoramente maiores que os seus. Nenhum dos dois sequer fez planos para uma guerra extensa, nem contou com armamentos de longo período de gestação. (Em contraste, os britânicos, aceitando a inferioridade em terra, investiram seu dinheiro desde o início nas formas mais caras e tecnologicamente sofisticadas de armamento, e fizeram planos para uma longa guerra, em que eles e seus aliados venceriam o outro lado em produção.) Os japoneses foram mais bem sucedidos que os alemães em evitar a coalizão de seus inimigos, pois ficaram de fora tanto da guerra da Alemanha contra a GrãBretanha e a França em 193940 quanto da guerra contra a Rússia depois de 1941. Ao contrário das outras potências, eles tinham lutado de fato contra o Exército Vermelho, numa guerra não oficial mas substancial, na fronteira sinosiberiana em 1939, e saído seriamente maltratados. O Japão só entrou na guerra contra a GrãBretanha e os EUA, mas não contra a URSS, em dezembro de 1941. Infelizmente para ele, a única potência contra a qual tinha de lutar, os EUA, lhe era tão imensamente superior em recursos que praticamente tinha de vencer. A Alemanha pareceu mais afortunada por algum tempo. Na década de 1930. quando a guerra se aproximava, a GrãBretanha e a França não se juntaram à Rússia soviética, e esta acabou preferindo chegar a um acordo com Hitler, enquanto a política local impedia o presidente Roosevelt de dar mais

que apoio burocrático ao lado que apoiava apaixonadamente. A guerra portanto começou em 1939 como um conflito puramente europeu e, de fato, depois que a Alemanha entrou na Polônia, que foi derrotada e dividida em três semanas com a agora neutra URSS, como uma guerra puramente européia ocidental de Alemanha contra GrãBretanha e França. Na primavera de 1940, a Alemanha levou de roldão a Noruega, Dinamarca, Países Baixos, Bélgica e França com ridícula facilidade, ocupando os quatro primeiros países e dividindo a França numa zona diretamente ocupada e administrada pelos alemães vitoriosos, e num Estado satélite francês (seus governantes, oriundos dos vários setores da reação francesa, não queriam mais chamá-la de república), com capital num balneário provinciano, Vichy. Só restou em guerra com a Alemanha a

GrãBretanha, sob uma coalizão de todas as forças nacionais, chefiada por Winston Churchill e baseada na total recusa a qualquer tipo de acordo com Hitler. Foi nesse momento que a Itália fascista decidiu escorregar do muro de neutralidade, onde se sentava cautelosamente seu governo, para o lado alemão. Para fins práticos, a guerra na Europa acabara. Mesmo que a Alemanha não pudesse invadir a GrãBretanha, devido ao duplo obstáculo do mar e da Real Força Aérea, não havia possibilidade de uma guerra em que os britânicos pudessem retornar ao continente europeu, quanto mais derrotar a Alemanha. Os meses de 1940 1, quando a GrãBretanha ficou sozinha, são um momento maravilhoso na história do povo britânico, ou pelo menos dos que tiveram a sorte de vivê-lo, mas as possibilidades do país eram exíguas. O programa de rearmamento Defesa do Hemisfério, dos EUA, de junho de 1940, praticamente assumia que mais armas para a GrãBretanha seriam inúteis e, mesmo depois de aceita a sobrevivência britânica, o Reino Unido ainda era visto sobretudo como uma base de defesa distante para a América. Enquanto isso, o mapa da Europa era redesenhado. A URSS, por acordo, ocupou as áreas européias do império czarista perdidas em 1918 (com exceção das partes da Polônia tomadas pela Alemanha) e a Finlândia, contra a qual Stalin travara uma desastrada guerra de inverno em 1939-1940, o que levou as fronteiras russas um
pouco mais para longe de Leningrado. Hitler presidiu uma revisão do acordo de Versalhes nos antigos territórios habsburgos, que se revelou de curta vida.

A As tentativas britânicas de ampliar a guerra nos Bálcãs levaram à esperada conquista de toda a península pela Alemanha, incluindo as ilhas gregas. Na verdade, a Alemanha cruzou de fato o Mediterrâneo para a África, quando pareceu que sua aliada Itália, ainda mais decepcionante como poder militar na Segunda Guerra Mundial que a ÁustriaHungria na Primeira, ia ser inteiramente expulsa de seu império africano pelos britânicos, que lutavam a partir de sua base principal no Egito. O Afrika Korps alemão, sob um de seus mais talentosos generais, Erwin Rommel, ameaçou toda a posição britânica no Oriente Médio. A guerra foi revivida pela invasão da URSS por Hitler em 22 de junho de

1941. a data decisiva da Segunda Guerra Mundial; uma invasão tão insensata pois comprometia a Alemanha numa guerra em duas frentes que Stalin simplesmente não acreditava que Hitler pudesse contempla la. Mas para Hitler a conquista de um vasto império territorial oriental, rico em recursos e trabalho escravo, era o próximo passo lógico, e, como todos os outros especialistas militares, com exceção dos japoneses, ele subestimou espetacularmente a capacidade soviética de resistir. Não, porém, sem certa plausibilidade, em vista da desorganização do Exército Vermelho pelos expurgos da década de 1930 (ver capítulo 13), da aparente condição do país, dos efeitos gerais do terror, e das intervenções extraordinariamente ineptas de Stalin na estratégia militar. Na verdade, os avanços iniciais dos exércitos

alemães foram tão rápidos e pareceram tão decisivos quanto as campanhas no Ocidente. No início de outubro, estavam nos arredores de Moscou, e há indícios de que, durante alguns dias, o próprio Stalin ficou desmoralizado e pensou em fazer a paz. Mas o momento passou, e as simples dimensões das reservas de espaço, força humana, valentia física e patriotismo russos, e um implacável esforço de guerra, derrotaram os alemães e deram à URSS tempo para se organizar efetivamente, sobretudo por deixar que os muito talentosos chefes militares (alguns deles recém libertados de gulags) fizessem o que achavam melhor. Os anos de 1942 5 foram a única vez em que Stalin fez uma pausa em seu terror. Uma vez que a guerra russa não se decidira em três semanas, como Hitler esperava, a Alemanha estava perdida, pois não estava equipada nem podia agüentar uma guerra longa. Apesar de seus triunfos, tinha, e produzia, muito menos aviões do que mesmo a GrãBretanha e a Rússia, sem contar os EUA. Uma nova ofensiva alemã em 1942, após o inverno terrível, pareceu tão brilhantemente bem sucedida como todas as outras, e levou os exércitos alemães a fundo no Cáucaso e ao vale do baixo Volga, mas não podia mais decidir a guerra. Os exércitos alemães foram detidos em Stalingrado (verão de 1942março de 1943). Depois disso, os russos começaram por sua vez o avanço, que só os levou a Berlim, Praga e Viena no fim da guerra. De Stalingrado em diante, todo mundo sabia que a derrota da Alemanha era só uma questão de tempo. Enquanto isso a guerra, ainda basicamente européia, se tornara de fato global. Isso se deveu em parte às agitações antiimperialistas entre os súditos e dependentes da GrãBretanha, ainda o maior império mundial, embora ainda pudessem ser eliminadas sem dificuldade. Os simpatizantes de Hitler entre os beres na África do Sul podiam ser internados ressurgiram depois da guerra como os arquitetos do regime de apartheid de 1954 e a tomada do poder no Iraque por Rashid Ali na primavera de 1941 foi rapidamente sufocada. Muito mais significativo foi o fato de que o triunfo de Hitler na Europa deixou um vácuo imperial parcial no Sudeste Asiático, no qual o Japão então entrou, afirmando um protetorado sobre as desamparadas relíquias dos franceses na Indochina. Os EUA encararam essa extensão do poder do Eixo no Sudeste

Asiático como intolerável, e aplicaram severa pressão econômica sobre o Japão, cujo comércio e abastecimentos dependiam inteiramente das comunicações marítimas. Foi esse conflito que levou à guerra entre os dois países. O ataque japonês a Pearl Harbor em 7 de dezembro de 1941 tornou a guerra mundial. Dentro de poucos meses, os japoneses tinham tomado todo o Sudeste Asiático, continental e insular, ameaçando invadir a Índia a partir da Birmânia no Oeste, e o vazio Norte da Austrália a partir da Nova Guiné. É provável que o Japão não pudesse evitar a guerra com os EUA, a menos que desistisse do objetivo de estabelecer um poderoso império econômico (eufemisticamente chamado de Grande Esfera de Coprosperidade LesteAsiática), que era a essência mesma de sua política. Contudo, tendo observado as conseqüências do fracasso das

potências européias ao tentarem resistir a Hitler e Mussolini, e seus resultados, não se poderia esperar que os EUA de E D. Roosevelt reagissem à expansão japonesa como a GrãBretanha e a França tinham reagido à expansão alemã. De qualquer modo, a opinião pública americana encarava o Pacífico (ao contrário da Europa) como um campo normal para a ação dos EUA, mais ou menos como a América Latina. O isolacionismo americano pretendia manterse fora apenas da Europa. Na verdade, foram o embargo ocidental (isto é, americano) ao comércio japonês e o congelamento de bens japoneses que obrigaram o Japão a passar à ação, se não queria que sua economia, inteiramente dependente de importações oceânicas, fosse estrangulada de repente. A jogada que fez era perigosa, e revelouse suicida. O Japão talvez aproveitasse sua única oportunidade de estabelecer rapidamente seu império sulista; mas como calculava que isso exigia a imobilização da marinha americana, a única força que podia intervir, também significava que os EUA, com suas forças e recursos esmagadoramente superiores, seriam imediatamente arrastados para a guerra. Não havia como o Japão vencer essa guerra. O mistério é: por que Hitler, já inteiramente esgotado na Rússia, declarou gratuitamente guerra aos EUA, dando assim ao governo de Roosevelt a oportunidade de entrar no conflito europeu ao lado da GrãBretanha, sem enfrentar esmagadora resistência política em casa? Pois havia muito pouca dúvida na mente de Washington de que a Alemanha nazista constituía um perigo muito mais sério, ou de qualquer modo muito mais global, para a posição dos EUA a e do mundo que o Japão. Os EUA portanto preferiram concentrarse mais em ganhar a guerra contra a Alemanha do que contra o Japão, e concentrar seus recursos de acordo. O cálculo foi correto. Foram necessários mais três anos e meio para derrotar a Alemanha, após o que o Japão foi posto de joelhos em três meses. Não há explicação adequada para a loucura de Hitler, embora saibamos que ele persistente e impressionantemente subestimou a capacidade de ação, para não falar no potencial econômico e tecnológico, dos EUA, porque julgava as democracias incapazes de agir. A única democracia que levava a sério era a GrãBretanha, que com razão encarava como não inteiramente democrática.

48

As decisões de invadir a Rússia e declarar guerra aos EUA decidiram também o resultado da Segunda Guerra Mundial. Isso não pareceu imediatamente óbvio, pois o Eixo atingira o auge do seu sucesso em meados de 1942, e só perdeu inteiramente a iniciativa militar em 1943. Além disso, os aliados ocidentais só reentraram efetivamente no continente europeu em 1944, pois enquanto conseguiam expulsar o Eixo do Norte da África e atravessar para a Itália, eram mantidos à distância pelo exército alemão. Nesse meio tempo, a única grande arma dos aliados ocidentais contra a Alemanha era o poder aéreo, e este, como demonstraram pesquisadores posteriores, se mostrava espetacularmente ineficaz, exceto para matar civis e destruir cidades. Só os exércitos soviéticos continuaram a avançar, e só nos Bálcãs sobretudo na

Jugoslávia; Albânia e Grécia um movimento armado em grande parte inspirado pelos comunistas que causou à Alemanha, e ainda mais à Itália, sérios problemas militares. Apesar disso, Winston Churchill tinha razão quando exclamou confiante depois de Pearl Harbor que a vitória pela aplicação correta de uma força esmagadora era certa (Kennedy, p. 347). Do fim de 1942 em diante, ninguém duvidou de que a Grande Aliança contra o Eixo ia vencer. Os aliados começaram a concentrarse no que fazer com sua previsível vitória. Não precisamos seguir mais adiante o curso dos acontecimentos militares, a não ser para observar que, no Ocidente, a resistência alemã se mostrou muito dura de vencer, mesmo depois que os aliados reentraram em peso no continente em junho de 1944, e que, ao contrário de 1918, não houve sinal algum de revolução alemã contra Hitler. Só os generais alemães, núcleo de poder militar e eficiência prussianos tradicionais, tramaram a queda de Hitler em julho de 1944, pois eram mais patriotas racionais do que entusiastas de um Gõtterdãmmerung wagnenano em que a Alemanha seria totalmente destruída. Não tiveram apoio popular, fracassaram e foram mortos en masse pelos legalistas de Hitler. No Leste houve ainda menos sinais de racha na determinação do Japão de lutar até o fim, motivo pelo qual se lançaram armas nucleares sobre Hiroxima e Nagasaki, para assegurar uma rápida rendição japonesa. A vitória em 1945 foi total, a rendição incondicional. Os Estados inimigos derrotados foram totalmente ocupados pelos vencedores. Não se fez qualquer paz formal, pois não se reconhecia nenhuma autoridade independente das forças de ocupação, pelo menos na Alemanha e no Japão. O mais próximo de negociações de paz foi a série de conferências entre 1943 e 1945, em que as principais potências aliadas EUA, URSS e GrãBretanha decidiram a divisão dos despojos da vitória e (sem muito sucesso) tentaram determinar suas relações umas com as outras depois da guerra: em Teerã, em 1943; em Moscou, no outono de 1944; em Jalta, Criméia, no início de 1945; e em Potsdam, na Alemanha ocupada, em agosto de 1945. Mais bemsucedida, uma série de negociações interaliados entre 1943 e 1945 estabeleceu um esquema mais geral para as relações políticas e econômicas entre Estados, incluindo o esta
belecimento das Nações Unidas. Essas questões pertencem a outro capítulo (ver capítulo 9). Mais ainda que a Grande Guerra, a Segunda Guerra Mundial foi portanto travada até o fim, sem idéias sérias de acordo em nenhum dos lados, com exceção da Itália, que trocou de lado e regime político em 1943 e não foi inteiramente tratada como território ocupado, mas como um país derrotado com um governo reconhecido. (Foi ajudada pelo fato de os aliados não conseguirem empurrar os alemães, e a República Social fascista sob Mussolini deles dependente, para fora de mais da metade da Itália durante quase dois anos.) Ao contrário da Primeira Guerra Mundial, essa mútua intransigência não exige explicação especial. Era, de ambos os lados, uma guerra de religião, ou, em termos modernos, de ideologias. Foi também, e demonstravelmente, uma luta de vida ou morte para a maioria dos países envolvidos. O preço da derrota

frente ao regime nacionalsocialista alemão, como foi demonstrado na Polônia e nas partes ocupadas da URSS, e pelo destino dos judeus, cujo extermínio sistemático foi se tornando aos poucos conhecido de um mundo incrédulo, era a escravização e a morte. Daí a guerra ser travada sem limites. A Segunda Guerra Mundial ampliou a guerra maciça em guerra total. Suas perdas são literalmente incalculáveis, e mesmo estimativas aproximadas se mostram impossíveis, pois a guerra (ao contrário da Primeira Guerra Mundial) matou tão prontamente civis quanto pessoas de uniforme, e grande parte da pior matança se deu em regiões, ou momentos, em que não havia ninguém a postos para contar, ou se importar. As mortes diretamente causadas por essa guerra foram estimadas entre três e quatro vezes o número (estimado) da Primeira Guerra Mundial (Milward, p. 270; Petersen, 1986), e, em outros termos, entre 10% e 20% da população total da URSS, Polônia e Iugoslávia; e entre 4% e 6% da Alemanha, Itália, Áustria, Hungria, Japão e China. As baixas na GrãBretanha e França foram bem menores que na Primeira Guerra cerca de 1%, mas nos EUA um tanto mais altas. Mesmo assim, são palpites. As baixas soviéticas foram estimadas em vários momentos, mesmo oficialmente, em 7 milhões, 11 milhões, ou na faixa de 20 ou mesmo 30 milhões. De qualquer modo, que significa exatidão estatística com ordens de grandeza tão astronômicas? Seria menor o horror do holocausto se os historiadores concluíssem que exterminou não 6 milhões (estimativa original por cima, e quase certamente exagerada), mas 5 ou mesmo 4 milhões? E se os novecentos dias de sítio alemão a Leningrado (194 14) mataram 1 milhão ou apenas três quartos ou meio milhão de fome e exaustão? Na verdade, podemos realmente apreender números além da realidade aberta à intuição física? Que significa para o leitor médio desta página que, de 5,7 milhões de prisioneiros de guerra russos na Alemanha, 3,3 milhões morreram (Hirschfeld, 1986)? A única coisa certa sobre as baixas da guerra é que levaram mais homens que mulheres. Em 1959, ainda havia na URSS sete mulheres entre as idades de 35 e cinqüenta anos

para cada quatro homens (Milward, 1979, p. 212). Os prédios podiam ser mais facilmente reconstruídos após essa guerra do que as vidas dos sobreviventes.

III

Temos como certo que a guerra moderna envolve todos os cidadãos e mobiliza a maioria; é travada com armamentos que exigem um desvio de toda a economia para a sua produção, e são usados em quantidades inimagináveis; produz indizível destruição e domina e transforma absolutamente a vida dos países nela envolvidos. Contudo, todos esses fenômenos pertencem apenas às guerras do século 20. Na verdade, houve guerras tragicamente destrutivas antes, e mesmo guerras que anteciparam os esforços totais da guerra moderna, como na França durante a Revolução. Até hoje, a Guerra Civil de 1861 5 continua sendo o conflito mais sangrento na história dos EUA: matou tantos homens

quanto todas as guerras posteriores do país juntas, incluindo as duas mundiais, a da Coréia e a do Vietnã. Apesar disso, antes do século 20, guerras envolvendo toda a sociedade eram excepcionais. Jane Austen escreveu seus romances durante as Guerras Napoleônicas, mas nenhum leitor que não saiba disso o imaginaria, pois as guerras não aparecem em suas páginas, embora um certo número de cavalheiros que passam por essas páginas indubitavelmente tenham tomado parte nelas. E inconcebível que qualquer romancista pudesse escrever assim sobre a GrãBretanha nas guerras do século 20. O monstro da guerra total do século 20 não nasceu já do seu tamanho. Contudo, de 1914 em diante, as guerras foram inquestionavelmente guerras de massa. Mesmo na Primeira Guerra Mundial, a GrãBretanha mobilizou 12,5% de seus homens para as Forças Armadas, a Alemanha 15,4%, e a França quase 17%. Na Segunda Guerra Mundial, a porcentagem de força humana total que foi para as Forças Armadas esteve muito geralmente nas vizinhanças de 20% (Milward, 1979, p. 216). Podemos observar de passagem que um tal nível de mobilização de massa, durante anos, não pode ser mantido, a não ser por uma economia industrializada de alta produtividade e ou alternativamente em grande parte nas mãos de setores não combatentes da população. As economias agrárias tradicionais não podem em geral mobilizar uma proporção tão grande de sua força de trabalho, a não ser sazonalmente, pelo menos na zona temperada, pois há momentos no ano agrícola em que todos os braços são necessários (por exemplo, para a colheita). Mesmo em sociedades industriais, uma tão grande mobilização de mão-de-obra impõe enormes tensões à força de trabalho, motivo pelo qual as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalhismo organizado e produziram uma revolução no emprego de mulheres fora do lar: temporariamente na Primeira Guerra Mundial, permanentemente na Segunda.

Também neste caso, as guerras do século 20 foram guerras de massa, no sentido de que usaram, e destruíram, quantidades até então inconcebíveis de produtos durante a luta. Daí a expressão alemã Materialschlacht para descrever as batalhas ocidentais de 1914 8 batalhas de materiais. Napoleão, por sorte para a capacidade industrial extremamente restrita da França em sua época, pôde vencer a batalha de Jena. 1806, e com isso destruir o poder da Prússia, com não mais de 1500 rodadas de artilharia. Contudo, mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, a França fazia planos para uma produção de munição de 1012 mil granadas por dia, e no fim sua indústria teve de produzir 200 mil granadas por dia. Mesmo a Rússia czarista descobriu que produzia 150 mil granadas por dia, ou uma taxa de 4,5 milhões por mês. Não admira que os processos das fábricas de engenharia mecânica fossem revolucionados Quanto aos instrumentos menos destrutivos da guerra, lembremos que durante a Segunda Guerra Mundial o exército dos EUA encomendou mais de 519 milhões de pares de meias e mais de 219 milhões de calças, enquanto as forças alemãs, fiéis à tradição burocrática, num único ano (1943) encomendou 4,4 milhões de tesouras e 6,2 milhões de almofadas para os

carimbos dos departamentos militares (Milward, 1979, p. 68). A guerra
em massa exigia produção em massa. Mas a produção também exigia
organização e administração mesmo sendo o seu objetivo a destruição
racionalizada de vidas humanas da maneira mais eficiente, como nos
campos de extermínio alemães. Falando em termos mais gerais, a guerra
total era o maior empreendimento até então conhecido do homem, e tinha
de ser conscientemente organizado e administrado. Isso também suscitava
novos problemas. Os assuntos militares sempre foram interesse especial
dos governos, desde que assumiram a direção de exércitos permanentes
(que ficam) no século 17, em vez de subcontratálos de empresários
militares. Na verdade, exércitos e guerra logo se tornaram indústrias
ou complexos de atividade econômica muito maiores que qualquer coisa no
comércio privado, motivo pelo qual no século 19 tantas vezes
proporcionaram a especialização e a capacidade de administração para
os vastos empreendimentos privados que se desenvolveram na área
industrial, por exemplo, A os projetos de ferrovias ou instalações
portuárias. Além disso, quase todos os governos estavam no ramo de
fabricação de armamentos e material bélico, embora em fins do século 19
surgisse uma espécie de simbiose entre governo e produtores de
armamentos privados especializados, sobretudo nos setores de alta
tecnologia como a artilharia e a marinha, que antecipavam o que hoje
conhecemos como complexo industrial militar (ver A era dos impérios,
capítulo 13). Apesar disso, a crença básica entre a era da Revolução
Francesa e a Primeira Guerra Mundial era de que a economia iria, até
onde fosse possível, continuar a operar em tempo de guerra como em
tempo de paz (negócios como sempre), embora, é claro, algumas
indústrias fossem sentir claramente

seu impacto por exemplo, a indústria de roupas, da qual se exigiria
que produzisse trajes militares muito além de qualquer capacidade em
tempo de paz. O principal problema dos governos era, para eles, fiscal:
como pagar as guerras. Deveria ser por meio de empréstimos, de impostos
diretos, e, em qualquer dos casos, em que termos exatos?
Conseqüentemente, eram os tesouros ou ministérios de Finanças que eram
vistos como os comandantes da economia de guerra. A Primeira Guerra
Mundial, que durou tão mais do que os governos haviam previsto, e
consumiu tão mais homens e armamentos, tornou impossíveis os "negócios
como sempre" e. com eles, a dominação dos ministérios de Finanças,
embora funcionários do Tesouro (como o jovem Maynard Keynes na
GrãBretanha) ainda balançassem a cabeça diante da disposição dos
políticos de buscar vitória sem contar os custos financeiros. Estavam
certos, claro. A GrãBretanha travou as duas guerras muito além de seus
meios, com conseqüências duradouras e negativas para sua economia.
Contudo, se tinha de travar a guerra em escala moderna, não só seus
custos precisavam ser levados em conta, mas sua produção e no fim
toda a economia precisava ser administrada e planejada. Os governos só
aprenderam isso por experiência própria durante a Primeira Guerra

Mundial. Na Segunda, já o sabiam desde o começo, graças em grande parte à experiência da Primeira, cujas lições suas autoridades haviam estudado intensamente. Apesar disso, só aos poucos foi ficando claro como os governos tinham de assumir completamente a economia, e como eram agora essenciais o planejamento e a alocação de recursos (além de pelos mecanismos econômicos habituais). No início da Segunda Guerra Mundial só dois Estados, a URSA e, em menor medida, a Alemanha nazista tinham qualquer mecanismo para controlar fisicamente a economia, o que não surpreende, pois as idéias soviéticas de planejamento eram originalmente inspiradas e em certa medida baseadas no que os bolcheviques conheciam da planejada economia de guerra alemã de 1914 7 (ver capítulo 13). Alguns Estados, notadamente a GrãBretanha e os EUA, não tinham sequer os rudimentos de tais mecanismos. É pois um estranho paradoxo que entre as economias planejadas de guerra dirigidas por governos em ambas as guerras, e em guerras totais isso queria dizer todas as economias de guerra, as dos Estados democráticos ocidentais GrãBretanha e França na Primeira Guerra; GrãBretanha e mesmo os EUA na Segunda se mostrassem muito superiores à da Alemanha com sua tradição de teorias e administração racionalburocrática. (Sobre planejamento soviético, ver capítulo 13.) Só podemos imaginar os motivos, mas sobre os fatos não há dúvida. A economia de guerra alemã foi menos sistemática e eficaz na mobilização de todos os recursos para a guerra claro, até depois que a estratégia de ataques relâmpago falhou, não precisava fazêlo e certamente cuidou muito menos da população civil alemã. Os habitantes de GrãBretanha e França que sobreviveram ilesos à Primeira Guerra Mundial provave
mente estavam um pouco mais saudáveis que antes da guerra, mesmo quando eram mais pobres, e o salário real de seus trabalhadores havia subido. Os alemães estavam mais famintos, e os salários reais de seus operários haviam caído. As comparações são mais difíceis na Segunda Guerra Mundial, quando nada porque a França foi logo eliminada, os EUA eram mais ricos e sob muito menos pressão, a IURSS mais pobre e sob muito mais. A economia de guerra alemã tinha praticamente toda a Europa para explorar, mas acabou a guerra com muito maior destruição física que os beligerantes ocidentais. Mesmo assim, no conjunto uma GrãBretanha mais pobre, cujo consumo civil caíra em mais de 20% em 1943, encerrou a guerra com uma população ligeiramente mais bem alimentada e saudavel, graças a uma planejada economia de guerra sistematicamente voltada para a igualdade e justeza de sacrifício, e justiça social. O sistema alemão era, claro, ineqüitativo em princípio. A Alemanha explorou os recursos e a mão-de-obra da Europa ocupada, tratou as populações não alemãs como inferiores e, em casos extremos os poloneses, mas sobretudo os russos e judeus , praticamente como mão-de-obra escrava descartável, que não precisava nem ser mantida viva. A mão-de-obra estrangeira aumentou cerca de um quinto da força de trabalho na Alemanha em 1944 30% nas indústrias de armamentos. Mesmo assim, o máximo que se pode afirmar sobre os próprios trabalhadores

alemães é que seus ganhos reais permaneceram os mesmos que em 1938. A mortalidade infantil britânica e as taxas de doença caíram progressivamente durante a guerra. Na ocupada e dominada França, um país proverbialmente rico em alimentos e fora da guerra depois de 1940, declinaram o peso médio e a forma física da população em todas as idades. A guerra total sem dúvida revolucionou a administração. Até onde revolucionou a tecnologia e a produção? Ou, perguntando de outro modo, até onde adiantou ou retardou o desenvolvimento econômico? Adiantou visivelmente a tecnologia, pois o conflito entre beligerantes avançados era não apenas de exércitos, mas de tecnologias em competição para fornecer-lhes armas eficazes e outros serviços essenciais. Não fosse pela Segunda Guerra Mundial, e o medo de que a Alemanha nazista explorasse as descobertas da física nuclear, a bomba atômica certamente não teria sido feita, nem os enormes gastos necessários para produzir qualquer tipo de energia nuclear teriam sido empreendidos no século 20. Outros avanços tecnológicos conseguidos, no primeiro caso, para fins de guerra mostraram-se consideravelmente de aplicação mais imediata na paz pensamos na aeronáutica e nos computadores mas isso não altera o fato de que a guerra ou a preparação para a guerra foi um grande mecanismo para acelerar o progresso técnico, carregando os custos de desenvolvimento de inovações tecnológicas que quase com certeza não teriam sido empreendidos por ninguém que fizesse cálculos de custo benefício em tempo de paz, ou teriam sido feitos de forma mais lenta e hesitante (ver capítulo 9). Mesmo assim, a tendência tecnológica da guerra não era nova. Além disso,

a economia industrial moderna foi construída com base em inovação tecnológica constante, que por certo teria ocorrido, provavelmente em ritmo crescente, mesmo sem guerras (se podemos tomar essa suposição irrealista para argumentar). As guerras, sobretudo a Segunda Guerra Mundial, ajudaram muito a difundir a especialização técnica, e certamente tiveram um grande impacto na organização industrial e nos métodos de produção em massa, mas o que conseguiram foi, de longe, mais uma aceleração da mudança que uma transformação. A guerra promoveu o crescimento econômico? Num certo sentido, é evidente que não. As perdas de recursos produtivos foram pesadas, sem contar a queda no contingente da população ativa. Vinte e cinco por cento dos bens de capital pré-guerra foram destruídos na URSS durante a Segunda Guerra Mundial, 13% na Alemanha, 8% na Itália, 7% na França, embora apenas 3% na Grã-Bretanha (mas isso deve ser contrabalançado pelas novas construções de tempo de guerra). No caso extremo da URSS, o efeito econômico líquido da guerra foi inteiramente negativo. Em 1945, a agricultura do país estava em ruínas, assim como a industrialização dos Planos Qüinqüenais pré-guerra. Tudo que restava, eram uma imensa e inteiramente inadaptável indústria de armamentos, um povo morrendo de fome e em declínio, e maciça destruição física. Por outro lado, as guerras foram visivelmente boas para a economia dos EUA. Sua taxa de

crescimento nas duas guerras foi bastante extraordinária, sobretudo na Segunda Guerra Mundial, quando aumentou mais ou menos 10% ao ano, mais rápido que nunca antes ou depois. Em ambas os EUA se beneficiaram do fato de estarem distantes da luta e serem o principal arsenal de seus aliados, e da capacidade de sua economia de organizar a expansão da produção de modo mais eficiente que qualquer outro. E provável que o efeito econômico mais duradouro das duas guerras tenha sido dar à economia dos EUA uma preponderância global sobre todo o Breve Século 20, o que só começou a desaparecer aos poucos no fim do século (ver o capítulo 9). Em 1914, já eram a maior economia industrial, mas ainda não a dominante. As guerras, que os fortaleceram enquanto enfraqueciam, relativa ou absolutamente, suas concorrentes, transformaram sua situação. Se os EUA (nas duas guerras) e a Rússia (sobretudo na Segunda Guerra Mundial) representam os dois extremos dos efeitos econômicos das guerras, o resto do mundo se situa entre esses dois extremos; mas no todo mais perto da ponta russa que da ponta americana da curva.

Iv

Falta avaliar o impacto humano da era de guerras, e seus custos humanos. O simples volume de baixas, a que já nos referimos, é apenas parte destes. Muito curiosamente, a não ser, por motivos compreensíveis, na URSS, os números
muito menores da Primeira Guerra Mundial iriam causar um impacto muito maior que as imensas quantidades da Segunda, como testemunham a maior predominância de monumentos e o culto aos mortos da Primeira Guerra Mundial. A Segunda não produziu equivalentes dos monumentos ao soldado desconhecido, e depois dela a comemoração do Dia do Armistício (aniversário do 11 de novembro de 1918) foi perdendo aos poucos sua solenidade de entre guerras. Talvez 10 milhões de mortos parecessem um número mais brutal para os que jamais haviam esperado tal sacrifício do que 54 milhões para os que já haviam experimentado a guerra como um massacre antes. Sem dúvida, tanto a totalidade dos esforços de guerra quanto a determinação de ambos os lados de travála sem limites e a qualquer custo deixaram a sua marca. Sem isso, é difícil explicar a crescente brutalidade e desumanidade do século 20. Sobre essa curva ascendente de barbarismo após 1914 não há, infelizmente, dúvida séria. No início do século 20, a tortura fora oficialmente encerrada em toda a Europa Ocidental. Depois de 1945, voltamos a acostumar-nos, sem grande repulsa, a seu uso em pelo menos um terço dos Estados membros das Nações Unidas, incluindo alguns dos mais velhos e civilizados (Peters, 1985). aumento da brutalização deveuse não tanto à liberação do potencial latente de crueldade e violência no ser humano, que a guerra naturalmente legitima, embora isso certamente surgisse após a Primeira Guerra Mundial entre um certo tipo de ex soldados (veteranos), sobretudo nos esquadrões da morte ou arruaceiros e Brigadas Livres da ultradireita nacionalista. Por que homens que tinham matado e visto matar e estropiar seus amigos iriam hesitar em matar e brutalizar os inimigos de uma boa causa? Um motivo

importante foi a estranha democratização da guerra. Os conflitos totais viraram guerras populares, tanto porque os civis e a vida civil se tornaram os alvos estratégicos certos, e às vezes principais, quanto porque em guerras democráticas, como na política democrática, os adversários são naturalmente demonizados para faze-los devidamente odiosos ou pelo menos desprezíveis. As guerras conduzidas de ambos os lados por profissionais, ou especialistas, sobretudo os de posição social semelhante, não excluem o respeito mútuo e a aceitação de regras, ou mesmo cavalheirismo. A violência tem suas leis. Isso ainda era evidente entre os pilotos de caças das forças aéreas nas duas guerras, como testemunha o filme pacifista de Jean Renoir sobre a Primeira Guerra Mundial, La grande illusion. Os profissionais da política e da diplomacia, quando desimpedidos pelas exigências de votos ou jornais, podem declarar guerra ou negociar a paz sem ressentimentos contra o outro lado, como boxeadores que se apertam as mãos antes de começarem a luta, e bebem uns com os outros depois. Mas as guerras totais estavam muito distantes do padrão bismarckiano ou do século 18. Nenhuma guerra em que se mobilizam os sentimentos nacionais de massa pode ser tão limitada quanto as guerras aristocráticas.

56

E, deve-se dizer, na Segunda Guerra Mundial a natureza do regime de Hitler e o comportamento dos alemães, inclusive do velho exército alemão não nazista, na Europa Oriental, foi o de justificar muita demonização. Outro motivo, porém, era a nova impessoalidade da guerra, que tornava o matar e estropiar uma conseqüência remota de apertar um botão ou virar uma alavanca. A tecnologia tornava suas vítimas invisíveis, como não podiam fazer as pessoas evisceradas por baionetas ou vistas pelas miras de armas de fogo. Diante dos canhões permanentemente fixos da Frente Ocidental estavam não homens, mas estatísticas nem mesmo estatísticas reais, mas hipotéticas, como mostraram as contagens de corpos de baixas inimigas durante a guerra americana no Vietnã. Lá embaixo dos bombardeios aéreos estavam não as pessoas que iam ser queimadas e evisceradas, mas somente alvos. Rapazes delicados, que certamente não teriam desejado enfiar uma baioneta na barriga de uma jovem aldeã grávida, podiam com muito mais facilidade jogar altos explosivos sobre Londres ou Berlim, ou bombas nucleares em Nagasaki. Diligentes burocratas alemães, que certamente teriam achado repugnante tanger eles próprios judeus mortos de fome para abatedouros, podiam organizar os horários de trem para o abastecimento regular de comboios da morte para os campos de extermínio poloneses, com menos senso de envolvimento pessoal. As maiores crueldades de nosso século foram as crueldades impessoais decididas a distância, de sistema e rotina, sobretudo quando podiam ser justificadas como lamentáveis necessidades operacionais. Assim o mundo acostumou-se à expulsão e matança compulsórias em escala astronômica, fenômenos tão conhecidos que foi preciso inventar novas palavras para eles: sem Estado (apátrida) ou genocídio. A Primeira Guerra Mundial levou à matança

de um incontável número de armênios pela Turquia, o número mais habitual é de 1,5 milhão, que pode figurar como a primeira tentativa moderna de eliminar toda uma população. Foi seguida depois pela mais conhecida matança nazista de cerca de 5 milhões de judeus os números permanecem em disputa (Hilberg, 1985). A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa forçaram milhões de pessoas a se deslocarem como refugiados, ou por compulsórias trocas de população entre Estados, que equivaliam à mesma coisa. Um total de 1,3 milhão de gregos foi repatriado para a Grécia, sobretudo da Turquia; 400 mil turcos foram decantados no Estado que os reclamava; cerca de 200 mil búlgaros passaram para o diminuído território que tinha o seu nome nacional; enquanto 1,5 ou talvez 2 milhões de nacionais russos, fugindo da Revolução Russa ou no lado perdedor da Guerra Civil russa, se viram sem pátria. Foi sobretudo para estes, mais do que para os 300 mil armênios que fugiam ao genocídio, que se inventou um novo documento para aqueles que, num mundo cada vez mais burocratizado, não tinham existência burocrática em qualquer Estado: o chamado passaporte de Nansen da Liga das Nações, com o nome do grande explorador ártico que fez

uma segunda carreira como amigo dos sem amigos. Numa estimativa por cima, os anos 1914 a 1922 geraram entre 4 e 5 milhões de refugiados. A primeira enxurrada de destroços humanos foi o mesmo que nada diante do que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, ou da desumanidade com que foram tratados. Estimou-se que em maio de 1945 havia talvez 40,5 milhões de pessoas desenraizadas na Europa, excluindo-se trabalhadores forçados dos alemães e alemães que fugiam diante do avanço dos exércitos soviéticos (Kulicher, 1948, pp. 253-73). Cerca de 13 milhões de alemães foram expulsos das partes da Alemanha ocupadas pela Polônia e a URSS, da Tchecoslováquia e partes do Sudeste europeu onde haviam sido assentados (Holborn, 1968, p. 363). Foram absorvidos pela nova República Federal da Alemanha, que ofereceu um lar e cidadania a qualquer alemão que voltasse para lá, como o novo Estado de Israel ofereceu um "direito de retomo" a qualquer judeu. Quando, senão em épocas de fuga em massa, poderiam tais ofertas ser feitas a sério? Das 11 332 700 "pessoas deslocadas de várias nacionalidades encontradas na Alemanha pelos exércitos vitoriosos em 1945, 10 milhões logo retomaram a suas pátrias mas a metade destas foi obrigada a faze-lo contra a vontade (Jacobmeyer, 1986). Não havia refugiados apenas na Europa. A descolonização da Índia em 1947 criou 15 milhões deles, obrigados a cruzar as novas fronteiras entre a Índia e o Paquistão (nas duas direções), sem contar os 2 milhões mortos na guerra civil que se seguiu. A Guerra da Coréia, outro subproduto da Segunda Guerra Mundial, produziu talvez 5 milhões de coreanos deslocados. Após o estabelecimento de Israel ainda outro dos efeitos da guerra cerca de 1,3 milhão de palestinos foram registrados na Agência de Socorro e Trabalho das Nações Unidas (uNRwA); do outro lado, em inícios da década de 1960, 1,2 milhão de judeus haviam migrado para Israel, a maioria deles também refugiados. Em resumo, a

catástrofe humana desencadeada pela Segunda Guerra Mundial é quase certamente a maior na história humana. O aspecto não menos importante dessa catástrofe é que a humanidade aprendeu a viver num mundo em que a matança, a tortura e o exílio em massa se tornaram experiências do dia a dia que não mais notamos. Retrospectivamente, os 31 anos desde o assassinato do arquiduque austríaco em Sarajevo até a rendição incondicional do Japão devem parecer uma era de devastação comparável à Guerra dos Trinta Anos do século 17 na história alemã. E Sarajevo a primeira Sarajevo certamente assinalou o início de uma era geral de catástrofe e crise nos assuntos do mundo, que é o tema deste e dos próximos quatro capítulos. Apesar disso, na memória das gerações pós1945, a Guerra dos Trinta e Um Anos não deixou atrás de si o mesmo tipo de memória que sua antecessora mais localizada do século 17. Isso se deve em parte ao fato de ela só ter formado uma única era de guerra da perspectiva do historiador. Para os que a viveram, foi experimentada

como duas guerras distintas, embora relacionadas, separadas por um período entre guerras sem francas hostilidades, que vai de treze anos para o Japão (cuja Segunda Guerra começou na Manchúria em 1931) a 23 anos para os EUA (que só entraram na Segunda Guerra Mundial em dezembro de 1941). Contudo, se dá também porque cada uma dessas guerras teve seu próprio caráter e perfil históricos. Ambas foram episódios de carnificina sem paralelos, deixando atrás as imagens de pesadelo tecnológico que rondaram as noites e dias da geração seguinte: gás venenoso e bombardeio aéreo após 1914, a nuvem do cogumelo da destruição nuclear após 1945. Ambas acabaram em colapso e como veremos no próximo capítulo revolução social em grandes regiões da Europa e Ásia. Ambas deixaram os beligerantes exaustos e enfraquecidos, a não ser os EUA, que saíram das duas guerras incólumes e enriquecidos, como os senhores econômicos do mundo. E, no entanto, como são impressionantes as diferenças! A Primeira Guerra Mundial não resolveu nada. As esperanças que gerou de um mundo pacífico e democrático de Estados nação sob a Liga das Nações; de um retorno à economia mundial de 1913;mesmo (entre os que saudaram a Revolução Russa) de capitalismo mundial derrubado dentro de anos ou meses por um levante dos oprimidos logo foram frustradas. O passado estava fora de alcance, o futuro fora adiado, o presente era amargo, a não ser por uns poucos anos passageiros em meados da década de 1920.

A Segunda Guerra Mundial na verdade trouxe soluções, pelo menos por décadas. Os impressionantes problemas sociais e econômicos do capitalismo na Era da Catástrofe aparentemente sumiram. A economia do mundo ociden tal entrou em sua Era de Ouro; a democracia política ocidental, apoiada por uma extraordinária melhora na vida material, ficou estável; baniuse a guerra para o Terceiro Mundo. Por outro lado, até mesmo a revolução pareceu ter encontrado seu caminho para a frente. Os velhos impérios coloniais desapareceram ou logo estariam destinados a desaparecer. Um consórcio de Estados comunistas, organizado

em torno da União Soviética, agora transformada em superpotência, parecia disposto a competir na corrida pelo crescimento econômico com o Ocidente. Isso se revelou uma ilusão, mas só na década de 1960 essa ilusão começou a desvanecer-se. Como podemos ver agora, mesmo o cenário internacional se estabilizou, embora não parecesse. Ao contrário da Grande Guerra, os exinimigos Alemanha e Japão se reintegraram na economia mundial (ocidental), e os novos inimigos os EUA e a URSS jamais foram realmente às vias de fato.

Mesmo as revoluções que encerraram as duas guerras foram bastante diferentes. As do pós Primeira Guerra Mundial tinham, como veremos, raízes numa repulsa ao que a maioria das pessoas que as viveram encarava cada vez mais como uma matança sem sentido. Tinham sido revoluções contra a guerra. As revoluções posteriores à Segunda Guerra Mundial surgiram da participação popular num conflito mundial contra inimigos Alemanha, Japão, mais generalizadamente o imperialismo que, embora terrível, os que dele participaram julgavam justo. E no entanto, como as duas guerras mundiais, os dois tipos de revolução pós-guerra podem ser vistos na perspectiva do historiador como um único processo. Devemos voltar-nos agora para isso.

2 A REVOLUÇAO MUNDIAL

Ao mesmo tempo, acrescentou [Bukharin]: Acho que entramos num período de revolução que pode durar cinqüenta anos, antes que a revolução seja finalmente vitoriosa na Europa e em todo o mundo.

Arthur Ransome, Six weeks in Russia in 1919 (Ransome, 1919, p. 54)

Como é terrível ler o poema de Sheiley (para não ftdar dos cantos camponeses egípcios de 3 mil anos atrás), denunciando opressão e expio ração. Serão eles udos num futuro ainda repleto de opressão e exploração, e dirão as pessoas. Até naquele tempo...?

Bertolt Brecht, ao ler "The masque of anarchy" em 1938 (Brecht, 1964)

Depois da Revolução Francesa, surgiu na Europa uma Revolução Russa, e isso mais uma vez ensinou ao mundo que mesmo o mais forte dos invasores pode ser repelido, assim que o destino da Pátria é realmente confiado ao povo, aos humildes, aos proletários, à gente trabalhadora.

Do jornal mural da 19 Brigata Eusebio Giambone, dos partisans italianos, 1944 (Pavone, 1991, p. 406)

A revolução foi a filha da guerra no século 20: especificamente a Revolução Russa de 1917, que criou a União Soviética, transformada em superpotência pela segunda fase da Guerra dos Trinta e Um Anos, porém mais geralmente a revolução como uma constante global na história do século. A guerra sozinha não conduz necessariamente a crise, colapso e revolução nos países beligerantes. Na verdade, antes de 1914 predominava a crença contrária, pelo menos em relação a regimes

estabelecidos com legitimidade tradicional. Napoleão 1 queixava-se amargamente de que o imperador da Áustria podia sobreviver feliz a uma centena de batalhas perdidas, como o rei da Prússia sobrevivera ao desastre e à perda de metade de suas terras, enquanto ele próprio, filho da Revolução Francesa, estaria em risco após uma única derrota. Mas as tensões da guerra total do século 20 sobre os Estados e povos nela envolvidos

61

Durante grande parte do Breve Século 20, o comunismo soviético Proclamou-se um sistema alternativo e superior ao capitalismo, e destinado pela história a triunfar sobre ele. E durante grande parte desse período, até mesmo muitos daqueles que rejeitavam suas pretensões de superioridade estavam longe de convencidos de que ele não pudesse triunfar. E com a significativa exceção dos anos de 1933 a 1945 (ver capítulo 5) a política internacional de todo o Breve Século 20 após a Revolução de Outubro pode ser mais bem entendida como uma luta secular de forças da velha ordem contra a revolução social, tida como encarnada nos destinos da União Soviética e do comunismo internacional, a eles aliada ou deles dependente. À medida que avançava o Breve Século 20, essa imagem da política mundial como um duelo entre as forças de dois sistemas sociais rivais (cada um, após 1945, mobilizado por trás de uma superpotência a brandir armas de destruição global) se tornou cada vez mais irrealista. Na década de 1980, tinha tão pouca relevância para a política internacional quanto as Cruzadas. Mas podemos entender como veio a existir. Pois,mais completa e inflexivelmente até mesmo que a Revolução Francesa em seus dias jacobinos, a Revolução de Outubro se via menos como um acontecimento nacional que ecumênico. Foi feita não para proporcionar liberdade e socialismo à Rússia, mas para trazer a revolução do proletariado mundial. Na mente de Lenin e seus camaradas, a vitória bolchevique na Rússia era basicamente uma batalha na campanha para alcançar a vitória do bolchevismo numa escala global mais ampla, e dificilmente justificável a não ser como tal. Que a Rússia czarista estava madura para a revolução, merecia muitíssimo uma revolução, e na verdade essa revolução certamente derrubaria o czarismo, já fora aceito por todo observador sensato do panorama mundial desde a década de 1870 (ver A era dos impérios, capítulo 12). Após 1905 e 6, quando o czarismo foi de fato posto de joelhos pela revolução, ninguém duvidava seriamente disso. Alguns historiadores, em retrospecto, dizem que a Rússia czarista, não fossem o acidente da Primeira Guerra Mundial e a Revolução Bolchevique, teria evoluído para uma florescente sociedade industrial liberalcapitalista, e estava a caminho disso, mas seria necessário um microscópio para detectar profecias desse tipo feitas antes de 1914.Na verdade, o regime czarista mal se recuperara da revolução de 1905 quando, indeciso e incompeente como sempre, se viu mais uma vez açoitado por uma onda de descontentamento social em rápido crescimento. Tirando a firme lealdade do exército, polícia e serviço público nos últimos meses antes da eclosão da guerra, o país parecia

mais uma vez à beira de uma erupção. Na verdade, como em tantos dos países beligerantes, o entusiasmo e patriotismo das massas após a eclosão da guerra desarmaram a situação política embora, no caso da Rússia, não por

muito tempo. Em 1915, os problemas de governo do czar pareciam mais uma vez insuperáveis. Nada pareceu menos surpreendente e inesperado que a revolução de março de 1917,* que derrubou a monarquia russa e foi universalmente saudada por toda a opinião pública ocidental, com exceção dos mais empedernidos reacionários tradicionalistas. E no entanto, com exceção dos românticos que viam uma estrada reta levando das práticas coletivas da comunidade aldeã russa a um futuro socialista, todos tinham como igualmente certo que uma revolução da Rússia não podia e não seria socialista. As condições para uma tal transformação simplesmente não estavam presentes num país camponês que era um sinônimo de pobreza, ignorância e atraso, e onde o proletariado industrial, o predestinado coveiro do capitalismo de Marx, era apenas uma minúscula minoria, embora estrategicamente localizada. Os próprios revolucionários marxistas russos partilhavam dessa opinião. Por si mesma, a derrubada do czarismo e do sistema de latifundiários iria produzir, e só se poderia esperar que produzisse, uma revolução burguesa. A luta de classes entre a burguesia e o proletariado (que, segundo Marx, só podia ter um resultado) continuaria então sob as novas condições políticas. Claro, a Rússia não existia isolada, e uma revolução naquele enorme país, que se estendia das fronteiras do Japão às da Alemanha, e cujo governo era parte do punhado de potências mundiais que dominava a situação mundial, não poderia deixar de ter grandes conseqüências internacionais. O próprio Karl Marx, no fim da vida, tinha esperado que a Revolução Russa agisse como uma espécie de detonador, disparando a revolução proletária nos países ocidentais industrialmente mais desenvolvidos, onde estavam presentes as condições para uma revolução socialista proletária. Como veremos, lá pelo fim da Primeira Guerra Mundial, pareceu que era exatamente isso que ia acontecer. Havia mais uma complicação. Se a Rússia não estava pronta para a revolução socialista proletária dos marxistas, tampouco estava para a revolução burguesa liberal. Mesmo os que não queriam mais que isso tinham de encontrar um meio de faze-lo sem depender das pequenas e fracas forças da classe média liberal russa, uma minúscula minoria sem posição moral, apoio público

A ou tradição institucional de governo representativo em que pudesse Encaixar-se. Os Cadetes, partido do liberalismo burguês, tinham menos de 2,5% dos

deputados da Assembléia Constitucional livremente eleita (e logo dissolvida) de 1917 e 8. Uma Rússia liberal burguesa teria de ser conquistada pelo levante de camponeses e operários que não sabiam nem se importavam com o que era isso, sob a liderança de partidos revolucionários que queriam outra coisa, ou,

(*) Como a Rússia ainda seguia o calendário juliano, que ficava treze dias atrás do calendário gregoriano adotado em todas as demais partes do mundo cristão ou ocidental, a Revolução de Fevereiro na verdade se deu em março; e a de Outubro, em 7 de novembro. Foi a Revolução de

o que era mais provável, as forças que faziam a revolução iriam além de seu estágio liberal-burguês, passando para uma mais radical revolução permanente (para usar a expressão adotada por Marx e revivida durante a revolução de 1905 pelo jovem Trotski). Em 1917, Lenin, cujas esperanças não tinham ido muito além de uma Rússia democrático-burguesa em 1905, também concluiu desde o início que o cavalo liberal não era um dos corredores no páreo revolucionário russo. Era uma avaliação realista. Contudo, em 1917 estava tão claro para ele quanto para todos os outros marxistas russos e não russos que simplesmente não existiam na Rússia as condições para uma revolução socialista. Para os revolucionários marxistas na Rússia, sua revolução tinha de espalhar-se em outros lugares. Mas nada parecia mais provável de que era isso que iria acontecer mesmo, porque a Grande Guerra acabou em generalizado colapso político e crise revolucionária, sobretudo nos Estados beligerantes derrotados. Em 1918, todos os quatro governantes das potências derrotadas (Alemanha, Áustria Hungria, Turquia e Bulgária) perderam seus tronos, assim como o czar da Rússia, derrotada pela Alemanha, que já caíra em 1917. Além disso, a inquietação social, equivalendo quase a uma revolução na Itália, abalou até mesmo os beligerantes europeus do lado vencedor. Como vimos, as sociedades da Europa beligerante começaram a vergar sob as extraordinárias pressões da guerra em massa. Baixara a onda inicial de patriotismo que se seguira à eclosão da guerra. Em 1916, o cansaço de guerra transformava-se em hostilidade surda e calada em relação a uma matança aparentemente interminável e incerta, que ninguém parecia ter vontade de acabar. Enquanto, em 1914, os adversários da guerra se sentiam desamparados e isolados, em 1916 podiam sentir que falavam pela maioria. O quanto a situação mudara dramaticamente foi demonstrado quando, em 28 de outubro de 1916, Friedrich Adler, filho do líder e fundador do partido socialista austríaco, assassinou deliberadamente e a sanguefrio o primeiro ministro austríaco, conde Stürgkh, num café de Viena era uma época de inocência, antes dos homens da segurança como um gesto público contra a guerra. O sentimento antiguerra naturalmente elevou o perfil político dos socialistas, que cada vez mais reverteram à oposição que seus movimentos faziam à guerra antes de 1914. Na verdade, alguns partidos (por exemplo, na Rússia, na Sérvia e na Grã-Bretanha o Partido Trabalhista Independente) jamais deixaram de opor-se a ela, e, mesmo onde os partidos socialistas apoiaram a

Outubro que reformou o calendário russo, como reformou a ortografia russa, assim demonstrando a profundidade de seu impacto. Pois é bem sabido que essas pequenas mudanças geralmente exigem terremotos sócio-políticos para traze-las. A mais duradoura e universal

conseqüência da Revolução Francesa é o sistema métrico.

guerra, seus mais eloqüentes opositores se encontravam em suas fileiras.* Ao mesmo tempo, e em todos os grandes países beligerantes, o movimento trabalhista organizado nas vastas indústrias de armamentos tornou-se um centro de militância industrial e antiguerra. Os ativistas sindicais de escalões inferiores nessas fábricas, homens qualificados em forte posição de barganha (delegados de fábrica na Grã-Bretanha; Betrjebsobleute" na Alemanha), tornaram-se sinônimos de radicalismo. Os rtífices e mecânicos das novas marinhas de alta tecnologia, pouco diferentes de fábricas flutuantes, moveram-se na mesma direção. Tanto na Rússia quanto na Alemanha, as principais bases navais (Kronstadt; Kiel) iriam tornar-se grandes centros de revolução, e mais tarde um motim naval francês no mar Negro deteria a intervenção francesa contra os bolcheviques na Guerra Civil russa de 1918-1920. A rebelião contra a guerra adquiriu assim concentração e atuação. Não admira que os censores austro-húngaros, controlando a correspondência de seus soldados, passassem a notar uma mudança de tom. "Se ao menos o bom Deus nos trouxesse a paz tomou-se "Para nós já chega ou Dizem que os socialistas vão fazer a paz. Não surpreende, portanto, que, mais uma vez segundo os censores habsburgos, a Revolução Russa fosse o primeiro acontecimento político desde o inicio da guerra a repercutir nas cartas até mesmo de esposas de camponeses e operários. E não surpreende, sobretudo depois que a Revolução de Outubro levou os bolcheviques de Lenin ao poder, que os desejos de paz e revolução social se fundissem: um terço da amostragem de cartas censuradas entre novembro de 1917 e março de 1918 esperava obter a paz via Rússia, um terço via revolução, e outros 20% via uma combinação das duas. Que uma revolução na Rússia teria grande repercussão internacional, sempre foi claro desde que a primeira revolução, em 1905-1906, abalara os antigos impérios sobreviventes na época, da Áustria-Hungria até a China, passando por Turquia e Pérsia (ver A era dos impérios, capítulo 12). Em 1917, toda a Europa se tornara um monte de explosivos sociais prontos para ignição.

II

A Rússia, madura para a revolução social, cansada de guerra e à beira da derrota, foi o primeiro dos regimes da Europa Central e Oriental a ruir sob as pressões e tensões da Primeira Guerra Mundial. A explosão era esperada, embora ninguém pudesse prever o momento e ocasião da detonação. Poucas semanas antes da revolução de fevereiro, Lenin ainda se perguntava em seu

(*) Em 1916, um importante Partido Social-Democrata Independente na Alemanha (tispo) cindiuse formalmente sobre a questão da maioria dos socialistas (SPD) que continuava a apoiar a guerra.

exílio suíço se viveria para vê-la. Na verdade, o governo do czar desmoronou quando uma manifestação de operárias (no habitual "Dia da

Mulher do movimento socialista 8 de março) se combinou com um lockout industrial na notoriamente militante metalúrgica Putilov e produziu uma greve geral e a invasão do centro da capital, do outro lado do rio gelado, basicamente para exigir pão. A fragilidade do regime se revelou quando as tropas do czar, mesmo os leais cossacos de sempre, hesitaram e depois se recusaram a atacar a multidão, e passaram a confraternizar com ela. Quando, após quatro dias de caos, elas se amotinaram, o czar abdicou, sendo substituído por um governo liberal provisório, não sem certa simpatia e mesmo ajuda dos aliados ocidentais da Rússia, que temiam que o desesperado regime do czar saísse da guerra e assinasse uma paz em separado com a Alemanha. Quatro dias espontâneos e sem liderança na rua puseram fim a um Império.* Mais que isso: tão pronta estava a Rússia para a revolução social que as massas de Petrogrado imediatamente trataram a queda do czar como uma proclamação de liberdade, igualdade e democracia direta universais. O feito extraordinário de Lenin foi transformar essa incontrolável onda anárquica popular em poder bolchevique. Assim, em vez de uma Rússia liberal e constitucional voltada para o Ocidente, disposta a combater os alemães, o que resultou foi um vácuo revolucionário: um governo provisório impotente de um lado, e do outro uma multidão de conselhos de base (sovietes) brotando espontaneamente por toda parte, como cogumelos após as chuvas.** Estes tinham poder de fato, ou pelo menos poder de veto, mas não tinham idéia do que fazer com ele, ou do que se poderia fazer. Os vários partidos e organizações revolucionários social-democratas bolcheviques e mencheviques, social-revolucionários, e inúmeras facções menores da esquerda, emergindo da ilegalidade tentaram estabelecer-se nessas assembléias, para coordena-las e converte-las às suas políticas, embora no início só Lenin as visse como a alternativa para o governo (Todo poder aos sovietes). Contudo, é claro que, quando o czar caiu, uma proporção relativamente pequena do povo russo sabia o que representavam os rótulos dos partidos revolucionários, e os que sabiam em geral não eram capazes de discernir seus apelos rivais. O que sabiam era apenas que não mais aceitavam autoridade nem mesmo a autoridade dos revolucionários que diziam saber mais do que eles.

O custo humano, maior que o da Revolução de Outubro mas relativamente modesto: 53 oficiais, 602 soldados, 73 policiais e 587 civis feridos ou mortos. (W. H. Chamberlin, 1965,

vol. t, p. 85.) (**) Esses 'conselhos', com supostas raízes na experiência das comunidades aldeãs russas autogovemadas, surgiram como entidades políticas entre operários fabris durante a revolução de 1905. Como as assembléias de delegados diretamente eleitos eram conhecidas dos trabalhadores organizados em toda parte, e apelavam a seu senso de democracia, o termo "soviete", às vezes, mas não sempre, traduzido nas línguas locais (conselhos; râte), teve um fone apelo internacional.

A reivindicação básica dos pobres da cidade era pão, e a dos operários

entre eles, melhores salários e menos horas de trabalho. A reivindicação básica dos 80% de russos que viviam da agricultura era, como sempre, terra. Todos concordavam que queriam o fim da guerra, embora a massa de soldados camponeses que formava o exército não fosse a princípio contra a luta como tal, mas contra a severa disciplina e marato de outros soldados. O slogan "Pão, Paz, Terra" conquistou logo crescente apoio para os que o propagavam, em
especial os bolcheviques de Lenin, que passaram de um pequeno grupo de uns poucos milhares em março de 1917 para um quarto de milhão de membros no início do verão daquele ano. Ao contrário da mitologia da Guerra Fria, que via Lenin essencialmente como um organizador de golpes, a única vantagem real com que ele e os bolcheviques contavam era a capacidade de reconhecer o que as massas queriam; de conduzir, por assim dizer, por saber seguir. Quando, por exemplo, ele reconheceu que, ao contrário do programa socialista, os camponeses queriam uma divisão da terra em fazendas familiares, não hesitou um instante em comprometer os bolcheviques com essa forma de individualismo econômico. Ao contrário, o Governo Provisório e seus seguidores não souberam reconhecer sua incapacidade de fazer a Rússia obedecer suas leis e decretos. Quando homens de negócios e administradores tentaram restabelecer a disciplina de trabalho, não fizeram mais que radicalizar os trabalhadores. Quando o Governo Provisório insistiu em lançar o exército na ofensiva militar em junho de 1917, o exército estava farto, e os soldados camponeses voltaram para suas aldeias a fim de tomar parte na divisão de terra com os parentes. A revolução espalhou-se pelas estradas de ferro que os levavam de volta para casa. Ainda não era o momento para uma queda imediata do Governo Provisório, mas do verão em diante a radicalização se acelerou tanto no exército quanto nas principais cidades, cada vez mais em favor dos bolcheviques. O campesinato deu apoio esmagador aos herdeiros dos narodniks (ver A era da catástrofe, capítulo 9), os social-revolucionários, embora estes se tornassem uma esquerda mais radical, que se aproximou dos bolcheviques, e em breve se juntou a eles no governo após a Revolução de Outubro. Quando os bolcheviques até então um partido de operários se viram em maioria nas principais cidades russas, e sobretudo na capital, Petrogrado e Moscou, e depressa ganharam terreno no exército, a existência do Governo Provisório tornou-se cada vez mais irreal; em especial quando teve de apelar às forças revolucionárias na capital para derrotar uma tentativa de golpe contra-revolucionário de um general monarquista em agosto. A onda radicalizada de seus seguidores inevitavelmente empurrou os bolcheviques para a tomada do poder. Na verdade, quando chegou a hora, mais que tomado, o poder foi colhido. Dizse que mais gente se feriu na filmagem da grande obra de Einsenstein, Outubro (1927), do que durante a tomada de fato do Palácio de

Inverno em 7 de novembro de 1917. O Governo Provisório, sem mais ninguém

para defende-lo, simplesmente se esfumou. Do momento em que a queda do Governo Provisório se tornou certa, a Revolução de Outubro foi mergulhada em polêmicas. A maioria delas é enganadora. A verdadeira questão não é se a Revolução, como têm dito historiadores anticomunistas, foi um putsch ou um golpe do fundamentalmente antidemocrático Lenin, mas quem, ou o quê, devia ou podia seguir-se à queda do Governo Provisório. A partir do início de setembro, Lenin tentou não apenas convencer os elementos hesitantes em seu partido de que o poder poderia fugir-lhes com facilidade se não tomado por um plano organizado, durante o tempo possivelmente curto em que estava ao seu alcance, mas talvez com igual urgência responder à pergunta Podem os bolcheviques manter o poder do Estado? se o tomassem. Que poderia fazer, na verdade, qualquer um que tentasse governar a erupção vulcânica da Rússia revolucionária? Nenhum outro partido além dos bolcheviques de Lenin estava preparado para enfrentar essa responsabilidade sozinho e o panfleto de Lenin sugere que nem todos os bolcheviques estavam tão determinados quanto ele. Em vista da situação política favorável em Petrogrado, em Moscou e nos exércitos do Norte, a defesa puramente de curto prazo da tomada do poder já, em vez de esperar outros acontecimentos, era de fato difícil de responder. A contra-revolução apenas começara. Um governo desesperado, em vez de dar lugar aos sovietes, podia entregar Petrogrado ao exército alemão, já na fronteira norte do que é hoje a Estônia, ou seja, a alguns quilômetros da capital. Além disso, Lenin raramente hesitou em encarar de frente os fatos mais sombrios. Se os bolcheviques não tomassem o poder, "uma onda de verdadeira anarquia podia tornar-se mais forte do que nós. Em última análise, o argumento de Lenin não podia deixar de convencer seu partido. Se um partido revolucionário não tomasse o poder quando o momento e as massas o pediam, em que ele diferia de um partido não revolucionário? A perspectiva a longo prazo é que era problemática. mesmo supondose que o poder tomado em Petrogrado e Moscou pudesse ser estendido ao resto da Rússia e ali mantido contra a anarquia e a contra-revolução. O programa do próprio Lenin, de empenhar o novo governo do soviete (isto é, basicamente Partido Bolchevique) na transformação socialista da República russa, era essencialmente uma aposta na transformação da Revolução Russa em revolução mundial, ou pelo menos européia. Quem como ele disse tantas vezes imaginaria que a vitória do socialismo pode se dar [.1 a não ser pela completa destruição da burguesia russa e européia?. Nesse meio tempo, o dever básico, na verdade único, dos bolcheviques era se agüentarem. O novo regime pouco fez sobre o socialismo, a não ser declarar que esse era seu objetivo, tomar os bancos e declarar o controle dos operários sobre as administrações existentes, isto é, apor o selo oficial ao que já vinham fazendo de qualquer

modo desde a Revolução, enquanto os exortava a manterem a produção funcionando. Nada mais tinha a dizer-lhes.* O novo regime se agüentou.

Sobreviveu a uma paz punitiva imposta pela Alemanha em BrestLitowsk, alguns meses antes de os próprios alemães serem derrotados, e que separou a Polônia, as províncias bálticas, a Ucrânia e partes substanciais do Sul e Oeste da Rússia, além de, de facto, a Transcaucásia (a Ucrânia e a Transcaucásia foram recuperadas). Os aliados não viram motivo para ser mais generosos com o centro da subversão mundial. Vários exércitos e regimes contra-revolucionários (brancos) levantaram-se contra os soviéticos, financiados pelos aliados, que enviaram tropas britânicas, francesas, americanas, japonesas, polonesas, sérvias, gregas e romenas para o solo russo. Nos piores momentos da brutal e caótica Guerra Civil de 1918 20, a Rússia soviética foi reduzida a uma faixa de território sem saída para o mar, no Norte e no Centro da Rússia, em algum ponto entre a região dos Urais e os atuais Estados bálticos, a não ser pelo estreito dedo exposto de Leningrado, apontado para o golfo da Finlândia. As únicas vantagens importantes com que o novo regime contava, enquanto improvisava do nada um Exército Vermelho eventualmente vitorioso, eram a incompetência e divisão das briguentas forças brancas, a capacidade destas de antagonizar o campesinato da Grande Rússia, e a bem fundada desconfiança entre as potências ocidentais de que não podiam ordenar com segurança a seus soldados e marinheiros rebeldes que combatessem os bolcheviques. Em fins de 1920, os bolcheviques haviam vencido. Assim, contra as expectativas, a Rússia soviética sobreviveu. Os bolcheviques mantiveram, na verdade ampliaram, seu poder, não só (como observou Lenin com orgulho e alívio após dois meses e quinze dias) por mais tempo que a Comuna de Paris de 1871, mas durante anos de ininterrupta crise e catástrofe, conquista alemã e imposição de paz punitiva, separações regionais, contra-revolução, guerra civil, intervenção armada estrangeira, fome e colapso econômico. Não podia ter estratégia ou perspectiva além de optar, dia a dia, entre as decisões necessárias à sobrevivência imediata e as que arriscavam um desastre imediato. Quem podia dar-se ao luxo de considerar as possíveis conseqüências a longo prazo, para a Revolução, de decisões que tinham de ser tomadas já, do contrário seria o fim da Revolução e não haveria outras conseqüências a considerar? Uma a uma, as medidas necessárias foram tomadas. Quando a nova República soviética emergiu de sua agonia, descobriu-se que essas medidas a haviam levado para um lado muito distante do que Lenin tinha em mente na Estação Finlândia.

(*) Eu lhes disse: façam tudo o que quiserem, tomem tudo o que quiserem, nós os apoiaremos, mas cuidem da produção, cuidem para que a produção seja útil. Assumam trabalho útil, vão cometer erros, mas aprenderão. (Lenin, Relatório sobre as atividades do Conselho dos Comissários do Povo, 11/24 de janeiro de 1918, 1970, p. 551.)

Mesmo assim, a Revolução sobreviveu. E o fez por três grandes razões: primeiro, possuía um instrumento de poder único, praticamente construtor de Estado, no centralizado e disciplinado Partido Comunista de 600 mil

membros. Qualquer que tenha sido seu papel antes da Revolução, esse modelo organizacional, incansavelmente propagado e defendido por Lenin desde 1902, atingiu a maioridade depois dela. Praticamente todos os regimes revolucionários do Breve Século 20 iam adotar alguma variação dele. Segundo, era, de forma evidente, o único governo capaz de manter a Rússia integral como Estado e disposto a tanto , desfrutando, portanto, de considerável apoio de patriotas russos à parte isso politicamente hostis, como os oficiais sem os quais o novo Exército Vermelho não poderia ter sido construído. Para estes, como para o historiador que trabalha em retrospecto, a opção em 1917 8 não era entre uma Rússia liberal-democrática ou não liberal, mas entre a Rússia e a desintegração, que havia sido o destino de outros impérios arcaicos e derrotados, ou seja, a Áustria-Hungria e a Turquia. Ao contrário destes, a Revolução Bolchevique preservou a maior parte da unidade territorial multinacional do velho Estado czarista pelo menos por mais 74 anos. A terceira razão era que a Revolução permitira ao campesinato tomar a terra. Quando chegou a isso, o grosso dos camponeses da Grande Rússia núcleo do Estado, além de do seu novo exército achou que suas chances de mantê-la eram melhores sob os vermelhos do que se retomasse a fidalguia. Isso deu aos bolcheviques uma vantagem decisiva na Guerra Civil de 1918-1920. Como se viu, os camponeses russos foram otimistas demais.

A revolução mundial, que justificou a decisão de Lenin de entregar a Rússia ao socialismo, não ocorreu, e com isso a Rússia soviética foi comprometida, por uma geração, com um isolamento empobrecido e atrasado. As opções para seu desenvolvimento futuro estavam determinadas, ou pelo menos estreitamente circunscritas (ver capítulos 13 e 16). Contudo, uma onda de revolução varreu o globo nos dois anos após Outubro, e as esperanças dos aguerridos bolcheviques não pareceram irrealistas. Võlker hõrt die Signale" ("Povos, escutem os sinais) era o primeiro verso do refrão da Internacional em alemão. Os sinais vieram, altos e nítidos, de Petrogrado e . depois que a capital foi transferida para uma localização mais segura em 1918 Moscou,*

(*) A capital da Rússia czarista era São Petersburgo, nome que soava demasiado alemão na Primeira Guerra Mundial e foi portanto mudado para Petrogrado. Após a morte de Lenin, tornou-se Leningrado (1924), e durante a queda da URSS voltou ao nome original. A União Soviética (seguida por seus satélites mais servis) era incomumente dada a topônimos políticos, muitas vezes

formados por empregados da indústria do tabaco em Cuba, onde poucos sae foram ouvidos onde quer que atuassem movimentos trabalhistas e socialistas, independentemente de sua ideologia, e mesmo além. Sovietes foram biam onde ficava a Rússia. Os anos de 1917-1919 na Espanha vieram a ser conhecidos como o biênio bolchevique, embora a esquerda local fosse anarquista apaixonada, ou seja, politicamente no pólo oposto ao de Lenin. Movimentos

estudantis revolucionários irromperam em Pequim (Beijing) em 1919 e Córdoba (Argentina) em 1918, logo espalhando-se por toda a América Latina e gerando líderes e partidos marxistas revolucionários. O militante nacionalista índio M. N. Roy caiu imediatamente sob o seu fascínio no México, onde a revolução local, entrando na fase mais radical em 1917, naturalmente reconheceu sua afinidade com a Rússia revolucionária: Marx e Lenin tornaram-se seus ícones, juntos com Montezuma, Emiliano Zapata e vários trabalhadores índios, e ainda podem ser vistos nos grandes murais de seus artistas oficiais. Em poucos meses Roy estava em Moscou, e desempenhou um papel importante na nova Internacional Comunista para a libertação das colônias. Em parte graças a socialistas holandeses residentes como Henk Snevliet, a Revolução de Outubro deixou em seguida sua marca na principal organização de massa do movimento de libertação nacional indonésio, o Sarekat Islam. "Essa ação do povo russo, disse um jornal de província turco, um dia no futuro se tornará um sol e iluminará toda a humanidade. No distante interior da Austrália, os rudes tosquiadores de ovelhas (e em grande parte católicos irlandeses), sem interesse perceptível por teoria política, aplaudiram os soviéticos como um Estado operário. Nos EUA os finlandeses, havia muito a mais fortemente socialista das comunidades imigrantes, converteram-se em massa ao comunismo, enchendo os sombrios assentamentos mineiros em Minnesota de comícios "onde a menção do nome de Lenin fazia pulsar o coração 1...] Em místico silêncio, quase em êxtase religioso, nós admirávamos tudo que vinha da Rússia. Em suma, a Revolução de Outubro foi universalmente reconhecida como um acontecimento que abalou o mundo. Até mesmo muitos dos que viram a Revolução de perto, um processo menos conducente ao êxtase religioso, se converteram, desde prisioneiros de
guerra que voltavam a seus países como bolcheviques convictos e futuros líderes comunistas de seus países, como o mecânico croata Joseph Broz (Tito), a
jornalistas visitantes como Arthur Ransome, do Manchester Guardian, uma figura não notadamente política, mais conhecido por usar sua paixão por barcos em encantadores livros infantis. Uma figura ainda menos bolchevique, o escritor tcheco Jaroslav Hasek futuro autor da obraprima As aventuras do
complicados pelas reviravoltas da sorte. Assim, Tsaritsyn, no Volga, tornouse Stalingrado, cenário de uma batalha épica na Segunda Guerra Mundial, mas, após a morte de Stalin. Volgogrado. Na época em que escrevo ainda tens este nome.

bravo soldado Schwejk viuse pela primeira vez militando numa causa e, diz-se, ainda mais espantosamente, sóbrio. Tomou parte na Guerra Civil como comissário do Exército Vermelho, depois do que voltou a seu papel mais conhecido como anarco-boêmio e bebum de Praga, alegando que a Rússia soviética pós-revolucionária não fazia o seu estilo. Mas a Revolução fizera. Contudo, os acontecimentos na Rússia inspiraram não só

revolucionários, porém, mais importante, revoluções. Em janeiro de 1918, semanas depois da tomada do Palácio de Inverno, e enquanto os bolcheviques tentavam desesperadamente negociar a paz a todo custo com o exército alemão em avanço, uma onda de greves políticas e manifestações antiguerra em massa varreu a Europa Central, começando em Viena, espalhando-se via Budapeste às regiões tchecas da Alemanha e culminando na revolta dos marinheiros austro-húngaros no Adriático. Quando se desfizeram as últimas dúvidas sobre a derrota das Potências Centrais, seus exércitos finalmente se desmantelaram. Em setembro, os soldados camponeses da Bulgária voltaram para casa, proclamaram uma república e marcharam sobre Sofia, embora ainda fossem desarmados com ajuda alemã. Em outubro, a monarquia dos Habsburgo desabou após as últimas batalhas perdidas na frente italiana. Vários novos Estadosnação foram proclamados, na (justificada) esperança de que os aliados vitoriosos as prefeririam aos perigos da Revolução Bolchevique. E de fato a primeira reação do Ocidente ao apelo bolchevique aos povos Para celebrarem a paz e a publicação, por eles, dos tratados secretos em que os aliados haviam dividido a Europa entre si foram os Catorze Pontos do presidente Wilson, que jogavam a carta nacionalista contra o apelo internacional de Lenin. Uma zona de pequenos Estadosnação formaria uma espécie de cinturão de quarentena contra o vírus vermelho. Em início de novembro, marinheiros e soldados amotinados espalharam a revolução alemã da base naval de Kiel para todo o país. Proclamouse uma república, e o imperador retirouse para os Países Baixos, sendo substituído por um exseleiro social-democrata como chefe de Estado. .
A revolução, que assim varria regimes de Vladivostok ao Reno, era uma revolta contra a guerra e, na maior parte, a vinda da paz desarmou muito do explosivo que ela continha. De qualquer modo, seu conteúdo social era vago, a não ser entre os soldados camponeses dos impérios dos Habsburgo, Romanov e otomano, e dos Estados menores do Sudeste da Europa, e suas famílias. Ali, consistia de quatro pontos: terra, e desconfiança das cidades, ou de estranhos (sobretudo judeus) e ou de governos. Isso tomava os camponeses revolucionários, mas não bolcheviques, em grandes partes da Europa Central e Oriental, embora não na Alemanha (com exceção de parte da Baviera), Áustria e partes da Polônia. Tinham de ser conciliados com uma medida de reforma agrária mesmo em alguns países conservadores, de fato contra-revolucionários, como a Romênia e a Finlândia. Por outro lado, onde constituíam a maioria da população, praticamente asseguraram que os socialistas, e sobretudo os bolcheviques, não ganhassem as eleições gerais. Isso não fazia necessariamente dos camponeses bastiões do conservadorismo político, mas atrapalhou fatalmente os social-democratas; ou então como na Rússia soviética levouos a abolir a democracia eleitoral. Por esse motivo os bolcheviques, tendo pedido uma Assembléia Constituinte (uma conhecida tradição revolucionária desde 1789), dissolveramna assim que ela se retiu, poucas semanas depois de outubro. E o estabelecimento de novos pequenos Estadosnação nas linhas wilsonianas, embora longe de eliminar

conflitos nacionais na zona de revoluções, também diminuiu o espaço da Revolução Bolchevique. Essa fora, de fato, a intenção dos articuladores da paz aliados. Por outro lado, o impacto da Revolução Russa nos levantes europeus de 1918 9 foi tão patente que seria difícil haver muito espaço em Moscou para ceticismo quanto à perspectiva de disseminação da revolução do proletariado mundial. Para o historiador e mesmo para alguns revolucionários locais parecia claro que a Alemanha imperial era um Estado de considerável estabilidade social e política, com um movimento operário forte mas no fundo moderado, que por certo não teria experimentado nada semelhante a uma revolução armada, não fosse a guerra. Ao contrário da Rússia czarista ou da periclitante Áustria-Hungria; ao contrário da Turquia, o proverbial "doente" da Europa; ao contrário dos bárbaros e armados habitantes das montanhas do Sudeste do continente, capazes de qualquer coisa, não era um país onde se esperassem levantes. E de fato, comparado com as situações autenticamente revolucionárias nas derrotadas Rússia e Áustria-Hungria, o grosso dos soldados, marinheiros e operários revolucionários alemães permaneceu tão moderado e respeitador da lei quanto as talvez apócrifas piadas dos revolucionários russos sempre os fizeram parecer (Onde houver um aviso proibindo o público de pisar na grama, é óbvio que os insurretos alemães só andarão pelas trilhas). Contudo, esse era o país onde os marinheiros revolucionários levaram a bandeira dos sovietes por todo o território, onde o diretor de um soviete de operários e soldados de Berlim nomeou um governo socialista, onde Fevereiro e Outubro pareciam ser um só, pois o poder de fato na capital já parecia estar nas mãos de socialistas radicais assim que o imperador abdicou. Era uma ilusão, devido à total, mas temporária, paralisia dos velhos exército, Estado e estrutura de poder sob o duplo choque da derrota absoluta e da revolução. Após uns poucos dias, o velho regime republicanizado logo estava de volta na sela, não mais seriamente perturbado pelos socialistas, que não conseguiram nem ganhar maioria nas primeiras eleições, embora se realizassem poucas semanas depois da revolução.* Viramse menos perturbados ainda pelo recém

(*) A maioria moderada social-democrata ganhou apenas 38% dos votos o máximo em toda a sua história e os social-democratas independentes cerca de 7.5%.

improvisado Partido Comunista, cujos líderes, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, foram logo assassinados por pistoleiros de aluguel do exército. Apesar disso, a revolução alemã de 1918 confirmou as esperanças dos bolcheviques russos, tanto mais porque uma república socialista de curta vida foi proclamada na Baviera em 1918 e, na primavera de 1919, após o assassinato de seu líder, uma breve república soviética se estabeleceu em Munique, capital da arte, da contracultura e da (politicamente menos subversiva) cerveja alemãs. Coincidiu com outra e mais séria tentativa de levar o bolchevismo mais para oeste, a república soviética húngara de março julho de 1919.* Ambas foram,

claro, eliminadas com a esperada brutalidade. Além disso, a decepção com os social-democratas logo radicalizou os trabalhadores alemães, muitos dos quais transferiram sua lealdade para os socialistas independentes, e depois de 1920 para o Partido Comunista, que portanto se tornou o maior desses partidos fora da Rússia soviética. Não se poderia esperar uma revolução alemã, afinal? Embora 1919, o ano auge da agitação social ocidental, houvesse trazido derrota às únicas tentativas de espalhar a Revolução Bolchevique; embora a onda revolucionária estivesse rápida e visivelmente baixando em 1920, a liderança bolchevique em Moscou não abandonou a esperança de revolução alemã até fins de 1923. Pelo contrário. Foi em 1920 que os bolcheviques se comprometeram com o que, retrospectivamente, parece um grande erro, a divisão permanente do movimento trabalhista internacional. Fizeram isso estruturando seu novo movimento internacional comunista com base no modelo do partido de vanguarda leninista, de uma elite de revolucionários profissionais em tempo integral. A Revolução de Outubro, como vimos, conquistara simpatias nos movimentos socialistas internacionais, todos os quais, praticamente, emergiram da guerra mundial ao mesmo tempo radicalizados e muitíssimo fortalecidos. Com raras exceções, os partidos socialistas e trabalhistas continham grandes blocos de opinião que favoreciam a entrada na nova Terceira Internacional Comunista, que os comunistas fundaram para substituir a Segunda Internacional (1889 1914), desacreditada e despedaçada pela guerra mundial a que não conseguira resistir.** Na verdade, vários deles, como os partidos socialistas da França, Itália, Áustria e Noruega, e os Socialistas Independentes da Alemanha, de fato aprovaram a idéia, deixando em minoria os irreconciliados adversários do bolchevismo. Contudo, o que Lenin e os bolcheviques queriam não era um movimento de simpatizantes internacionais da Revolução de Outubro, mas

(*) Sua derrota espalhou uma diáspora de refugiados políticos e intelectuais por todo o mundo, alguns deles com inesperadas carreiras futuras, como o magnata do cinema sir Alexander Korda e o ator Bela Lugosi, mais conhecido como astro do filme de horror original Drácula.

(**)A chamada Primeira Internacional foi a Associação Internacional de Trabalhadores, de Karl Marx, de 1864 72.

corpo de ativistas absolutamente comprometidos e disciplinados, uma espécie de força de ataque global para a conquista revolucionária. Os partidos não dispostos a adotar a estrutura leninista eram barrados ou expulsos da nova Internacional, que só poderia ser enfraquecida com a aceitação dessas quintas colunas de oportunismo e reformismo, para não falar no que Marx chamara outrora de cretinismo parlamentar. Na iminente batalha só poderia haver lugar para soldados. O argumento só fazia sentido com uma condição: que a revolução mundial ainda estivesse em andamento, e suas batalhas, em perspectiva imediata. Contudo, embora a situação européia estivesse longe de estabilizada, era claro em 1920 que a Revolução Bolchevique não estava nos planos do Ocidente, embora

também fosse claro que na Rússia os bolcheviques se achavam estabelecidos permanentemente. Sem dúvida, quando a Internacional se reuniu, parecia haver uma possibilidade de que o Exército Vermelho, vitorioso na Guerra Civil, e agora marchando para Varsóvia, espalhasse a revolução para oeste pela força armada, como subproduto de uma breve guerra russopolonesa, provocada pelas ambições territoriais da Polônia. Restaurada à condição de Estado após um século e meio de não existência, a Polônia exigia agora suas fronteiras do século 18. Essas ficavam dentro da Bíelorrússia, Lituânia e Ucrânia. O avanço soviético, que deixou um maravilhoso monumento literário na Cavalaria vermelha de lsaac Babel, foi saudado por uma variedade incomumente ampla de contemporâneos, que iam do romancista austríaco Joseph Roth, depois elegista dos Habsburgo, a Mtistafá Kemal. futuro líder da Turquia. Mas os trabalhadores poloneses não se levantaram, e o Exército Vermelho retomou das portas de Varsóvia. Daí em diante, apesar das aparências. não haveria novidades na frente ocidental. Claro, as perspectivas da revolução passaram para o Leste, na Ásia, à qual Lenin sempre dispensara considerável atenção. Na verdade, de 1920 a 1927 as esperanças de revolução mundial pareceram repousar na revolução chinesa, avançando sobre o Kuomintang, então o partido de libertação nacional, cujo líder Sun Yatsen (1886 1925) acolheu igualmente o modelo soviético, a assistência militar soviética e o novo Partido Comunista como parte de seu movimento. A aliança Kuomintangcomunistas ia tomar o Norte a partir de suas bases no Sul da China, numa grande ofensiva de 1925 7, pondo a maior parte da China mais uma vez sob o controle de um único governo, pela primeira vez desde a queda do império em 1911, antes que o principal general do Kuomintang, Chiang Kaishek, se voltasse contra os comunistas e os massacrasse. Contudo, mesmo antes dessa prova de que o Leste ainda não estava maduro para Outubro, a promessa da Ásia não ocultava o fracasso da revolução no Ocidente. Em 1921, isso era inegável. A revolução se achava em retirada na Rússia soviética, embora politicamente o poder bolchevique fosse inexpugnável (ver pp. 36970). Estava fora dos planos do Ocidente. O Terceiro Congresso do

Comintern reconheceu isso sem o admitir exatamente, convocando uma "frente única" com os mesmos socialistas que o Segundo expulsara do exército do progresso revolucionário. O que isso significava, na verdade, era uma divisão dos revolucionários pelas próximas gerações. Contudo, de qualquer modo era tarde demais. O movimento rachara em definitivo, a maioria dos socialistas de esquerda, indivíduos e partidos, voltou para o movimento social-democrata, em sua esmagadora maioria levada por moderados anticomunistas. Os novos partidos comunistas continuaram sendo minorias da esquerda européia, e em geral com umas poucas exceções, como na Alemanha, França e Finlândia minorias um tanto pequenas, se bem que apaixonadas. Sua situação não ia mudar até a década de 1930 (ver capítulo 5).

Iv

Contudo, o ano de levantes deixou para trás não apenas um país imenso mas atrasado agora governado por comunistas e empenhado na construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo, como também um governo, um movimento internacional disciplinado e, talvez igualmente importante, uma geração de revolucionários comprometidos com a visão da revolução mundial sob a bandeira erguida em Outubro e a liderança do movimento que inevitavelmente tinha seu quartel-general em Moscou. (Durante vários anos, esperara-se que logo se transferisse para Berlim, e o alemão, não o russo, continuou sendo a língua oficial da Internacional entre as guerras.) Talvez o movimento não tenha sabido com exatidão como a revolução mundial ia avançar após a desestabilização na Europa e a derrota na Ásia, e as tentativas esparsas dos comunistas de insurreição armada independente (Bulgária e Alemanha em 1923, Indonésia em 1926, China em 1927 e tardio e anômalo o Brasil em 1935) foram desastrosas. Contudo, como a Grande Depressão e a ascensão de Hitler logo iriam provar, era difícil a situação do mundo entre as guerras ser de porte a desencorajar especulações apocalípticas (ver capítulos 3 e 5). Isso não explica a súbita mudança do Comintern para uma retórica de ultrarevolucionismo e esquerdismo sectário entre 1928 e 1934, pois, qualquer que fosse a retórica, na prática o movimento nem esperava nem se preparou para tomar o poder em parte alguma. A mudança, que se mostrou calamitosa do ponto de vista político, deve ser explicada antes pela política interna do Partido Comunista soviético, quando Stalin assumiu seu controle, e talvez também como uma tentativa de compensar a cada vez mais evidente divergência entre os interesses da URSS, como um Estado que não tinha como evitar a coexistência com outros Estados começou a ganhar reconhecimento internacional como regime a partir de 1920 e o movimento cujo objetivo era subverter e derrubar todos os outros governos.

77

No fim, os interesses de Estado da União Soviética prevaleceram sobre os interesses revolucionários mundiais da Internacional Comunista, que Stalin reduziu a um instrumento da política de Estado soviético, sob o estrito controle do Partido Comunista soviético, expurgando, dissolvendo e reformando seus componentes à vontade.
A revolução mundial pertencia à retórica do passado, e na verdade qualquer revolução só era tolerada se a) não conflitasse com o interesse de Estado soviético; e
b) pudesse ser posta sob controle soviético direto. Os governos ocidentais, que viam o avanço de regimes comunistas após 1944 essencialmente como uma extensão do poder soviético, sem dúvida interpretavam corretamente as intenções de Stalin; mas o mesmo faziam os revolucionários irreconciliados que, furiosos, censuravam Moscou por não querer que os comunistas tomassem o poder e desencorajar toda tentativa de faze-lo, mesmo os que se mostraram bem-sucedidos, como na Iugoslávia e na China.
Apesar disso, até o fim a Rússia soviética continuou sendo, mesmo aos olhos de muitos membros interesseiros e corruptos de sua nomenkl atura, algo mais que apenas outra grande potência. A emancipação universal, a construção de uma alternativa melhor para a sociedade capitalista eram, afinal, sua razão fundamental de existir.

Por que mais deveriam os impassíveis burocratas de Moscou ter continuado a financiar e armar durante décadas os guemlheiros do Congresso Nacional Africano, aliado dos comunistas, cujas chances de derrubar o sistema de apartheid na África do Sul pareciam e eram mínimas? (Coisa curiosa: o regime comunista chinês, embora criticasse a URSS por trair os movimentos revolucionários após o rompimento entre os dois países, não tem uma folha comparável de apoio prático a movimentos de libertação do Terceiro Mundo.) A humanidade, a URSS aprendera há muito tempo, não seria transformada pela revolução mundial inspirada por Moscou. No longo crepúsculo dos anos Brejnev, desapareceu até mesmo a sincera convicção de Nikita Kruchev, de que o socialismo ia enterrar o capitalismo por força de sua superioridade econômica. Pode bem ser que a erosão terminal dessa crença na vocação universal do sistema explique por que, no fim, ele se desintegrou sem resistência (ver capítulo 16).

Nenhuma dessas hesitações perturbou a primeira geração de inspirados pela luz brilhante de Outubro a dedicar suas vidas à revolução mundial. Como os primeiros cristãos, a maioria dos socialistas pré1914 era de crentes na grande mudança apocalíptica que iria abolir tudo que era mal e trazer uma sociedade sem infelicidade, opressão, desigualdade e injustiça. O marxismo oferecia à esperança do milênio a garantia da ciência e da inevitabilidade histórica; a Revolução de Outubro agora oferecia a prova de que a grande mudança começara.

O número total desses soldados no necessariamente implacável e disciplinado exército de emancipação humana talvez não fosse maior que umas poucas dezenas de milhares; o número de profissionais do movimento intemacional, mudando de país com mais freqüência que de sapatos, como disse Bertolt Brecht num poema escrito em homenagem a eles, talvez não passasse de umas poucas centenas ao todo. Eles não devem ser confundidos com o que os italianos, nos dias de seu Partido Comunista de 1 milhão de membros, chamavam de o povo comunista, os milhões de seguidores e simples membros para os quais o sonho de uma sociedade nova e boa era também real, embora na prática o seu não fosse mais que o ativismo diário do velho socialismo e cujo compromisso, de qualquer modo, era mais de classe e comunidade do que de dedicação pessoal. Contudo, embora o seu número fosse pequeno, não se pode entender o século 20 sem eles.

Sem o "novo tipo de partido" de Lenin, cujos "revolucionários profissionais" eram os quadros, é inconcebível que em pouco mais de trinta anos após Outubro um terço da raça humana se visse vivendo sob regimes comunistas. O que sua fé e sua irrestrita lealdade ao quartelgeneral da revolução mundial em Moscou deram aos comunistas foi a capacidade de verse (sociologicamente falando) como partes de uma igreja universal, não uma seita. Os partidos comunistas orientados por Moscou perderam líderes por secessão e expurgo, mas até o movimento perder o ânimo após 1956 eles não se cindiram, ao contrário dos grupos fragmentários de dissidentes marxistas queseguiram Trotski e os ainda mais fissíparos conventículos "marxistaleninistas" do maoísmo pósl96O. Por poucos que fossem - e quando Mussolini foi derrubado na Itália em 1943 o Partido Comunista italiano consistia de cerca de 5 mil homens e mulheres, a maioria saindo da cadeia ou do exílio - eram o que os bolcheviques

tinham sido em fevereiro de 1917, o núcleo de um exército de milhões, governantes potenciais de um povo e um Estado.
Para essa geração, sobretudo os que, embora jovens, viveram os anos de levante, a revolução foi o acontecimento de suas vidas; os dias de capitalismo estavam inevitavelmente
contados. A história contemporânea era a antecâmara da vitória final para os que vivessem para vê-la, o que incluiria alguns soldados da revolução ("os mortos
de licença", como disse o comunista russo Leviné, pouco antes de ser executado pelos que derrubaram o soviete de Munique de 1919). Se a própria sociedade burguesa
tinha tantos motivos para duvidar de seu futuro, por que estariam eles confiantes na sua sobrevivência? Suas próprias vidas demonstravam sua realidade.
Tomemos o caso de dois jovens alemães temporariamente ligados como amantes, que foram mobilizados pela revolução soviética da Baviera de 1919; Olga Benario, filha
de um próspero advogado de Munique, e Otto Braun, um professor primário. Ela iria verse organizando a revolução no hemisfério ocidental, ligada e afinal casada
com Luís Carlos Prestes, líder da longa marcha insurrecional pelos sertões brasileiros, que havia convencido Moscou a apoiar um levante no Brasil em 1935. O levante
fracassou, e Olga foi entregue pelo governo brasileiro à Alemanha de Hitler, onde acabou morrendo num campo

de concentração. Enquanto isso Otto, mais bemsucedido, partiu para revolucionar o Oriente como especialista militar do Comintern e, como se viu, o único não
chinês
a participar da famosa "Longa Marcha" dos comunistas chineses, antes de voltar a Moscou e por fim à República Democrática Alemã (Oriental). (A experiência o deixou
cético em relação a Mao.) Quando, a não ser na primeira metade do século 20, poderiam duas vidas interligadas ter tomado esses rumos?
Assim, na geração após 1917, o bolchevismo absorveu todas as outras tradições revolucionárias, ou empurrou-as para a margem de movimentos radicais. Antes de 1914,
o anarquismo fora muito mais uma ideologia impulsora de ativistas revolucionários que o marxismo em grandes partes do mundo. Marx, fora da Europa Oriental, era mais
visto como o guru dos partidos de massa cujo avanço inevitável, mas não explosivo, para a vitória, ele tinha demonstrado. Na década de 1930 o anarquismo deixara
de existir como força política importante fora da Espanha, mesmo na América Latina, onde a bandeira vermelha e preta tradicionalmente inspirara mais que a vermelha.
(Mesmo na Espanha a Guerra Civil ia destruir o anarquismo, enquanto fazia a fortuna dos comunistas, até então relativamente insignificantes.) Na verdade, os grupos
social-revolucionários que existiam fora do comunismo moscovita tomaram daí em diante Lenin e a Revolução de Outubro como seu ponto de referência, e eram quase sempre
chefiados ou inspirados por alguma figura dissidente ou expulsa do Comintem, à medida que Yosif Stalin estabelecia, e depois fechava, seu domínio sobre o Partido
Comunista soviético e a Internacional. Poucos desses centros dissidentes contavam muito do ponto de vista político. De longe o mais prestigioso dos hereges, o exilado
Leon Trotski -colíder da Revolução de Outubro e arquiteto do Exército Vermelho - fracassou por completo em seus esforços políticos. Sua "Quarta Internacional",
destinada a competir com a stalinizada Terceira Internacional, foi praticamente invisível. Quando foi assassinado por ordem de Stalin em seu exílio no México, em

1940, a importância política de Trotski era insignificante.
Em suma, ser um social-revolucionário cada vez mais significava ser um seguidor de Lenin e da Revolução de Outubro, e cada vez mais um membro ou seguidor de algum partido comunista alinhado com Moscou; e tanto mais quando, após o triunfo de Hitler na Alemanha, esses partidos adotaram a política de união antifascista que lhes permitiu sair do isolamento sectário e conquistar apoio de massa tanto entre os trabalhadores quanto entre os intelectuais (ver capítulo 5). Os jovens que tinham sede de derrubar o capitalismo tornaram-se comunistas ortodoxos, e identificaram sua causa com o movimento internacional centrado em Moscou; e o marxismo, restaurado por Outubro como a ideologia da mudança revolucionária, significava o marxismo do Instituto MarxEngelsLenin de Moscou, que era agora o centro global para disseminação dos grandes textos clássicos. Ninguém mais à vista se oferecia para

80

interpretar o mundo e muda-lo, nem parecia melhor capacitado para fazer isso. Assim ia continuar até depois de 1956, quando a desintegração da ortodoxia marxista na URSS e do movimento comunista internacional centrado em Moscou trouxe os pensadores, tradições e organizações marginalizados da heterodoxia esquerdista para a esfera pública. Mesmo assim, ainda viviam sob a grande sombra de Outubro. Embora qualquer um com o mais leve conhecimento de história da ideologia pudesse reconhecer mais o espírito de Bakunin,ou mesmo de Nechaev, do que de Marx nos radicais estudantes de 1968 e depois, isso não levou a nenhuma ressurreição significativa da teoria ou dos movimentos anarquistas. Ao contrário, 1968 produziu uma enorme voga intelectual para o marxismo em teoria - geralmente em versões que teriam surpreendido Marx - e para uma variedade de seitas e grupos "marxistaleninistas", unidos pela rejeição a Moscou e aos velhos partidos comunistas como não s ficientemente revolucionários e leninistas.
Paradoxalmente, essa quase completa tomada da tradição social-revolu cionária se deu num momento em que o Comintern abandonou claramente as stratégias revolucionárias originais de 191723, ou, antes, contemplou estra tgias para a transferência de poder bastante diferentes das de 1917 (ver capí tulo 5). De 1935 em diante, a literatura da esquerda crítica iria encher-se de acusações de que os movimentos de Moscou perdiam, rejeitavam, ou melhor, traíam as oportunidades de revolução, porque Moscou não mais a queria. Até o orgulhosamente "monolítico" movimento centrado nos soviéticos começar a rachar por dentro, esses argumentos tiveram pouco efeito. Enquanto o movi mento comunista manteve sua unidade, coesão e impressionante imunidade a fissão, foi, para a maioria dos que, no mundo, acreditavam na revolução glo bal, a única opção. Além disso, quem podia negar que os países que romperam com o capitalismo na segunda grande onda de revolução social no mundo, de 1944 a 1949, o fizeram sob os auspícios de partidos comunistas ortodoxos, orientados pelos soviéticos? Só depois de 1956 os que pensavam em revolu ção tiveram uma verdadeira opção entre vários desses movimentos com algu ma verdadeira pretensão a efetividade política ou insurrecional. Mesmo esses vários tipos de trotskismo, maoísmo e grupos inspirados pela revolução cubana de 1959 (ver capítulo 15) - ainda eram mais ou menos de derivação leninista. Os velhos partidos comunistas continuavam sendo em grande parte os maiores grupos da extrema esquerda, mas a essa altura o velho movimento

comunista perdera o ânimo.
A força do movimento pela revolução mundial estava na forma comunista de organização, o "novo tipo de partido" de Lenin, uma formidável inovação de engenharia social do século 20, comparável à invenção das ordens monásticas cristãs e outras na Idade Média. Dava até mesmo a organizações pequenas uma
Eficácia desproporcional, porque o partido podia contar com extraordinária dedicação e auto-sacrifício de seus membros, disciplina e coesão maior que a de militares, e uma total concentração na execução de suas decisões a todo custo. Isso impressinava profundamente até mesmo os observadores hostis. E no entanto, a relação entre o
modelo do "partido de vanguarda" e as grandes revoluções que ele se destinava a fazer, e ocasionalmente conseguia, longe estava de clara, embora nada fosse mais evidente do que o fato de que o modelo atingia a maioridade após revoluções vitoriosas, ou durante guerras. Pois os partidos leninistas eram essencialmente construídos como elites (vanguardas) de líderes (ou melhor, antes das revoluções serem vencidas, "contra-elites"), e as revoluções sociais, como mostrou 1917, dependem do que acontece entre as massas e em situações que nem as elites nem as contra-elites podem controlar por inteiro. Na verdade, o modelo leninista teve de fato considerável apelo para jovens membros de velhas elites, sobretudo no Terceiro Mundo, que entraram nesses partidos em números desproporcionais, apesar dos esforços heróicos, e relativamente bem-sucedidos, desses partidos para promover verdadeiros proletários. A grande expansão do comunismo brasileiro na década de 1930 baseouse na conversão de jovens intelectuais de famílias da oligarquia latifundiária e oficiais subalternos do exército (Martins Rodrigues, 1984, pp. 3907).
Por outro lado, os sentimentos das verdadeiras "massas" (às vezes incluindo os seguidores ativos das "vanguardas") com freqüência entravam em choque com as idéias de seus líderes, sobretudo em momentos de verdadeira insurreição de massa. Assim, a rebelião dos generais espanhóis contra o governo da Frente Popular em julho de 1936 desencadeou de imediato a revolução em várias regiões da Espanha. Que os militantes, sobretudo anarquistas, passassem a coletivizar os meios de produção, não foi surpreendente, embora o Partido Comunista e o governo central depois se opusessem e, onde possível, revertessem essa transformação, e os prós e contras disso continuam a ser discutidos na literatura política e histórica. Contudo, o acontecimento também desencadeou a maior de todas as ondas de iconoclasma e homicídio anticlerical, pois essa forma de atividade se tornara pela primeira vez parte das agitações populares em 1835, quando os cidadãos de Barcelona reagiram a uma tourada insatisfatória incendiando vários conventos. Cerca de 7 mil pessoas do clero - isto é, 12% a 13% dos padres e monges do país, embora apenas uma proporção insignificante de freiras - foram mortas, enquanto numa única diocese da Catalunha (Gerona) mais de 6 mil imagens foram destruídas (Thomas, 1977, pp. 2701; M. Delgado, 1992, p. 56).
Duas coisas estão claras nesse terrível episódio: foi denunciado pelos líderes ou porta-vozes da esquerda revolucionária espanhola, embora fossem

anticlericais radicais, incluindo os anarquistas, notórios inimigos dos padres; e para os que o perpetraram, como também para muitos dos que assistiram, isso, mais

que qualquer outra coisa, era o que na verdade significava a revolução: a inversão da ordem da sociedade e seus valores, não só por um breve momento, mas para sempre (Delgado, 1992, pp. 52-3). Estava muito bem os líderes insistirem, como sempre faziam, em que o principal inimigo era o capitalista, e não o padre: nos ossos, as massas sentiam diferente. (Se a política popular numa sociedade menos machista que a ibérica teria sido menos homicidamente iconoclasta, é uma questão contrafactual, mas sobre a qual uma séria pesquisa sobre as atitudes das mulheres poderia, apesar disso, lançar alguma luz.)

Na verdade, o tipo de revolução que vê a estrutura de ordem e autoridade políticas se evaporarem de repente, deixando o homem (e, até onde lhe permitem, a mulher) comum entregue a seus próprios recursos, se mostrou raro no século 20. Mesmo o outro exemplo mais próximo de súbito colapso de um regime, a Revolução Iraniana de 1979, não foi exatamente tão inestruturado, apesar da extraordinária unanimidade da mobilização das massas de Teerã contra o xá, grande parte da qual deve ter sido espontânea. Graças às estruturas do clericalismo iraniano, o novo regime já estava presente na ruína do antigo, embora não fosse assumir sua forma completa por algum tempo (ver capítulo 15).

Na verdade, a típica revolução pós-Outubro do Breve Século 20, deixando de lado algumas explosões localizadas, seria ou iniciada por um golpe (quase sempre militar), capturando a capital, ou o resultado final de uma luta armada extensa e em grande parte rural. Como os oficiais subalternos - muito mais raramente suboficiais - de simpatias radicais ou esquerdistas eram comuns em países pobres e atrasados, onde a vida militar oferecia perspectivas de uma carreira atraente para jovens capazes e educados de famílias sem ligações e riqueza, essas iniciativas costumavam ser encontradas em países como o Egito (a revolução dos Oficiais Livres de 1952) e outros do Oriente
Médio (Iraque em 1958, Síria em vários momentos desde a década de 50 e a Líbia em 1960). Os militares fazem parte do tecido da história revolucionária latino-americana, embora raras vezes tenham tomado o poder nacional, e não por muito tempo, por causas declaradamente esquerdistas. Por outro lado, para surpresa da maioria dos observadores, em 1974 um clássico putsch militar de jovens oficiais desiludidos e radicalizados pelas longas guerras coloniais de retaguarda derrubou o mais velho regime direitista então operando no mundo:
a 'Revolução dos Cravos em Portugal". A aliança entre eles, um forte Partido Comunista emergindo da clandestinidade e vários grupos marxistas radicais, logo se dividiu e foi superada, para alívio da Comunidade Européia, a que Portugal se juntou pouco depois.

A estrutura social, as tradições ideológicas e as funções políticas das Forças Armadas nos países desenvolvidos fizeram os militares com interesses

políticos nesses países preferirem a direita. Golpes em aliança com os comunistas, ou mesmo socialistas, não faziam o gênero deles. Claro, nos movimentos de libertação
do império francês exsoldados das forças nativas vieram a desempenhar um papel importante (em especial na Argélia). Sua experiência na Segunda Guerra Mundial e depois fora insatisfatória, não apenas devido àdiscriminação habitual, como também porque os soldados, em grande parte coloniais, das forças da França Livre de De

Gaulle, eram, tal como os membros em grande parte não gálicos da resistência armada
dentro da França, rapidamente empurrados para as sombras.
Os exércitos da França Livre nas paradas oficiais da vitória após a libertação eram bem "mais brancos" que os que de fato ganharam as honras da batalha gaullista.
Apesar disso, no todo, os exércitos coloniais das potências imperiais, mesmo quando de fato tendo oficiais nativos das colônias, permaneceram leais, ou antes apolíticos,
ainda descontandose os mais ou menos 50 mil soldados indianos que entraram no exército nacional indiano sob os japoneses (Echenberg, 1992, pp. 1415; M. Barghava
& Singh Gill, 1988, p. 10; Sareen, 1988, pp. 201).

VI

O caminho para a revolução pela longa guerra de guerrilha foi descober to um tanto tardiamente pelos revolucionários sociais do século 20, talvez por que em termos históricos essa forma de atividade em essência rural estivesse associada de modo esmagador a movimentos de ideologias arcaicas facil mente confundidos pelos observadores urbanos com o conservadorismo, ou mesmo com a reação e a contra-revolução. Afinal, as poderosas guerras de guerrilha do período revolucionário e napoleônico francês dirigiam-se sempre contra, e jamais a favor da França e da causa de sua Revolução. A própria pa lavra "guerrilha" não fazia parte do vocabulário marxista até depois da Revolução
Cubana de 1959. Os bolcheviques, que travaram tanto guerra irregular
quanto regular durante a Guerra Civil, usavam o termo partlsan, que se tornou padrão nos movimentos de resistência inspirados pelos soviéticos durante a Segunda Guerra Mundial. Em retrospecto, é surpreendente que a ação de guer rilha quase não desempenhasse papel algum na Guerra Civil Espanhola, embo ra devesse haver bastante espaço para ela nas áreas republicanas ocupadas pelas forças de Franco. Na verdade, os comunistas organizaram alguns núcleos de guerrilha bastante significativos, de fora, após a Segunda Guerra Mundial. Antes da Primeira Guerra Mundial, ela não fazia parte da caixa de ferramen tas dos fazedores de revolução em perspectiva.

Isso com exceção da China, onde a nova estratégia foi pioneiramente usa da por alguns (mas não todos) líderes comunistas, depois que o Kuomintang,

sob Chang Kaichek, se voltou contra seus exaliados comunistas em 1927, e após o espetacular fracasso da insurreição comunista nas cidades (Cantão, 1927). Mao Tsétung,
principal defensor da nova estratégia - que acabaria tomandoo o líder da China comunista -, não apenas reconheceu que, após mais de quinze anos de revolução, grandes
regiões da China estavam fora do controle efetivo de qualquer administração central, mas, como dedicado admirador de A margem da água, grande romance clássico sobre banditismo social chinês, que as táticas de guerrilha eram parte tradicional do conflito social chinês. Na verdade, nenhum chinês com educação clássica deixaria
de notar a semelhança entre o estabelecimento da primeira zona livre de guerrilha de Mao nas montanhas de Kiangsi em 1927 e a fortaleza da montanha dos heróis de
A margem da água, que o jovem Mao chamou seus colegas estudantes a imitar em 1917 (Schram, 1966, pp. 434).
A estratégia chinesa, embora heróica e inspiradora, parecia inadequada a países com modernas comunicações internas e governos habituados a administrar todo o seu

território, por mais remoto e fisicamente difícil. Na verdade, não se mostrou bem-sucedida
a curto prazo nem mesmo na China, onde o governo nacional, após várias
campanhas militares, obrigou os comunistas em 1934 a abrir mão de seus vários territórios
soviéticos livres nas principais regiões do país e retirar-se, através
da lendária Longa Marcha, para uma região remota e pouco povoada do noroeste.
Depois que tenentes rebeldes brasileiros como Luís Carlos Prestes passaram das
caminhadas no sertão para o comunismo em fins da década de 1930, nenhum grupo
esquerdista
importante escolheu o caminho da guerrilha em outra parte, a menos que contemos a luta
do general César Augusto Sandino contra os fuzileiros navais americanos na
Nicarágua (1927-1933), que iria inspirar a revolução sandinista cinqüenta anos depois.
(Contudo, um tanto implausivelmente, a Internacional Comunista tentou apresentar
sob essa luz Lampião, famoso bandido social brasileiro e herói de mil livrinhos de cordel.)
O próprio Mao só se tornou a estrelaguia dos revolucionários depois
da Revolução Cubana.
Contudo, a Segunda Guerra Mundial produziu um incentivo mais imediato e geral à tomada
do caminho da guerrilha para a revolução: a necessidade de resistir à ocupação
da maior parte da Europa continental, incluindo grandes partes da União Soviética
européia, pelos exércitos da Alemanha de Hitler e seus aliados. A resistência,
e sobretudo a resistência armada, desenvolveu-se em escala substancial depois que o ataque
de Hitler à URSS mobilizou os vários movimentos comunistas. Quando o
exército alemão foi finalmente derrotado, com variadas contribuições de movimentos de
resistência locais (ver capítulo 5), os regimes da Europa ocupada ou fascista
se desintegraram, e regimes social-revolucionários sob controle comunista tomaram o
poder, ou tentaram, em vários países onde a resistência armada tinha sido mais
eficaz (Iugoslávia, Albânia e
não fosse pelo apoio militar britânico e finalmente americano - Grécia).

Provavelmente também podiam te-lo tomado, embora não por muito tempo, na Itália ao
Norte dos Apeninos, mas, por motivos ainda discutidos no que resta da esquerda
revolucionária, não tentaram. Os regimes comunistas que se estabeleceram no Leste e
Sudeste da Ásia após 1945 (na China, parte da Coréia e da Indochina francesa)
também podem ser encarados como filhos da resistência da época da guerra; pois mesmo na
cli.iina o maciço avanço dos exércitos comunistas de Mao para o poder só
começou depois que o exército japonês partiu para tomar o corpo principal do país em
1937. A segunda onda de revolução social mundial surgiu da Segunda Guerra, como
a primeira tinha surgido da Primeira - embora de uma maneira absolutamente diferente.
Desta vez era a própria guerra, e não a repulsa a ela, que levava a revolução
ao poder.
A natureza e política dos novos regimes revolucionários são examinadas em outra parte
(ver capítulos 5 e 13). Aqui, estamos interessados no processo da revolução
em si. As revoluções de meados de século, que ocorreram no lado vitorioso de longas
guerras, diferiram dos cenários clássicos de 1789 ou Outubro, ou mesmo do colapso
em câmara lenta de regimes como a China imperial ou o México porfirista (ver Age of
Empire, capítulo 12), em dois aspectos. Primeiro - e nisso se assemelham ao resultado
de golpes militares vitoriosos - não havia dúvida real sobre quem tinha feito a revolução ou
exercia o poder: o grupo político ligado às Forças Armadas vitoriosas

da URSS, pois a Alemanha, o Japão e a Itália não teriam sido derrotados só pelas forças da Resistência - nem mesmo na China. (Os exércitos ocidentais vitoriosos
se opunham, é claro, aos regimes dominados pelos comunistas.) Houve um interregno ou vazio de poder. Do outro lado, as únicas situações em que fortes movimentos
de Resistência não tomaram o poder rapidamente após o colapso dos poderes do Eixo foram onde os aliados ocidentais mantiveram um pé nos países liberados (Coréia
do Sul, Vietnã), ou onde as forças antiEixo internas estavam elas próprias divididas, como na China. Ali, os comunistas depois de 1945 ainda precisavam estabelecerse
contra um governo corrupto e cada vez mais fraco, mas cobeligerante, o do Kuomintang; observados por uma URSS notavelmente sem entusiasmo.
Segundo, o caminho da guerrilha para o poder inevitavelmente levava a sair das cidades e centros industriais, onde estava a força tradicional dos movimentos trabalhistas,
e ir para o interior rural. Mais precisamente, uma vez que a guerra de guerrilha se mantém com mais facilidade no mato, montanhas, florestas ou terrenos semelhantes,
em território de população escassa, distante das principais populações. Nas palavras de Mao, o campo iria cercar a cidade para conquista-la. Em termos de resistência
européia, a insurreição urbana -o levante de Paris no verão de 1944; de Milão na primavera de 1945 - teve de esperar até que a guerra praticamente acabasse, pelo
menos em sua região. O que aconteceu em Varsóvia em 1944 foi o castigo do levante urbano prematuro: eles tinham apenas uma bala no gatilho, embora uma bala grande.
Em

suma, para a maioria da população, mesmo de um país revolucionário, o caminho da guerrilha para a revolução significava esperar durante longos períodos que a
mudança
viesse de outra pane, sem poder fazer muita coisa. Os combatentes de fato da resistência, incluindo toda a sua infraestrutura, eram, inevitavelmente, uma minoria
bastante pequena.
Em seu território, claro, as guerrilhas não podiam funcionar sem apoio de massa; não menos porque, em conflitos extensos, suas forças seriam em grande parte recrutadas localmente: assim (como na China), grupos de operários industriais e intelectuais podiam ser discretamente transformados em exércitos de ex-camponeses. Contudo,
a relação deles com as massas não era, inevitavelmente, tão simples como sugere a expressão de Mao sobre o peixe da guerrilha nadando na água do povo. Numa região
de guerrilha típica,'quase qualquer grupo perseguido de marginais que se comportasse bem, pelos padrões locais, podia desfrutar de generalizada simpatia contra
soldados estrangeiros invasores, ou aliás contra quaisquer agentes do governo nacional. Contudo, as profundas divisões dentro do campo também significavam que os
amigos vitoriosos automaticamente se arriscavam a ganhar inimigos. Os comunistas chineses que estabeleceram suas áreas rurais soviéticas em 19278 descobriram,
para sua injustificada surpresa, que a conversão de uma aldeia dominada por um clã ajudava a estabelecer uma rede de "aldeias vermelhas" baseada em clãs interligados,
mas também os punha em guerra contra os inimigos tradicionais deles, que formavam uma rede semelhante de "aldeias negras". "Em alguns casos", queixavamse, "a luta
de classes se transformava na luta de uma aldeia contra outra. Houve casos em que nossas tropas tiveram de sitiar e destruir aldeias inteiras" (RiiteChina, 1973,

pp. 456). Revolucionários guerrilheiros vitoriosos aprenderam a navegar nessas águas traiçoeiras, mas - como deixam claro as memórias de guerra do partisan iugoslavo Milovan Djilas - a libertação era muito mais complexa que um simples levante unânime de um povo oprimido contra conquistadores estrangeiros.

VII

Estas não eram considerações que turvassem a satisfação dos comunistas que agora se viam à frente de todos os governos entre o rio Elba e os mares da China. A revolução mundial, que os inspirara, avançara visivelmente. Em vez de uma única URSS fraca e isolada, emergira, ou estava emergindo, algo como uma dezena de Estados da segunda grande onda de revolução global, chefiada por uma das duas potências no mundo merecedoras deste nome (o termo superpotência já existia em 1944). Tampouco se exaurira o ímpeto da revolução global, pois a descolonização das velhas possessões ultramarinas imperialistas prosseguia em franco progresso. Não se poderia esperar que isso levas

se a mais avanços na causa do comunismo? Não temia a propria burguesia internacional pelo futuro do que restava do capitalismo, ao menos na Europa? Não se perguntavam os parentes industriais franceses do jovem historiador Le Roy Ladurie, enquanto reconstruíam suas fábricas, se no fim a nacionalização, ou muito simplesmente o Exército Vermelho, não daria uma solução final ao problema deles: sentimentos que, ele fria lembrar-se como velho conservador, confirmaram sua decisão de entrar no Partido Comunista Francês em 1949 (Le Roy Ladurie, 1982, p. 37)? Não disse um subsecretário do Comércio americano ao governo do presidente Truman, em março de 1946, que a maioria dos países europeus estava na beirinha mesmo e podia ser empurrada a qualquer momento; e outros gravemente ameaçados (Loth, 1988, p. 137)'?

Esse era o estado de espírito dos homens e mulheres que saíam da ilegalidade, do combate e da resistência, do cárcere, do campo de concentração ou exílio, para assumir a responsabilidade pelo futuro de países em sua maioria arruinados. Talvez alguns deles observassem que, mais uma vez, o capitalismo tinha se mostrado muito mais fácil de derrubar onde era fraco ou mal existia do que em seus países-núcleo. E no entanto, poderia alguém negar que o mundo dera uma dramática virada para a esquerda? Se os novos governantes ou co-governantes comunistas de seus Estados transformados se preocupavam com alguma coisa imediatamente após a guerra, não era com o futuro do socialismo. Era com a reconstrução de países empobrecidos, exaustos e arruinados, às vezes em meio a populações hostis, e com o perigo de uma guerra desencadeada pelas potências capitalistas contra o campo socialista antes que a reconstrução lhes desse segurança. Paradoxalmente, os mesmos temores rondavam o sono de políticos e ideólogos ocidentais. Como veremos, a Guerra Fria que se instalou no mundo após a segunda onda de revolução mundial foi uma disputa de pesadelos.

Fossem ou não justificados, os medos do Oriente ou Ocidente eram parte da era de revolução mundial nascida em Outubro de 1917. Mas essa própria era estava para acabar, embora levasse mais quarenta anos para que se pudesse escrever o seu epitáfio.

Apesar disso, mudara o mundo, embora não da maneira como esperavam

A Lenin e os inspirados pela Revolução de Outubro. Fora do hemisfério ocidental, os dedos de duas mãos bastam para contar os poucos Estados do mundo / que

não passaram por alguma combinação de revolução, guerra civil, resistência a e libertação de ocupação estrangeira, ou a profilática descolonização por impérios
condenados numa era de revolução mundial. (GrãBretanha, Suécia, Suíça e talvez Islândia são os únicos casos europeus.) Mesmo no hemisfério ocidental, omitindo as
grandes mudanças violentas de governo sempre localmente descritas como "revoluções", grandes revoluções sociais - no México, Bolívia, a Revolução Cubana e suas
sucessoras - transformaram o panorama latino-americano.

As revoluções de fato feitas em nome do comunismo se exauriram, embora seja demasiado cedo para orações fúnebres sobre elas enquanto os chineses, um quinto da raça
humana, continuam a viver num país governado por um Partido Comunista. Contudo, é óbvio que um retorno ao mundo dos anciens régimes desses países é tão impossível quanto era na França depois da era revolucionária e napoleônica, ou, aliás, quanto revelou ser a volta das excolônias à vida pré-colonial. Mesmo onde se reverteu
a experiência do comunismo, o presente dos países ex-comunistas, e presumivelmente seu futuro, traz e continuará trazendo as marcas específicas da contra-revolução
que substituiu a revolução. Não há como apagar a era soviética da história da Rússia ou do mundo, como se não tivesse havido. Não há como São Petersburgo voltar
a 1914.

Contudo, as conseqüências indiretas da era de levantes após 1917 foram tão profundas quanto as diretas. Os anos após a Revolução Russa iniciaram o processo de emancipação colonial e descolonização, e introduziram a política de bárbaras contra-revoluções (na forma do fascismo e outros muitos movimentos - ver capítulo 4) e a política
de social-democracia na Europa. Esquece-se muitas vezes que até 1917 todos os partidos trabalhistas e socialistas (fora a meio periférica Austrália) preferiram
ficar em permanente oposição até a chegada da hora do socialismo. Os primeiros governos ou coalizões de governos social-democratas (não do Pacífico) foram formados
em 19179 (Suécia, Finlândia, Alemanha, Austrália, Bélgica), seguidos, depois de poucos anos, pela Grã-Bretanha, Dinamarca e Noruega. Tendemos a esquecer que a própria moderação desses partidos era em grande parte uma reação ao bolchevismo, como o foi a disposição do velho sistema político de integrálos.

Em suma, a história do Breve Século 20 não pode ser entendida sem a Revolução Russa e seus efeitos diretos e indiretos. Não menos porque se revelou a salvadora
do capitalismo liberal, tanto possibilitando ao Ocidente ganhar a Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha de Hitler quanto fornecendo o incentivo para o capitalismo
se reformar, e também - paradoxalmente - graças a aparente imunidade da União Soviética à Grande Depressão, o incentivo a abandonar a crença na ortodoxia do livre
mercado. Como veremos no próximo capítulo.

RUMO AO ABISMO ECONÔMICO

Nenhum Congresso dos Estados Unidos já reunido, ao examinar o estado da União, encontrou uma perspectiva mais agradável do que a de hoje [.1 A grande riqueza criada

por nossa empresa e indústria, e poupada por nossa economia, teve a mais ampla distribuição entre nosso povo, e corre como um rio a servir à caridade e aos negócios do mundo. As demandas da existência passaram do padrão da necessidade para a região do luxo. A produção que aumenta é consumida por uma crescente demanda interna e um comércio exterior em expansão. O país pode encarar apresente com satisfação e prever o futuro com otimismo.

Presidente Calvin Coolidge, Mensagem ao Congresso, 4/1211928

Depois da guerra, o desemprego tem sido o mais insidioso, o mais corrosivo mal de nossa geração: é a doença social especqica da civilização ocidental em nosso tempo.

The Times, 23/1/1943

Suponhamos que a Primeira Guerra Mundial tivesse sido apenas uma perA turbação temporária, apesar de catastrófica, numa economia e civilização fora isso estáveis. A economia teria então voltado a alguma coisa parecida ao normal após afastar os detritos da guerra e daí seguido em frente. Mais ou menos como o Japão sepultou os 300 mil mortos do terremoto de 1923, limpou as ruínas que deixaram 2 ou 3 milhões de desabrigados e reconstruiu a cidade como era antes, porém um pouco mais à prova de terremotos. Como teria sido o mundo entre-guerras nessas circunstâncias? Não sabemos, e não há sentido em especular sobre o que não aconteceu, e quase certamente não poderia ter acontecido. Mas a pergunta não é inútil, porque nos ajuda a captar o profundo efeito na história do século 20 do colapso econômico entre as guerras.

90

Sem ele, com certeza não teria havido Hitler. Quase certamente não teria havido Roosevelt. É muito improvável que o sistema soviético tivesse sido encarado como um sério rival econômico e uma alternativa possível ao capitalismo mundial. As conseqüências da crise econômica no mundo não europeu ou não ocidental, comentadas em outra parte desta obra, foram patentemente impressionantes. Em suma, o mundo da segunda metade do século 20 é incompreensível se não entendermos o impacto do colapso econômico. É o tema deste capítulo.

A Primeira Guerra Mundial devastou apenas partes do Velho Mundo, sobretudo na Europa. A revolução mundial, o aspecto mais dramático do colapso da civilização burguesa do século 19, espalhou-se mais amplamente: do México à China e, em forma de movimentos de libertação coloniais, do Magreb à Indonésia. Contudo, seria fácil encontrar partes do globo cujos cidadãos tivessem ficado distantes de ambos, notadamente os Estados Unidos da América, assim como grandes regiões da África colonial central e setentrional. Mas a Primeira Guerra Mundial foi seguida por um tipo de colapso verdadeiramente mundial, sentido pelo menos em todos os lugares em que homens e mulheres se envolviam ou faziam uso de transações impessoais de mercado. Na verdade, mesmo os orgulhosos EUA, longe de serem um porto seguro das convulsões de continentes menos afortunados, se tornaram o epicentro deste que foi o maior terremoto global medido na escala Richter dos historiadores econômicos - a Grande Depressão do entreguerras.

Em suma: entre as guerras, a economia mundial capitalista pareceu desmoronar. Ninguém sabia exatamente como se poderia recupera-la.

As operações de uma economia capitalista jamais são suaves, e flutuações variadas, muitas vezes severas, fazem parte integral dessa forma de reger os assuntos do

mundo. O chamado "ciclo do comércio", de expansão e queda, era conhecido de todo
homem de negócios do século 19. Esperava-se que se repetisse, com variações, a
cada período de sete a onze anos. Uma periodicidade um tanto mais extensa começara a
chamar a atenção no fim do século 19, quando observadores perceberam em retrospecto
as inesperadas peripécias das décadas anteriores. Um boom espetacular, batedor de
recordes, de cerca de 1850 a inícios da década de 1870, fora seguido por vinte
e tantos anos de incertezas econômicas (os autores econômicos, um tanto enganadoramente,
falaram numa Grande Depressão), e depois por outra onda marcadamente secular
de progresso na economia mundial (ver A era do capital, A era dos impérios, capítulo 2).
No início da década de 1920, um economista russo, N. D. Kondratiev, que
mais tarde seria uma das primeiras vítimas de Stalin, discerniu um padrão de
desenvolvimento econômico a partir de fins do século 18, através de uma série de
"ondas longas" de cinqüenta a sessenta anos, embora nem ele nem ninguém mais
conseguisse dar uma explicação satisfatória para esses movimentos, e estatísticos
céticos até mesmo negas
91
sem sua existência. Desde então, elas tomaramse universalmente conhe na literatura
especializada sob o nome de Kondratiev, que, por sinal, con na época que a
longa
onda da economia mundial estava para terminar.* Tinha razão.
No passado, ondas e ciclos, longos, médios e curtos, tinham sido ace por homens de
negócios e economistas mais ou menos como os fazendei aceitam o clima, que tatbém
tem seus altos e baixos. Nada se podia faz respeito: criavam oportunidades ou problemas,
podiam trazer a prosperid ou a bancarrota a indivíduos ou industrias, mas
só os socialistas que, co Karl Marx, acreditavam que o ciclo fazia parte de um processo
pelo qual capitalismo gerava o que acabariam por se revelar contradições
internas
ins peráveis, achavam que elas punham em risco a existência do sistema econô co como tal.
Esperava-se que a economia mundial continuasse crescendo avançando, como
havia claramente feito, com exceção das súbitas e breve catástrofes das depressões cíclicas,
por mais de um século, O que parecia s novo na recente situação era
que,
provavelmente pela primeira e até ali única vez na história do capitalismo, suas flutuações
apresentavam perigo para o si tema. E mais: em importantes aspectos,
a curva secular de subida parecia intetromperse.
A história da economia mundial desde a Revolução Industrial tem sido d acelerado
progresso técnico, de contínuo mas irregular crescimento econômico , e de crescente
"globalização", ou seja, de uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa de
trabalho; uma rede cada vez maior de fluxos intercâmbios que ligam todas as
partes da economia mundial ao sistema global. O progresso tecntco continuou e ate se
acelerou na Era da Catastrof

transformando e sendo transformado pela era de guerras mundiais. Embora r
vida da maioria dos homens e mulheres as experiências econômicas centra
da era tivessem sido cataclísmicas, culminando na Grande Depressão de l92
33, o crescimento econômico não cessou nessas décadas. Apenas diminuiu
ritmo. Na maior e mais rica economia da época, os EUA, a taxa média de cre
cimento do PNB per capita da população entre 1913 e 1938 foi apenas de u

modesto 0,8% ao ano. A produção industrial mundial cresceu pouco mais
80% nos 25 anos após 1913, ou cerca de metade da taxa de crescimento
quarto de século anterior (Rostow, 1978, p. 662). Como vamos ver (capítu
9), o contraste com a era pósl945 iria ser ainda mais espetacular. Contudo, um ser de Marte
estivesse observando as irregulares flutuações que os ser humanos experimentavam
no solo, ele ou ela teria concluído que a econom mundial se achava em expansão contínua.

(*) O fato de boas previsões se haverem mostrado possíveis com base nas 'ondas
longa de Kondratiev - o que nêo é muito comum em economia - convenceu muitos
historiadore mesmo alguns economistas de que elas contêm alguma verdade, embora não
saibamos qual.

Contudo, com certeza sob um aspecto ela não se achava em expansão. A globalização da
economia dava sinais de que parara de avançar nos anos entre-guerras. Por
qualquer
critério de medição, a integração da economia mundial estagnou ou regrediu. Os anos
anteriores à guerra tinham sido o período de maior migração em massa na história
registrada, mas esses fluxos depois secaram, ou foram represados pelas perturbações das
guerras e restrições políticas. Durante os quinze anos que precederam 1914,
quase 15 milhões de pessoas desembarcaram nos EUA. Nos quinze anos seguintes, o fluxo
diminuiu para 5,5 milhões, e durante a década de 1930 e a guerra, parou quase
por completo: menos de 750 mil pessoas entraram nos EUA (Historical Statistics t. p. 105,
tabela C 89101). A migração ibérica, voltada principalmente para a América
Latina, caiu de 1,75 milhão na década de 191120 para menos de 250 mil na década de
1930. O comércio mundial recuperou-se das perturbações da guerra e da crise do
pósguerra e subiu um pouco acima de 1913 no fim da década de 1920, caindo novamente
durante a depressão, mas no fim da Era da Catástrofe (1948) não era significativamente
maior em volume do que antes da Primeira Guerra Mundial (Rostow, 1978, p. 669). Entre o
início da década de 1890 e 1913, havia mais que duplicado. Entre 1948 e 1971,
iria quintuplicar. Essa estagnação é tanto mais surpreendente quando lembramos que a
Primeira Guerra Mundial produziu um número substancial de novos países na Europa
e no Oriente Médio. Tantos quilômetros a mais de fronteiras de países poderiam levar-nos a
esperar um aumento automático no comércio entre estes Estados, uma vez
que transações comerciais antes feitas num mesmo país (digamos, Áustria-Hungria, ou
Rússia) eram agora classificadas como internacionais. Do mesmo modo, o trágico
fluxo de refugiados do pós-guerra e da pós-revolução, cujos números já se mediam em
milhões (ver capítulo 7), poderia levar-nos a esperar mais um crescimento que
uma queda da migração global. Durante a Grande Depressão, até mesmo o fluxo
internacional de capital pareceu secar. Entre 1927 e 1933, os empréstimos internacionais
caíram mais de 90%.

Por que essa estagnação? Sugeriram-se vários motivos, como por exemplo que a maior das
economias do mundo, a dos EUA, passara a ser praticamente auto-suficiente,
exceto pelo suprimento de umas poucas matérias-primas; jamais dependera particularmente
do comércio externo. Contudo, mesmo países que tinham sido comerciantes
de peso, como a Grã-Bretanha e os Estados escandinavos, mostravam a mesma tendência.
Os contemporâneos concentravam-se numa causa de alarme mais óbvia, e com certeza
quase tinham razão. Cada Estado agora fazia o mais possível para proteger suas economias
de ameaças externas, ou seja, de uma economia mundial que estava visivelmente

em apuros.
Tanto homens de negócios quanto governos tinham tido a esperança que, após a perturbação temporária da guerra mundial, a economia mundial de

alguma forma retornasse aos dias felizes de antes de 1914, que encaravam como normais. E de fato o boom imediatamente após a guerra, pelo menos nos países não perturbados por revoluções e guerras civis, parecia promissor, embora as empresas e governos não vissem com bons olhos o poder enorme-mente fortalecido dos trabalhadores e dos sindicatos, o que parecia significar o aumento dos custos de produção, devido a salários maiores e menos horas de trabalho. Contudo, o reajuste mostrou-se mais difícil que o esperado. Os preços e o boom desmoronaram em 1929. Com isso o poder dos trabalhadores foi minado — o desemprego britânico depois disso não mais caiu muito abai-xo de 10%, e os sindicatos perderam metade de seus membros nos doze anos seguintes — fazendo assim mais uma vez a balança pender para o lado dos patrões, mas a prosperidade continuou fugidia.

O mundo anglo-saxônico, os países neutros da época da guerra e o Japão fizeram o que puderam para deflacionar, isto é, ordenar suas economias de acordo com os velhos e firmes princípios de moedas estáveis garantidas por finanças sólidas e o padrão ouro, que não conseguira resistir às tensões da guerra. E de fato foram mais ou menos bem-sucedidos nesse propósito entre 1922 e 1926. Contudo, a grande zona de derrota e convulsão, da Alemanha no Ocidente à Rússia soviética no Oriente, testemunhou um espetacular colapso do sistema monetário, comparável apenas ao que se deu em parte do mundo pós-comunista depois de 1989. No caso extremo — a Alemanha em 1923 —a unidade monetária foi reduzida a um milionésimo de milhão de seu valor de 1913, ou seja, na prática o valor da moeda foi reduzido a zero. Mesmo nos casos menos extremos, as conseqüências foram drásticas. O avô do autor, cuja apólice de seguro venceu durante a inflação austríaca,* gostava de contar a história d~ que sacou essa grande soma em moeda desvalorizada e descobriu que ela dava apenas para tomar um drinque em seu café favorito.

Em suma, as poupanças privadas desapareceram, criando um vácuo quase completo de capital ativo para as empresas, o que ajuda a explicar a dependên-cia maciça de empréstimos estrangeiros da economia alemã nos anos seguin-tes e sua vulnerabilidade quando veio a Depressão. A situação na URSS tam-pouco era melhor, embora o desaparecimento das poupanças privadas em forma monetária não tivesse ali as mesmas conseqüências econômicas ou polí-ticas. Quando a grande inflação acabou, em 1922-3, devido à decisão dos go-vernos de parar de imprimir papel-moeda em quantidades ilimitadas e mudar a moeda, as pessoas na Alemanha que dependiam de rendas fixas e poupanças foram aniquiladas, embora uma minúscula fração do dinheiro tivesse sido salva na Polônia, Hungria e Austria. Contudo, pode-se imaginar o efeito trau-

(*) No século xix, ao fim do qual os preços estavam muito mais baixos do que no começo, as pessoas se acostumaram de tal modo a preços estáveis ou em queda

que a simples palavra infla-çâo era o suficiente para descrever o que hoje chamamos de hiperinflação".

mático da experiência nas classes média e média baixa locais. Isso deixou a Europa Central pronta para o fascismo. Os artifícios para fazer as populações se acostumarem a longos períodos de patológica inflação de preços (por exemplo, pela "indexação" de salários e outras rendas - a palavra foi usada pela primeira vez por volta de 1960) só foram inventados após a Segunda Guerra Mundial.*

Em 1924, esses furacões pós-guerra se acalmaram, e pareceu possível esperar um retorno ao que um presidente americano batizou de "normalismo". lTlouve realmente algo parecido com um retorno ao crescimento global, embora alguns dos produtores de matérias-primas e alimentos, inclusive alguns fazendeiros americanos, ficassem incomodados com os preços dos produtos primários, que voltaram a cair após uma breve recuperação. Os loucos anos 20 não foram uma era de ouro para os fazendeiros dos EUA. Além disso, o desemprego na maior parte da Europa Ocidental permaneceu assombroso e, pelos padrões prél9 14, patologicamente alto. É difícil lembrar que mesmo nos anos de boom da década de 1920 (19249) o desemprego ficou em média entre 10% e 12% na Grã-Bretanha, Alemanha e Suécia, e nada menos de 17% a 18% na Dinamarca e na Noruega. Só os EUA, com uma média de desemprego de 4%, eram uma economia realmente a pleno vapor. Os dois fatos indicam uma fraqueza na economia. A queda dos preços dos produtos primários (que deixaram de cair ainda mais pelo acúmulo feito de estoques cada vez maiores) simplesmente demonstrou que a demanda deles não conseguia acompanhar a capacidade de produção. Tampouco devemos desdenhar o fato de que o boom, como se deu, foi em grande parte alimentado pelo enorme fluxo de capital internacional que invadiu os países industriais naqueles anos, em especial a Alemanha. Só esse país, que recebeu cerca de metade de todas as exportações de capital do mundo em 1928, tomou emprestados entre 20 e 30 trilhões de marcos, metade provavelmente a curto prazo (Arndt,l944, p. 47; Kindelberger, 1973). Mais uma vez isso deixou a economia alemã extremamente vulnerável, como ficou provado quando o dinheiro americano foi tirado de circulação após 1929.

Portanto, não foi surpresa para ninguém, com exceção dos especuladores de cidadezinhas americanas, cuja imagem se tornou conhecida do mundo ocidental nessa época através de Babbit (1920), do romancista americano Sinclair Lewis, que a economia mundial ficasse de novo em apuros poucos anos depois. A Internacional Comunista tinha de fato previsto outra crise econômica no auge do boom, esperando que ela - ou assim acreditavam, ou diziam acreditar seus porta-vozes - levasse a um novo lote de revoluções. Na verdade, produziu o contrário, a curto prazo. Contudo, o que ninguém esperava, provavelmente nem mesmo os revolucionários em seus momentos mais confiança

(*) Nos Bátcas e nos Estados bálticos, os governos jamais perderam inteiramente o controle da inflação, embora ela tivesse sido séria.

tes, era a extraordinária universalidade e profundidade da crise que começou, como mesmo não historiadores sabem, com a quebra da Bolsa de Nova York em 29 de outubro de 1929. Equivaleu a algo muito próximo do colapso da economia mundial, que agora parecia apanhada num círculo vicioso, onde cada queda dos indicadores econômicos (fora o desemprego, que subia a alturas sempre mais astronômicas) refor1çava o declínio em todos os outros.

Como observaram os admtraveis especialistas da Liga das Nações, embora ninguém lhes desse muita atenção, uma dramática recessão da economia industrial norte-americana logo contaminou outro núcleo industrial, a Ale manha (Ohlin, 1931). A produção industrial americana caiu cerca de um terço entre 1929 e 1931, e a alemã mais ou menos o mesmo, mas essas são médias suavizadas. Dessa forma, nos EUA, a Westinghouse, grande empresa de eletricidade, perdeu dois terços de suas vendas entre 1929 e 1933, enquanto sua renda líquida caiu 75% em dois anos (Schatz, 1983, p. 60). Houve uma crise na produção básica, tanto de alimentos como de matérias-primas, porque os preços, não mais mantidos pela formação de estoques como antes, entraram em queda livre. O preço do chá e do trigo caiu dois terços, o da seda bruta três quartos. Isso deixou prostrados - para citar apenas os nomes relacionados pela Liga das Nações em 1931 - Argentina, Austrália, países balcânicos, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Egito, Equador, Finlândia, Hungria, Índia, Malásia britânica, México, Índias holandesas (atual Indonésia), Nova Zelândia, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, cujo comércio internacional dependia em peso de uns poucos produtos primários. Em suma, tornou a Depressão global no sentido literal.

As economias da Áustria, Tchecoslováquia, Grécia, Japão, Polônia e GrãBretanha, bastante sensíveis a abalos sísmicos vindos do Ocidente (ou Oriente), foram igualmente abaladas. A indústria da seda japonesa triplicara sua produção em quinze anos para abastecer o vasto mercado americano de meias de seda, que então desapareceu temporariamente o mesmo acontecendo com o mercado para os 90% de seda do Japão que iam para os EUA. Enquanto isso, o preço de outro grande produto primário da produção agrícola japonesa, o arroz, também despencou, como o fez em todas as grandes zonas produtoras de arroz do Sul e Leste da Ásia. Uma vez que o preço do trigo despencou ainda mais que o do arroz, ficando mais barato que este, diz-se que muitos orientais passaram de um para outro. Contudo, o boom de chapatis e talharins, se houve, piorou a situação dos agricultores em países exportadores de arroz como Birmânia, Indochina francesa e Sião (hoje Tailândia) (Latham, 1981, p. 178). Os agricultores tentaram compensar os preços em queda plantando e vendendo mais safras, o que fez os preços afundarem ainda mais.

Para os agricultores dependentes do mercado, sobretudo do mercado de exportação, isso significou a ruína, a menos que pudessem recuar para o tradicional último reduto do camponês, a produção de subsistência. Isso de fato

96

ainda era possível em grande parte do mundo dependente, e até onde a maioria de africanos, asiáticos do Sul e do Leste e latino-americanos ainda era camponesa, isso sem dúvida os protegeu. O Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero

impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor. (Entre dois terços e três quartos do café vendido no mundo vinham desse país.) Apesar disso, a Grande Depressão foi muito mais tolerável para os brasileiros ainda em sua grande maioria rurais que os cataclismos econômicos da década de 1980; sobretudo porque as expectativas das pessoas pobres quanto ao que podiam receber de uma economia ainda eram extremamente modestas.

Ainda assim, mesmo em países camponeses coloniais as pessoas sofreram, como se pode perceber pela queda de cerca de dois terços na importação de açúcar, farinha, peixe enlatado e arroz na Costa do Ouro (hoje Gana), onde o mercado de cacau (fundado no campesinato) entrou em queda livre, para não falar no corte de 98% nas importações de gim (Ohlin, 1931, p. 52).

Para aqueles que, por definição, não tinham controle ou acesso aos meios de produção (a menos que pudessem voltar para uma família camponesa no interior), ou seja, os homens e mulheres contratados por salários, a conseqüência básica da Depressão foi o desemprego em escala inimaginável e sem precedentes, e por mais tempo do que qualquer um já experimentara. No pior período da Depressão (19323), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinha emprego. E, o que é igualmente relevante, mesmo a recuperação após 1933 não reduziu o desemprego médio da década de 1930 abaixo de 16% a 17% na Grã-Bretanha e Suécia ou 20% no resto da Escandinávia. O único Estado ocidental que conseguiu eliminar o desemprego foi a Alemanha nazista entre 1933 e 1938. Não houvera nada semelhante a essa catástrofe econômica na vida dos trabalhadores até onde qualquer um pudesse lembrar.

O que tornava a situação mais dramática era que a previdência pública na forma de seguro social, inclusive auxílio-desemprego, ou não existia, como nos EUA, ou, pelos padrões de fins do século 20, era parca, sobretudo para os desempregados a longo prazo. É por isso que a seguridade social sempre foi uma preocupação tão vital dos trabalhadores: proteção contra as terríveis incertezas do desemprego (isto é, salários), doença ou acidente, e as terríveis certezas de uma velhice sem ganhos.

É por isso que os trabalhadores sonhavam em ver os filhos em empregos de salários modestos, mas seguros, e com aposentadona. Mesmo no país mais coberto por planos de seguro-desemprego antes da Depressão (Grã-Bretanha), menos de 60% da força de trabalho estava protegida por eles - e isso apenas porque a Grã-Bretanha desde 1920 tinha sido obrigada a adaptar-se ao desemprego em massa. Nas demais partes da

Europa (com exceção da Alemanha, onde era acima de 40%), a proporção de trabalhadores com direito ao auxílio-desemprego ia de zero a cerca de um quarto (Flora, 1983, p. 461). As pessoas acostumadas às flutuações de emprego ou a passar temporadas cíclicas de desemprego ficaram desesperadas quando não surgiu emprego em parte alguma, depois que suas pequenas economias e seu crédito nas mercearias locais se exauriram.

Daí o impacto central, traumtico, do desemprego em massa sobre a política dos países industrializados, pois foi este o significado primeiro e principal da Grande Depressão para o grosso dos habitantes. Que lhes importava que historiadores econômicos (e mesmo a lógica) demonstrassem que a maioria da força de trabalho do país,

empregada mesmo nos piores momentos, estivesse de fato vivendo em condições
significativamente melhores, já que os preços cairam durante todos os anos entre-guerras,
e os dos alimentos mais rapidamente que quaisquer outros nos piores anos da Depressão. A
imagem predominante na época era a das filas de sopa, de "Marchas da Fome"
saindo de comunidades industriais sem fumaça nas chaminés onde nenhum aço ou navio
era feito e convergindo para as capitais das cidades, para denunciar aqueles que
julgavam responsáveis. Tampouco deixaram os políticos de notar que até 85% dos
membros do Partido Comunista Alemão, que cresceu quase tão rápido quanto o Partido
Nazista nos anos da Depressão e mais rápido nos últimos meses antes da ascensão de Hitler
ao poder, estavam desempregados (Weber, 1969, vol. i, p. 243).
Não surpreende portanto que o desemprego fosse visto como uma ferida profunda e
potencialmente mortal ao corpo político. "Depois da guerra", escreveu um editorialista
no limes de Londres, "o desemprego tem sido o mais insidioso, o mais corrosivo mal de
nossa geração: é a doença social específica da civilização ocidental em nosso
tempo" (Amdt, 1944, p. 250). Nunca antes na história da industrialização poderia tal trecho
ter sido escrito. Explica mais sobre as políticas governamentais ocidentais
do pós-guerra do que prolongadas pesquisas de arquivos.
Curiosamente, o senso de catástrofe e desorientação causado pela Grande Depressão foi
talvez maior entre os homens de negócios, economistas e políticos do que entre
as massas. O desemprego em massa, o colapso dos preços agrícolas, as atingiram com
força, mas elas não tinham dúvida de que havia alguma solução política para essas
injustiças inesperadas - na esquerda ou na direita - até o ponto em que os pobres podem
esperar que suas modestas necessidades sejam satisfeitas. Foi precisamente
a ausência de qualquer solução dentro do esquema da velha economia liberal que tornou tão
dramática a situação dos tomadores de decisões econômicas. Para enfrentar
a crise imediata, a curto prazo, eles tinham, em sua visão, de solapar a base a longo prazo
de uma economia mundial florescente. Numa época em que o comércio mundial
caiu 60% em quatro anos (1929-1932), os Estados se viram erguendo barreiras

cada vez mais altas para proteger seus mercados e moedas nacionais contra os furacões
econômicos mundiais, sabendo muito bem que isso significava o desmantelamento
do sistema mundial de comércio multilateral sobre o qual, acreditavam, devia repousar a
prosperidade do mundo. A pedra fundamental desse sistema, o chamado "status
de nação mais favorecida", desapareceu de quase 60% de 510 acordos comerciais assinados
entre 1931 e 1939, e, onde continuou, foi em geral numa forma limitada (Snyder,
1940).* Onde iria parar isso? Haveria uma saída do círculo vicioso?
Examinaremos adiante as conseqüências políticas imediatas disso, o mais trágico episódio
na história do capitalismo. Contudo, deve-se mencionar desde já sua mais
significativa implicação a longo prazo. Numa única frase: a Grande Depressão destruiu o
liberalismo econômico por meio século. Em 193 12, a Grã-Bretanha, Canadá,
toda a Escandinávia e os EUA abandonaram o padrão-ouro, sempre encarado como a base
de trocas internacionais estáveis, e em 1936 haviam-se juntado a eles os fiéis
apaixonados pelos lingotes, os belgas e holandeses, e finalmente até mesmo os franceses.**
Quase simbolicamente, a GrãBretanha em 1931 abandonou o Livre Comércio,
que fora tão fundamental para a identidade econômica britânica desde a década de 1840
quanto a Constituição americana para a identidade política dos EUA. A retirada

britânica dos princípios de transações livres numa única economia mundial dramatiza a corrida geral para a auto-proteção na época. Mais especificamente, a Grande Depressão obrigou os governos ocidentais a dar às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em suas políticas de Estado. Os perigos implícitos em não fazer isso radicalização da esquerda e, como a Alemanha e outros países agora o provavam, da direita - eram demasiado ameaçadores.

Assim, os governos não mais protegeram a agricultura simplesmente com tarifas contra a competição estrangeira, embora, onde o tinham feito antes, erguessem barreiras tarifárias ainda mais altas. Durante a Depressão, passaram a subsidia-la, assegurando preços agrícolas, comprando os excedentes ou pagando aos agricultores para não produzir, como nos EUA após 1933. As origens dos bizarros paradoxos da "Política Agrícola Comum" da Comunidade Européia, através da qual, nas décadas de 1970 e 1980, minorias cada vez mais exíguas de agricultores ameaçaram levar a Comunidade à bancarrota com os subsídios de que desfrutavam, remontam à Grande Depressão.

Quanto aos trabalhadores, após a guerra o "pleno emprego", ou seja, a eh

(*) A cláusula de "nação mais favorecida" na verdade significa o oposto do que parece, ou seja, que o parceiro comercial será tratado nos mesmos termos que a 'nação mais favorecida" isto é, nenhuma nação será mais favorecida.

(**) Na forma clássica, um padrão ouro dá à unidade de uma moeda, como por exemplo, a cédula de um dólar, o valor de um determinado peso de ouro, pelo qual, se necessário, o banco a trocará.

minação do desemprego em massa, tornou-se a pedra fundamental da política econômica nos países de capitalismo democrático reformado, cujo mais famoso profeta e pioneiro, embora não o único, foi o economista britânico John Maynard Keynes (18831946). O argumento keynesiano em favor dos benefícios da eliminação permanente do desemprego em massa era tão econômico quanto político. Os keynesianos afirmavam, corretamente, que a demanda a ser gerada pela renda de trabalhadores com pleno emprego teria o mais estimulante efeito nas economias em recessão. Apesar disso, o motivo pelo qual esse meio de aumentar a demanda recebeu tão urgente prioridade - o governo britânico empenhou-se nele mesmo antes do fim da Segunda Guerra Mundial - foi que se acreditava que o desemprego em massa era política e socialmente explosivo, como de fato mostrara ser durante a Depressão. Essa crença era tão forte que, quando muitos anos depois voltou o desemprego em massa, e sobretudo durante a séria depressão no início da década de 1980, observadores (incluindo este autor) tinham a certeza de que presenciavam agitações sociais, e ficaram surpresos quando isso não aconteceu (ver capítulo 14).

Isso se deveu, em grande parte, a outra medida profilática tomada durante, depois e em conseqüência da Grande Depressão: a instalação de modernos sistemas previdenciários. Como surpreender-se por terem os EUA aprovado a Lei de Seguridade Social em 1935? Estamos de tal modo acostumados à predominância de abrangentes sistemas de bemestar nos Estados desenvolvidos do capitalismo industrial - com algumas exceções, como o Japão, Suíça e EUA - que esquecemos como havia poucos "Estados do Bemestar" no sentido moderno antes da Segunda Guerra Mundial. Mesmo os países escandinavos apenas começavam a desenvolve-los. Na verdade, nem o termo Estado do

Bemestar (welfare state) havia entrado em uso antes da década de 1940.
O trauma da Grande Depressão foi realçado pelo fato de que um país que rompera clamorosamente com o capitalismo pareceu imune a ela: a União Soviética. Enquanto o resto do mundo, ou pelo menos o capitalismo liberal ocidental, estagnava, a URSS entrava numa industrialização ultra-rápida e maciça sob seus novos Planos Qüinqüenais. De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manual faturados do mundo em 1929 para 18% em 1938, enquanto no mesmo período a fatia conjunta dos EUA, Grã-Bretanha e França caía de 59% para 52% do total do mundo. E mais, não havia desemprego. Essas conquistas impressionaram mais os observadores estrangeiros de todas as ideologias, incluindo um pequeno mas influente fluxo de turistas sócio-econômicos em Moscou em 19305, que o visível primitivismo e ineficiência da economia soviética, ou a implacabihidade e brutalidade da coletivização e repressão em massa de Stalin. Pois o que eles tentavam compreender não era o fenômeno da URSS em si, mas o colapso de seu próprio sistema econômico, a profundidade do fracasso do capitalismo ocidental. Qual era o segredo do sistema soviético? Podia-se

aprender alguma coisa com ele? Ecoando os Planos Qüinqüenais da URSS, "Plano" e "Planejamento" tomaram-se palavras da moda na política. Os partidos social-democratas adotaram "planos", como na Bélgica e Noruega. Sir Arthur Salter, funcionário público britânico da máxima distinção e respeitabilidade, e um pilar do establishment, escreveu um livro, Recovery [Recuperação], para demonstrar que era essencial uma sociedade planejada, se o país e o mundo queriam escapar do ciclo perverso da Grande Depressão. Outros servidores e funcionários públicos centristas britânicos estabeleceram uma assessoria de alto nível chamada PEP (Political and Economic Planning - Planejamento Político e Econômico). Jovens políticos conservadores como o futuro primeiro-ministro Harold Macmillan (18941986) tornaram-se porta-vozes do "planejamento".
Até os nazistas plagiaram a idéia, quando Hitler introduziu um "Plano Quadrienal" em 1933. (Por motivos que serão examinados no próximo capítulo, o sucesso dos nazistas com a Depressão em 1933 teve menos repercussões internacionais.)

II

Por que a economia capitalista não funcionou entre as guerras? A situação nos EUA é parte essencial de qualquer resposta a esta pergunta. Pois se era possível responsabilizar
ao menos parcialmente as perturbações da Europa na guerra e no pós-guerra, ou pelo menos nos países beligerantes da Europa, pelos problemas econômicos ali ocorridos, os EUA tinham estado muito distantes do conflito, embora por um curto e decisivo período tivessem se envolvido nele. Assim, longe de perturbar sua economia, a Primeira Guerra Mundial, como a Segunda, beneficious espetacularmente. Em 1913, os EUA já se haviam tornado a maior economia do mundo, produzindo mais de um terço de sua produção industrial - pouco abaixo do total combinado de Alemanha, Grã-Bretanha e França. Em 1929. respondiam por mais de 42% da produção mundial total, comparados com apenas pouco menos de 28% das três potências industriais européias (Hilgendt, 1945, tabela 1.14). É uma cifra espantosa. Concretamente, enquanto a produção de aço americana subiu cerca de um quarto entre 1913 e 1920, a produção de aço do resto do mundo caiu cerca de um terço (Rostow, 1978, p. 194, tabela ii.33). Em

suma, após o fim da Primeira Guerra Mundial, os EUA eram em muitos aspectos uma economia tão internacionalmente dominante quanto voltou a tornar-se após a Segunda Guerra Mundial. Foi a Grande Depressão que interrompeu temporariamente essa ascensão. Além disso, a guerra não apenas reforçou sua posição como maior produtor industrial do mundo, como os transformou no maior credor do mundo. Os britânicos haviam perdido cerca de um quarto de seus investimentos globais durante a guerra, sobretudo os aplicados nos EUA, os quais tiveram de vender para com

prar suprimentos de guerra; os franceses perderam mais ou menos metade dos deles, em grande parte devido às revoluções e colapsos na Europa. Enquanto isso os americanos, que tinham começado a guerra como um país devedor, terminaram-na como o principal credor internacional. Como os EUA concentraram suas operações na Europa e no hemisfério
ocidental (os britânicos ainda eram de longe os maiores investidores na Ásia e África), seu impacto na Europa foi decisivo.

Em suma, não há explicação para a crise econômica mundial sem os EUA. Eles eram, afinal, tanto o primeiro país exportador do mundo na década de 1920 quanto, depois da Grã-Bretanha, o primeiro país importador. Importavam quase 40% de todas as exportações de matérias-primas e alimentos dos quinze países mais comerciais, um fato que ajuda muito a explicar o desastroso impacto da Depressão nos produtores de trigo, algodão, açúcar, borracha, seda, cobre, estanho e café (Lary, 1943, pp. 289).

Pelo mesmo motivo, tornaram-se a principal vítima da Depressão. Se suas importações caíram em 70% entre 1929 e 1932, suas exportações caíram na mesma taxa. O comércio mundial teve uma queda de quase um terço entre 1929 e 1939, mas as exportações americanas despencaram para quase a metade.

Isso não pretende subestimar as raízes exclusivamente européias do problema, em grande parte de origem política. Na conferência de paz de Versalhes (1919), haviam-se imposto pagamentos imensos mas indefinidos à Alemanha, como "reparações" pelo custo da guerra e os danos causados às potências vitoriosas. Como justificativa, inserira-se uma cláusula no tratado de paz fazendo da Alemanha a única responsável pela guerra (a chamada cláusula da "culpa de guerra"), a qual, além de historicamente duvidosa, revelou-se um presente para o nacionalismo alemão. A quantia que a Alemanha teria de pagar permaneceu vaga, como um compromisso entre a posição dos EUA, que propunham fixar os pagamentos da Alemanha segundo a capacidade de pagar do país, e a dos outros aliados - sobretudo os franceses - que insistiam em recuperar todos os custos da guerra. O objetivo real destes, ou pelo menos da França, era manter a Alemanha fraca e ter um meio de poder pressiona-la. Em 1921, a soma foi fixada em 132 bilhões de marcos ouro, ou seja, 33 bilhões de dólares na época, o que todo mundo sabia ser uma fantasia.

As "reparações" levaram a intermináveis debates, crises periódicas e acordos sob os auspícios americanos, pois os EUA, para o desprazer de seus exaliados, queriam relacionar a questão da dívida alemã com eles à das dívidas deles com Washington. Estas eram quase tão absurdas quanto as somas exigidas dos alemães, que equivaliam a uma vez e meia todo o produto nacional bruto do país em 1929; as dívidas britânicas com os EUA equivaliam à metade do produto nacional bruto da Grã-Bretanha; as dívidas francesas a dois terços (Hill, 1988, pp. 156). Um "Plano Dawes", em 1924, na verdade fixou uma soma para a Alemanha pagar anualmente; um "Plano Young",

em 1929, modificou o esquema de pagamento e, incidentalmente, estabeleceu o Banco de
102
Acordos Internacionais em Basiléia (Suíça), a primeira das instituições financeiras internacionais que iriam se multiplicar após a Segunda Guerra Mundial. (No momento
em que escrevo, ele ainda está em funcionamento.) Para fins práticos, todos os pagamentos, alemães e aliados, cessaram em 1932. Só a Finlândia terminou de pagar
suas dívidas de guerra com os EUA.

Sem querer esmiuçar muito, duas questões estavam em causa. Primeiro, havia a questão posta pelo jovem John Maynard Keynes, que escreveu uma crítica selvagem à conferência de Versalhes, da qual participou como membro subalterno da delegação britânica: The economic consequences ofthe peace [As conseqüências econômicas da paz] (1920).
Sem uma restauração da economia alemã, argumentava, seria impossível a restauração de uma civilização e economia liberais estáveis na Europa. A política francesa
de manter a Alemanha fraca para sua "segurança" era contra-produtiva. Na verdade, os franceses estavam fracos demais para impor sua política, mesmo quando ocuparam
por breve período o coração industrial da Alemanha ocidental em 1923, com a desculpa de que os alemães se recusavam a pagar. Acabaram tendo de tolerar uma política
de "realização" alemã após 1924, que fortaleceu a economia alemã. Mas, segundo, havia a questão de como seriam pagas as reparações. Os que desejavam manter a Alemanha
fraca queriam dinheiro vivo, em vez de (como seria racional) bens da produção corrente, ou pelo menos parte da renda das exportações alemãs, uma vez que isso teria
fortalecido a economia alemã contra seus competidores. Na verdade, obrigaram a Alemanha a recorrer a pesados empréstimos, de forma que as reparações que foram pagas vieram dos empréstimos maciços (americanos). Para seus rivais de meados da década de 1920, isso parecia ter a vantagem extra de fazer a Alemanha incorrer em profunda
dívida, em vez de expandir suas exportações para equilibrar sua balança externa. E de fato as importações alemãs subiram às alturas. Contudo, todo o arranjo, como
já vimos, deixou tanto a Alemanha quanto a Europa extremamente sensíveis ao declínio dos empréstimos amencanos, que começou mesmo antes da crise e a suspensão completa
de empréstimos americanos após a crise de Wall Street em 1929. Todo o castelo de cartas de reparações desmoronou durante a Depressão. A essa altura, o fim dos pagamentos
não teve efeitos positivos sobre a Alemanha ou a economia mundial, porque esta tinha desabado como sistema integrado, o mesmo acontecendo, em 193 13, com todos
os acordos para pagamentos internacionais.

Contudo, as perturbações e complicações políticas do tempo da guerra e
do pós-guerra na Europa só em parte explicam a severidade do colapso econômico entre-guerras. Em termos econômicos, podemos vê-lo de dois modos.

O primeiro vê basicamente um impressionante e crescente desequilíbrio na economia internacional, devido à assimetria de desenvolvimento entre os EUA e o resto
do mundo. O sistema mundial, pode-se argumentar, não funcionou porque, ao contrário da Grã-Bretanha, que fora o centro antes de 1914, os EUA não precisavam muito
do resto do mundo, e portanto, outra vez ao contrá103
rio da Grã-Bretanha, que sabia que o sistema de pagamentos mundiais se apoiava na libra esterlina e cuidava para que ela permanecesse estável, os EUA não se preocuparam
em agir como estabilizador global. Não precisavam muito do mundo porque, após a Primeira Guerra Mundial, tinham de importar menos capital, trabalho e (em termos

relativos) produtos do que nunca - com exceção de algumas matérias-primas. Stias exportações, embora internacionalmente importantes - Hollywood praticamente monopolizou
o mercado de cinema internacional -' davam uma contribuição muito menor à renda nacional que em qualquer outro país industrial. Pode-se discutir até onde foi significativa essa retirada, por assim dizer, dos EtJA da economia mundial. Contudo, fica claro que essa explicação da Depressão foi uma das que influenciaram Washington nos
anos de guerra para assumir a responsabilidade pela estabilidade da economia mundial após 1945 (Kindleberger, 1973).
A segunda perspectiva da Depressão se fixa na não-geração, pela economia mundial, de demanda suficiente para uma expansão duradoura. As fundações da prosperidade
da década de 1920, como vimos, eram fracas, mesmo nos EUA, onde a agricultura já se achava praticamente em depressão, e os salários em dinheiro, ao contrário do
mito da grande era do jazz, não estavam subindo, mas na verdade estagnaram nos últimos anos loucos do boom (Historical Statistics of the USA, i, p. 164, tabela D722727).
O que acontecia, como muitas vezes acontece nos bons de mercados livres, era que, com os salários ficando para trás, os lucros cresceram desproporcionalmente, e
os prósperos obtiveram uma fatia maior do bolo nacional. Mas como a demanda da massa não podia acompanhar a produtividade em rápido crescimento do sistema industrial
nos grandes dias de Henry Ford, o resultado foi superprodução e especulação. Isso, por sua vez, provocou o colapso. Também aqui, quaisquer que sejam as discussões
entre historiadores e economistas, que ainda hoje debatem a questão, os contemporâneos com forte interesse em políticas de governo ficaram profundamente impressionados
com a fraqueza da demanda; inclusive John Maynard Keynes.
Quando veio o colapso, claro que este foi muito mais drástico nos PUA porque a lenta expansão da demanda fora fortalecida por meio de uma enorme expansão de crédito
ao consumidor. (Leitores que se lembram do fim da década de 1980 talvez reconheçam o cenário.) Os bancos, já atingidos pelo boom especulativo imobiliário que, com
a tradicional aliança entre otimistas autoiludidos e a crescente picaretagem financeira,* chegara ao auge alguns anos antes do Grande Crash, estavam sobrecarregados
de dívidas não saldadas, recusavam novos empréstimos para habitação e refinanciamento para os exis

(*) Não por nada a década de 1920 foi a do psicólogo Émile Coúe (18571926), que popularizou a auto-sugestão otimista através do slogan constantemente
repetido:
Todo dia, em todos
os aspectos, estou ficando cada vez melhor".

tentes. Isso não os impediu de estourar aos milhares,* quando (em 1933) quase metade das hipotecas domésticas americanas ficaram em atraso e mil propriedades
por
dia eram executadas (Miles et al., 1991, p. 108). Só os compradores de automóveis deviam 1,4 milhão de um total de endividamento pessoal de 6,5 milhões em empréstimos
de curto e médio prazo (Ziebura, 1990, p. 49). O que tomava a economia tão mais vulnerável a esse boom de crédito era que os consumidores não usavam seus empréstimos

para comprar os bens de consumo tradicionais, que mantêm corpo e alma juntos, e têm portanto muito pouca variação: alimentos, roupas e coisas semelhantes. Por mais pobre que se seja, não se pode reduzir abaixo de um certo ponto a própria demanda de produtos básicos; tampouco essa demanda dobra quando dobra a renda da pessoa.
Em vez disso, os consumidores compravam os bens supérfluos da moderna sociedade de consumo que os EUA, mesmo então, já iniciavam. Mas a compra de carros e casas podia ser adiada, e, de qualquer modo, eles tinham e têm uma elasticidaderenda de demanda muito alta.
Portanto, a menos que se esperasse que a Depressão fosse breve, ou ela acabasse logo, e não se solapasse a confiança no futuro, o efeito de tal crise podia ser impressionante.
A produção de automóveis nos PUA caiu para a metade entre 1929 e 1931, ou, num nível mais baixo, a produção de discos para os pobres (discos raciais" e de jazz dirigidos ao público negro) praticamente cessou por algum tempo. Em suma, "ao contrário das ferrovias ou navios mais eficientes, ou da introdução de aço e ferramentas automáticas -que reduziam os custos - os novos produtos e estilo de vida exigiam níveis de renda elevados e ém expansão, e um alto grau de confiança no futuro, para difundirem-se rapidamente" (Rostow, 1978, p. 219). Mas era isso exatamente que estava desmoronando.
Mesmo a pior depressão cíclica mais cedo ou mais tarde tem de acabar, e após 1939 havia sinais cada vez mais claros de que o pior já passara. De fato, algumas economias dispararam na frente. O Japão e, em escala mais modesta, a Suécia alcançaram quase duas vezes o nível de produção pré-Depressão no fim da década de 1930, e em 1938 a economia alemã (embora não a italiana) estava 25% acima de 1929. Mesmo economias emperradas como a britânica davam claros sinais de dinamismo. Contudo, o esperado aumento não voltou. O mundo continuou em depressão. Isso foi mais visível na maior de todas as economias, a dos PUA, porque as várias experiências para estimular a economia feitas pelo "New Deal" do presidente F. D. Roosevelt - às vezes de maneira inconsistente - não corresponderam exatamente à sua promessa econômica.
Uma forte subida foi seguida, em 19378, por outro crash econômico,

(*) O sistema bancário americano não permitia o tipo de banco gigante europeu, com um sistema nacional de filiais, e portanto consistia de fracos bancos locais ou, na melhor das hipóteses, estaduais.

embora em escala mais modesta que após 1929. O principal setor da indústria americana, de produção de automóveis, jamais reconquistou seu pico de 1929. Em 1938, estava pouco acima do que em 1920 (Histori cal Statistics, ti, p. 716). Para quem olha em retrospecto da década de 1990, salta aos olhos o pessimismo de comentaristas inteligentes. Economistas capazes e brilhantes viam o futuro do capitalismo, caso ele não fosse mexido, como de estagnação. Essa visão, já antecipada no panfleto de Keynes contra o tratado de paz de Versalhes, tornouse muito popular nos PUA após a Depressão. Não deve qualquer economta madura tender à estagnação? Como disse o propositor de outro prognóstico pessimista para o capitalismo, o economista austríaco Schumpeter:
"Em qualquer período prolongado de malestar econômico, os economistas, entrando como as outras pessoas no clima da época, proferem teorias que pretendem mostrar

que a Depressão veio para ficar" (Schumpeter, 1954, p. 1172). Talvez historiadores, que venham a estudar o período de 1973 até o fim do Breve Século 20, fiquem igualmente impressionados com a persistente relutância das décadas de 1970 e 1980 em considerar a possibilidade de uma depressão geral da economia capitalista mundial.
Isto se deu apesar de os anos 30 terem sido uma década de considerável inovação tecnológica na indústria, como por exemplo no desenvolvimento dos plásticos. Na verdade, em um campo - a diversão e o que mais tarde veio a chamarse de "meios de comunicação" - os anos entre-guerras viram uma reviravolta, pelo menos no mundo anglosaxônico, com o triunfo do rádio de massa e da indústria de cinema de Hollywood, para não falar da moderna imprensa ilustrada de roto-gravura (ver capítulo 6). Talvez não seja
tão surpreendente o fato de que as gigantescas casas de exibição cinematográfica se tivessem erguido como palácios nas cinzentas cidades do desemprego em massa, pois os ingressos de cinema eram extremamente baratos, e tanto os muito jovens como os velhos, mais atingidos pelo desemprego de então e depois, tinham tempo de sobra e, como observaram os sociólogos, durante a Depressão era provável que maridos e mulheres partilhassem juntos mais atividades de lazer que antes (Stouffer & Lazarsfeld, 1937, pp. 55 e 92).

III

A Grande Depressão confirmou a crença de intelectuais, ativistas e cidadãos comuns de que havia alguma coisa fundamentalmente errada no mundo em que viviam. Quem sabia o que se podia fazer a respeito? Certamente poucos dos que ocupavam cargos de autoridade em seus países e com certeza não aqueles que tentavam traçar um curso com os instrumentos de navegação tradicionais do liberalismo secular ou da fé tradicional, e com cartas dos mares do século XIX, nas quais era claro que não se devia mais confiar. Até onde se

podia confiar nos economistas, por mais brilhantes que fo , quando demonstravam, com grande lucidez, que a Depressão em que eles mesmos viviam não podia acontecer numa sociedade de livre mercado propriamente conduzida, pois (segundo uma lei econômica com o nome de um francês do início do século 19) não era possível nenhuma superprodução que logo não se corrigisse? Em 1933, não era fácil acreditar, por exemplo, que onde a demanda de consumo, e portanto o consumo, caíssem em depressão, a taxa de juros cairia também o necessário para estimular o investimento, para que a demanda de investimento preenchesse o buraco deixado pela menor demanda de consumo. Com o desemprego nas alturas, não parecia plausível acreditar (como aparentemente acreditava o Tesouro britânico) que obras públicas não aumentariam o emprego, porque o dinheiro gasto nelas seria simplesmente desviado do setor privado, que de outro modo geraria o mesmo volume de empregos. Economistas que aconselhavam que se deixasse a economia em paz, governos cujos primeiros instintos, além de proteger o padrão ouro com políticas deflacionárias, era apegar-se à ortodoxia financeira, aos equilíbrios de orçamento e à redução de despesas, visivelmente não tomavam melhor a situação. Na verdade, à medida que continuava a Depressão, argumentava-se com considerável vigor, entre outros por J. M. Keynes - que em conseqüência disso se tornou o mais influente economista dos quarenta anos seguintes -, que tais

governos estavam piorando a Depressão. Aqueles entre nós que viveram os anos da Grande Depressão ainda acham impossível compreender como as ortodoxias do puro mercado livre, na época tão completamente desacreditadas, mais uma vez vieram a presidir um período global de Depressão em fins da década de 1980 e na de 1990, que, mais uma vez, não puderam entender nem resolver. Mesmo assim, esse estranho fenômeno deve lembrar-nos da grande característica da história que ele exemplifica: a incrível memória curta dos economistas teóricos e práticos. Também nos dá uma vívida ilustração da necessidade, para a sociedade, dos historiadores, que são os memorialistas profissionais do que seus colegas-cidadãos desejam esquecer.

De qualquer modo, o que era uma "economia de livre mercado" em uma época em que a economia era cada vez mais dominada por imensas corporações que tornavam balela o termo "perfeita competição", e economistas críticos de Karl Marx podiam observar como ele se mostrara correto, especialmente em sua previsão da crescente concentração de capital (Leontiev, 1938, p. 78)? Não era preciso ser marxista, nem mostrar interesse por Marx, para ver como era diferente da economia de livre competição do século 19 o capitalismo entre-guerras. Na verdade, muito antes da quebra de Wall Street, um inteligente banqueiro suíço observou que o fato de o liberalismo econômico (e, acrescentou, do socialismo pré 1917) não conseguir manter-se como programa universal explicava a tendência a uma economia autocrática - fascista, comunista ou sob os auspícios de grandes corporações independentes de seus

acionistas (Somary, 1929, pp. 174 e 193). E no final da década de 1930 as ortodoxias liberais da livre competição pareciam tão desgastadas que a economia mundial podia ser vista como um sistema tríplice composto de um setor de mercado, um governamental (dentro do qual as economias planejadas ou controladas, como as do Japão, Turquia, Alemanha e União Soviética, faziam suas transações umas com as outras), um setor de autoridades públicas e quase públicas internacionais que regulavam algumas partes da economia (por exemplo. com acordos internacionais de mercadorias) (Staley, 1939, p. 231).

Não surpreende, portanto, que os efeitos da Grande Depressão tanto sobre a política quanto sobre o pensamento público tivessem sido dramáticos e imediatos. Infeliz o governo por acaso no poder durante o cataclismo, fosse ele de direita, como a presidência de Herbert Houver nos EUA (192832), ou de esquerda, como os governos trabalhistas na Grã-Bretanha e Austrália. A mudança nem sempre foi tão imediata quanto na América Latina, onde doze países mudaram de governo ou regime em 19301, dez deles por golpe militar. Mesmo assim, em meados da década de 1930 havia poucos Estados cuja política não houvesse mudado substancialmente em relação ao que era antes do crash. Na Europa e Japão, deu-se uma impressionante virada para a direita, com exceção da Escandinávia, onde a Suécia entrou em seu governo social-democrata de meio século em 1932, e na Espanha, onde a monarquia Bourbon deu lugar a uma infeliz e, como se viu, breve República em 1931. Falaremos mais disso no próximo capítulo, embora se deva dizer logo que a quase simultânea vitória de regimes nacionalistas, belicosos e agressivos em duas grandes potências militares - Japão (1931) e Alemanha (1933) - constituiu a conseqüência política mais sinistra e de mais longo alcance da Grande Depressão. Os portões para a Segunda Guerra Mundial foram abertos em 1931.

O fortalecimento da direita radical foi reforçado, pelo menos durante o pior período da Depressão, pelos espetaculares reveses da esquerda revolucionária.
Assim, longe de iniciar outra rodada de revoluções sociais, como esperara a Internacional Comunista, a Depressão reduziu o movimento comunista fora da União Soviética
a um estado de fraqueza sem precedentes. Isso se deveu, em certa medida, à política suicida do Comintern, que não apenas subestimou grandemente o perigo do nacional-socialismo
na Alemanha, como seguiu uma linha de isolamento sectário que parece incrível em retrospecto, decidindo que seu principal inimigo era o trabalhismo de massa organizado

dos partidos social-democratas e trabalhistas (descritos como "social-fascistas").*
Certamente em 1934, depois que Hitler já destruíra o ic (KPD) ale
(*) Isso chegou a tal ponto que em 1933 Moscou insistiu que o líder comunista italiano P. Togliatti retirasse a sugestão de que talvez a social-democracia
nau fosse o perigo primeiro, pelo
menos na Itália. A essa altura Hitler chegara de fato ao poder. O Com intern só mudou sua linha em 1934.
108
ditadores antes da era do general Pinochet, Carlos Ibaflez (192731), e moveu-se, de uma forma tempestuosa, para a esquerda. Na verdade passou por uma momentânea
"República Socialista" em 1932, sob um coronel de nome esplêndido, Marmaduke Grove, e depois criou uma bem-sucedida Frente Popular com base no modelo europeu (ver
capítulo 4). No Brasil, a Depressão acabou com a oligárquica "Repúbl4ca Velha" de 18991930 e levou ao poder Getúlio Vargas, mais bem descrito como populistanacionalista
(ver p. 137). Ele dominou a história de seu país pelos vinte anos seguintes. A mudança no Peru foi bem mais para a esquerda, embora o mais poderoso dos novos partidos,
a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) - um dos poucos partidos de massa com base na classe operária do tipo europeu bem-sucedidos no hemisfério ocidental*
-, fracassasse em suas ambições revolucionárias (19302). A mudança na Colômbia foi ainda mais para a esquerda. as liberais, sob um presidente de mentalidade reformista
muito influenciado pelo New Deal de Roosevelt, assumiram após quase trinta anos de governo conservador. A mudança radical foi ainda mais acentuada em Cuba, onde
a posse de Roosevelt permitiu aos habitantes desse protetorado ao largo dcosta americana derrubar um presidente odiado e, mesmo pelos padrões eo predominantes
em Cuba, extraordinariamente corrupto.
No vasto setor colonial do mundo, a Depressão trouxe um acentuado aumento na atividade antiimperialista, em parte por causa do colapso dos preços das mercadorias
das quais dependiam as economias coloniais (ou pelo menos suas finanças públicas e classes médias), e em parte porque os próprios países metropolitanos apressaram-se
em proteger sua agricultura e empregos, sem avaliar os efeitos dessas políticas sobre suas colônias. Estados europeus cujas decisões econômicas eram determinadas
por fatores internos não podiam a longo prazo manter intatos impérios com uma infinita complexidade de interesses de produtores (Holland, 1985, p. 13) (ver capítulo
7).
Por este motivo, na maior parte do mundo colonial a Depressão assinalou o início efetivo do descontentamento político e social local, que só podia ser dirigido contra
o governo (colonial), mesmo onde - como na Malásia - os movimentos políticos nacionalistas só fossem surgir após a Segunda Guerra

A Mundial. Tanto na África Ocidental (britânica) quanto no Caribe, a agitação social fazia agora sua entrada, em conseqüência direta da crise das exportações
locais (cacau e açúcar). E mesmo em países com movimentos nacionais anticoloniais já desenvolvidos, os anos de depressão trouxeram uma escalada do conflito, sobretudo
onde a agitação atingira as massas. Esses, afinal, foram os anos de expansão da Irmandade Muçulmana no Egito (fundada em 1928) e da segunda mobilização das massas
indianas por Gandhi (1931) (ver capítulo 7).

(*) Os outros foram os Partidos Comunistas cubano e chileno.

Talvez a vitória dos ultras republicanos sob De Valera, nas eleições irlandesas de 1932, também devesse ser vista como uma reação anticolonial tardia ao colapso
econômico.

Provavelmente nada demonstra mais a globalidade da Grande Depressão e a severidade de seu impacto do que essa rápida visão panorâmica dos levantes políticos praticamente universais que ela produziu num período medido em meses ou num único ano, do Japão à Irlanda, da Suécia à Nova Zelândia, da Argentina ao Egito. Contudo, não se deve
julgar seu impacto apenas, ou mesmo principalmente, por seus efeitos políticos de curto prazo, por mais impressionantes que muitas vezes tenham sido. Tratase
de uma catástrofe que destruiu toda a esperança de restaurar a economia, e a sociedade, do longo século 19. O período de 192933 foi um abismo a partir do qual
o retorno a 1913 tornou-se não apenas impossível, como impensável. O velho liberalismo estava mono, ou parecia condenado. Três opções competiam agora pela hegemonia intelectualpolítica. O comunismo marxista era uma. Afinal, as previsões do próprio Marx pareciam estar concretizando-se, como a Associação Econômica Americana ouviu
em 1938, e, de maneira ainda mais impressionante, a URSS parecia imune à catástrofe. Um capitalismo privado de sua crença na otimização de livres mercados, e reformado
por uma espécie de casamento não oficial ou ligação permanente com a moderada social-democracia de movimentos trabalhistas não comunistas, era a segunda, e, após
a Segunda Guerra Mundial, mostrou-se a opção mais efetiva. Contudo, a curto prazo não era tanto um programa ou alternativa política consciente quanto uma sensação
de que, uma vez terminada a Depressão, jamais se deveria permitir que tal coisa voltasse a acontecer, e, no melhor dos casos, uma disposição de experimentar estimulada
pelo evidente fracasso do liberalismo clássico do livre mercado. Assim, a política social-democrata sueca após 1932 foi uma reação consciente aos fracassos da ortodoxia econômica que dominara o desastroso governo trabalhista britânico de 192931, pelo menos na opinião de um de seus maiores arquitetos, Gunnar Myrdal. Uma teoria alternativa
à economia de livre mercado em bancarrota estava ainda em elaboração. General theory of employment, interest and money [Teoria geral de emprego, juro e dinheiro],
de J. M. Keynes, a mais influente contribuição a ela, só foi publicado em 1936. Uma prática de governo alternativa, a direção e administração macroeconômicas da
economia com base na renda nacional, só se desenvolveu na Segunda Guerra Mundial e depois, embora, talvez de olho na URSS, os governos e outras entidades públicas
na década de 1930 cada vez mais passassem a ver as economias nacionais como um todo, e a avaliar o tamanho de seu produto ou renda totais.*

(*) Os primeiros governos a fazerem isso foram a URSS e o Canadá em 1925. Em 1930, nove países tinham estatísticas governamentais oficiais de renda nacional, e
a

Liga das Nações tinha
estimativas de outros 26. Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, havia estimativas para
111
A terceira opção era o fascismo, que a Depressão transformou num movimento mundial, e, mais objetivamente, num perigo mundial. O fascismo em sua versão alemã (nacional-socialismo)
beneficiou-se tanto da tradição intelectual alemã, que (ao contrário da austríaca) se mostrara hostil às teorias neoclássicas de liberalismo econômico, transformadas
em ortodoxia internacional desde a década de 1880, quanto de.um governo implacável, decidido a livrar-se do desemprego a qualquer custo. Cuidou da Grande Depressão, deve-se dizer, rápida e de maneira mais bem-sucedida que qualquer outro (os resultados do fascismo italiano são menos impressionantes). Contudo, esse não foi seu
grande apelo numa Europa que perdera em grande parte o rumo. Mas, à medida que crescia a maré do fascismo com a Grande Depressão, tomava-se cada vez mais claro que
na Era da Catástrofe não apenas a paz, a estabilidade social e a economia, como também as instituições políticas e os valores intelectuais da sociedade liberal
burguesa do século 19 entraram em decadência ou colapso. Devemos voltarnos agora para esse processo.
39 países; em meados da década de 1950, para 93; e desde então cifras de renda nacionais, muitas vezes com apenas uma remota ligação com as realidades do padrão
de vida de seus povos, se tornaram quase tanto um padrão para Estados independentes quanto as bandeiras nacionais.

A QUEDA DO LIBERALISMO

No nazismo, temos um fenômeno difícil de submeter-se à análise racional. Sob um líder que falava em tom apocalíptico de poder ou destruição mundiais, e um regime
fundado numa ideologia absolutamente repulsiva de ódio racial, um dos países mais cultural e economicamente avançados da Europa planejou a guerra, lançou uma conflagração
mundial que matou cerca de 50 milhões de pessoas, e perpetrou atrocidades - culminando no assassinato mecanizado em massa de milhões de judeus - de uma natureza
e escala que desafiam a imaginação. Diante de Auschwitz, os poderes de explicação do historiador parecem deveras insignificantes.
Ian Kershaw (1993, pp. 34)

Morrer pela Pátria, pela Idéia! E...] Não, isso é fugir da verdade. Mesmo nofront, matar é que é importante [...] Morrer não é nada, isso não existe. Ninguém pode
imaginar sua própria morte. Matar é o importante. Essa é a fronteira a ser cruzada. Sim, esse é um ato concreto de vontade. Porque aí você torna sua vontade viva
na de outro homem.
Da carta de um jovem voluntário da República Social Fascista de 19435,
in Pavone (1991, p. 413)

I

De todos os fatos da Era da Catástrofe, os sobreviventes do século 19 ficaram talvez mais chocados com o colapso dos valores e instituições da civilização liberal
cujo progresso seu século tivera como certo, pelo menos nas panes "avançadas" e "em avanço" do mundo. Esses valores eram a desconfiança da ditadura e do governo

absoluto; o compromisso com um governo constitucional com ou sob governos e
assembléias representativas livremente eleitos, que garantissem o domínio da lei; e um
conjunto aceito de direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão,
publicação e reunião. O Estado e a sociedade deviam ser informados pelos
valores da razão, do
113
debate público, da educação, da ciência e da capacidade de melhoria (embora não
necessariamente de perfeição) da condição humana. Esses valores, parecia claro,
tinham feito progresso durante todo o século, e estavam destinados a avançar ainda mais.
Afinal, em 1914 mesmo as duas últimas autocracias da Europa, a Rússia e
a Turquia, tinham feito concessões na direção de um governo constitucional, e o Irã chegara
a tomar emprestada uma Constituição da Bélgica. Antes de 1914, esses
valores só tinham sido contestados por forças tradicionalistas como a Igreja Católica
Romana, que ergueu barricadas defensivas de dogmas contra as forças superiores
da modernidade; por uns poucos rebeldes intelectuais e profetas do apocalipse, sobretudo
de "boas famílias" e centros estabelecidos de cultura, de certo modo parte
da civilização que contestavam; e pelas forças da democracia, no todo um fenômeno novo e
perturbador. (Ver A era dos impérios.) A ignorância e atraso das massas,
seu compromisso com a derrubada da sociedade burguesa pela revolução social, e a
irracionalidade humana latente tão facilmente explorada por demagogos, eram de
fato motivo de alarme. Contudo, o mais perigoso desses novos movimentos de massa, o
movimento trabalhista socialista, era na verdade, tanto em teoria como na prática,
tão apaixonadamente comprometido com os valores da razão, ciência, progresso, educação
e liberdade individual quanto qualquer outro. A medalha do Dia do Trabalho
do Partido Social-Democrata alemão mostrava Karl Marx de um lado e a Estátua da
Liberdade do outro. O desafio deles era à economia, não ao governo constitucional
e à civilidade. É difícil imaginar um governo encabeçado por Victor Adler, August Bebei
ou Jean Jaurès como o fim da "civilização como a conhecemos". De qualquer
modo, tais governos ainda pareciam remotos.

De fato, as instituições da democracia liberal haviam avançado politicamente, e a erupção
de barbarismo em 19 148 aparentemente apenas apressou esse avanço. Com
exceção da Rússia soviética, todos os regimes que emergiam da Primeira Guerra Mundial,
novos e velhos, eram basicamente regimes parlamentares representativos eleitos,
mesmo a Turquia. A Europa, a Oeste da fronteira soviética, consistia inteiramente nesses
Estados em 1920. Na verdade, as instituições básicas do governo liberal
constitucional, eleições para assembléias representativas e/ou presidentes, eram quase
universais no mundo de países independentes nessa época, embora devamos lembrar
que os cerca de 65 Estados independentes do período entre-guerras tinham sido um
fenômeno basicamente europeu e americano: um terço da população do mundo vivia sob
domínio colonial. Os únicos Estados que não tiveram quaisquer eleições no período 191947
eram fósseis políticos isolados, a saber, Etiópia, Mongólia, Nepal, Arábia
Saudita e Iêmen. Outros cinco Estados que tiveram apenas uma eleição nesse período, o
que não indica uma forte inclinação para a democracia, eram o Afeganistão,
a China do Kuomintang, a Guatemala, o Paraguai e a Tail
debate público, da educação, da ciência e da capacidade de melhoria
(embora não necessariamente de perfeição) da condição humana. Esses
valores, parecia claro, tinham feito progresso durante todo o século, e

estavam destinados a avançar ainda mais. Afinal, em 1914 mesmo as duas últimas autocracias da Europa, a Rússia e a Turquia, tinham feito concessões na direção de um governo constitucional, e o Ira chegara a tomar emprestada uma Constituição da Bélgica. Antes de 1914, esses valores só tinham sido contestados por forças tradicionalistas como a Igreja Católica Romana, que ergueu barricadas defensivas de dogmas contra as forças superiores da modernidade; por uns poucos rebeldes intelectuais e profetas do apocalipse, sobretudo de "boas famílias" e centros estabelecidos de cultura, de certo modo parte da civilização que contestavam; e pelas forças da democracia, no todo um fenómeno novo e perturbador. (Ver A era dos impérios.) A ignorância e atraso das massas, seu compromisso com a derrubada da sociedade burguesa pela revolução social, e a irracionalidade humana latente tão facilmente explorada por demagogos, eram de fato motivo de alarme. Contudo, o mais perigoso desses novos movimentos de massa, o movimento trabalhista socialista, era na verdade, tanto em teoria como na prática, tão apaixonadamente comprometido com os valores da razão, ciência, progresso, educação e liberdade individual quanto qualquer outro. A medalha do Dia do Trabalho do Partido Social-Democrata alemão mostrava Kari Marx de um lado e a Estátua da Liberdade do outro. O desafio deles era à economia, não ao governo constitucional e à civilidade. E difícil imaginar um governo encabeçado por Victor Adier, August Bebei ou Jean Jaurès como o fim da "civilização como a conhecemos". De qualquer modo, tais governos ainda pareciam remotos.

De fato, as instituições da democracia liberal haviam avançado politicamente, e a erupção de barbarismo em 1914-8 aparentemente apenas apressou esse avanço. Com exceção da Rússia soviética, todos os regimes que emergiam da Primeira Guerra Mundial, novos e velhos, eram basicamente regimes parlamentares representativos eleitos, mesmo a Turquia. A Europa, a Oeste da fronteira soviética, consistia inteiramente nesses Estados em 1920. Na verdade, as instituições básicas do governo liberal constitucional, eleições para assembleias representativas e/ou presidentes, eram quase universais no mundo de países independentes nessa época, embora devamos lembrar que os cerca de 65 Estados independentes do período entreguerras tinham sido um fenómeno basicamente europeu e americano: um terço da população do mundo vivia sob domínio colonial. Os únicos Estados que não tiveram quaisquer eleições no período 1919-47 eram fósseis políticos isolados, a saber, Etiópia, Mongólia, Nepal, Arábia Saudita e lêmen. Outros cinco Estados que tiveram apenas uma eleição nesse período, o que não indica uma forte inclinação para a democracia, eram o Afeganistão, a China do Kuomintang, a Guatemala, o Paraguai e a Tailândia, então ainda conhecida como Sião, mas a própria existência de 114

eleições é indício de pelo menos alguma penetração de ideias políticas liberais, pelo menos em teoria. Não se está sugerindo, claro, que a simples existência ou frequência de eleições prove mais que isso. Nem o

Ira, que teve seis eleições depois de 1930, nem o Iraque, que teve três, podiam, mesmo então, ser considerados bastiões da democracia.

Mesmo assim, os regimes eleitorais representativos eram bastante frequentes. E no entanto os 23 anos entre a chamada "Marcha sobre Roma" de Mussolini e o auge do sucesso do Eixo na Segunda Guerra Mundial viram uma retirada acelerada e cada vez mais catastrófica das instituições políticas liberais. Em 1918-20, assembleias legislativas foram dissolvidas ou se tornaram ineficazes em dois Estados europeus, na década de 1920 em seis, na de 1930 em nove, enquanto a ocupação alemã destruía o poder constitucional em outros cinco durante a Segunda Guerra Mundial. Em suma, os únicos países europeus com instituições políticas adequadamente democráticas que funcionaram sem interrupção durante todo o período entreguerras foram a Grã-Bretanha, a Finlândia (minimamente), o Estado Livre Irlandês, a Suécia e a Suíça.

Nas Américas, a outra região de Estados independentes, a situação era mais confusa, mas não chegava a sugerir um avanço geral das instituições democráticas. A lista de Estados consistentemente constitucionais e não autoritários no hemisfério ocidental era curta: Canadá, Colômbia, Costa Rica, os EUA e a hoje esquecida "Suíça da América Latina" e sua única democracia verdadeira, o Uruguai. O melhor que podemos dizer é que os movimentos entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o da Segunda foram às vezes para a esquerda, às vezes para a direita. Quanto ao resto do globo, grande parte do qual consistia em colónias, e portanto não liberais por definição, afastou-se das constituições liberais, na medida em que algum dia as tinham tido. No Japão, um regime liberal moderado deu lugar a um nacionalista-militarista em 1930-1. A Tailândia deu alguns poucos passos em direção a um governo constitucional, e a Turquia foi tomada pelo modemizador militar progressista Kemal Atatürk no início da década de 1920, um homem do tipo que não permite que eleições atrapalhem seu caminho. Nos continentes da Ásia, África e Australásia, só a Austrália e a Nova Zelândia eram consistentemente democráticas, pois a maioria dos sul-africanos permaneceu fora do âmbito da constituição do homem branco.

Em resumo, o liberalismo fez uma retirada durante toda a Era da Catástrofe, movimento que se acelerou acentuadamente depois que Adolf Hitier se tomou chanceler da Alemanha em 1933. Tomando-se o mundo como um todo, havia talvez 35 ou mais governos constitucionais e eleitos em 1920 (dependendo de onde situamos algumas repúblicas latino-americanas). Até 1938, havia talvez dezessete desses Estados, em 1944 talvez doze, de um total global de 65. A tendência mundial parecia clara.

Talvez valha a pena lembrar que nesse período a ameaça às instituições liberais vinha apenas da direita política, já que entre 1945 e 1989 se supôs, 775

quase como coisa indiscutível, que vinha essencialmente do comunismo. Até então, o termo "totalitarismo", inicialmente inventado como uma

descrição ou autodescrição do fascismo italiano, era aplicado quase só a esses regimes. A Rússia soviética (a partir de 1922 URSS) estava isolada, e não podia e nem queria, após a ascensão de Stalin, ampliar o comunismo. A revolução social sob a liderança leninista (ou qualquer outra) deixou de espalhar-se depois que a onda inicial do pós-guerra refluiu. Os movimentos social-democratas (marxistas) tornaram-se mais forças mantenedoras do Estado que forças subversivas, e não se questionava seu compromisso com a democracia. Nos movimentos trabalhistas da maioria dos países os comunistas eram minorias, e onde eram fortes, na maior parte dos casos foram, ou tinham sido, ou iriam ser suprimidos. O medo da revolução social, e do papel dos comunistas nela, era bastante real, como provou a segunda onda de revolução durante e após a Segunda Guerra Mundial, mas nos vinte anos de enfraquecimento do liberalismo nem um único regime que pudesse ser chamado de liberal-democrático foi derrubado pela esquerda.* O perigo vinha exclusivamente da direita. E essa direita representava não apenas uma ameaça ao governo constitucional e representativo, mas uma ameaça ideológica à civilização liberal como tal, e um movimento potencialmente mundial, para o qual o rótulo "fascismo" é ao mesmo tempo insuficiente mas não inteiramente irrelevante.

Insuficiente porque de modo algum todas as forças que derrubavam os regimes liberais eram fascistas. E relevante porque o fascismo, primeiro em sua forma original italiana, depois na forma alemã do nacional-socialismo, inspirou outras forças antiliberais, apoiou-as e deu à direita internacional um senso de confiança histórica: na década de 1930, parecia a onda do futuro. Como foi dito, por um expert no assunto: "Não foi por acaso [...] que os ditadores da realeza da Europa Oriental, burocratas e oficiais, e Franco (na Espanha) imitaram o fascismo" (Linz, 1975, p. 206).

As forças que derrubavam os regimes liberal-democráticos eram de três tipos, omitindo a forma mais tradicional de golpes militares que instalavam ditadores ou caudilhos latino-americanos, sem qualquer coloração política a priori. Todos eram contra a revolução social, e na verdade uma reação contra a subversão da velha ordem social em 1917-20 estava na raiz de todos eles. Todos eram autoritários e hostis às instituições políticas liberais, embora às vezes mais por motivos pragmáticos do que por princípio. Reacionários anacrónicos podiam proibir alguns partidos, especialmente o comunista, mas não todos. Após a derrubada da breve república soviética húngara de 1919, o almirante Horthy, chefe do que ele afirmava ser o reino da Hungria, apesar de não mais ter rei ou mari-

(*) O que chega mais perto de uma tal derrubada é a anexação da Estónia pela URSS em 1940, pois na época o pequeno país báltico, tendo atravessado alguns anos autoritários, passara a ter de novo uma constituição mais democrática.

nhã, governou um Estado autoritário que continuou sendo parlamentar, mas

não democrático, no velho sentido oligárquico do século xvin. Tudo tendia a favorecer os militares e promover a polícia, ou outros grupos de homens capazes de exercer coerção física, pois estes eram o principal baluarte contra a subversão. E de fato, o apoio deles foi muitas vezes essencial para a direita chegar ao poder. Todos tendiam a ser nacionalistas, em parte por causa do ressentimento contra Estados estrangeiros, guerras perdidas ou impérios insuficientes, e em parte porque agitar bandeiras nacionais era um caminho tanto para a legitimidade quanto para a popularidade. Apesar disso, havia diferenças.

Autoritários ou conservadores anacrónicos — o almirante Horthy, o marechal Mannerheim, vencedor da guerra civil de brancos versus vermelhos na recém-independente Finlândia; o coronel, depois marechal Pilsudski, libertador da Polónia; o rei Alexandre, antes da Sérvia, agora da recém-unida lugoslávia; e o general Francisco Franco da Espanha — não tinham qualquer programa ideológico particular, além do anticomunismo e dos preconceitos tradicionais de sua classe. Podiam descobrir-se aliados à Alemanha de Hitíer e a movimentos fascistas em seus países, mas só porque na conjuntura entreguerras a aliança "natural" era a feita por todos os setores da direita política. Claro que considerações nacionais podiam entremear-se a essa aliança. Winston Churchill, um tory deveras direitista nessa época, embora não típico, manifestou alguma simpatia pela Itália de Mussolini, e não conseguiu forçar-se a apoiar a República espanhola contra as forças de Franco, mas a ameaça da Alemanha à Grã-Bretanha o tornou o paladino da união antifascista. Por outro lado, reacionários tradicionais como ele estavam sujeitos a ter de enfrentar a oposição de movimentos autenticamente fascistas, às vezes com substancial apoio das massas.

Um segundo tipo da direita produziu o que se tem chamado de "estatismo orgânico" (Linz, 1975, pp. 277, 306-13), ou regimes conservadores, não tanto defendendo a ordem tradicional, mas deliberadamente recriando seus princípios como uma forma de resistir ao individualismo liberal e à ameaça do tra-balhismo e do socialismo. Por trás disso havia uma nostalgia ideológica de uma imaginada Idade Média ou sociedade feudal, em que se reconhecia a existência de classes ou grupos económicos, mas a terrível perspectiva da luta de classes era mantida a distância pela aceitação voluntária de uma hierarquia social, pelo reconhecimento de que cada grupo social ou "estamento" tinha seu papel a desempenhar numa sociedade orgânica composta por todos, e deveria ser reconhecido como uma entidade coletiva. Isso produziu vários tipos de teorias "corporativistas", que substituíam a democracia liberal pela representação de grupos de interesse económico e ocupacional. Às vezes esta era descrita como participação ou democracia "orgânica", e portanto melhor que a real, mas de fato combinava-se sempre com regimes autoritários e Estados fortes governados de cima, em grande parte por burocratas e tecnocratas. Invariavelmente limitava ou abolia a democracia eleitoral ("Democracia baseada em corretivos

corporativos", na expressão do premiê húngaro conde Bethien) (Ranki, 1971). Os exemplos mais acabados desses Estados corporativos foram encontrados em alguns países católicos, notadamente Portugal do professor Oliveira Salazar, o mais longevo de todos os regimes antiliberais da direita na Europa (1927-74), mas também na Áustria entre a destruição da democracia e a invasão de Hitier (1934-8), e, em certa medida, na Espanha de Franco.

Contudo, se os regimes reacionários desse tipo tinham origens e inspirações mais antigas que o fascismo, e às vezes muito diferentes dele, nenhuma linha nítida os separava, porque ambos partilhavam os mesmos inimigos, senão as mesmas metas. Assim, a Igreja Católica Romana, profunda e inflexivelmente reacionária como era em sua versão oficial consagrada pelo primeiro Concílio Vaticano de 1870, não era fascista. Na verdade, por sua hostilidade a Estados essencialmente seculares com pretensões totalitárias, veio a sofrer a oposição do fascismo. Mas a doutrina do "Estado corporativo", melhor exemplificada em países católicos, foi em grande parte elaborada em círculos fascistas (italianos), embora estes, é claro, tivessem recorrido à tradição católica para fazê-lo. Esses regimes chegaram a ser chamados de "clerical-fascistas" e fascistas em países católicos às vezes vinham diretamente do catolicismo integris-ta, como no movimento rexista do belga Leon Degrelle. A ambiguidade da atitude da Igreja em relação ao racismo de Hitier já foi muitas vezes comentada; com menos frequência observou-se a considerável ajuda dada após a guerra por pessoas de dentro da Igreja, às vezes em posições importantes, a fugitivos nazistas ou fascistas de vários tipos, inclusive muitos acusados de horripilantes crimes de guerra. O que ligava a Igreja não só a reacionários anacrónicos mas aos fascistas era um ódio comum pelo Iluminismo do século xvin, pela Revolução Francesa e por tudo o que na sua opinião dela derivava: democracia, liberalismo e, claro, mais marcadamente, o "comunismo ateu".

De fato a era fascista assinalou uma virada na história católica, em grande parte porque a identificação da Igreja com a direita, cujos maiores porta-vozes internacionais eram agora Hitier e Mussolini, criou substanciais problemas morais para os católicos com preocupações sociais, para não falar de substanciais conflitos políticos com as hierarquias não antifascistas o bastante à medida que o fascismo recuava para sua derrota inevitável. Por outro lado, o antifascismo, ou a simples resistência patriótica ao conquistador estrangeiro, pela primeira vez dava legitimidade ao catolicismo democrático (democracia cristã) dentro da Igreja. Os partidos políticos que mobilizavam o voto católico romano haviam surgido, em bases pragmáticas, em países onde os católicos eram uma minoria significativa, normalmente para defender interesses da Igreja contra Estados seculares, como na Alemanha e nos Países Baixos. A Igreja resistia fazer tais concessões à política da democracia e do liberalismo em países oficialmente católicos, embora se

preocupasse com a ascensão do socialismo ateu o bastante para formular em 1891 — uma renovação radical — uma política 118

social que acentuava a necessidade de dar aos trabalhadores o que lhes era devido, mantendo ao mesmo tempo o caráter sagrado da família e da propriedade privada, mas não do capitalismo como tal.* Isso proporcionou uma primeira base para os católicos sociais e aqueles dispostos a organizar formas de defesa dos trabalhadores, como sindicatos católicos, de maneira geral mais inclinados a tais atividades por pertencerem ao lado mais liberal do catolicismo. Com exceção da Itália, onde o papa Benedito xv (1914-22) permitiu por um breve período que um grande Partido Popular (católico) surgisse após a Primeira Guerra Mundial, até o fascismo destruí-lo, os católicos democráticos e sociais continuaram sendo minorias políticas marginais. Foi o avanço do fascismo na década de 1930 que os tirou do casulo, embora os católicos que declararam seu apoio à República espanhola fossem um grupo pequeno, apesar de intelectualmente importante. O apoio dos católicos foi decididamente para Franco. A Resistência, que eles podiam justificar com base mais no patriotismo que na ideologia, lhes deu uma oportunidade, e a vitória lhes permitiu torná-la. Mas o triunfo da democracia cristã na Europa, e algumas décadas depois em partes da América Latina, pertence a um período posterior. Quando o liberalismo caiu, a Igreja, com raras exceções, se rejubilou com sua queda. //
Restam os movimentos que podem ser verdadeiramente chamados de fascistas. O primeiro desses foi o italiano, que deu nome ao fenómeno, criação de um renegado jornalista socialista, Benito Mussolini, cujo primeiro nome, tributo ao anticlerical presidente mexicano Benito Juárez, simbolizava o apaixonado antipapismo de sua nativa Romagna. O próprio Adolf Hitier reconheceu sua dívida e seu respeito a Mussolini, mesmo quando Mussolini e a Itália fascista demonstraram sua fraqueza e incompetência na Segunda Guerra IjMundial. Em troca, Mussolini recebeu de Hitier, um tanto tardiamente, o anti-mitismo que estivera de todo ausente do seu movimento antes de 1938, e na irdade da história da Itália desde a unificação.** Contudo, o fascismo italia-) sozinho não exerceu muita atração internacional, embora tentasse influen-iar e financiar pequenos movimentos em outras partes, e mostrasse alguma (*) Esta foi a encíclica Rerum Novarum, complementada quarenta anos depois, e não por a no pior da Grande Depressão, pela Quadragésimo Anno. Continua sendo a pedra angular da ilítica social da Igreja até hoje, como atesta a encíclica do papa João Paulo li de 1991, emitida O centenário da Rerum Novarum. Contudo, o equilíbrio preciso de condenação tem variado com Icontexto político.

(**) Deve-se dizer, em justiça aos compatriotas de Mussolini, que durante a guerra o exér-IftJtaliano se recusou terminantemente a entregar judeus para extermínio pêlos alemães ou (aisquer outros nas áreas ocupadas — sobretudo no Sudeste da França e partes dos Bálcãs. 779

influência em setores inesperados, como sobre Viadimir Jabotinsky, fundador do "revisionismo" sionista, que se tomou o governo de Israel sob Menahem Begin na década de 1970.

Sem o triunfo de Hitier na Alemanha no início de 1933, o fascismo não teria se tomado um movimento geral. Na verdade, todos os movimentos fascistas com algum peso fora da Itália foram fundados após sua chegada ao poder, notadamente a Cruz em Seta húngara, que arrebanhou 25% dos votos na primeira eleição secreta realizada na Hungria (1939), e a Guarda de Ferro romena, cujo apoio real era ainda maior. De fato, mesmo movimentos inteiramente financiados por Mussolini, como o dos terroristas Ustashi croatas de Ante Pavelich, não ganharam muito terreno, e permaneceram ideologicamente fascistizados até a década de 1930, quando parte deles buscou inspiração e financiamento na Alemanha. Mais que isso, sem o triunfo de Hitíer na Alemanha, a ideia do fascismo como um movimento universal, uma espécie de equivalente direitista do comunismo internacional tendo Berlim como sua Moscou, não teria se desenvolvido. O que não produziu um movimento sério, mas apenas, durante a Segunda Guerra Mundial, colaboradores ideologicamente motivados dos alemães na Europa ocupada. Foi nesse ponto que, notadamente na França, muitos da ultradireita tradicional, por mais reacionários que fossem, se recusaram a aderir: eram nacionalistas ou não seriam nada. Alguns chegaram ajuntar-se à Resistência. Além disso, sem a posição internacional da Alemanha como uma potência mundial bem-sucedida e em ascensão, o fascismo não teria tido impacto sério fora da Europa, nem teriam os governantes reacionários não fascistas se dado o trabalho de posar de simpatizantes fascistas, como quando Salazar de Portugal alegou, em 1940, que ele e Hitíer estavam "ligados pela mesma ideologia" (Deizell, 1970, p. 348).

Não é fácil discernir, depois de 1933, o que os vários tipos de fascismo tinham em comum, além de um senso geral de hegemonia alemã. A teoria não era o ponto forte de movimentos dedicados às inadequações da razão e do racionalismo e à superioridade do instinto e da vontade. Atraíram todo tipo de teóricos reacionários em países de vida intelectual conservadora ativa — a Alemanha é um caso óbvio —, mas estes eram elementos mais decorativos que estruturais do fascismo. Mussolini poderia facilmente ter dispensado seu filósofo de plantão, Giovanni Gentile, e Hitíer na certa nem soube nem se importou com o apoio do filósofo Heidegger. Também o fascismo não pode ser identificado com uma determinada forma de organização do Estado, como o Estado corporativista — a Alemanha perdeu logo o interesse por tais ideias, tanto mais porque elas conflitavam com a ideia de uma única, indivisa e total Embora o governo italiano também demonstrasse uma conspícua ausência de zelo no assunto, cerca de metade da pequena população judia italiana morreu; alguns, porém, mais como militantes antifascistas do que como simples vítimas (Steinberg, 1990; Hughes, 1983). 720

Volksgemeinschaft, ou Comunidade Popular. Mesmo um elemento

aparentemente tão fundamental como o racismo no início estava ausente do fascismo italiano. Por outro lado, como vimos, o fascismo compartilhava nacionalismo, anticomunismo, antiliberalismo etc. com outros elementos não fascistas da direita. Vários desses, notadamente entre os grupos reacionários franceses não fascistas, também compartilhavam com ele a preferência pela violência de rua como política.

A grande diferença entre a direita fascista e não fascista era que o fascismo existia mobilizando massas de baixo para cima. Pertencia essencialmente à era da política democrática e popular que os reacionários tradicionais deploravam, e que os defensores do "Estado orgânico" tentavam contornar. O fascismo rejubilava-se na mobilização das massas, e mantinha-a simbolicamente na forma de teatro público — os comícios de Nuremberg, as massas na piaz-za Venezia assistindo os gestos de Mussolini lá em cima na sacada — mesmo quando chegava ao poder; como também faziam os movimentos comunistas. Os fascistas eram os revolucionários da contra-revolução: em sua retórica, em seu apelo aos que se consideravam vítimas da sociedade, em sua convocação a uma total transformação da sociedade, e até mesmo em sua deliberada adaptação dos símbolos e nomes dos revolucionários sociais, tão óbvia no Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores de Hitier, com sua bandeira vermelha (modificada) e sua imediata instituição do Primeiro de Maio dos comunistas como feriado oficial em 1933. Do mesmo modo, embora o fascismo também se especializasse na retórica da volta ao passado tradicional, e recebesse muito apoio de classes de pes-; soas que teriam genuinamente preferido aniquilar o século anterior se pudes-| sem, não era de modo algum um movimento tradicionalista como, digamos, os ; carlistas da Navarra, que formaram um dos principais corpos de apoio a Franco na Guerra Civil, ou as campanhas de Gandhi por um retorno aos teares manuais e ideais da aldeia. Enfatizava muitos valores tradicionais, o que é outro assunto. Os fascistas denunciavam a emancipação liberal — as mulheres deviam ficar em casa e ter muitos filhos — e desconfiavam da corrosiva influência da cultura moderna, sobretudo das artes modernistas, que os nacio-| nal-socialistas alemães descreviam como "bolchevismo cultural" e degeneradas. Contudo, os movimentos fascistas — o italiano e o alemão — não apela-,vam aos guardiães históricos da ordem conservadora, a Igreja e o rei, mas ao (Contrário buscavam complementá-los com um princípio de liderança inteira-lente não tradicional, corporificado no homem que se faz a si mesmo, legiti-úzado pelo apoio das massas, por ideologias seculares e às vezes cultas. O passado ao qual eles apelavam era uma invenção. Suas tradições, fabri-idas. Mesmo o racismo de Hitier não era feito daquele orgulho de uma linha-;m ininterrupta e sem mistura que leva americanos esperançosos de provar descendência de algum nobre de Suffolk do século xvi a contratar genea-

legistas, mas uma mixórdia pós-darwiniana do século xix pretendendo (e, infelizmente, na Alemanha muitas vezes recebendo) o apoio da nova

ciência da genética, mais precisamente do ramo da genética aplicada ("eugenia") que sonhava em criar uma super-raça humana pela reprodução seletiva e a eliminação dos incapazes. A raça destinada a dominar o mundo através de Hitier não tinha sequer um nome até 1898, quando um antropólogo cunhou o termo "nórdico". Hostil como era, em princípio, à herança do Iluminismo e da Revolução Francesa do século xvm, o fascismo não podia formalmente acreditar em modernidade e progresso, mas não se acanhava em combinar um lunático conjunto de crenças com uma modernidade tecnológica em questões práticas, exceto quando ela comprometia sua pesquisa científica básica feita em premissas ideológicas (ver capítulo 18). O fascismo era triunfantemente antiliberal. Também forneceu a prova de que o homem pode, sem dificuldade, combinar crenças malucas sobre o mundo com um confiante domínio de alta tecnologia contemporânea. O fim do século xx, com suas seitas fundamenta-listas brandindo as armas da televisão e da coleta de fundos programada em computador, nos familiarizou mais com esse fenómeno.

/ Apesar disso, a combinação de valores conservadores, técnicas de democracia de massa e a inovadora ideologia de barbarismo irracionalista, centrada em essência no nacionalismo, precisa ser explicada. Tais movimentos não tradicionais da direita radical haviam surgido em vários países europeus em fins do século xix, em reação ao liberalismo (isto é, à transformação acelerada de sociedades pelo capitalismo), à ascensão dos movimentos da classe trabalhadora, e, de maneira geral, à onda de estrangeiros que invadia o mundo na maior migração de massa da história até aquela data. Homens e mulheres migravam não apenas para o outro lado de oceanos e fronteiras internacionais, mas do campo para a cidade; de uma região do mesmo país para outra — em suma, de "casa" para a terra de estrangeiros e, virando-se a moeda, como estranhos em casa alheia. Quase quinze em cada cem poloneses saíram de seu país para não voltar, e mais meio milhão por ano como migrantes sazonais — em sua grande maioria para juntar-se às classes trabalhadoras dos países que os recebiam. Antecipando o fim do século xx, o fim do século xix introduziu a xenofobia de massa, da qual o racismo — a proteção da cepa local pura contra a contaminação, e até mesmo a submersão, pelas hordas invasoras subumanas — tornou-se a expressão comum. Sua força pode ser medida não só pelo temor da imigração polonesa que levou o grande sociólogo alemão liberal Max Weber a apoiar temporariamente a Liga Pangermânica, mas pela campanha cada vez mais febril contra a imigração de massa nos EUA, que acabou levando, durante e após a Primeira Guerra Mundial, o país da Estátua da Liberdade a fechar suas fronteiras àqueles aos quais a Estátua fora erigida para acolher. O cimento comum desses movimentos era o ressentimento de homens comuns contra uma sociedade que os esmagava entre a grande empresa, de um 722

/ ado, e os crescentes movimentos de trabalhistas, do outro. Ou que, na

melhor Ias hipóteses, os privava da posição respeitável que tinham ocupado na ordem locial, e que julgavam lhes ser devida, ou do status social numa sociedade linâmica a que achavam que tinham direito a aspirar. Esses sentimentos incontraram sua expressão característica no anti-semitismo, que começou a iesenvolver movimentos políticos específicos baseados na hostilidade aos judeus no último quartel do século xix em vários países. Os judeus estavam presentes em quase todo lugar e podiam simbolizar com facilidade tudo o que havia de mais odioso num mundo injusto, inclusive seu compromisso com as ideias do Iluminismo e da Revolução Francesa que os tinham emancipado e, ao fazê-lo, os haviam tomado mais visíveis. Eles podiam servir como símbolos do odiado capitalista/financista; do agitador revolucionário; da corrosiva influência dos "intelectuais sem raízes" e dos novos meios de comunicação; da competição — como poderia ela ser outra coisa que não "injusta"? — que lhes dava uma fatia desproporcional dos empregos em certas profissões que exigiam educação; e do estrangeiro e forasteiro como tal. Para não falar da visão aceita entre os cristãos antiquados de que eles tinham matado Jesus.

A antipatia aos judeus era de fato difusa no mundo ocidental, e a posição deles na sociedade do século xix ambígua. Contudo, o fato de operários em greve, mesmo quando membros de movimentos trabalhistas não racistas, atacarem lojistas judeus e pensarem em seus patrões como judeus (com bastante frequência corretamente, em grandes áreas da Europa Central e Oriental), não deve levar-nos a vê-los como proto-nacional-socialistas, assim como o anti-semitismo habitual dos intelectuais britânicos edwardianos, como os do Grupo de Bloomsbury, não os tomava simpatizantes de anti-semitas políticos da direita radical. O anti-semitismo camponês da Europa Oriental, onde para fins práticos o judeu era o ponto de contato entre o ganha-pão do aldeão e a economia externa de que sempre dependera, era sem dúvida mais permanente e explosivo, e tornou-se mais ainda quando as sociedades rurais eslavas, magiares e romenas foram convulsionadas pêlos incompreensíveis terremotos do mundo moderno. Entre povos tão sombrios ainda se podia acreditar nas histórias de judeus sacrificando crianças cristãs, e os momentos de explosão social levavam a pogroms que os reacionários do império do czar estimulavam, sobretudo após o assassinato do czar Alexandre li em 1881 por revolucionários sociais. Aqui, uma estrada reta conduz do anti-semitismo de base ao extermínio dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Certamente o anti-semitismo de base deu substrato a movimentos fascistas europeus orientais que adquiriram uma base de massa — notadamente a Guarda de Ferro na Roménia e a Cruz em Seta na Hungria. De qualquer modo, nos antigos territórios dos Habsburgo e Romanov essa ligação foi muito mais clara que no Reich alemão, onde o anti-semitismo de base rural e provincial, embora forte e com profundas raízes, era menos violento: pode-se mesmo dizer, mais tolerante. Judeus 723

que fugiram da recém-ocupada Viena para Berlim em 1938 ficaram pasmados com a ausência de anti-semitismo nas ruas. Ali a violência vinha por decreto de cima, como em novembro de 1938 (Kershaw, 1983). Mesmo assim, não há comparação entre a selvageria casual e intermitente dos pogroms e o que iria acontecer uma geração depois. O punhado de mortos de 1881, os quarenta ou cinquenta do pogrom de Kishinev de 1903, indignaram o mundo — e justifi-cadamente — porque nos dias antes do avanço do barbarismo um tal número de vítimas parecia intolerável a um mundo que esperava que a civilização progredisse. Mesmo os muito maiores pogroms que acompanharam os levantes de camponeses em massa da Revolução de 1905 na Rússia tiveram, pêlos padrões posteriores, apenas modestas baixas — talvez oitocentos mortos no todo. Pode-se comparar isso com os 3800 judeus assassinados em Vilnius (Vilna) pêlos lituanos nos três dias de 1941, quando os alemães invadiram a URSS, antes que começassem os extermínios sistemáticos.

Os novos movimentos da direita radical que apelavam para essas tradições mais antigas de intolerância, mas em essência as transformavam, atraíam sobretudo os grupos inferiores e médios das sociedades europeias, e eram formulados como retórica e teoria por intelectuais nacionalistas que surgiram como uma tendência na década de 1890. O próprio termo "nacionalismo" foi cunhado nessa década para descrever esses porta-vozes da reação. A militância de classe média e de classe média baixa deu uma virada para a direita radical sobretudo em países onde as ideologias de democracia e liberalismo não eram dominantes, ou entre classes que não se identificavam com elas, ou seja, em países que não haviam passado por uma Revolução Francesa ou seu equivalente. Na verdade, nos principais países centrais do liberalismo ocidental — Grã-Bretanha, França e EUA — a hegemonia da tradição revolucionária impediu o surgimento de quaisquer movimentos fascistas de massa importantes. É um engano confundir o racismo dos populistas americanos ou o chauvinismo dos republicanos franceses com proto-fascismo: esses eram movimentos da esquerda.

Isso não queria dizer que, quando a hegemonia de Liberdade, Igualdade e Fraternidade não mais atrapalhasse, os velhos instintos não pudessem ligar-se a novos slogans políticos. Há pouca dúvida de que os ativistas da suástica nos Alpes suíços foram em grande parte recrutados da espécie de profissionais liberais provincianos — veterinários, agrimensores e outros assim — que tinham sido os liberais locais, uma minoria educada e emancipada num ambiente dominado pelo clericalismo camponês. Do mesmo modo, no fim do século xx, a desintegração dos movimentos proletários trabalhistas e socialistas clássicos liberou o chauvinismo e racismo instintivos de muitos trabalhadores braçais. Até então, embora não exatamente imunes a tais sentimentos, eles hesitavam em manifestá-los em público, por lealdade a partidos apaixonadamente hostis a tal intolerância. Desde a década de 1960, a xenofobia e o racismo político ocidentais se encontram sobretudo entre as camadas de traba-

lhadores braçais. Contudo, nas décadas em que se incubou o fascismo, eles pertenciam aos que não sujavam as mãos no trabalho.

As camadas de classe média e média baixa continuaram sendo o alicerce desses movimentos por toda a era da ascensão do fascismo. Não negam isso a sério nem mesmo historiadores ansiosos por revisar o consenso de "quase" todas as análises feitas sobre o apoio nazista feitas entre 1930 e 1980 (Chil-ders, 1983; Childers, 1991, pp. 8, 14-5). Tomemos apenas um caso entre as muitas pesquisas da filiação e do apoio de tais movimentos na Áustria do en-treguerras. Dos nacional-socialistas eleitos como conselheiros distritais em Viena em 1932, 18% eram autónomos, 56% trabalhadores de escritório e funcionários públicos, e 14% operários. Dos nazistas eleitos em cinco assembleias austríacas fora de Viena no mesmo ano, 16% eram seus próprios patrões e fazendeiros, 51% trabalhadores de escritório etc., e 10% operários (Larsen et ai., 1978, pp. 766-7).

Isso não quer dizer que os movimentos fascistas não conseguiam conquistar genuíno apoio de massa entre os trabalhadores pobres. Qualquer que fosse a composição dos seus quadros, os membros da Guarda de Ferro romena vinham do campesinato pobre. O eleitorado da Cruz em Seta húngara era, em grande parte, operário (o Partido Comunista sendo ilegal e o Social-Democrata, sempre pequeno, pagando o preço por ser tolerado pelo regime de Horthy) e, após a derrota da social-democracia austríaca em 1934, houve uma visível virada dos operários para o Partido Nazista, sobretudo nas províncias austríacas. Além disso, assim que se estabeleceram governos fascistas com legitimidade pública, como na Itália e na Alemanha, muito mais trabalhadores ex-socialistas e comunistas se alinharam com os novos regimes do que agrada à tradição da esquerda considerar. Apesar disso, como os partidos fascistas tinham dificuldades para atrair os elementos autenticamente tradicionais da sociedade rural (a menos que apoiados, como na Croácia, por organizações como a Igreja Católica Romana), e eram inimigos jurados de ideologias e partidos identificados com as classes trabalhadoras organizadas, seu eleitorado principal se encontrava naturalmente nas camadas médias da sociedade.

Até onde chegava o apelo original do fascismo dentro da classe média é uma questão mais em aberto. Certamente era forte o seu apelo para a juventude da classe média, sobretudo para universitários da Europa continental, os quais, entre as guerras, foram conhecidos por seu ultradireitismo. Treze por cento dos membros do movimento fascista italiano em 1921 (ou seja, antes da "Marcha sobre Roma") eram estudantes. Na Alemanha, entre 5% e 10% de todos os estudantes eram membros do partido já em 1930, quando a grande maioria de futuros nazistas ainda não começara a interessar-se por Hitier (Kater, 1985, p. 467; Noelle & Neumann, 1967, p. 196). Como veremos, os ex-oficiais militares da classe média estavam fortemente representados: tipos para os quais a Grande Guerra, com todos os seus horrores, assinalara o pico

da rea- 725

lização pessoal, comparado ao qual suas futuras vidas civis só se mostraram / decepcionantes vales. Esses eram, claro, segmentos das camadas médias particularmente receptivos aos apelos do ativismo. Em termos gerais, o apelo da direita radical era tanto mais forte quanto maior fosse a ameaça à posição, real ou convencionalmente esperada, de um segmento profissional da classe média, à medida que cedia e ruía o esquema que devia manter a sua ordem social no lugar. Na Alemanha, o duplo golpe da grande inflação, que reduziu o valor da moeda a zero, e da posterior Grande Depressão radicalizou até mesmo camadas da classe média como as dos funcionários públicos médios e altos, cuja posição parecia segura, e que em circunstâncias menos traumáticas estariam satisfeitos em continuar como patriotas no velho estilo, nostálgicos do kaiser Guilherme, mas dispostos a cumprir seu dever com uma República encabeçada pelo marechal-de-campo Hindenburg, caso ela não estivesse visivelmente desmoronando sob seus pés. A maioria dos alemães apolíticos entre as guerras sentia saudades do império de Guilherme. Ainda na década de 1960, quando a maioria dos alemães ocidentais tinha concluído (compreensível mente) que a melhor época na história alemã era agora, 42% dos de mais de sessenta anos ainda achavam que a época anterior a 1914 era melhor que a presente, contra 32% convertidos pelo Wirtschaftswunder [milagre económico] (Noelle & Neumann, 1967, p. 196). Os eleitores do centro e da direita burgueses passaram em números maciços para o Partido Nazista entre 1930 e 1932. Mas não foram esses os construtores do fascismo.

Essas classes médias conservadoras eram, está claro, defensoras potenciais ou mesmo convertidas do fascismo, devido à maneira como se traçaram as linhas de combate político no entreguerras. A ameaça à sociedade liberal e todos os seus valores parecia vir exclusivamente da direita; a ameaça à ordem social, da esquerda. As pessoas da classe média escolhiam sua política de acordo com seus temores. Os conservadores tradicionais em geral simpatizavam com os demagogos do fascismo e dispunham-se a aliar-se a eles contra o inimigo maior. O fascismo italiano tinha uma cobertura de imprensa mais ou menos favorável na década de 1920, e mesmo na de 1930, exceto da que ia do liberalismo até a esquerda. "Tirando a experiência audaciosa do fascismo, a década não foi frutífera em lideranças estatais construtivas", escreveu John Buchan, o eminente conservador e escritor britânico de romances de suspen-se. (O gosto pela criação de suspenses raramente acompanha convicções esquerdistas, o que é uma pena.) (Graves & Hodge, 1941, p. 248) Hitier foi levado ao poder por uma coalizão da direita tradicional, que ele depois suplantou. O general Franco incluiu a então não muito importante Falange espanhola em sua frente nacional porque o que ele representava era a união de toda a direita contra os espectros de 1789 e 1917, entre os quais ele não fazia distinções sutis. Foi por mera sorte que não entrou na Segunda Guerra Mundial do

lado de Hitier, mas enviou uma força de voluntários, a "Divisão Azul", para com- 726

bater os comunistas ateus na Rússia lado a lado com os alemães. O marechal Pétain certamente não era fascista nem simpatizante nazista. Um dos motivos pêlos quais foi tão difícil após a guerra distinguir entre fascistas franceses convictos e colaboradores pró-alemães, de um lado, e o corpo principal de apoio ao regime de Vichy do marechal Pétain, de outro, era que na verdade não havia uma linha nítida que os separasse. Aqueles cujos pais tinham odiado Dreyfus, os judeus e a cadela-República — algumas figuras de Vichy tinham idade suficiente para tê-lo feito pessoalmente — transformaram-se sem sentir em fanáticos defensores de uma Europa hitierista. Em suma, a "natureza" da aliança da direita entre as guerras ia dos conservadores tradicionais, passando pêlos reacionários da velha escola, até os extremos da patologia fascista. As hostes . tradicionais do conservadorismo e da contra-revolução eram fortes, mas mui--tas vezes inertes. O fascismo forneceu-lhes a dinâmica e, talvez mais impor-' tante ainda, o exemplo de vitória sobre as forças da desordem. (O argumento / proverbial em favor da Itália fascista não era que "Mussolini fez os trens roda-^ rem no horário"?) Do mesmo modo como o dinamismo dos comunistas exerceu uma atração sobre a esquerda desorientada e sem leme após 1933, também os sucessos do fascismo, sobretudo depois da tomada nacional-socialista da Alemanha, deram a impressão de que ele era a onda do futuro. O próprio fato de que nessa época o fascismo fez uma entrada destacada, se bem que breve, no cenário político até mesmo da conservadora Grã-Bretanha demonstra o poder desse "efeito demonstrativo". A conversão de um dos mais destacados políticos do país e a conquista do apoio de um de seus grandes chefões da imprensa são mais significativas do que o fato de o movimento de sir Oswaid Mosley ter sido rapidamente abandonado por políticos respeitáveis e o Daily Mail de lorde Rothermere ter logo retirado seu apoio à União de Fascistas britânica. Pois a Grã-Bretanha ainda era vista, universal e corretamente, como um modelo de estabilidade política e social. ///

A ascensão da direita radical após a Primeira Guerra Mundial foi sem dúvida uma resposta ao perigo, na verdade à realidade, da revolução social e do poder operário em geral, e à Revolução de Outubro e ao leninismo em particular. Sem esses, não teria havido fascismo algum, pois embora os demagógicos ultradireitistas tivessem sido politicamente barulhentos e agressivos em vários países europeus desde o fim do século xix, quase sempre haviam sido mantidos sob controle antes de 1914. Sob esse aspecto, os apologetas do fascismo provavelmente têm razão quando afirmam que Lenin engendrou Mussolini e Hitier. Contudo, é inteiramente ilegítimo desculpar o barbarismo fascista alegando que ele foi inspirado pelas supostas barbaridades anteriores 127

da Revolução Russa — que teria imitado —, como alguns historiadores

alemães estiveram perto de fazer na década de 1980 (Noite, 1987).

Contudo, duas importantes restrições devem ser feitas à tese de que a rea-ção direitista foi essencialmente uma resposta à esquerda revolucionária. Primeiro, subestima o impacto da Primeira Guerra Mundial sobre uma importante camada de soldados e jovens nacionalistas, em grande parte da classe média e média baixa, os quais, depois de novembro de 1918, ressentiram-se de sua oportunidade perdida de heroísmo. O chamado "soldado da linha de frente" (frontsoldat) iria desempenhar um papel importantíssimo na mitologia dos movimentos da direita radical — o próprio Hitier era um deles — e proporcionar um corpo substancial dos primeiros esquadrões de ultranacionalistas violentos, como os oficiais que mataram os líderes comunistas Kari Liebknecht e Rosa Luxemburgo no início de 1919, os squadristi italianos e freikorps alemães. Cinquenta e sete por cento dos primeiros fascistas italianos eram ex-sol-dados. Como vimos, a Primeira Guerra Mundial foi uma máquina que brutalizou o mundo, e esses homens se regozijaram com a liberação de sua brutalidade latente.

O forte compromisso da esquerda, começando com os liberais progressistas, com movimentos amigueira e antimilitaristas, e a imensa repulsa popular contra a matança em massa da Primeira Guerra Mundial levaram muitos a subestimar o surgimento de uma minoria relativamente pequena, mas ainda assim numerosa, para a qual a experiência do combate, mesmo nas condições de 1914-8, era fundamental e inspiradora; para a qual o uniforme e a disciplina, o sacrifício — o próprio ou o dos outros — e o sangue, as armas e o poder eram o que fazia a vida masculina digna de viver. Eles não escreveram muitos livros sobre a guerra, embora (sobretudo na Alemanha) um ou dois o tenham feito. Esses Rambos da época eram recrutas naturais da direita radical.

A segunda restrição é que a reação da direita respondeu não ao bolche-vismo como tal, mas a todos os movimentos que ameaçavam a ordem existente da sociedade ou podiam ser culpados pelo seu colapso, especialmente a classe operária organizada. Lenin era mais o símbolo dessa ameaça do que a realidade concreta, que, para a maioria dos políticos, era representada não tanto pêlos partidos trabalhistas socialistas, de líderes bastante moderados, mas pelo surto de poder, confiança e radicalismo dos operários, que davam aos velhos partidos socialistas uma nova força política e, de fato, transformaram-nos em esteios indispensáveis dos Estados liberais. Não por acaso, no imediato pós-guerra, a exigência principal dos agitadores socialistas desde 1889 foi concedida quase em toda parte na Europa: o dia de trabalho de oito horas.

A ameaça implícita na ascensão da força dos trabalhadores fazia gelar o sangue dos conservadores, mais que a transformação de líderes sindicais e oradores da oposição em ministros do governo, embora isso já fosse difícil de engolir. Eles pertenciam por definição à "esquerda". Numa era de revolta social, 128

nenhuma linha clara os separava dos bolcheviques. Na verdade, muitos dos partidos socialistas teriam se juntado alegremente aos comunistas nos anos do imediato pós-guerra, não houvessem estes rejeitado a filiação. O homem que Mussolini assassinou após sua "Marcha sobre Roma" não era um líder do Partido Comunista, mas um socialista, Matteotti. A direita tradicional talvez visse a Rússia ateia como a encarnação de tudo que era mal no mundo, mas o levante dos generais em 1936 não foi dirigido contra os comunistas como tais, mesmo porque eles eram a menor parte da Frente Popular (ver capítulo 5). Foi dirigido contra uma onda popular que, até a Guerra Civil, tinha favorecido os socialistas e anarquistas. Uma racionalização expost facto é que faz de Lenin e Stalin uma desculpa para o fascismo.

Ainda assim é preciso explicar por que a reação da direita após a Primeira Grande Guerra conseguiu vitórias cruciais na forma do fascismo. Antes de 1914 já existiam movimentos extremistas da ultradireita — histericamente nacionalistas e xenofóbicos, promotores dos ideais da guerra e da violência, intolerantes e dados a atos violentamente coercivos, totalmente antiliberais, antidemocráticos, antiproletários, anti-socialistas e antinacionalistas, defensores do sangue e do solo e dos valores antigos que a modernidade estava destruindo. Eles tinham alguma influência dentro da direita política e em alguns círculos intelectuais, mas em lugar algum chegam a dominar ou controlar.

O que deu ao fascismo sua oportunidade após a Primeira Guerra Mundial foi o colapso dos velhos regimes, e com eles das velhas classes dominantes e seu maquinário de poder, influência e hegemonia. Onde estas permaneceram em boa ordem de funcionamento, não houve necessidade de fascismo. Ele não fez progresso algum na Grã-Bretanha, apesar da breve agitação nervosa acima indicada. A direita conservadora tradicional continuou no controle. Não fez progresso efetivo na França até depois da derrota de 1940. Embora a direita radical francesa — a monarquista Action Française e a Croix de Feu [Cruz de Fogo] do coronel La Rocque — estivesse bastante disposta a espancar esquerdistas, não chegava a ser fascista, e de fato alguns de seus elementos iriam juntar-se à Resistência.

Do mesmo modo o fascismo não era necessário onde uma nova classe ou grupo nacionalista podia assumir o poder em países recém-independentes. Esses homens podiam ser reacionários e optar por um governo autoritário, por motivos a serem considerados adiante, mas só a retórica identificava cada virada antidemocrática para a direita na Europa entre as guerras com o fascismo. Não houve movimentos fascistas importantes na nova Polónia, governada por militaristas autoritários, tampouco na parte tcheca da Tchecoslováquia, que era democrática, nem no núcleo sérvio (dominante) da nova lugoslávia. Nos países cujos governantes eram direitistas ou reacionários da velha escola e movimentos fascistas ou semelhantes surgiram — na Hungria, Roménia, Finlândia, mesmo na Espanha de Franco, cujo líder não era ele próprio um fascista — 729

não houve dificuldade para mante-los sob controle, a menos (como na Hungria em 1944) que os alemães os pressionassem. Isso não quer dizer que movimentos nacionalistas minoritários nos velhos ou novos Estados não pudessem achar o fascismo atraente, inclusive porque podiam esperar apoio financeiro e político da Itália e, depois de 1933, da Alemanha. Assim foi, claramente, em Flandres (na Bélgica), na Eslováquia e na Croácia.

As condições ideais para o triunfo da ultradireita alucinada eram um Estado velho, com seus mecanismos dirigentes não mais funcionando; uma massa de cidadãos desencantados, desorientados e descontentes, não mais sabendo a quem ser leais; fortes movimentos socialistas ameaçando ou parecendo ameaçar com a revolução social, mas não de fato em posição de realizá-la; e uma inclinação do ressentimento nacionalista contra os tratados de paz de 1918-20. Essas eram as condições sob as quais as velhas elites governantes desamparadas sentiam-se tentadas a recorrer aos ultra-radicais, como fizeram os liberais italianos aos fascistas de Mussolini em 1920-2, e os alemães aos nacional-socialistas de Hitier em 1932-3. Essas, pelo mesmo princípio, foram as condições que transformaram movimentos da direita radical em poderosas forças organizadas e às vezes uniformizadas e paramilitares (squadristi; as tropas de assalto), ou, como na Alemanha durante a Grande Depressão, em maciços exércitos eleitorais. Contudo, em nenhum dos dois Estados fascistas o fascismo "conquistou o poder", embora na Itália e na Alemanha se explorasse muito a retórica de se "tomar as ruas" e "marchar sobre Roma". Nos dois casos o fascismo chegou ao poder pela conivência com, e na verdade (como na Itália) por iniciativa do velho regime, ou seja, de uma forma "constitucional".

A novidade do fascismo era que, uma vez no poder, ele se recusava a jogar segundo as regras do velhos jogos políticos, e tomava posse completa-mente onde podia. A transferência total de poder, ou a eliminação de todos os rivais, demorou bastante mais na Itália que na Alemanha (1933-4), mas, uma vez realizada, não havia mais limites políticos internos para o que se tomava, caracteristicamente, a desenfreada ditadura de um supremo "líder" populista (Duce; Fiihrer).

Neste ponto, devemos descartar, por alguns instantes, duas teses igualmente inadequadas sobre o fascismo: uma fascista, mas adotada por muitos historiadores liberais, e outra cara ao marxismo soviético ortodoxo. Não houve "revolução fascista", nem foi o fascismo a expressão do "capitalismo monopolista" ou do grande capital.

Os movimentos fascistas apresentavam elementos dos movimentos revolucionários, na medida em que continham pessoas que queriam uma transformação fundamental da sociedade, frequentemente com um lado notadamente anticapitalista e antioligárquico. Contudo, o cavalo do fascismo revolucionário não deu a largada nem correu. Hitier eliminou rapidamente os que levavam a sério o componente "socialista" no nome do Partido dos Trabalhadores Na-

cional-Socialistas Alemães — o que ele sem dúvida não levava. A utopia de um retomo a uma Idade Média para o homem comum, cheia de proprietários-camponeses hereditários, artesãos como Hans Sachs e moças de tranças louras, não era um programa que pudesse realizar-se em grandes Estados do século xx (a não ser na versão de pesadelo dos planos de Himmier para um povo racialmente purificado), menos ainda em regimes que, como o fascismo italiano e alemão, estavam empenhados no caminho da modernização e do avanço tecnológico.

O que o nacional-socialismo sem dúvida realizou foi um expurgo radical das velhas elites e estruturas institucionais imperiais. Afinal, o único grupo que realmente lançou uma revolta contra Hitier — e foi conseqüentemente dizimado — foi o velho exército prussiano aristocrático, em julho de 1944. Essa destruição das velhas elites e dos velhos esquemas, reforçada após a guerra pelas políticas dos exércitos ocidentais de ocupação, acabaria tomando possível construir a República Federal numa base muito mais sólida do que a República de Weimar de 1919-33, que tinha sido pouco mais que o império derrotado, sem o kaiser. O nazismo sem dúvida tinha, e em parte realizou, um programa social para as massas: férias; esportes; o planejado "carro do povo", que o mundo veio a conhecer após a Segunda Guerra Mundial como o "fusca" Volkswagen. Sua principal realização, porém, foi acabar com a Grande Depressão mais efetivamente do que qualquer outro governo, pois o antilibe-ralismo dos nazistas tinha o lado positivo de não comprometê-los com uma crença a priori no livre mercado. Apesar disso, o nazismo era mais um velho regime recauchutado e revitalizado do que um regime basicamente novo e diferente. Como o Japão militarista e imperial da década de 1930 (que ninguém diria ser um sistema revolucionário), era uma economia capitalista não liberal que conseguiu uma impressionante dinamização de seu sistema industrial. As realizações económicas e outras da Itália fascista foram bem menos impressionantes, como se demonstrou na Segunda Guerra Mundial. Sua economia de guerra era extraordinariamente fraca. A conversa sobre a "revolução fascista" não passava de retórica, embora, sem dúvida, para o grosso dos fascistas italianos, fosse uma retórica sincera. O fascismo foi mais claramente um regime calcado nos interesses das velhas classes dominantes, que surgira mais como uma defesa contra a agitação revolucionária do pós-guerra do que, como na Alemanha, como uma reação aos traumas da Grande Depressão e à incapacidade dos governos de Weimar de enfrentá-los. O fascismo italiapo, que num certo sentido continuou o processo de unificação italiana do século xix, com isso produzindo um governo mais forte e mais centralizado, teve algumas realizações a seu crédito. Foi, por exemplo, o único regime italiano a conseguir suprimir a Máfia siciliana e a Camorra napolitana. Contudo, seu significado histórico não repousa em seus objetivos e realizações, mas em seu papel como pioneiro global de uma nova versão da contra-revolução triunfante.
Mussolini 131

inspirou Hitier, e Hitier jamais deixou de reconhecer a inspiração e a prioridade italiana. Por outro lado, o fascismo italiano foi, e por um longo tempo continuou sendo, uma anomalia entre os movimentos da direita radical em sua tolerância e mesmo certo gosto pelo "modernismo" de vanguarda e também em alguns outros aspectos — notadamente na completa falta de interesse pelo racismo anti-semita, até Mussolini se alinhar com a Alemanha em 1938.

Quanto à tese do "capitalismo monopolista", o ponto essencial do capital realmente grande é que pode se acomodar com todo regime que não o exproprie de fato, e qualquer regime tem de se acomodar com ele. O fascismo não foi mais "a expressão dos interesses do capital monopolista" do que o New Deal americano ou os governos trabalhistas britânicos, ou a República de Weimar. O grande capital no início da década de 1930 não queria particularmente Hitier, e teria preferido um conservadorismo mais ortodoxo. Deu-lhe pouco apoio até a Grande Depressão, e mesmo então o apoio foi tardio e pouco uniforme. Contudo, quando ele chegou ao poder, o capital colaborou seriamente, a ponto de usar trabalho escravo e campos de extermínio para suas operações durante a Segunda Guerra Mundial. O grande e o pequeno capital evidentemente se beneficiaram da expropriação dos judeus.

Deve-se dizer no entanto que o fascismo teve algumas grandes vantagens para o capital, em relação a outros regimes. Primeiro, eliminou ou derrotou a revolução social esquerdista, e na verdade pareceu ser o principal baluarte contra ela. Segundo, eliminou os sindicatos e outras limitações aos direitos dos empresários de administrar sua força de trabalho. Na verdade, o "princípio de liderança" fascista era o que a maioria dos patrões e executivos de empresas aplicava a seus subordinados em suas firmas, e o fascismo lhe dava justificação autorizada. Terceiro, a destruição dos movimentos trabalhistas ajudou a assegurar uma solução extremamente favorável da Depressão para o capital. Enquanto nos EUA os 5% de unidades consumidoras do topo viram entre 1929 e 1941 sua fatia de renda total (nacional) cair 20% (houve uma tendência igualitária semelhante, porém mais modesta, na Grã-Bretanha e na Escandinávia), na Alemanha os 5% do topo ganharam 15% durante o mesmo período (Kuznets, 1956). Finalmente, como já se disse, o fascismo foi eficiente na dinamização e modernização de economias industriais — embora de fato menos no planejamento téc-nico-científico ousado e a longo prazo das democracias ocidentais.

IV

Teria o fascismo se tomado muito significativo na história do mundo não fosse a Grande Depressão? É provável que não. A Itália sozinha não era uma base promissora a partir da qual abalar o mundo. Na década de 20, nenhum outro movimento europeu de contra-revolução da direita radical dava a im- 732
pressão de ter muito futuro, em grande parte pêlos mesmos motivos que levaram ao fracasso as tentativas insurrecionais de revolução social comunista: a onda revolucionária pós-1917 refluíra, e a economia parecia

recuperar-se. Na Alemanha, os pilares da sociedade imperial, generais, funcionários públicos e o resto, tinham de fato dado um certo apoio aos paramilitares mercenários e outros extremistas da direita após a revolução de novembro, embora (com-preensivelmente) tivessem se empenhando em manter a nova república conservadora, anti-revolucionária e, acima de tudo, um Estado capaz de ter algum espaço de manobra internacional. Contudo, quando forçados a optar, como durante o putsch direitista de Kapp de 1920 e a revolta de Munique de 1923, na qual Adolf Hitier se viu pela primeira vez nas manchetes, apoiaram sem hesitar o status quo. Após a recuperação económica de 1924, o Partido dos Trabalhadores Nacional-Socialistas foi reduzido a uma rabeira de 2,5 a 3% do eleitorado, conseguindo pouco mais da metade do que o pequeno e civilizado Partido Democrático alemão, pouco mais que um quinto dos comunistas e muito menos de um décimo dos social-democratas nas eleições de 1928. Contudo, dois anos depois havia subido para mais de 18% do eleitorado, tornando-se o segundo partido mais forte na política alemã. Quatro anos depois, no verão de 1932, era de longe o mais forte, com mais de 37% dos votos totais, embora não mantivesse esse apoio enquanto duraram as eleições democráticas. Está claro que foi a Grande Depressão que transformou Hitier de um fenómeno da periferia política no senhor potencial, e finalmente real, do país.

Contudo, mesmo a Grande Depressão não teria dado ao fascismo nem a força nem a influência que ele exerceu na década de 1930 caso não houvesse levado um movimento desse tipo ao poder na Alemanha, um Estado destinado por seu tamanho, potencial económico e militar e também sua posição geográfica, a desempenhar um papel político importante na Europa sob qualquer forma de governo. Mesmo a derrota absoluta em duas guerras mundiais não impediu a Alemanha de acabar o século xx como o Estado dominante do continente. Do mesmo modo como, na esquerda, a vitória de Marx no maior Estado do globo ("um sexto da superfície terrestre do mundo", como os comunistas gostavam de gabar-se entre as guerras) dera ao comunismo uma grande presença internacional, mesmo em momentos em que sua força política fora da URSS era insignificante, também a tomada da Alemanha por Hitier pareceu confirmar o sucesso da Itália de Mussolini e transformar o fascismo numa poderosa corrente política global. A bem-sucedida política de agressivo expan-sionismo militarista dos dois Estados (ver capítulo 5) — reforçada pela do Japão — dominou a política internacional da década. Era portanto natural que Estados ou movimentos do tipo apropriado fossem atraídos e influenciados pelo fascismo, buscassem o apoio da Alemanha e da Itália e — em vista da expansão desses países — muitas vezes o recebessem.

Na Europa, por motivos óbvios, esses movimentos pertenciam marca-

damente à direita política. Assim, dentro do sionismo (que nessa época era um movimento quase só de judeus asquenazitas vivendo na Europa), a ala do movimento que se voltava para o fascismo italiano, os

"revisionistas" de Viadimir Jabotinsky, era vista e se classificava como da direita, em oposição aos sionis-tas (predominantemente) socialistas e liberais. Contudo, a influência do fascismo na década de 1930 não podia deixar de ser, em certa medida, global, mesmo porque ele estava associado a duas potências dinâmicas e ativas. Mas, fora da Europa, foram poucas as condições para a criação dos movimentos fascistas como no continente de origem. Portanto, onde surgiram movimentos fascistas ou claramente influenciados pelo fascismo, sua localização e função políticas eram muito mais problemáticas.

Evidentemente, certas características do fascismo europeu encontraram ecos no além-mar. Teria sido surpreendente se os muftis de Jerusalém e outros árabes que resistiam à colonização judaica da Palestina (e aos britânicos que a protegiam) não achassem a seu gosto o anti-semitismo de Hitier, embora este não tivesse relação com os modos tradicionais de coexistência islâmica com infiéis de vários tipos. Alguns hindus de alta casta na Índia tinham consciência, como os modernos extremistas cingaleses do Sri Lanka, de sua superioridade como "arianos" confirmados — na verdade, como os originais — em relação a raças mais escuras em seu próprio subcontinente. E os bóeres militantes retidos como pró-alemães durante a Segunda Guerra Mundial — alguns tomaram-se líderes de seu país na era do apartheid após 1948 — também tinham afinidades ideológicas com Hitier, tanto como racistas convictos quanto pela influência teológica das correntes calvinistas elitistas de ultradireita dos Países Baixos. Contudo, isso dificilmente qualifica a proposição básica de que o fascismo, ao contrário do comunismo, não existia na Ásia ou África (a não ser talvez entre alguns colonos europeus locais) porque parecia não ter relação com as situações políticas locais.

Isso se aplica, em termos gerais, até mesmo ao Japão, embora esse país fosse aliado da Alemanha e da Itália, combatesse do mesmo lado na Segunda Guerra Mundial e sua política fosse dominada pela direita. As afinidades entre as ideologias dominantes nas extremidades oriental e ocidental do Eixo são deveras fortes. Os japoneses não perdiam para ninguém em sua convicção de superioridade racial e da necessidade de pureza racial, em sua crença nas virtudes militares de auto-sacrifício, obediência absoluta a ordens, abnegação e estoicismo. Todo samurai teria endossado o lema das ss de Hitier (Meine Ehre ist Treue, mais bem traduzido como "Honra significa subordinação cega"). Sua sociedade era de rígida hierarquia, total dedicação do indivíduo (se é que tal termo tinha algum significado local no sentido ocidental) à nação e seu divino imperador, e absoluta rejeição de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Os japoneses não tinham dificuldade para entender os mitos wagnerianos de deuses bárbaros, cavaleiros medievais puros e heróicos e a natureza especificamente

alemã das montanhas e florestas, ambas cheias de sonhos voelkisch alemães. Eles tinham a mesma capacidade de combinar comportamento

bárbaro com sofisticada sensibilidade estética: o prazer do torturador do campo de concentração em tocar quartetos de Schubert. Na medida em que o fascismo podia ser traduzido em termos zen, os japoneses bem poderiam tê-lo acolhido, embora não precisassem dele. E na verdade, entre diplomatas acreditados junto às potências fascistas europeias, mas sobretudo entre os grupos terroristas ultrana-cionalistas dados a assassinar políticos não suficientemente patrióticos, e no exército do Kwantung que estava conquistando, dominando e escravizando a Manchúria e a China, havia japoneses que reconheciam essas afinidades e faziam campanha por uma identificação mais estreita com as potências fascistas europeias.

Contudo, o fascismo europeu não podia ser reduzido a um feudalismo oriental com uma missão imperial nacional. Pertencia essencialmente à era da democracia e do homem comum, embora o próprio conceito de um "movimento" de mobilização de massa para fins novos, na verdade revolucionários, guiado por líderes autodesignados não fizesse sentido no Japão de Hirohito. O exército e a tradição prussianos, mais do que Hitier, se encaixavam na sua visão de mundo japonesa. Em suma, apesar das semelhanças com o nacional-socialismo alemão (as afinidades com a Itália eram menores), o Japão não era fascista.

Quanto aos Estados e movimentos que buscavam o apoio da Alemanha e Itália, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, quando o Eixo dava grande impressão de que ia vencer, a ideologia não era o seu principal motivo, embora alguns dos regimes nacionalistas menores na Europa, cuja posição dependia inteiramente do apoio alemão, prontamente se anunciassem como mais nazistas que as ss, notadamente o Ustashi croata. Contudo, seria absurdo pensar no Exército Republicano Irlandês ou nos nacionalistas indianos sediados em Berlim como "fascistas" porque, na Segunda Guerra Mundial como na Primeira, alguns deles negociaram o apoio alemão com base no princípio de que "o inimigo de meu inimigo é meu amigo". Na verdade, o líder republicano irlandês Frank Ryan, que entrou nessas negociações, era ideologicamente tão antifascista que chegara a fazer parte das Brigadas Internacionais para combater o general Franco na Guerra Civil Espanhola, até ser capturado pelas forças de Franco e enviado para a Alemanha. Não precisamos deter-nos em tais casos.

Entretanto, resta ainda um continente em que o impacto ideológico do fascismo europeu foi inegável: as Américas.

Na América do Norte, homens e movimentos inspirados pela Europa não âveram grsnde importâficfa fora <íe <Í€ís{ïii{{ia<ías comumúlaàes és {{ïtfgraates CUJOS membros traziam consigo as ideologias do país de origem, como os escandinavos e judeus haviam trazido uma tendência para o socialismo, ou que retinham alguma lealdade para com seu antigo país. Dessa maneira, as afeições dos americanos provenientes da Alemanha — e, em muito menor medida, 135

da Itália — contribuíram para o isolacionismo dos EUA, embora não haja indícios de que se tenham tomado fascistas em grande número. A

parafernália d milícias, camisas de alguma cor e braço erguido em saudações a líderes na fez parte da direita e das mobilizações racistas americanas, das quais a KJ Klux Klan foi a mais conhecida. O anti-semitismo era sem dúvida forte, embora sua versão contemporânea americana — como nos populares sermões de padre Coughlin pela rádio Detroit — provavelmente se devesse mais ao corporativismo direitista de inspiração católica europeia. E típico dos EUA ní década de 1930 o fato de que o populismo demagógico mais bem-sucedido e possivelmente perigoso da década, a conquista da Louisiana por Huey Long viesse do que era, em termos americanos, uma tradição claramente radical e esquerdista. Abateu a democracia em nome da democracia, e apelava não ao? ressentimentos de uma pequeno-burguesia ou aos instintos anti-revolucioná-rios de autopreservação dos ricos, mas ao igualitarismo dos pobres. Tambérr não era racista. Nenhum movimento cujo slogan era "Todo homem um rei' podia encaixar-se na tradição nazista.

Na América Latina é que a influência fascista europeia foi aberta e reconhecida, tanto em políticos individuais, como Jorge Eliezer Gaitán da Colômbia (1898-1948) e Juan Domingo Perón da Argentina (1895-1974), quanto err regimes, como o Estado Novo de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, no Brasil Na verdade, apesar de infundados temores americanos de um cerco nazista c partir do Sul, o principal efeito da influência fascista na América Latina fo interno a seus países. Tirando a Argentina, que favoreceu abertamente o Eixc — mas o fez tanto antes de Perón tomar o poder em 1934 quanto depois — os governos do hemisfério ocidental entraram na guerra do lado dos EUA, pele menos nominalmente. E no entanto verdade que em alguns países sul-ameri-canos seus militares foram moldados no sistema alemão ou treinados pêlos alemães ou mesmo por quadros nazistas. Explica-se facilmente a influência fascista ao Sul do rio Grande. Visto; do sul, os Estados Unidos após 1914 não mais pareciam, como no século xix o aliado das forças internas do progresso e o contrapeso diplomático para o' espanhóis, franceses e britânicos imperiais e ex-imperiais. As conquistas imperiais americanas do território espanhol em 1898, a Revolução Mexicana para não falar do surgimento das indústrias de petróleo e banana, introduziran-um antiimçerialismo íanque na çolítica latino-americana, (\ue o çpsto de Washington, no primeiro terço do século, por uma diplomacia de canhoneira

da Itália — contribuíram para o isolacionismo dos EUA, embora não haja indícios de que se tenham tomado fascistas em grande número. A
parafernália de milícias, camisas de alguma cor e braço erguido em saudações a líderes não fez parte da direita e das mobilizações racistas americanas, das quais a Ku Klux Klan foi a mais conhecida. O anti-semitismo era sem dúvida forte, embora sua versão contemporânea americana — como nos populares sermões do padre Coughlin pela rádio Detroit — provavelmente se devesse mais ao corporativismo direitista de inspiração católica europeia. É típico dos EUA na década de 1930 o fato

de que o populismo demagógico mais bem-sucedido e possivelmente perigoso da década, a conquista da Louisiana por Huey Long, viesse do que era, em termos americanos, uma tradição claramente radical e esquerdista. Abateu a democracia em nome da democracia, e apelava não aos ressentimentos de uma pequeno-burguesia ou aos instintos anti-revolucioná-rios de autopreservação dos ricos, mas ao igualitarismo dos pobres. Também não era racista. Nenhum movimento cujo slogan era "Todo homem um rei" podia encaixar-se na tradição nazista.

Na América Latina é que a influência fascista europeia foi aberta e reconhecida, tanto em políticos individuais, como Jorge Eliezer Gaitán da Colômbia (1898-1948) e Juan Domingo Perón da Argentina (1895-1974), quanto em regimes, como o Estado Novo de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, no Brasil. Na verdade, apesar de infundados temores americanos de um cerco nazista a partir do Sul, o principal efeito da influência fascista na América Latina foi interno a seus países. Tirando a Argentina, que favoreceu abertamente o Eixo — mas o fez tanto antes de Perón tomar o poder em 1934 quanto depois —, os governos do hemisfério ocidental entraram na guerra do lado dos EUA, pelo menos nominalmente. É no entanto verdade que em alguns países sul-ameri-canos seus militares foram moldados no sistema alemão ou treinados pêlos alemães ou mesmo por quadros nazistas.

Explica-se facilmente a influência fascista ao Sul do rio Grande. Vistos do sul, os Estados Unidos após 1914 não mais pareciam, como no século xix, o aliado das forças internas do progresso e o contrapeso diplomático para os espanhóis, franceses e britânicos imperiais e ex-imperiais. As conquistas imperiais americanas do território espanhol em 1898, a Revolução Mexicana, para não falar do surgimento das indústrias de petróleo e banana, introduziram um antiimperialismo ianque na política latino-americana, que o gosto de Washington, no primeiro terço do século, por uma diplomacia de canhoneiras e desembarque de marines nada fez para desestimular. Victor Raul Haya de Ia Torre, fundador da antiimperialista APRA (Aliança Popular Revolucionária Americana), de ambições pan-latino-americanas, embora só se houvesse estabelecido em seu nativo Peru, planejava ter seus insurretos treinados pêlos quadros do famoso rebelde antiianque Sandino na Nicarágua. (A longa guerra de guerrilha de Sanáino contra a ocupação americana após 1927 iria inspirar a

Revolução "sandinista" na Nicarágua na década de 1980.) Além disso, os EUA da década de 1930, debilitados pela Grande Depressão, não pareciam tão temíveis e dominadores quanto antes. O abandono, por Franklin D. Roosevelt, das canhoneiras e fuzileiros de seus antecessores podia ser visto não apenas como "política de boa vizinhança", mas também (erroneamente) como um sinal de fraqueza. A América Latina da década de 1930 não se inclinava a olhar para o Norte.

Mas, visto do outro lado do Atlântico, o fascismo sem dúvida parecia a história de sucesso da década. Se havia um modelo no mundo a

ser imitado por políticos promissores de um continente que sempre recebera inspiração das regiões culturalmente hegemónicas, esses líderes potenciais de países sempre à espreita da receita para tomar-se modernos, ricos e grandes, esse modelo certamente podia ser encontrado em Berlim e Roma, uma vez que Londres e Paris não mais ofereciam muita inspiração política, e Washington estava fora de ação. (Moscou ainda era vista essencialmente como um modelo para a revolução social, o que restringia seu apelo político.)

E, no entanto, como eram diferentes de seus modelos europeus as ativi-dades e realizações políticas de homens que não faziam segredo de sua dívida intelectual para com Mussolini e Hitier! Ainda lembro o choque que senti ao ouvir o presidente da Bolívia revolucionária admiti-la sem hesitação numa conversa em particular. Na Bolívia, soldados e políticos de olho na Alemanha se viram organizando a revolução de 1952, que nacionalizou as minas de estanho e deu ao campesinato índio uma radical reforma agrária. Na Colômbia, o grande tribuno popular Jorge Eliezer Gaitán, longe de escolher a direita política, tomou a liderança do Partido Liberal e certamente, como presidente, o teria levado numa direção radical se não tivesse sido assassinado em Bogotá em 9 de abril de 1948, um fato que provocou a insurreição popular imediata da capital (inclusive a polícia) e a proclamação de comunas revolucionárias em muitas municipalidades provinciais do país. O que os líderes latino-america-nos tomaram do fascismo europeu foi a sua deificação de líderes populistas com fama de agir. Mas as massas que eles queriam mobilizar, e se viram mobilizando, não eram as que temiam pelo que poderiam perder, mas sim as que nada tinham a perder. E os inimigos contra os quais eles as mobilizavam não eram estrangeiros e grupos de fora (embora seja inegável o conteúdo anti-semita no peronismo e outras políticas argentinas), mas a "oligarquia" — os ricos, a classe dominante local. Perón encontrou o núcleo de seu apoio na classe trabalhadora argentina, e sua máquina política era algo parecido a um partido trabalhista construído em tomo do movimento sindical de massa que promoveu. Getúlio Vargas no Brasil fez a mesma descoberta. Foi o exército que o derrubou em 1945 e, mais uma vez, em 1954, forçando-o a suicidar-se. Foi a classe trabalhadora urbana, à qual ele dera proteção social em troca de apoio político, que o chorou como o pai de seu povo. Os regimes fascistas europeus 137

destruíram os movimentos trabalhistas, os líderes latino-americanos que eles inspiraram os criaram. Independentemente de filiação intelectual, historicamente não podemos falar do mesmo tipo de movimento. V

Contudo, também esses movimentos devem ser vistos como parte do declínio e queda do liberalismo na Era da Catástrofe. Pois embora a ascensão e triunfo do fascismo fossem a expressão mais espetacular da derrota liberal, é um erro, mesmo na década de 1930, ver essa queda exclusivamente em termos de fascismo. Portanto, na conclusão deste capítulo, devemos perguntar como se deve explicá-la. É preciso, no

entanto, primeiro resolver a confusão comum que identifica fascismo com nacionalismo.

Que os movimentos fascistas tendiam a apelar para paixões e preconceitos nacionalistas é óbvio, embora os Estados corporativistas semifascistas, como Portugal e a Áustria em 1934-8, em grande parte sob inspiração católica, tivessem de reservar seu ódio irrestrito para pessoas e países de outra religião ou ateus. Além disso, o nacionalismo puro era difícil para os movimentos fascistas de países conquistados e ocupados pela Alemanha e Itália, ou cujas fortunas dependiam da vitória desses Estados contra seus próprios governos nacionais. Nos casos desse tipo (Flandres, os Países Baixos, Escandinávia), eles podiam identificar-se com os alemães como parte do grupo racial teutôni-co maior, porém uma posição mais conveniente (apoiada com rigor pela propaganda do dr. Goebbeis durante a guerra) era paradoxalmente intemaciona-lista. A Alemanha era vista como o núcleo e única garantia de uma futura ordem europeia, com os apelos de sempre a Carlos Magno e ao anticomunis-mo; uma fase no desenvolvimento da ideia europeia sobre a qual os historiadores da Comunidade Europeia do pós-guerra não gostam muito de se deter. As unidades militares não alemãs que lutaram sob a bandeira alemã na Segunda Guerra Mundial, sobretudo como parte das ss, geralmente acentuavam esse elemento transnacional.

Por outro lado, fica igualmente claro que nem todos os nacionalismos simpatizavam com o fascismo, e não só porque as ambições de Hitier, e em menor medida de Mussolini, ameaçavam vários deles, como por exemplo os poloneses e tchecos. Na verdade, como veremos (capítulo 5), em vários países a mobilização contra o fascismo iria produzir um patriotismo da esquerda, sobretudo durante a guerra, quando a resistência ao Eixo era feita por "frentes nacionais" ou governos que abrangiam todo o espectro político, excluindo apenas os fascistas e seus colaboradores. Em termos gerais, o nacionalismo local pendia para o fascismo ou não conforme tivesse mais a ganhar do que a perder com o avanço do Eixo, e se seu ódio ao comunismo ou a algum outro

Estado, nacionalidade ou grupo étnico (os judeus, os sérvios) era maior que sua antipatia aos alemães e italianos. Assim, os poloneses, embora fortemente anti-russos, não colaboraram significativamente com a Alemanha nazista, enquanto os lituanos e alguns ucranianos (ocupados pela URSS de 1939-41), sim.

Por que o liberalismo sofreu uma queda entre as guerras, mesmo em Estados que não aceitavam o fascismo? Os radicais, socialistas e comunistas ocidentais que viveram esse período tinham a tendência a ver a era de crise global como a agonia final do sistema capitalista. Diziam que o capitalismo não mais podia dar-se o luxo de governar através da democracia parlamentar e sob liberdades liberais, que incidentalmente haviam proporcionado a base de poder aos movimentos trabalhistas moderados e reformistas. Diante de problemas económicos insolúveis e/ou uma classe operária cada vez mais revolucionária, a burguesia agora

tinha de apelar para a força e a coerção, ou seja, para alguma coisa semelhante ao fascismo.

Como tanto o capitalismo quanto a democracia liberal iriam fazer um retorno triunfante em 1945, é fácil esquecer que havia um núcleo de verdade nessa visão, além de um pouco de retórica de agitação demais. O sistema democrático não funciona se não há um consenso básico entre a maioria dos cidadãos sobre a aceitabilidade de seu Estado e sistema social, ou pelo menos uma disposição de negociar acordos consensuais. Isso, por sua vez, é muito facilitado pela prosperidade. Na maior parte da Europa, essas condições simplesmente não se encontravam presentes entre 1918 e a Segunda Guerra Mundial. O cataclismo social parecia iminente ou já tinha acontecido. O temor da revolução era tal que na maior parte do Leste e Sudeste da Europa, assim como em parte do Mediterrâneo, os partidos comunistas mal conseguiram emergir da ilegalidade. O fosso intransponível entre a direita ideológica e até mesmo a esquerda moderada destruiu a democracia austríaca em 1930-4, embora esta tenha florescido naquele país a partir de 1945 sob exatamente o mesmo sistema bipartidário de católicos e socialistas (Seton Watson, 1962, p. 184). A democracia espanhola desabou sob as mesmas tensões na década de 1930. O contraste com a transição negociada da ditadura de Franco para uma democracia pluralista na década de 1970 é impressionante.

Quaisquer que fossem as possibilidades de estabilidade existentes em tais regimes, não puderam sobreviver à Grande Depressão. A República de Weimar caiu em grande parte porque a Grande Depressão tomou impossível manter o acordo tácito entre Estado, patrões e trabalhadores organizados que a mantivera à tona funcionando. A indústria e o governo sentiram que não tinham escolha senão impor cortes económicos e sociais, e o desemprego em massa fez o resto. Em meados de 1932, nacional-socialistas e comunistas arrebanharam a maioria absoluta dos votos alemães, e os partidos comprometidos com a República ficaram reduzidos a pouco mais de um terço. Por outro lado, é inegável que a estabilidade dos regimes democráticos após a Segunda Guerra

Mundial, especialmente a da nova República Federal da Alemanha, apoiou-se nos milagres económicos dessas décadas (ver capítulo 9). Onde os governos têm o bastante para distribuir e satisfazer a todos que reclamam, e o padrão de vida da maioria dos cidadãos cresce de qualquer modo, a temperatura da política democrática raramente chega ao ponto de ebulição. Tenderam a prevalecer o acordo e o consenso, até os mais ardentes crentes na derrubada do capitalismo acharam o status quo menos intolerável na prática do que na teoria, e mesmo os mais inflexíveis defensores do capitalismo acharam naturais os sistemas de seguridade social e as negociações periódicas de salários e vantagens com os sindicatos.

Contudo, como mostrou a própria Grande Depressão, isso é apenas parte da resposta. Uma situação muito semelhante — a recusa dos

trabalhadores organizados em aceitar os cortes da Depressão — levou ao colapso do governo parlamentar e finalmente à nomeação de Hitier como chefe de governo na Alemanha, mas na Grã-Bretanha apenas à mudança de um governo trabalhista para um "Governo Nacional" (conservador), dentro de um sistema parlamentar estável e inabalado.* A Depressão não levou automaticamente à suspensão ou abolição da democracia representativa, como também é evidente pelas consequências políticas nos EUA (o New Deal de Roosevelt) e na Escandinávia (o triunfo da social-democracia). Só na América Latina, onde as finanças dos governos dependiam, em sua maior parte, das exportações de um ou dois produtos primários, cujos preços despencaram de repente e dramaticamente (ver capítulo 3), a Depressão provocou a queda quase imediata de quaisquer governos existentes, sobretudo por golpes militares. Deve-se acrescentar que a mudança política no sentido oposto também se deu no Chile e na Colômbia.

No fundo, a política liberal era vulnerável porque sua forma de governo característica, a democracia representativa, em geral não era uma maneira convincente de governar Estados, e as condições da Era da Catástrofe raramente asseguraram as condições que a tomavam viável, quanto mais eficaz.

A primeira dessas condições era que gozasse de consentimento e legitimidade gerais. A própria democracia apoia-se nesse consentimento, mas não o cria, a não ser pelo fato de que nas democracias bem estabelecidas e estáveis o próprio processo de eleição regular tende a dar aos cidadãos — mesmo da minoria — a impressão de que o processo eleitoral legitima os governos que produz. Mas poucas das democracias do período entreguerras eram bem estabelecidas. Na verdade, até o início do século xx a democracia era rara fora dos EUA e da França (ver A era dos impérios, capítulo 4). De fato, pelo menos dez Estados da Europa após a Primeira Guerra Mundial ou eram inteiramente

(*) Um governo trabalhista em 1931 dividiu-se quanto à questão, alguns líderes trabalhistas e seus seguidores liberais passaram para os conservadores, que tiveram uma vitória arrasadora na eleição seguinte e permaneceram confbrtavelmente no poder até maio de 1940.

novos, ou estavam tão mudados em relação a seus antecessores que não tinham qualquer legitimidade especial para seus habitantes. As políticas dos Estados na Era da Catástrofe eram, na maioria das vezes, as políticas da crise.

A segunda condição era um certo grau de compatibilidade entre os vários componentes do "povo", cujo voto soberano determinava o governo comum. A teoria oficial da sociedade burguesa liberal não reconhecia "o povo" como um conjunto de grupos, comunidades e outras coletividades com interesses como tais, embora antropólogos, sociólogos e todos os políticos praticantes o fizessem. Oficialmente, o povo, mais um conceito teórico que um corpo concreto de seres humanos, consistia de uma reunião de indivíduos auto-suficien-tes, cujos votos se somavam em maiorias e minorias aritméticas, traduzidas em assembleias eleitas como governos

majoritários e oposições minoritárias. Na medida que a eleição democrática transpunha as linhas divisórias entre os segmentos da população nacional, ou era possível conciliar ou desarmar os conflitos entre eles, a democracia tomava-se viável. Contudo, numa era de revoluções e tensões sociais radicais, a regra era mais a luta que a paz entre as classes transformada em política. A intransigência ideológica e de classe podia despedaçar o governo democrático. Além disso, os remendados acordos de paz após 1918 multiplicaram o que nós, no fim do século xx, sabemos ser o vírus fatal da democracia, isto é, as divisões do conjunto de cidadãos exclusivamente segundo linhas étnico-nacionais ou religiosas (Glenny, 1992, pp. 146-8), como na ex-lugoslávia e na Irlanda do Norte. Três comunidades étnico-religio-sas votando como blocos, como na Bósnia; duas comunidade inconciliáveis, como no Uister; 62 partidos políticos, cada um representando uma tribo ou clã, como na Somália, não podem, como sabemos, oferecer a base para um sistema político democrático, mas — a menos que um dos grupos em disputa ou alguma autoridade externa tenha força suficiente para estabelecer o domínio (não democrático) — base apenas para a instabilidade e a guerra civil. A queda dos três impérios multinacionais da Austria-Hungria, Rússia e Turquia substituiu três Estados supranacionais, cujos governos eram neutros entre as numerosas nacionalidades que governavam, por um número maior ainda de Estados multinacionais, cada um identificado com uma, no máximo duas ou três, das comunidades étnicas dentro de suas fronteiras.

A terceira condição era que os governos democráticos não tivessem de governar muito. Os parlamentos tinham surgido não tanto para governar como para controlar o poder dos que o faziam, uma função ainda óbvia nas relações entre o Congresso e a Presidência americanos. Eram mecanismos destinados a agir como freios, que se viram tendo de agir como motores. Assembleias soberanas, eleitas por um sufrágio restrito mas em expansão, tomaram-se cada vez mais comuns a partir da Era das Revoluções, mas a sociedade burguesa do século xix supunha que o grosso da vida de seus cidadãos teria lugar não na esfera de governo, porém na economia auto-regulada e no mundo de associações

privadas e não oficiais (a "sociedade civil").* Ela contornava de dois modos as dificuldades de governar através de assembleias eleitas: não esperando muita ação governamental, ou mesmo legislação, de seus parlamentos, e providenciando para que o governo — ou melhor, a administração — pudesse ser exercido independentemente de suas variações. Como vimos (capítulo l), os corpos de funcionários públicos independentes, nomeados permanentemente, haviam se tomado um mecanismo essencial para o governo dos Estados modernos. Uma maioria parlamentar era essencial apenas onde se tinha de tomar, ou aprovar, decisões executivas importantes ou polémicas, e a organização e manutenção de um corpo adequado de apoio era a tarefa principal dos líderes do governo, uma vez que (com exceção dos EUA) o executivo em regimes parlamentares

não era, em geral, eleito diretamente. Em Estados de sufrágio restrito (isto é, um eleitorado composto sobretudo pela minoria rica, poderosa ou influente), isso era facilitado por um consenso comum sobre o que constituía seu interesse coletivo (o "interesse nacional"), para não falar dos recursos de patronagem.

O século xx multiplicou as ocasiões em que se tornava essencial aos governos governar. O tipo de Estado que se limitava a prover regras básicas para o comércio e a sociedade civil, e oferecer polícia, prisões e Forças Armadas para manter afastado o perigo interno e externo, o "Estado-guarda-notur-no" das piadas políticas, tomou-se tão obsoleto quanto o "guarda-notumo" que inspirou a metáfora.

A quarta condição era riqueza e prosperidade. As democracias da década de 1920 desmoronaram sob a tensão da revolução e contra-revolução (Hungria, Itália, Portugal), ou do conflito nacional (Polónia, lugoslávia); as da década de 1930, sob as tensões da Depressão. Só precisamos comparar a atmosfera política da Alemanha de Weimar e a Áustria da década de 1920 com a da Alemanha Federal e da Áustria pós-1945 para nos convencermos disso. Mesmo os conflito nacionais eram menos incontroláveis, quando os políticos de cada minoria podiam comer uma fatia do bolo do Estado. Essa era a força do Partido Agrário na única verdadeira democracia da Europa Central, a Tchecoslo-váquia: oferecia vantagens que cruzavam as linhas nacionais. Na década de 1930, nem a Tchecoslováquia pôde mais manter juntos os tchecos, eslovacos, alemães, húngaros e ucranianos.

Nessas circunstâncias, a democracia tornava-se mais um mecanismo para formalizar divisões entre grupos inconciliáveis que qualquer outra coisa. Muitas vezes, mesmo nas melhores circunstâncias, não produzia nenhuma base estável para um governo democrático, sobretudo quando a teoria da represen-

(*) A década de 1980, no Ocidente e no Oriente, seria tomada por uma retórica saudosista sobre um retorno inteiramente impraticável a um século xix idealizado, construído com base nessas suposições.

tacão democrática se aplicava em rigorosas versões de representação proporcional.* Onde, em tempos de crise, não havia maioria parlamentar alguma, como na Alemanha (ao contrário da Grã-Bretanha),** a tentação de procurar base em outro lugar era esmagadora. Mesmo em democracias estáveis, as divisões políticas que o sistema implica são vistas por muitos cidadãos mais como custos do que como benefícios do sistema. A própria retórica da política anuncia candidatos e partidos mais como representativos do nacional do que do estreito interesse partidário. Em tempos de crise, os custos do sistema pareciam insustentáveis, e seus benefícios incertos.

Assim, é fácil entender que a democracia parlamentar nos Estados sucessores dos velhos impérios, bem como na maior parte do Mediterrâneo e da América Latina, fosse uma frágil planta crescendo em solo pedregoso. O argumento mais forte em seu favor, o de que, por pior que

fosse, era melhor que qualquer sistema de governo alternativo, soa pouco atraente. Entre as guerras raramente pareceu realista e convincente, e mesmo seus defensores falavam com pouca confiança. Sua queda parecia inevitável, uma vez que mesmo nos Estados Unidos observadores sérios, mas exageradamente sombrios, diziam que "Isso pode acontecer aqui"(Sinclair Lewis, 1935). Ninguém previa ou esperava a sério seu renascimento no pós-guerra, menos ainda seu retomo, por mais breve que fosse, como a forma de governo predominante em todo o globo na década de 1990. Para os que observavam retrospectivamente, a partir dessa época, o período entreguerras, a queda de sistemas políticos liberais pareceu uma breve interrupção em sua secular conquista do globo. Infelizmente, à medida que se aproximava o novo milénio, as incertezas em tomo da democracia política não mais pareciam assim tão remotas. O mundo pode estar, infelizmente, reentrando num período em que as vantagens desse sistema não pareçam mais tão óbvias quanto entre 1950 e 1990.

(*) As intermináveis permutas de sistemas eleitorais democráticos — proporcional ou outros — são todas tentativas de obter e manter maiorias estáveis que permitam governos estáveis em sistemas políticos que, por sua própria natureza, tornam isso difícil.

(**) Na Gra-Bretanha, a recusa em considerar qualquer forma de representação proporcional ("quem vence leva tudo") favoreceu um sistema bipartidário e marginalizou outros partidos — como depois da Primeira Guerra Mundial, o até então dominante Partido Liberal, embora ele continuasse conquistando constantes 10% do voto nacional (assim foi ainda em 1992). Na Alemanha, o sistema proporcional, embora favorecendo ligeiramente os partidos maiores, não produziu nenhum partido depois de 1920 com sequer um terço das cadeiras (com exceção dos nazistas em 1932), entre cinco partidos grandes e cerca de uma dúzia de agrupamentos menores. Na ausência de maioria, a Constituição previa o governo executivo (temporário) com poderes de emergência, ou seja, a suspensão da democracia. 143

5 CONTRA O INIMIGO COMUM Amanhã para os jovens, os poetas explodindo como bombas, Os passeios à beira do lago, as semanas de perfeita comunhão; Amanhã, as corridas de bicicletas Pêlos subúrbios nas noites de verão. Mas hoje, a luta [...] W. H. Auden,"Espanha",1937 Querida mamãe: De todas as pessoas que conheço, a senhora é a única que vai sentir mais, por isso meus últimos pensamentos são para a senhora. Não culpe ninguém mais por minha morte, porque eu mesmo escolhi minha sorte.

Não sei como lhe escrever, porque, mesmo tendo a cabeça clara, não consigo encontrar as palavras certas. Assumi meu lugar no Exército de Libertação, e morro quando a luz da vitória já começa a brilhar [...] Vou ser fuzilado daqui a pouco com 23 outros camaradas.

Depois da guerra a senhora deve exigir seus direitos a uma pensão. Eles lhe entregarão minhas coisas na prisão, só que estou ficando com o colete de papai, porque não quero que o frio me faça tremer [...] Mais uma vez, digo adeus. Coragem! Seu filho, Spartaco. Spartaco Fontanot,

metalúrgico, 22 anos, membro do grupo resistente de Misak Manouchian, 1944, in Lettere (1954, p. 306)

A pesquisa de opinião pública é filha dos EUA da década de 1930, pois a extensão da "pesquisa de amostragem" dos pesquisadores de mercado para a política teve início, essencialmente, com George Gallup em 1936. Entre os primeiros resultados dessa técnica está um que teria surpreendido todos os presidentes americanos antes de Franklin D. Roosevelt, e surpreenderá todos os lei- 144

tores que foram criados depois da Segunda Guerra Mundial. Quando perguntados, em janeiro de 1939, quem os americanos queriam que ganhasse, se irrompesse uma guerra entre a União Soviética e a Alemanha, 83% foram a favor de uma vitória soviética, contra 17% de uma alemã (Miller, 1989, pp. 283-4). Num século dominado pelo confronto entre o comunismo anticapitalista da Revolução de Outubro, representado pela URSS, e o capitalismo anticomunista, cujo defensor e principal exemplar eram os EUA, nada parece mais anómalo do que essa declaração de simpatia, ou pelo menos preferência, pelo berço da revolução mundial em detrimento de um país vigorosamente anticomunista e cuja economia era reconhecivelmente capitalista. Tanto mais que a tirania de Stalin na URSS nessa época se achava, por consenso geral, em seu pior estágio.

A situação histórica era sem dúvida excepcional e teria vida relativamente curta. Durou, no máximo, de 1939 (quando os EUA reconheceram oficialmente a URSS) até 1947 (quando os dois campos ideológicos se defrontaram como inimigos na "Guerra Fria"), porém mais realisticamente de 1935 a 1945. Em outras palavras, foi determinada pela ascensão e queda da Alemanha de Hitier (1933-45) (ver capítulo 4), contra a qual EUA e URSS fizeram causa comum, porque a viam como um perigo maior do que cada um ao outro.

Os motivos pêlos quais o fizeram transcendem o alcance das relações internacionais convencionais ou a política de influência, e é o que toma tão significativo o anómalo alinhamento de Estados e movimentos que acabaram travando e ganhando a Segunda Guerra Mundial. O que acabou forjando a união contra a Alemanha foi o fato de que não se tratava apenas de um Estado-nação com razões para sentir-se descontente com sua situação, mas de um Estado cuja política e ambições eram determinadas por sua ideologia. Em suma, de que era uma potência fascista. Enquanto isso foi deixado de lado ou não avaliado, mantiveram-se as habituais maquinações da Realpolitik. Podia-se fazer oposição ou acordo, contrabalançar ou, se necessário, combater a Alemanha, dependendo dos interesses da política de Estado de cada país e da situação geral. E de fato, em algum ponto entre 1933 e 1941, todos os outros grandes participantes do jogo internacional trataram a Alemanha de acordo com esses interesses. Londres e Paris apaziguaram Berlim (isto é, fizeram concessões à custa de outros). Moscou trocou uma posição de oposição por uma de proveitosa neutralidade, em troca de ganhos territoriais, e mesmo a Itália e o Japão, cujos interesses os alinhavam com a Alemanha,

descobriram que esses interesses também lhes ditavam, em 1939, que não participassem dos primeiros estágios da Segunda Guerra Mundial. Eventualmente, a lógica da guerra de Hitier acabou levando todos eles para ela, inclusive os EUA.

Mas, à medida que avançava a década de 1930, tomava-se cada vez mais claro que havia mais coisas em questão do que o relativo equilíbrio de poder entre os Estados-nação que constituíam o sistema internacional (isto é, basicamente europeu). Na verdade, a política do Ocidente — da URSS às Américas, 145

passando pela Europa — pode ser mais bem entendida não como uma disputa entre Estados, mas como uma guerra civil ideológica internacional. (Como veremos, esta não é a melhor maneira de entender a política da África, da Ásia e do Extremo Oriente, dominados pelo colonialismo — ver capítulo 7). E, conforme vimos, as linhas divisórias cruciais nesta guerra civil não foram traçadas entre o capitalismo como tal e a revolução social comunista, mas entre famílias ideológicas: de um lado, os descendentes do Iluminismo do século xviii e das grandes revoluções, incluindo, claro, a russa; do outro, seus adversários. Em suma, a fronteira passava não entre capitalismo e comunismo, mas entre o que o século xix teria chamado de "progresso" e a "reação" — só que esses termos já não eram exatamente opostos.

Tomou-se uma guerra internacional, porque em essência suscitou as mesmas questões na maioria dos países ocidentais. Foi uma guerra civil, porque as linhas que separavam as forças pró e antifascistas cortavam cada sociedade. Jamais houve um período em que o patriotismo, no sentido de lealdade automática ao governo nacional de um cidadão, contasse menos. Quando a Segunda Guerra Mundial acabou, os governos de pelo menos dez velhos países europeus eram chefiados por homens que, em seu começo (ou, no caso da Espanha, no começo da Guerra Civil), tinham sido rebeldes, exilados políticos ou pelo menos pessoas que tinham encarado seu próprio governo como imoral e ilegítimo. Homens e mulheres, muitas vezes do cerne das classes políticas de seus países, optavam pela lealdade ao comunismo (isto é, à URSS) em detrimento da lealdade a seu próprio Estado. Os "espiões de Cambridge" e, provavelmente com maior efeito prático, os membros japoneses do círculo de espiões de Sorge foram apenas dois entre muitos exemplos.* Por outro lado, inventou-se o termo especial "quisling" — nome de um nazista norueguês — para descrever as forças políticas dentro de Estados atacados por Hitier que preferiram, mais por convicção do que por oportunismo, juntar-se ao inimigo de seu país. -••'" Isso era verdade mesmo em relação a pessoas movidas mais por patriotismo do que por ideologia global. Pois mesmo o patriotismo convencional estava agora dividido. Conservadores fortemente imperialistas e anticomunis-tas como Winston Churchill, e homens de formação reacionária católica como De Gaulle, preferiram combater a Alemanha não por alguma animosidade especial contra o fascismo, mas por causa de "une certame idée de Ia France" ou "uma certa ideia da

Iiiglulu'u". Mesmo para os desse tipo, seu compromisso podia ser parte de uma guerra civil internacional, pois seu conceito de patriotismo não era necessariamente o de seus governos. Ao ir para Londres e

(*) Afirma-se que a informação de Sorge, baseada nas fontes mais dignas de crédito, de que o Japão não pretendia atacar a URSS em fins de 1941, permitiu a Stalin transferir reforços vitais para a Frente Ocidental, num momento em que os alemães se achavam nos arredores de Moscou (Deakin & Storry, 1964, capítulo 13; Andrew & Gordievsky, 1991, pp. 281-2). 146

declarar, em 18 de junho de 1940, que sob ele a "França Livre" continuaria a combater a Alemanha, Charles de Gaulle estava praticando um ato de rebelião contra o governo legítimo da França, que decidira constitucionalmente encerrar a guerra, e fora quase sem dúvida apoiado nessa decisão pela grande maioria dos franceses da época. Sem dúvida Churchill, em tal situação, teria reagido do mesmo jeito. Se a Alemanha houvesse ganhado a guerra, ele teria sido tratado por seu governo como traidor, como os russos que lutaram ao lado dos alemães contra a URSS foram tratados por seu país depois de 1945. Do mesmo modo, eslovacos e croatas, cujos países obtiveram seu primeiro gosti-nho de (restrita) liberdade de Estado como satélites da Alemanha de Hitier, encararam retrospectivamente os líderes de seus Estados na época da guerra como heróis patriotas ou colaboradores fascistas com base na ideologia: membros de cada povo combateram dos dois lados.*

O que uniu todas essas divisões civis nacionais numa única guerra global, internacional e civil, foi o surgimento da Alemanha de Hitier. Ou, mais precisamente, entre 1931 e 1941, a marcha para a conquista e a guerra da aliança de Estados — Alemanha, Itália e Japão, da qual a Alemanha de Hitier se tornou o pilar central. E a Alemanha de Hitier era ao mesmo tempo mais implacável e comprometida com a destruição dos valores e instituições da "civilização ocidental" da Era das Revoluções, e mais capaz de levar a efeito seu bárbaro projeto. Passo a passo, as vítimas potenciais do Japão, Alemanha e Itália viram os Estados do que viria a chamar-se "Eixo" ampliarem suas conquistas, rumo à guerra que, de 1931 em diante, parecia inevitável. Costumava-se dizer que "fascismo significa guerra". Em 1931, o Japão invadiu a Manchúria e estabeleceu ali um Estado títere. Em 1932 ocupou a China ao Norte da Grande Muralha e chegou a Xangai. Em 1933 Hitier subiu ao poder na Alemanha com um programa que ele não tentava ocultar. Em 1934, uma breve guerra civil na Áustria eliminou a democracia ali e introduziu um regime semifascista que se destacou sobretudo por resistir à integração com a Alemanha e (com apoio italiano na época) por derrotar um golpe nazista que assassinou o premiê austríaco. Em 1935, a Alemanha comunicou sua ruptura com os tratados de paz e ressurgiu como grande potência militar e naval, reapossando-se (por plebiscito) da região do Saar em sua fronteira ocidental e desligando-se com desprezo da Liga das Nações. No mesmo ano Mussolini, com igual desprezo pela opinião pública, invadiu a

Etiópia, que a Itália passou ocupar como colónia em 1936-7, após o que
o Estado também rasgou sua ficha de membro da Liga. Em 1936, a Alemanha
recuperou a Renânia e, com ajuda e intervenção ostensivas de Itália e
Alemanha, um golpe militar na Espanha iniciou um grande confli-

(*) Contudo, isso não deve ser usado para justificar as
atrocidades praticadas pêlos dois lados, que, com certeza no caso do
Estado croata de 1942-5, e provavelmente no caso do Estado eslovaco,
foram maiores que as de seus adversários, e de qualquer modo
indefensáveis. 147

to, a Guerra Civil Espanhola, sobre o qual falaremos mais adiante. As
duas potências fascistas fizeram num alinhamento formal, o Eixo
Berlim—Roma, enquanto Alemanha e Japão concluíam um "Pacto
Anti-Comintem". Em 1937, sem surpreender ninguém, o Japão invadiu a
China e partiu para uma guerra aberta que só cessou em 1945. Em 1938, a
Alemanha também achou que chegara a hora da conquista. A Áustria foi
invadida e anexada em março, sem resistência militar, e, após várias
ameaças, o acordo de Munique em outubro despedaçou a Tchecoslováquia e
transferiu grandes partes dela para Hitier, mais uma vez pacificamente.
O resto foi ocupado em março de 1939, encorajando a Itália, que não
tinha demonstrado ambições imperiais por alguns meses, a ocupar a
Albânia. Quase imediatamente uma crise polonesa, mais uma vez resultante
de mais exigências territoriais alemãs, paralisou a Europa. Disso veio
a guerra europeia de 1939-41, que se tomou a Segunda Guerra Mundial.

Contudo, um outro fator entrelaçou os fios da política nacional
numa única teia internacional: a consistente e cada vez mais espetacular
debilidade dos Estados democráticos liberais (que coincidiam ser também
os Estados vitoriosos da Primeira Guerra Mundial); a sua incapacidade ou
falta de vontade de agir, individualmente ou em conjunto, para resistir
ao avanço de seus inimigos. Como vimos, foi essa crise do liberalismo
que fortaleceu os argumentos e as forças do fascismo e dos governos
autoritários (ver capítulo 4). O acordo de Munique de 1938 demonstrou
perfeitamente essa combinação de confiante agressão de um lado, medo e
concessão do outro, o que explica por que durante gerações a própria
palavra "Munique" se tomou sinónimo, no discurso político ocidental, de
retirada covarde. A vergonha de Munique, sentida quase imediatamente
mesmo por aqueles que assinaram o acordo, estava não apenas em entregar
a Hitier um triunfo fácil, mas no palpável medo de guerra que o
antecedeu, e na ainda mais palpável sensação de alívio por tê-la evitado
a qualquer custo. "Bande de cons", diz-se que o premiê Daladier murmurou
com desprezo quando, tendo entregue a vida de um aliado da França,
esperava ser vaiado em sua volta a Paris, mas só encontrou aplausos
delirantes. A popularidade da URSS, e a relutância a criticar o que
acontecia lá, deveram-se basicamente à sua oposição à Alemanha nazista,
muito diferente das hesitações do Ocidente. O choque do pacto com a
Alemanha em agosto foi maior por isso. //

A mobilização de todo o potencial de apoio contra o fascismo, isto

é, contra o campo alemão, portanto, foi um triplo apelo pela união de todas as forças políticas que tinham um interesse comum em resistir ao avanço do Eixo; por uma política real de resistência; e por governos dispostos a executar essa 148

política. Na verdade, foram necessários mais de oito anos para conseguir essa mobilização — dez, se datarmos o início da corrida para a guerra mundial em 1931. Porque a resposta a todos os três apelos foi, inevitavelmente, hesitante, gaguejante ou confusa.

Sob certos aspectos, era provável que o apelo à unidade antifascista conquistasse a resposta mais imediata, pois o fascismo tratava publicamente todos os liberais, socialistas e comunistas ou qualquer tipo de regime democrático e soviético, como inimigos a serem igualmente destruídos. Na velha expressão inglesa, eles tinham de unir-se, caso não quisessem ser eliminados um por um. Os comunistas, até então a força que mais tendia à divisão da esquerda do Iluminismo, concentrando seu fogo (como, infelizmente, é típico dos radicais políticos) não contra o inimigo óbvio, mas contra o competidor potencial mais próximo, acima de tudo os social-democratas (ver capítulo 2), mudaram de curso um ano e meio depois da ascensão de Hitier ao poder e transformaram-se nos mais sistemáticos e, como sempre, mais eficientes defensores da unidade antifascista. Isso afastou o grande obstáculo à unidade da esquerda, embora não suas desconfianças profundamente enraizadas.

Em essência, a estratégia apresentada (em conjunto com Stalin) pela Internacional Comunista (que escolhera como seu novo secretário-geral George Dimitrov, um búlgaro cuja corajosa contestação pública às autoridades nazistas, no julgamento do incêndio do Reichstag em 1933, havia eletrizado os antifascistas em toda parte)* era de círculos concêntricos.

As forças unidas dos trabalhistas (a "Frente Unida") formariam a base de uma ampla aliança eleitoral e política com os democratas e liberais (a "Frente Popular"). Além disso, à medida que continuava o avanço da Alemanha, os comunistas pensaram numa extensão ainda mais ampla, numa "Frente Nacional" de todos que, independentemente de crenças ideológicas ou políticas, encaravam o fascismo (ou as potências do Eixo) como o inimigo primeiro. Essa extensão da aliança antifascista ultrapassando o centro até a direita — as "mãos dos comunistas franceses estendidas aos católicos", ou a disposição dos comunistas britânicos de aceitar o notório anticomunista Winston Chur-chill — enfrentou maior resistência na esquerda tradicional, até que a lógica da guerra acabou por impô-la. Contudo, a união de centro e esquerda fazia sentido político, e estabeleceram-se "Frentes Populares" na França (pioneira nessa

(*) Um mês depois da ascensão de Hitier ao poder, o prédio do Parlamento alemão em Berlim foi misteriosamente incendiado. O governo nazista imediatamente acusou o Partido Comunista e usou a ocasião para

suprimi-lo. Os comunistas acusaram os nazistas de terem organizado o incêndio para esse fim. Um solitário holandês desequilibrado com simpatias revolucionárias, Van der Lubbe, além do líder do grupo parlamentar comunista e três búlgaros que trabalhavam em Berlim para a Internacional Comunista foram presos e julgados. Van der Lubbe estava certamente envolvido no incêndio, os quatro comunistas com certeza não, como também obviamente não o KPD. Os atuais estudos históricos não endossam a sugestão de uma provocação nazista. 149

manobra) e na Espanha, que repeliram ofensivas locais da direita e conquistaram impressionantes vitórias eleitorais na Espanha (fevereiro de 1936) e França (maio de 1936). _ As vitórias dramatizaram os custos da desunião anterior, porque as listas eleitorais unidas de centro e esquerda conquistaram substanciais maiorias parlamentares — mas embora mostrassem uma impressionante mudança de opinião dentro da esquerda, notadamente na França, em favor do Partido Comunista, não indicaram qualquer séria ampliação de apoio político ao antifascismo. Na verdade, o triunfo da Frente Popular, que produziu o primeiro governo francês encabeçado por um socialista, o intelectual Leon Blurn (1827-1950), foi conquistado por um aumento que mal chegou a 1% da votação dos radicais-socialistas-comunistas em 1932, e o triunfo eleitoral da Frente Popular espanhola por uma mudança ligeiramente maior, mas que ainda deixava o novo governo com quase metade dos eleitores contra si (e a direita um pouco mais forte que antes). Mesmo assim, essas vitórias incutiram esperança e mesmo euforia nos movimentos trabalhistas e socialistas locais; mais do que se pode dizer em relação ao Partido Trabalhista britânico, despedaçado pela Depressão e a crise política em 1931 — tinha então sido reduzido a meras cinquenta cadeiras —, mas que, quatro anos depois, não havia ainda recuperado sua votação pré-Depressão, ou seja, contava com apenas pouco mais de metade de suas cadeiras de 1929. Entre 1931 e 1935, o voto dos conservadores simplesmente caiu de cerca de 61% para cerca de 54%. O chamado governo "nacional" da Grã-Bretanha, encabeçado de 1937 em diante por Neville Chamberlain, que se tomou sinónimo do "apaziguamento" com Hitier, apoiava-se em sólido voto majoritário. Não há motivo para supor que, não houvesse a guerra irrompido em 1939, e houvesse uma eleição acontecido em 1940 como deveria, os conservadores não a ganhariam de novo confortavelmente. Na verdade, a não ser pela maior parte da Escandinávia, onde os social-demo-cratas ganharam logo terreno, não houve sinal de qualquer mudança eleitoral significativa para a esquerda na Europa Ocidental na década de 1930, mas houve algumas mudanças bastante maciças para a direita nas partes do Leste e Sudeste europeus onde ainda se faziam eleições. Há um agudo contraste entre o Velho e Novo Mundo. Na Europa não ocorreu nada semelhante à dramática mudança de republicanos para democratas em 1932 (o voto presidencial destes subiu de entre 15 a 16 milhões para quase 28 milhões em quatro anos), mas deve-se dizer que, em termos eleitorais, Franklin D. Roosevelt atingiu

seu pico em 1932, embora (para surpresa de todos, com exceção de seu povo) ficasse só um pouco aquém daquilo em 1936.

O antifascismo, portanto, organizou os adversários tradicionais da direita, mas não inflou os seus números; mobilizou mais facilmente as minorias que as maiorias. Entre essas minorias, os intelectuais e os interessados nas artes estavam particularmente abertos a seu apelo (com exceção de uma cor- 150

rente de literatura internacional inspirada pela direita tradicionalista e antidemocrática — ver capítulo 6), porque a arrogante e agressiva hostilidade do na-cional-socialismo aos valores da civilização como até então concebidos ficou imediatamente óbvia nos campos que lhes diziam respeito. O racismo nazista logo provocou o êxodo em massa de intelectuais judeus e esquerdistas, que se espalharam pelo que restava de um mundo tolerante. A hostilidade nazista à liberdade intelectual quase imediatamente expurgou das universidades alemãs talvez um terço de seus professores. Os ataques à cultura "modernista", a queima pública de livros "judeus" e outros indesejáveis, começaram quase com a entrada de Hitier no governo. Além disso, embora os cidadãos comuns pudessem desaprovar as barbaridades mais brutais do sistema — os campos de concentração e a redução dos judeus alemães (que incluía todos aqueles com pelo menos um avô judeu) a uma segregada subclasse sem direitos —, um número surpreendentemente grande via tais barbaridades, na pior das hipóteses, como aberrações limitadas. Afinal, os campos de concentração eram basicamente obstáculos a uma potencial oposição comunista e prisões para os quadros da subversão, um objetivo pelo qual muitos conservadores convencionais tinham certa simpatia, e quando a guerra explodiu não havia mais de 8 mil pessoas em todos eles. (Sua expansão num universo concentrationnaire de terror, tortura e morte para centenas de milhares, e mesmo milhões, de pessoas se deu durante a guerra.) E, até a guerra, a política nazista, por mais bárbaro que fosse o tratamento aos judeus, ainda parecia encarar a "solução final" do "problema judeu" mais como expulsão do que como extermínio em massa. A própria Alemanha parecia ao observador não político um país estável, até mesmo em expansão económica, com um governo popular, apesar de com algumas características antipáticas. Os que liam livros, incluindo o Mein Kampfdo próprio Führer, tinham mais probabilidade de reconhecer, na sanguinária retórica dos agitadores racistas e na tortura e assassinato concentrados em Dachau ou Buchenwaid, a ameaça de todo um mundo construído no deliberado reverso da civilização. Os intelectuais ocidentais (embora nessa época só uma fração de estudantes, então em sua maioria um contingente de filhos e futuros membros das "respeitáveis" classes médias) foram portanto a primeira camada social mobilizada em massa contra o fascismo na década de 1930. Era ainda uma camada social pequena mas extraordinariamente influente, especialmente por incluir os jornalistas que, nos países não fascistas do Ocidente, desempenharam um papel crucial alertando até mesmo os leitores e governantes mais conservadores

para a natureza do nacional-socialismo.

A política de resistência à ascensão do campo fascista era, mais uma vez, simples e lógica no papel. Tratava-se de unir todos os países contra os agressores (a Liga das Nações oferecia uma estrutura potencial para isso), não fazer concessões a eles e, pela ameaça e, se necessário, pela ação comum, detê-los e derrotá-los. O comissário de Relações Exteriores da URSS, Maxim Litvinov 151

(1876-1952), fez-se o porta-voz dessa "Segurança Coletiva". Mais fácil dizer que fazer. O maior obstáculo era que, então como agora, mesmo Estados que partilhavam do temor e suspeita dos agressores tinham outros interesses que os dividiam ou podiam ser usados para dividi-los.

O quanto contava a mais óbvia divisão entre a União Soviética, comprometida em teoria com a derrubada dos regimes burgueses e o fim dos impérios em toda parte, e os outros Estados, que agora viam a URSS como inspiradora e instigadora da subversão, não está claro hoje. Embora os governos — todos os principais reconheceram a URSS depois de 1933 — sempre estivessem dispostos a chegar a um acordo com ela quando isso servia a seus propósitos, alguns de seus membros e agências continuavam a encarar o bolchevismo, interna e externamente, como o inimigo essencial, no espírito das guerras frias pós-1945. Os serviços de espionagem britânicos foram sabidamente excepcionais ao concentrarem-se de tal forma contra a ameaça vermelha que só a abandonaram como seu alvo principal em meados da década de 1930 (Andrew, 1985, p. 530). Apesar disso, muitos conservadores achavam, sobretudo na Grã-Bre-tanha, que a melhor de todas as soluções seria uma guerra germano-soviética, enfraquecendo, e talvez destruindo, os dois inimigos, e uma derrota do bolchevismo por uma enfraquecida Alemanha não seria uma coisa ruim. A relutância pura e simples dos governos ocidentais em entrar em negociações efetivas com o Estado vermelho, mesmo em 1938-9, quando a urgência de uma aliança anti-Hitier não era mais negada por ninguém, é demasiado patente. Na verdade, foi o temor de ter de enfrentar Hitier sozinho que acabou levando Stalin, desde 1935 um inflexível defensor de uma aliança com o Ocidente contra Hitier, ao Pacto Stalin-Ribbentrop de agosto de 1939, com o qual esperava manter a URSS fora da guerra enquanto a Alemanha e as potências ocidentais se enfraqueciam mutuamente, em proveito de seu Estado, que, pelas cláusulas secretas do pacto, ficava com uma grande parte dos territórios ocidentais perdidos pela Rússia após a revolução. O cálculo se revelou incorreto, mas, como as fracassadas tentativas de criar uma frente comum contra Hitier, demonstrou as divisões entre Estados que tomaram possível a ascensão extraordinária e praticamente sem resistência da Alemanha nazista entre 1933 e 1939.

Além disso, a geografia, a história e a economia davam aos governos diferentes perspectivas do mundo. O continente da Europa como tal era de pouco ou nenhum interesse para o Japão e os EUA, cujas políticas eram do Pacífico e da América, e para a Grã-Bretanha, ainda

comprometida com um império mundial e uma estratégia marítima global, embora demasiado fraca para manter qualquer dos dois. Os países da Europa Oriental estavam espremidos entre a Alemanha e a Rússia, o que obviamente determinava suas políticas, sobretudo quando (como se revelou) as potências mostraram-se incapazes de protegê-los. Vários haviam adquirido, após 1917, territórios antes pertencentes à Rússia, e embora hostis à Alemanha, resistiam por conseguinte a qual- 152

quer aliança antigermânica que trouxesse as forças russas de volta às suas terras. E no entanto, como a Segunda Guerra Mundial iria demonstrar, a única aliança antifascista efetiva seria a que incluísse a URSS. Quanto à economia, países como a Grã-Bretanha, que sabiam ter travado uma Primeira Guerra Mundial para além de suas capacidades financeiras, recuavam diante dos custos do rearmamento. Em suma, havia um amplo fosso entre reconhecer as potências do Eixo como um grande perigo e fazer alguma coisa a respeito.

A democracia liberal (que por definição não existia no lado fascista ou autoritário) alargou esse fosso. Tomou lenta ou impediu a decisão política, notadamente nos EUA, e sem dúvida lhe dificultou, e às vezes impossibilitou, a adoção de políticas impopulares. Sem dúvida alguns governos usaram isso para justificar seu próprio torpor, mas o exemplo dos EUA mostra que mesmo um presidente forte e popular como Pranklin D. Roosevelt era incapaz de executar sua política antifascista contra a opinião do eleitorado. Não fosse Pear! Harbor e a declaração de guerra de Hitier, os EUA sem dúvida teriam continuado fora da guerra. Não está claro sob que circunstâncias poderiam ter entrado.

Contudo, o que enfraqueceu a decisão das principais democracias europeias, a França e a Grã-Bretanha, não foram tanto os mecanismos políticos da democracia quanto a lembrança da Primeira Guerra Mundial. Essa era uma ferida cuja dor ainda sentiam, igualmente, eleitores e governos, porque o impacto daquela guerra fora sem precedentes e universal. Tanto para a França quanto para a Grã-Bretanha, esse impacto, em termos humanos (embora não materiais), foi muito maior do que se revelou o da Segunda Guerra Mundial (ver capítulo l). Outra guerra como aquela precisava ser evitada quase a qualquer custo. Era sem dúvida o último dos recursos da política.

Não se deve confundir a relutância em ir à guerra com recusa a lutar, embora o moral militar potencial dos franceses, que haviam sofrido mais que qualquer outro país beligerante, estivesse sem dúvida enfraquecido pelo trauma de 1914-8. Ninguém foi para a Segunda Guerra Mundial cantando, nem mesmo os alemães. Por outro lado, o pacifísmo irrestrito (não religioso), embora muito popular na Grã-Bretanha na década de 1930, jamais foi um movimento de massa, e desapareceu na década de 1940. Apesar da ampla tolerância com os "opositores por motivos de consciência" na Segunda Guerra Mundial, o número dos que alegaram o direito de recusar-se a lutar foi pequeno (Calvocoressi, 1987, p. 63).

Na esquerda não comunista, ainda mais emocionalmente comprometida com o ódio à guerra e ao militarismo após 1918 do que (em teoria) antes de 1914, a paz a qualquer preço continuou sendo uma posição minoritária, mesmo na França onde era mais forte. Na Grã-Bretanha, George Lansbury, um pacifista que, pelo acidente de um holocausto eleitoral, se viu à frente do Partido Trabalhista depois de 1931, foi eficiente e brutalmente afastado da liderança em 1935. Ao contrário do governo da Frente Popular encabeçado 153

pêlos socialistas na França, o trabalhismo britânico podia ser criticado não por falta de firmeza diante dos agressores fascistas, mas por recusar-se a apoiar as necessárias medidas militares para tomar a resistência efetiva, como rearma-mento e recrutamento. A mesma crítica podia ser estendida aos comunistas, que jamais haviam sido tentados pelo pacifismo.

^. A esquerda se achava de fato num dilema. Por um lado, a força do antifascismo estava em mobilizar os que temiam a guerra, tanto a última como os terrores futuros da seguinte. O fato de o fascismo significar guerra era um motivo convincente para combatê-lo. Por outro lado, uma resistência ao fascismo que não previsse o uso de armas não poderia dar certo. O que é mais, a esperança de provocar o colapso da Alemanha nazista, ou mesmo da Itália de Mussolini, pela firmeza coletiva mas pacífica baseava-se em ilusões sobre Hitier e as supostas forças de oposição dentro da Alemanha. De qualquer modo, nós que vivemos aqueles tempos sabíamos que haveria uma guerra, mesmo quando pensávamos possibilidades pouco convincentes para evitá-la. Nós — o historiador também pode recorrer à própria memória — contávamos em lutar na próxima guerra, e provavelmente morrer. E como antifascistas não tínhamos dúvida de que, quando ela viesse, não teríamos outra opção além de lutar.

Apesar disso, não se pode usar o dilema político da esquerda para explicar o fracasso dos governos, mesmo porque preparações efetivas para a guerra não dependiam de resoluções aprovadas (ou não aprovadas) em congressos de partidos; nem mesmo, por um período de vários anos, do medo de eleições. E no entanto os governos, e em particular o francês e o britânico, também tinham ficado marcados de forma indelével pela Grande Guerra. A França saíra dela dessangrada, e potencialmente uma força ainda menor e mais fraca que a derrotada Alemanha. A França não nada podia sem aliados contra uma Alemanha revivida, e os únicos países europeus que tinham igual interesse em aliar-se a ela, a Polónia e os Estados sucessores dos Habsburgo, se achavam fracos demais para isso. Os franceses investiram seu dinheiro numa linha de fortificações (a "Linha Maginot", nome de um ministro logo esquecido) que, esperavam, impediria os atacantes alemães pela perspectiva de perdas como as de Verdun (ver capítulo l). Fora isso, só podiam voltar-se para a Grã-Bretanha e, depois de 1933, para a URSS.

Os governos britânicos tinham igual consciência de uma fraqueza fundamental. Financeiramente, não podiam se dar o luxo de outra guerra.

Estrategicamente, não tinham mais uma marinha capaz de operar ao mesmo tempo nos três grandes oceanos e no Mediterrâneo. Ao mesmo tempo, o problema que de fato os preocupava não era o que acontecia na Europa, mas como manter inteiro, com forças claramente insuficientes, um império global geografica-mente maior do que jamais existira, mas também e visivelmente à beira da decomposição. 154

Os dois Estados portanto se sabiam fracos demais para defender um sta-tus quo em grande parte estabelecido em 1919 para atender a seus interesses. Também sabiam que esse status quo era instável e impossível de ser mantido. Nenhum tinha nada a ganhar com outra guerra, e muito a perder. A política óbvia e lógica era negociar com a nova Alemanha para estabelecer um padrão europeu mais durável, e isso sem dúvida significava fazer concessões ao crescente poder da Alemanha. Infelizmente, a nova Alemanha era a de Adolf Hitier.

A chamada política de "apaziguamento" teve tão má publicidade desde 1939 que é preciso nos lembrarmos como pareceu sensata a tantos governos ocidentais que não eram visceralmente antialemães nem apaixonadamente antifascistas em princípio, sobretudo a Grã-Bretanha, onde mudanças no mapa continental, em "países distantes dos quais pouco sabemos" (Chamberlain sobre a Tchecoslováquia em 1938), não faziam subir a pressão sanguínea de ninguém. (Os franceses claro que ficavam muito mais nervosos com quaisquer iniciativas que favorecessem a Alemanha, que acabaria mais cedo ou mais tarde por se voltar contra eles, mas a França estava fraca.) Uma Segunda Guerra Mundial, podia-se prever com segurança, arruinaria a economia britânica e desmontaria grandes partes de seu império. O que verdade foi o que aconteceu. Embora fosse um preço que socialistas, comunistas, movimentos de libertação colonial e o presidente F. D. Roosevelt estivessem mais que dispostos a pagar pela derrota do fascismo, não esqueçamos que era excessivo do ponto de vista dos imperialistas britânicos racionais.

Contudo, acordo e negociação eram impossíveis com a Alemanha de Hitier, porque os objetivos políticos do nacional-socialismo eram irracionais e ilimitados. Expansão e agressão faziam parte do sistema, e, a menos que se aceitasse de antemão a dominação alemã, ou seja, se preferisse não resistir ao avanço nazista, a guerra era inevitável, provavelmente mais cedo do que mais tarde. Daí o papel central da ideologia na formação da política da década de 1930: se determinou os objetivos da Alemanha nazista, excluiu a realpolitik como alternativa para os adversários. Os que reconheciam que não podia haver acordo com Hitier, o que era uma avaliação realista da situação, o faziam por motivos inteiramente pragmáticos. Encaravam o fascismo como intolerável em princípio e a priori, ou (como na caso de Winston Churchill) eram impelidos por um ideal igualmente a priori daquilo que seu país e império "representavam", e não podiam sacrificar. O paradoxo de Winston Churchill foi que esse grande romântico, cujo julgamento político fora consistentemen-te errado em quase tudo desde 1914 — incluindo a

avaliação da estratégia militar da qual se orgulhava —, mostrou-se realista em uma única questão, a da Alemanha.

Por outro lado, os realistas políticos do apaziguamento foram inteiramente irrealistas em sua avaliação da situação, mesmo quando a impossibilidade de um acordo negociado com Hitier se tomou óbvia para qualquer obser- 155

vador razoável em 1938-9. Esse foi o motivo da tragicomédia de março-setem-bro de 1939, que terminou numa guerra que ninguém queria, numa época e lugar que ninguém queria (nem a Alemanha), e que na verdade deixou a Grã-Bretanha e a França sem a mínima ideia do que, como beligerantes, deviam fazer, até que a blitzkrieg de 1940 os aniquilou. Mesmo diante da evidência que eles próprios aceitaram, os apaziguadores na Grã-Bretanha e França ainda não conseguiam pensar em negociar a sério uma aliança com a URSS, sem a qual a guerra não podia ser nem adiada nem vencida, e sem a qual as garantias contra o ataque alemão, súbita e descuidadamente espalhadas pela Europa Oriental por Neville Chamberlain — sem, por incrível que pareça, consultar ou sequer informar adequadamente a URSS —, eram papel sem valor. Londres e Paris não queriam lutar, mas no máximo dissuadir com uma demonstração de força. Isso não pareceu plausível nem por um momento a Hitier, e tampouco a Stalin, cujos negociadores pediam em vão propostas de operações estratégicas conjuntas no Báltico. Mesmo quando os exércitos alemães entraram na Polónia, o governo de Chamberlain ainda estava disposto a negociar com Hitier, como Hitier calculara que ele faria (Watt, 1989, p. 215).

Hitier errou o cálculo, e os Estados ocidentais declararam guerra, não porque seus estadistas a quisessem, mas porque a política do próprio Hitier, depois de Munique, impossibilitou outra saída aos apaziguadores. Foi ele quem mobilizou contra o fascismo as massas até então descomprometidas. Essencialmente, a ocupação alemã da Tchecoslováquia em março de 1939 converteu a opinião pública britânica à resistência e, ao fazê-lo, forçou a mão de um governo relutante; o que por sua vez forçou a mão do governo francês, que não teve outra opção senão ir junto com seu único aliado de fato. Pela primeira vez a luta contra a Alemanha de Hitier unia, em vez de dividir, os britânicos, mas — ainda — sem nenhum objetivo. Enquanto os alemães rápida e impie-dosamente destruíam a Polónia e dividiam seus restos com Stalin, que se retirara para uma condenada neutralidade, uma "guerra falsa" obtinha uma paz implausível no Ocidente.

Nenhum tipo de Realpolitik pode explicar a política dos apaziguadores depois de Munique. Uma vez que uma guerra parecia bastante provável — e quem em 1939 duvidava? — a única coisa a fazer era preparar-se para ela tão bem quanto possível, e isso não foi feito. Pois a Grã-Bretanha, mesmo a Grã-Bretanha de Chamberlain, certamente não estava disposta a aceitar uma Europa dominada por Hitier antes que a guerra acontecesse, embora, após o colapso da França, houvesse certo

apoio a uma paz negociada — isto é, à aceitação da derrota. Mesmo na França, onde um pessimismo beirando o derrotismo era bastante comum entre políticos e militares, o governo não pretendia entregar a alma, nem o fez, até o exército desmoronar em junho de 1940. Sua política era morna, porque eles nem ousavam seguir a lógica da política de poder, nem as convicções a priori dos da resistência, para os quais nada podia 156

(o^fcm^ GJL\^L ^S^«)^oí-6\ ser mais importante que combater o fascismo (na forma de fascismo ou na da Alemanha de Hitier), nem as dos anticomunistas, para os quais "a derrota de Hitier significaria o colapso dos sistemas autoritários que constituem o principal baluarte contra a revolução comunista" (Thierry Mauinier, 1938 in Ory, 1976, p. 24). Não é fácil dizer o que determinou as ações desses estadistas, já que eles não foram movidos apenas pelo intelecto, mas por preconceitos, esperanças e receios que, no silêncio, distorciam sua visão. Havia as lembranças da Primeira Guerra Mundial e as incertezas de políticos que viam seus sistemas políticos e economias democrático-liberais em uma queda que poderia ser a final; um estado de espírito mais típico do Continente que da Grã-Bretanha. Havia uma genuína incerteza sobre se, em tais circunstâncias, os imprevisíveis resultados de uma política de resistência bem-sucedida justificariam os custos proibitivos que ela implicaria. Pois, afinal, para a maioria dos políticos britânicos e franceses, o melhor que se podia conseguir era preservar um status quo não muito satisfatório e provavelmente insustentável. E por trás de tudo isso havia a questão de saber se, estando o status quo de qualquer maneira condenado, o fascismo não era melhor que a outra alternativa, a revolução social e o bolchevismo. Se o único tipo de fascismo em oferta fosse o italiano, poucos políticos conservadores ou moderados teriam hesitado. Mesmo Winston Chur-chill era pró-itaYiano. O problema era que eles enfrentavam não Mussolini, mas Hitier. Ainda assim, não deixa de ser significativo o fato de que a principal esperança de tantos governos e diplomatas da década de 1930 era estabilizar a Europa chegando a um acordo com a Itália, ou pelo menos separando Musso-lini da aliança com seu discípulo. Não deu certo, embora o próprio Mussolini fosse realista o bastante para manter uma certa liberdade de ação até, em junho de 1940, concluir, erroneamente mas não sem razão, que os alemães tinham ganhado e declarar guerra ele próprio. ///

As disputas da década de 1930, travadas dentro dos Estados ou entre eles, eram portanto transnacionais. Em nenhuma parte foi isso mais evidente do que na Guerra Civil Espanhola de 1936-9, que se tomou a expressão exemplar desse confronto global.

Em retrospecto, pode parecer surpreendende que esse conflito tenha mobilizado instantaneamente as simpatias da esquerda e da direita na Europa e nas Américas, especialmente dos intelectuais ocidentais. A Espanha era uma parte periférica da Europa, e sua história estivera persistentemente fora de compasso com o resto do continente, do qual se separa pela muralha dos Pire-neus. Mantivera-se à parte das guerras

europeias desde Napoleão, como iria ficar fora da Segunda Guerra Mundial. Desde o início do século xix, seus 757

assuntos não interessavam aos governos europeus, embora os EUA houvessem provocado uma breve guerra contra ela em 1898, a fim de roubar-lhe as últimas partes restantes do velho império mundial do século xvi: Cuba, Porto Rico e Filipinas.* Na verdade, e ao contrário das crenças da geração deste autor, a Guerra Civil Espanhola não foi a primeira fase da Segunda Guerra Mundial, e a vitória do general Franco, que, como vimos, nem mesmo pode ser descrito como fascista, não teve consequências globais. Apenas manteve a Espanha (e Portugal) isolada do resto do mundo por mais trinta anos.

Contudo, não foi por acaso que a política interna desse país notoriamente anómalo e auto-suficiente se tornou o símbolo de uma luta global na década de 1930. Suscitou os principais problemas políticos da época: de um lado, democracia e revolução social, sendo a Espanha o único país na Europa onde ela estava pronta para explodir; do outro, um campo singularmente rígido de contra-revolução ou reação, inspirado por uma Igreja Católica que rejeitava tudo o que acontecera no mundo desde Maninho Lutero. Muito curiosamente, nem os partidos do comunismo moscovita nem os inspirados pelo fascismo tinham algum significado na Espanha antes da Guerra Civil, pois esse país seguiu seu próprio caminho excêntrico tanto na ultra-esquerda anarquista quanto na ultradireita carlista.**

Os bem-intencionados liberais, anticlericais e maçons ao estilo século xix dos países latinos, que tomaram o poder dos Bourbon numa revolução pacífica em 1931, não puderam nem conter a fermentação social dos espanhóis pobres, nas cidades e nos campos, nem desativá-la com reformas sociais efe-tivas (ou seja, basicamente a agrária). Em 1933, foram afastados por governos conservadores, cuja política de repressão a agitações e insurreições locais, como a revolta dos mineiros asturianos em 1934, simplesmente ajudou a aumentar a pressão revolucionária potencial. Nesse estágio, a esquerda espanhola descobriu a Frente Popular do Comintern, para a qual estava sendo impelida pela vizinha França. A ideia de que todos os partidos deviam formar uma frente única eleitoral contra a direita fazia sentido para uma esquerda que não sabia muito bem o que fazer. Mesmo os anarquistas, naquele seu último bastião no mundo, se inclinavam a pedir a seus seguidores que praticassem o vício burguês de votar numa eleição, que até então haviam rejeitado como indigno de um verdadeiro revolucionário, embora nenhum anarquista na verdade se conspurcasse concorrendo. Em fevereiro de 1936, a Frente Popular

(*) A Espanha manteve sua presença no Marrocos, disputado pelas aguerridas tribos berberes locais, que proporcionaram ao exército espanhol formidáveis unidades de combate, e também em alguns territórios africanos mais ao sul, esquecidos de todos.

(**) O carlismo foi um movimento ferozmente monarquista e

ultratradicionalista, com forte apoio camponês, sobretudo na guerra. Os carlistas travaram guerras civis na década de 1830 e 1870, defendendo um ramo da família real espanhola. 158

obteve uma maioria de votos pequena e nada arrasadora, e graças à sua coordenação, uma substancial maioria de cadeiras no Parlamento espanhol, ou Cortes. Essa vitória produziu menos um governo efetivo da esquerda que uma fissura pela qual a lava acumulada de insatisfação social pôde começar a esguichar. Isso tomou-se cada vez mais evidente nos meses seguintes.

Nesse estágio, tendo falhado a política direitista ortodoxa, a Espanha reverteu a uma forma política em que fora pioneira, e que se tomara típica do mundo ibérico: o pronunciamiento, ou golpe militar. Mas do mesmo modo como a esquerda espanhola se via olhando para o frentismo popular do outro lado das fronteiras nacionais, também a direita espanhola sentia-se atraída para as potências fascistas. Isso não se dava tanto por meio do modesto movimento fascista local, a Falange, quanto da Igreja e dos monarquistas, para os quais pouca diferença havia entre liberais e comunistas, todos igualmente ateus, não havendo portanto possibilidade de acordo com qualquer deles. A Itália e a Alemanha esperavam extrair algum proveito moral e talvez político de uma vitória da direita. Os generais espanhóis que começaram a tramar a sério um golpe após a eleição precisavam de apoio financeiro e ajuda prática, que negociaram com a Itália.

Contudo, os momentos de vitória democrática e mobilização política de massas não são ideais para golpes militares, que dependem para ter sucesso da convenção de que os civis, assim como setores não comprometidos das Forças Armadas, aceitem os sinais, do mesmo modo como os putschistas militares cujos sinais não são aceitos reconheçam discretamente seu fracasso. O pronunciamiento clássico é um jogo que se joga melhor nos momentos em que as massas estão em recesso ou os governos perderam a legitimidade. Essas condições não estavam presentes na Espanha. O golpe de 17 de julho dos generais teve êxito em algumas cidades, e enfrentou apaixonada resistência de pessoas e Forças Armadas leais em outras. Não conseguiu tomar as duas principais cidades da Espanha, incluindo a capital, Madri. Em partes do país precipitou, portanto, a revolução social à qual pretendia adiantar-se. Em toda a Espanha, iniciou-se uma longa guerra civil entre o governo legítimo e devidamente eleito da República, agora ampliado e incluindo socialistas, comunistas e mesmo alguns anarquistas, mas coabitando de maneira pouco confortável com as forças da rebelião de massa que haviam derrotado o golpe, e os generais insur-gentes que se apresentavam como cruzados nacionalistas contra o comunismo. O mais jovem e politicamente inteligente dos generais, Francisco Franco y Bahamonte (1892-1975), viu-se à frente de um novo regime que com o correr da guerra se tomou um Estado autoritário com um partido único — um conglomerado de direita que ia do fascismo aos velhos monarquistas e ultras car-listas que recebeu o

nome absurdo de Falange Tradicionalista Espanhola. Mas os dois lados da Guerra Civil precisavam de apoio. E recorreram a patrocinadores potenciais. 159

A reação da opinião antifascista à rebelião dos generais foi imediata e espontânea, ao contrário da reação dos governos antifascistas, bem mais cautelosos, mesmo quando, como a URSS e o chamado governo da Frente Popular que acabara de chegar ao poder na França, eram fortemente a favor da República. (A Itália e a Alemanha imediatamente enviaram armas e homens para o seu lado.) A França estava ansiosa para ajudar, e deu alguma assistência (oficialmente "não reconhecida") à República, até ser exortada a uma política oficial de "não-intervenção" por divisões internas e pelo governo britânico, profundamente hostil ao que via como o avanço da revolução social e do bolchevismo na península Ibérica. A opinião da classe média e conservadora no Ocidente em geral partilhava dessa atitude, embora (com exceção da Igreja Católica e dos pró-fascistas) não se identificasse muito com os generais. A Rússia, embora firme do lado republicano, também entrou no Acordo de Não-intervenção patrocinado pêlos britânicos, cujo objetivo, o de impedir a ajuda alemã e italiana aos generais, ninguém esperava nem queria atingir, e aos poucos "passou de equívoco a hipocrisia" (Thomas, 1977, p. 395). De setembro de 1936 em diante, a Rússia enviou sem reservas, embora não exatamente de modo oficial, homens e material para apoiar a República. A não-intervenção, que significava simplesmente que a Grã-Bretanha e a França se recusavam a fazer fosse o que fosse em relação à maciça intervenção das potências do Eixo na Espanha, com o que abandonavam a República, confirmou tanto fascistas quanto antifascistas em seu desprezo aos não-intervencionistas. Também aumentou enormemente o prestígio da URSS, a única potência que ajudou o governo legítimo da Espanha, e dos comunistas dentro e fora daquele país, não apenas porque organizaram essa ajuda internacionalmente, mas porque também logo se estabeleceram como a espinha dorsal do esforço militar republicano.

Contudo, mesmo antes de os soviéticos mobilizarem seus recursos, todos, desde os liberais até os mais extremistas da esquerda, reconheceram de imediato como sua a luta espanhola. Como escreveu o maior poeta britânico da época, W. H. Auden: Naquela árida praça, naquele fragmento lascado da quente África, tão toscamente colado na inventiva Europa; Naquela terra plana açoitada por rios, Nossas ideias têm corpos; os ameaçadores vultos de nossa febre São precisos e vivos.

E o que é mais: ali, e somente ali, a interminável e desmoralizante queda da esquerda era detida por homens e mulheres que combatiam o avanço da direita armada. Mesmo antes de a Internacional Comunista começar a organizar as Brigadas Internacionais (cujos primeiros contingentes chegaram à sua futura base em outubro), de fato antes que as primeiras colunas organizadas de voluntários aparecessem nofront (as do movimento liberal-socialista italia- 160

no Giustizia e Liberta), voluntários estrangeiros já lutavam pela República em certa quantidade. Mais de 40 mil jovens estrangeiros de mais de cinquenta países* acabaram indo lutar e muitos morrer num país sobre o qual provavelmente não conheciam mais que o mapa no atlas da escola. É significativo que não mais de mil voluntários estrangeiros tenham lutado do lado de Franco (Thomas, 1977, p. 980). Para esclarecimento dos leitores criados no ambiente moral de fins do século xx, deve-se acrescentar que esses não eram nem mercenários, nem, com exceção de poucos casos, aventureiros. Eles foram lutar por uma causa.

É difícil lembrar hoje o que a Espanha significou para os liberais e os esquerdistas que viveram a década de 1930, embora para muitos de nós sobreviventes, todos já ultrapassando o tempo de vida bíblico, continue sendo a única causa que, mesmo em retrospecto, pareça tão pura e atraente quanto em 1936. Hoje parece pertencer a um passado pré-histórico, mesmo na Espanha. Contudo, na época apresentava-se àqueles que combatiam o fascismo como o front central de sua batalha, por ser o único em que a ação jamais cessou durante mais de dois anos e meio, o único em que era possível participar como indivíduos, se não de uniforme, pelo menos fazendo coletas de dinheiro, ajudando a refugiados, e através de infindáveis campanhas para pressionar nossos governos covardes. E o avanço gradual, mas aparentemente invencível, do lado nacionalista, a derrota e morte previsíveis da República, apenas tomavam mais desesperadamente urgente forjar a união contra o fascismo mundial.

Pois a República espanhola, apesar de nossas simpatias e da (insuficiente) ajuda recebida, travou uma ação de retaguarda contra a derrota desde o início. Em retrospecto, fica claro que isso se deveu à sua própria fraqueza. Pêlos padrões das guerras do século xx, ganhas ou perdidas, a guerra republicana de 1936-9, com todo o seu heroísmo, teve um desempenho ruim, em parte porque não usou seriamente aquela poderosa arma contra forças convencionais, a guerrilha — uma estranha omissão num país que deu nome a essa forma de guerra não convencional. Ao contrário dos nacionalistas, que tinham uma dire-ção militar e política única, os republicanos continuaram politicamente divididos, e — apesar da contribuição dos comunistas — não conseguiram formar uma vontade militar e um comando estratégico únicos, ou só tarde demais. O melhor que podia fazer era de tempos em tempos repelir ofensivas potencialmente fatais do outro lado, prolongando assim uma guerra que podia muito bem ter terminado em novembro de 1936 com a tomada de Madri.

(*) Entre eles, talvez K) mil franceses, 5 mil alemães e austríacos, 5 mil poloneses e ucra-nianos, 3500 italianos, 2800 dos EUA, 2 mil britânicos, 1500 iugoslavos, 1500 tchecos, mil húngaros, mil escandinavos e vários outros. Os 2 a 3 mil russos dificilmente podem ser classificados como voluntários. Diz-se que cerca de 7 mil de todos esses eram judeus (Thomas, 1977, pp. 982-4; Paucker, 1991, p. 15). 161

Na época, a Guerra Civil Espanhola não pareceu um bom presságio

para a derrota do fascismo. Internacionalmente, foi uma versão em miniatura de uma guerra europeia, travada entre Estados fascistas e comunistas, os últimos marcadamente mais cautelosos e menos decididos que os primeiros. As democracias ocidentais continuaram não tendo certeza de nada, a não ser de seu não-envolvimento. Internamente, foi uma guerra em que a mobilização da direita se mostrou muito mais efetiva que a da esquerda. Terminou em derrota total, várias centenas de milhares de mortos, várias centenas de milhares de refugiados nos países que quiseram recebê-los, incluindo a maior parte dos talentos artísticos e intelectuais sobreviventes da Espanha, que, com raras exceções, haviam ficado do lado da República. A Internacional Comunista mobilizara todos os seus formidáveis talentos em favor da República espanhola. O futuro marechal Tito, libertador e líder da lugoslávia comunista, organizava o fluxo de recrutas das Brigadas Internacionais em Paris; Palmiro Togliati, líder comunista italiano, era o dirigente de fato do inexperiente Partido Comunista espanhol, e foi um dos últimos a escapar do país em 1939. Também este fracassou, e sabia que estava fracassando, como a URSS, que destacou algumas de suas mais impressionantes cabeças militares para servir na Espanha (por exemplo, os futuros marechais Konev, Malinovski, Voronov e Rokos-sovski, e o futuro comandante da marinha soviética, almirante Kuznetsov). IV

E no entanto, a Guerra Civil Espanhola antecipou e moldou as forças que iriam, poucos anos depois da vitória de Franco, destruir o fascismo. Antecipou a política da Segunda Guerra Mundial, aquela aliança única de frentes nacionais que ia de conservadores patriotas a revolucionários sociais, para a derrota do inimigo nacional e simultaneamente para a regeneração social. Pois a Segunda Guerra Mundial foi, para os do lado vencedor, não apenas uma luta pela vitória militar, mas — mesmo na Grã-Bretanha e nos EUA — por uma sociedade melhor. Ninguém sonhava com um retorno ao pré-guerra de 1939 — nem mesmo a 1928 ou 1918, como os estadistas após a Primeira Guerra Mundial haviam sonhado com uma volta ao mundo de 1913. Um governo britânico sob Winston Churchill se comprometeu, no meio de uma guerra desesperada, com um Estado do Bem-estar abrangente e o pleno emprego. Não foi por acaso que o Relatório Beveridge saiu com estas recomendações num dos anos mais negros da desesperada guerra da Grã-Bretanha: 1942. Os planos para o pós-guerra dos EUA tratavam apenas lateralmente do problema de como tomar impossível outro Hitier. O verdadeiro esforço intelectual dos planejadores do pós-guerra era dedicado a aprender as lições da Grande Depressão e da década de 1930, para que não se repetissem. Quanto aos movi-

para eles indiscutível. Além disso, por toda a Europa antes ocupada, no Leste e no Oeste, surgiram os mesmos tipos de governo após a vitória: administrações de união nacional baseadas em todas as forças que se haviam oposto ao fascismo, sem distinção ideológica. Pela primeira e

única vez na história, ministros comunistas sentaram-se ao lado de ministros conservadores, liberais ou social-democratas na maioria dos Estados europeus, uma situação destinada a não durar muito.

Embora uma ameaça comum os reunisse, essa espantosa unidade de opostos, Roosevelt e Stalin, Churchill e os socialistas britânicos. De Gaulle e os comunistas franceses, teria sido impossível sem um certo relaxamento das hostilidades e suspeitas mútuas entre os defensores e adversários da Revolução de Outubro. A Guerra Civil Espanhola tomou isso muito mais fácil. Mesmo governos anti-revolucionários não podiam esquecer que o governo espanhol, sob um presidente e um primeiro-ministro liberais, tinha completa legitimidade constitucional e moral quando pedira ajuda contra seus generais insurgentes. Mesmo os estadistas democráticos que o haviam traído, temendo pela própria pele, tinham a consciência pesada. Tanto o governo espanhol quanto, o que importava mais, os comunistas cada vez mais imersos em seus assuntos insistiam em que não visavam a revolução social, e de fato fizeram o possível para controlá-la e revertê-fa, para horror dos entusiastas revolucionários. A revolução, insistiam todos, não era a questão; e sim a defesa da democracia.

O ponto interessante é que não se tratava de mero oportunismo, ou, como pensavam os puristas da ultra-esquerda, traição à revolução. Refletia a passagem deliberada de uma maneira insurrecional para uma gradual, de uma maneira confrontacional para uma de negociação, até mesmo parlamentar de chegada ao poder. À luz da reação do povo espanhol ao golpe, sem dúvida revolucionário,* os comunistas agora podiam ver como uma tática essencialmente defensiva, imposta pela desesperada situação de seus movimentos após a subida de Hitier ao poder, abria perspectivas de avanço, isto é, "um novo tipo de democracia", surgindo dos imperativos da política e da economia da guerra. Os latifundiários e capitalistas que apoiavam os rebeldes perderiam suas propriedades; não como latifundiários e capitalistas, mas como traidores. O governo teria de planejar e assumir a economia; não por motivos ideológicos, mas pela lógica das economias de guerra. Conseqüentemente, se vitorioso, "esse novo tipo de democracia não pode deixar de ser inimigo do espírito con-

(*) Nas palavras do Comintern, a revolução espanhola era "parte integral da luta antifascista, apoiada na mais ampla base social. É uma revolução popular. É uma revolução nacional. É uma revolução antifascista" (Ercoli, outubro de 1936, citado in Hobsbawm, 1986, p. 175). 763

servador [...] Oferece garantia de maiores conquistas económicas e políticas para os trabalhadores espanhóis" (ibid., p. 176). ~"^ O panfleto do Comintem de outubro de 1936 descrevia assim com considerável exatidão a forma da política na guerra antifascista de 1939-45. Seria uma guerra travada na Europa por governos ou coalizões de resistência "do povo", ou "de frentes nacionais" abrangendo tudo, feita com economias administradas e a ser encerrada, nos territórios ocupados,

com maciços avanços no setor público, devido à expropriação de capitalistas, não como tais, mas como alemães ou colaboradores dos alemães. Em vários países da Europa Central e Oriental, uma linha levava diretamente do antifascismo a uma "nova democracia" dominada, e eventualmente absorvida, pêlos comunistas, mas até a eclosão da Guerra Fria o objetivo desses regimes do pós-guerra não era, de maneira específica, a conversão imediata para sistemas socialistas ou a abolição do pluralismo político e da propriedade privada.* Nos países do Ocidente, as consequências sociais e económicas líquidas da guerra e da libertação não foram muito diferentes, embora o fosse a conjuntura política. Introduziram-se reformas sociais e económicas, não (como depois da Primeira Guerra Mundial) em resposta à pressão das massas e ao temor da revolução, mas por governos comprometidos com elas em princípio, em parte do velho tipo reformista, como os democratas nos EUA e o Partido Trabalhista, agora no governo na Grã-Bretanha; e em parte por partidos de reforma e ressurreição nacional surgidos diretamente dos vários movimentos antifascistas. Em suma, a lógica da guerra antifascista conduzia à esquerda. V

Em 1936, e mais ainda em 1939, essas implicações da guerra espanhola pareciam remotas, até mesmo irreais. Após quase uma década de aparente fracasso total da linha de unidade antifascista do Comintern, Stalin tirou-a de sua agenda, pelo menos naquele momento, e não apenas chegou a um acordo com Hitier (embora os dois lados soubessem que isso não poderia durar), como instruiu o movimento internacional a abandonar a estratégia antifascista, uma decisão insensata que talvez se possa explicar melhor por sua proverbial aversão a mesmo os menores riscos.** Contudo, em 1941 a lógica da linha do Comintern acabou por se impor. Pois quando a Alemanha invadiu a URSS e trou-

(*) Mesmo na conferência de fundação do novo Departamento de Informação Comunista (Cominform) da Guerra Fria, o delegado búlgaro, Vlko Tchervenkov, ainda descrevia firmemente nesses termos as perspectivas de seu país (Reale, 1954, pp. 66-7, 73-4).

(**) Talvez temesse que a entusiástica participação comunista numa guerra antifascista francesa ou britânica pudesse ser vista por Hitier como um sinal de sua secreta má-fé, e portanto como uma desculpa para atacá-lo.

xe os EUA para a guerra — em suma, quando a luta contra o fascismo se transformou por fim numa guerra global —, a guerra tomou-se tão política quanto militar. Internacionalmente, transformou-se numa aliança entre o-eapitalismo dos EUA e o comunismo da União Soviética. Dentro de cada^áísda Europa — mas não, na época, do mundo dependente do impenalísfno ocidental — esperava unir todos os dispostos a resistir à Alemantra^ou à Itália, ou seja, formar uma coalizão de resistência que fosse de/um lado a outro do espectro político. Como toda a Europa beligerante, com exceção da Grã-Bretanha, estava ocupada pelas potências do Eixo, essa guerra de resistentes era essencialmente uma guerra de

civis, ou de forças armadas de ex-civis, não reconhecidas como tais pêlos exércitos alemães e italianos: uma luta selvagem de partisans, que impunha opções políticas a todos.

A história dos movimentos da Resistência europeia é em grande parte mitológica, pois (a não ser, em certa medida, na própria Alemanha) a legitimidade dos regimes e governos do pós-guerra se baseou em sua folha de serviço na Resistência. A França é o caso extremo, porque ali faltava ao governo após a Libertação qualquer continuidade com o governo francês de 1940, que fizera a paz e cooperara com os alemães, e porque a resistência organizada, para não falar da armada, fora um tanto fraca, pelo menos até 1944, e o apoio popular a ela precário. A França do pós-guerra foi reconstruída pelo general De Gaulle com base no mito de que, em essência, a França eterna jamais aceitara a derrota. Como ele próprio declarou: "A Resistência foi um blefe que deu certo" (Gillois, 1973, p. 164). É um ato político o fato de os únicos combatentes da Segunda Guerra Mundial comemorados em memoriais de guerra franceses hoje serem combatentes da Resistência que se fizeram parte das forças de De Gaulle. Contudo, a França não é de modo algum o único caso de um Estado construído sobre a mística da Resistência.

•« Duas coisas se devem dizer sobre os movimentos de resistência europeus. Primeiro, sua importância militar (com a possível exceção da Rússia) foi insignificante antes de a Itália retirar-se da guerra em 1943, e não decisiva em parte alguma, com exceção talvez de partes dos Bálcãs. Deve-se repetir que seu maior significado foi político e moral. Assim, a vida pública italiana foi transformada, após mais de vinte anos de um fascismo que desfrutara de considerável apoio até mesmo entre intelectuais, pela mobilização impressionante e generalizada da Resistência em 1943-5, incluindo um movimento partisan armado no Centro e Norte da Itália de por volta de 100 mil combatentes, com 45 mil mortos (Bocca, 1966, pp. 297-302, 385-9, 569-70; Pavone, 1991, p. 413). Enquanto os italianos podiam deixar a memória de Mussolini para trás com a consciência limpa, os alemães, que tinham apoiado seu governo até o / fim, não podiam colocar distância entre eles próprios e a era nazista de 1939-45. A resistência interna, uma minoria de militantes comunistas, conservadores militares prussianos e um punhado de dissidentes religiosos e liberais, esta- 765

vá morta ou saía de campos de concentração. Por outro lado, é evidente que o apoio ao fascismo ou a colaboração com o invasor afastou as pessoas envolvidas da vida pública por uma geração após 1945, embora a Guerra Fria contra o comunismo encontrasse bastante uso para essa gente no submundo ou demi-monde das operações militares e de espionagem ocidentais.*

A segunda observação sobre a Resistência é que, por motivos óbvios — embora com a notável exceção da Polónia —, sua política pendia para a esquerda. Em cada país os fascistas, os radicais de direita, os conservadores, ricos locais e outros cujo principal terror era a

revolução social, tendiam a simpatizar, ou pelo menos a não se opor aos alemães; o mesmo faziam vários movimentos regionalistas ou nacionalistas menores, eles próprios da direita ideológica, alguns dos quais na verdade esperavam tirar proveito de sua colaboração, notadamente o nacionalismo flamengo, eslovaco e croata. O mesmo, não se deve esquecer, fizeram os elementos profunda e intransigentemente anticomunistas na Igreja Católica e seus exércitos de religiosos convencionais, embora a política da Igreja fosse demasiado complexa para ser classificada simplesmente como "colaboracionista" em qualquer parte. Segue-se que os da direita política que escolheram a resistência eram inteiramente atípicos de seu eleitorado político. Winston Churchill e o general De Gaulle não foram membros típicos de suas famílias ideológicas, embora se deva dizer que, para muitos tradicionalistas viscerais de instintos militares, fosse impensável um patriotismo que não defendesse a pátria.

Isso explica, caso seja necessária alguma explicação especial, o extraordinário destaque dos comunistas nos movimentos de resistência e, conseqüen-temente, seu espantoso avanço político durante a guerra. Os movimentos comunistas europeus atingiram o auge de sua influência em 1945-7 por esse motivo, exceto na Alemanha, onde não se recuperaram da brutal decapitação de 1933, e das heróicas e suicidas tentativas de resistência nos três anos seguintes. Mesmo em países distantes da revolução social, como Bélgica, Dinamarca e os Países Baixos, os partidos comunistas conquistaram entre 10 e 12% dos votos — um múltiplo do que conquistavam antes, formando o ter-

(*) A força armada secreta anticomunista conhecida, depois de revelada sua existência por um político italiano em 1990, como Gladio (espada), foi estabelecida em 1949 para continuar a resistência interna em vários países europeus após uma ocupação soviética, caso surgisse uma tal situação. Seus membros eram armados e pagos pêlos EUA, treinados pela CIA e por forças secretas e especiais britânicas, e ocultava-se sua existência aos governos em cujos territórios elas operavam, com exceção de indivíduos escolhidos. Na Itália, e talvez em outras partes, constituíam-se originalmente de fascistas renitentes, deixados para trás como núcleos de resistência pelo Eixo derrotado, e que posteriormente ganharam novo valor como anticomunistas fanáticos. Na década de 1970, quando uma invasão pelo Exército Vermelho não mais parecia plausível nem mesmo para os operadores do serviço secreto americano, os "gladiadores" encontraram um novo campo de ati-vidade como terroristas de direita, às vezes fazendo-se passar por terroristas de esquerda. 766

ceiro ou quarto bloco dos parlamentos de todos os países. Na França, surgiram como o maior partido nas eleições de 1945, maior, pela primeira vez, que seus antigos rivais socialistas. Na Itália, seu resultado foi ainda mais espantoso. Um bando pequeno, perseguido e notoriamente malsucedido de quadros ilegais antes da guerra — chegaram a ser ameaçados de dissolução pelo Comintem em 1938 — emergiu de dois anos de resistência como um partido de massa de 800 mil membros, logo (1946)

alcançando quase 2 milhões. Nos países onde a guerra contra o Eixo fora travada essencialmente pela resistência armada interna — lugoslávia, Albânia e Grécia — as forças dos partisans tinham sido dominadas pêlos comunistas, tanto que o governo britânico sob Churchill, que não tinha a menor simpatia pêlos comunistas, transferiu seu apoio e ajuda do monarquista Mihailovic para o comunista Tito, quando ficou claro que um era incomparavelmente mais perigoso para os alemães que o outro.

Os comunistas passaram à resistência não apenas porque a estrutura do "partido de vanguarda" de Lenin era projetada para produzir uma força de quadros disciplinados e desprendidos, cujo próprio objetivo era a ação eficiente, mas porque situações extremas, como ilegalidade, repressão e guerra, eram exatamente a que esses corpos de "revolucionários profissionais" se destinavam. Na verdade, "só eles tinham previsto a possibilidade de uma guerra de resistência" (Foot, 1976, p. 84). Nisso diferiam dos partidos socialistas de massa, que achavam quase impossível operar fora da legalidade — eleições, comícios e o resto — que definia e determinava suas atividades. Diante de um golpe fascista ou ocupação alemã, os partidos social-democratas tenderam a entrar em hibernação, da qual no melhor dos casos emergiram, como os alemães e austríacos, no fim da era negra com a maior parte de seus velhos seguidores, e dispostos a retomar a política. Embora não ausentes da Resistência, foram, por motivos estruturais, sub-representados. No caso extremo da Dinamarca, na verdade um governo social-democrata se achava no poder quando a Alemanha ocupou o país, e permaneceu no poder durante toda a guerra, embora presumivelmente sem simpatia pêlos nazistas. (O partido levou alguns anos para se recuperar desse episódio.)

Duas outras características ajudaram os comunistas a destacar-se na Resistência: seu internacíanalismff e a açaaoDaòa, çuase milenar convicção com que dedicavam suas vidas à causa (ver capítulo 2). O primeiro possibilitou-JAes moôiïizar homens e mulheres msis abertos só speio antifascista, do que a ^^aK_q civocaçao ÇSCmffCS, COfiÏff Çffí C^Wj?)€i £>S ïtíüS^ÁW da Guerra ^^Vn^Spaniíola na f^ranças, cfBef^s^aaï^^g:^^^^^^®*^^^!^^^^^65^ armada partisan no Sudoeste dàquerè pães'— üïí'w^ /^'/ay.^z-.awti^í-J.iïí-s íuites do Dia D (Pons Prades, 1975, p. 66) — e os outros refugiados e imigrantes da classe operária de dezessete países, que, sob o acrónimo MÓI (Main d'(Euvre Immigrée [mão-de-obra imigrante]), fizeram alguns dos trabalhos mais perigosos de Paris, como o grupo Manouchian (arménios e judeus poloneses), que 767

atacou oficiais alemães na capital francesa.* E a segunda gerou uma combinação de bravura, auto-sacrifício e brutalidade que impressionou até mesmo seus adversários, e que uma obra de maravilhosa honestidade. Tempo de guerra, do iugoslavo Milovan Djilas (Djilas, 1977), pinta de modo tão vívido. Os comunistas, na opinião de um historiador politicamente moderado, foram "dos mais bravos entre os bravos" (Foot, 1976, p. 86), e embora sua organização disciplinada lhes desse as

melhores possibilidades de sobrevivência nas prisões e campos de concentração, suas perdas foram pesadas. As suspeitas sobre o PC francês, cuja liderança era antipatizada mesmo por comunistas, não podem negar inteiramente sua pretensão de ser lê parti desfusillés [o partido dos fuzilados], que teve pelo menos 15 mil de seus militantes executados pelo inimigo (Touchard, 1977, p. 258). Não é de surpreender que tivessem um poderoso apelo para homens e mulheres corajosos, sobretudo jovens, e talvez principalmente em países onde o apoio de massa à resistência ativa fora escasso, como na França ou Tchecoslováquia. Também atraíam fortemente os intelectuais, o grupo mais prontamente mobilizado sob a bandeira do antifascismo, e que formava o núcleo das organizações de resistência não partidárias/(mas genericamente esquerdistas). O caso de amor dos intelectuais franceses pelo marxismo, e o domínio da cultura italiana por pessoas ligadas ao Partido Comunista, que duraram ambos uma geração, foram produtos da Resistência. Quer tenham se lançado pessoalmente na Resistência, como o destacado editor do pós-guerra que observa com orgulho que todos os membros de sua empresa pegaram em armas como partisans, quer se tenham tornado simpatizantes comunistas porque eles próprios ou suas famílias não foram resistentes de fato — talvez tivessem estado até no outro lado —, todos os intelectuais sentiram a atração do Partido Comunista.

Com exceção das fortalezas de guerrilheiros nos Bálcãs, os comunistas não tentaram estabelecer regimes revolucionários em lugar nenhum. É verdade que não estavam em posição de fazer isso em parte alguma a Oeste de Trieste, mesmo que quisessem concorrer ao poder, mas também que a URSS, à qual seus partidos eram absolutamente leais, desencorajou vigorosamente tais investidas unilaterais ao poder. As revoluções comunistas de fato feitas (lugoslávia, Albânia, depois China), o foram contra a opinião de Stalin. A opinião soviética era que, internacionalmente e em cada país, a política do pós-guerra devia continuar dentro do esquema da aliança antifascista abrangente, isto é, buscava uma coexistência, ou antes simbiose, a longo prazo, de sistemas capitalistas e comunistas, e maior mudança social e política, presumivelmente por transformações dentro do "novo tipo de democracia" que surgiria das coalizões do

(*) Um dos amigos do autor, que acabou se tornando .subcomandante do MÓI sob o tcheco Arthur London, era um judeu austríaco de origem polonesa, que tinha como tarefa na Resistência organizar a propaganda antinazista entre as tropas alemãs na França.

tempo da guerra. Esse roteiro otimista logo desapareceu na Guerra Fria, tão completamente que poucos se lembram que Stalin exortou os comunistas iugoslavos a manter a monarquia, ou que em 1945 os comunistas britânicos se opunham ao rompimento da coalizão de Churchill da época da guerra, ou seja, à campanha eleitoral que iria levar o Partido Trabalhista ao poder. No entanto, não há dúvida de que Stalin dizia tudo isso a sério, e tentou prová-lo dissolvendo o Comintem em 1943, e o

Partido Comunista dos EUA em 1944.
A decisão de Stalin, expressa nas palavras de um líder comunista americano, "de que não levantaremos a questão do socialismo de forma e maneira a pôr em perigo ou enfraquecer [...] a unidade" (Browder, 1944, in Starobin, 1972, p. 57), deixava claras as suas intenções. Para fins práticos, como reconheceram os dissidentes comunistas, era um adeus permanente à revolução mundial. O socialismo se limitaria à URSS e à área destinada por negociação diplomática como sua zona de influência, isto é, basicamente a ocupada pelo Exército Vermelho no fim da guerra. Mesmo dentro dessa zona de influência, continuaria sendo mais uma perspectiva para o futuro do que um programa imediato para as novas "democracias populares". A história, que pouco se interessa pelas intenções políticas, seguiu outro rumo — exceto num aspecto. A divisão do globo, ou de uma grande parte dele, em duas zonas de influência, negociadas em 1944-5, permaneceu estável. Nenhum lado cruzou mais que momentaneamente a linha que os dividiu durante trinta anos. Ambos recuaram do confronto aberto, assegurando assim que as guerras frias mundiais jamais se tomassem quentes. VI
O breve sonho de Stalin, de uma parceria americano-soviética no pós-guerra, não fortaleceu de fato a aliança global de capitalismo liberal e comunismo contra o fascismo. Em vez disso, demonstrou sua força e amplitude. É evidente que se tratava de uma aliança contra uma ameaça militar, e que nunca teria existido sem a série de agressões da Alemanha nazista, culminando com a invasão da URSS e a declaração de guerra aos EUA. Apesar disso, a própria natureza da guerra confirmou as intuições de 1936 sobre as implicações da Guerra Civil Espanhola: a identificação de mobilização militar e civil com mudanças sociais. No lado aliado — mais que no fascista — foi uma guerra de reformadores, em parte porque nem mesmo a mais confiante potência capitalista podia esperar vencer uma guerra longa sem abandonar os "negócios de sempre", em parte porque a própria Segunda Guerra Mundial dramatizou os fracassos dos anos entreguerras, dos quais a não-união contra os agressores era apenas um sintoma menor. 769

Que vitória e mudança social andavam juntas, está claro pelo que sabemos do desenrolar da opinião pública nos países beligerantes ou libertados onde havia liberdade para expressá-la, exceto, curiosamente, nos EUA, onde os anos depois de 1936 viram uma erosão marginal do voto presidencial democrata, e uma acentuada ressurreição dos republicanos: era um país dominado por suas preocupações internas e muito mais distante dos sacrifícios da guerra que qualquer outro. Onde houve eleições autênticas, elas mostraram uma nítida mudança para a esquerda. O caso mais impressionante foi o britânico, onde as eleições de 1945 derrotaram o universalmente amado e admirado senhor da guerra, Winston Churchill, e levaram ao poder o Partido Trabalhista com um aumento de 50% em sua votação. Nos cinco anos seguintes, ele iria presidir um período de reformas sociais sem precedentes. Os dois grandes partidos

haviam se envolvido igualmente no esforço de guerra. O eleitorado escolheu aquele que prometia tanto vitória quanto transformação social. O fenómeno foi geral na Europa Ocidental guerreira, embora não se deva exagerar sua escala ou radicalismo, como tendeu a fazê-lo sua imagem pública, pela eliminação temporária da direita fascista ou colaboracionista.

"T-sA situação nas partes da Europa libertadas pela revolução guerrilheira ou pelo Exército Vermelho é mais difícil de julgar, ainda mais que o genocídio em massa, o grande deslocamento de população e a expulsão ou emigração forçada em massa tomaram impossível comparar antes e depois da guerra os países que mantiveram seus velhos nomes. Por toda essa área, o grosso dos habitantes dos países invadidos pelo Eixo se viu como vítima dele, com exceção dos politicamente divididos eslovacos e croatas, que ganharam Estados nominalmente independentes sob os auspícios alemães; a maioria das pessoas nos Estados aliados da Alemanha, Hungria e Roménia; e, claro, a grande diáspora alemã. Isso não queria dizer que simpatizassem com os movimentos de resistência de inspiração comunista — exceto talvez os judeus, perseguidos por todos os demais — e ainda menos (com exceção dos tradicionalmente russófi-los eslavos dos Bálcãs) com a Rússia. Os poloneses eram, em sua grande maioria, antialemães e anti-russos, e também anti-semitas. Os pequenos povos bálticos, ocupados pela URSS em 1940, haviam sido anti-russos, anti-semitas e pró-alemães, enquanto tinham tido escolha em 1941-5. Nem comunistas, nem Resistência seriam encontrados na Roménia, e muito pouco na Hungria. Por outro lado, o comunismo e o sentimento pró-russo eram fortes na Bulgária, embora a Resistência fosse precária, e na Tchecoslováquia o PC, sempre um partido de massa, surgiu como o grande favorito em eleições verdadeiramente livres. Vitórias de guerrilha não são plebiscitos, mas há pouca dúvida de que a maioria dos iugoslavos acolheu o triunfo dos partisans de Tito, exceto a minoria alemã, os seguidores do regime Ustashi croata, dos quais os sérvios se vingaram com selvageria por massacres anteriores, e um cerne tradicionalista na Sérvia, onde o movimento de Tito, e conseqüentemente a guerra antialemã, 170

jamais floresceram.* A Grécia permaneceu proverbialmente dividida, apesar da recusa de Stalin em ajudar os comunistas gregos e as forças pró-vermelhos contra os britânicos que apoiavam seus adversários. Só especialistas em estudos de famílias se dariam o trabalho de arriscar um palpite sobre os sentimentos políticos dos albaneses depois do triunfo dos comunistas. Contudo, em todos esses países iria começar uma era de maciça transformação social.

Muito curiosamente, a URSS foi (com os EUA) o único país beligerante a que a guerra não trouxe nenhuma mudança social e institucional significativa. Começou e terminou o conflito sob Yosif Stalin (ver capítulo 13). Contudo, está claro que a guerra impôs enormes tensões à estabilidade do sistema, sobretudo severamente reprimida na

área rural. Não fosse a arraigada crença do nacional-socialismo de que os eslavos eram uma raça de escravos subuma-nos, os invasores alemães teriam podido conquistar apoio duradouro entre muitos povos soviéticos. Por outro lado, a verdadeira base da vitória soviética foi o patriotismo da nacionalidade majoritária da URSS, os grandes russos, sempre a elite do Exército Vermelho, a que o regime soviético apelou em seus momentos de crise. Na verdade, a Segunda Guerra Mundial se tornou oficialmente conhecida na URSS como "a Grande Guerra Patriótica", corretamente. Lry

Neste ponto, o historiador deve dar um grande salto para evitar cair na armadilha de uma análise puramente ocidental. Pois muito pouco do que foi escrito neste capítulo até agora se aplica à maior parte do globo. Não é totalmente irrelevante para o conflito entre o Japão e a Ásia Oriental continental, uma vez que o Japão, dominado pela política da direita ultranacionalista, era aliado da Alemanha nazista, e as principais forças de resistência na China eram as comunistas. Aplica-se em certa medida à América Latina, grande importadora de ideologias europeias da moda, como fascismo ou comunismo, e sobretudo ao México, revivendo sua grande revolução na década de 1930 sob o presidente Lázaro Cardenas (1934-40) e apoiando apaixonadamente a República espanhola na Guerra Civil. Na verdade, depois da derrota o México continuou sendo o único Estado a reconhecer a República como o governo legítimo da Espanha. Contudo, para a maior parte da Ásia, África e o mundo islâmico, o fascismo, como ideologia ou como política de um Estado agressor, não era e jamais se tornou o principal e muito menos o único inimigo. Este era o "im-

(*) Contudo, os sérvios na Croácia e na Bósnia, assim como os montenegrinos (que proporcionaram 17% dos oficiais do exército partisan), eram fortemente pró-Tito, como o eram importantes setores dos croatas — povo do próprio Tito — e os eslovenos. A maior parte da luta se deu na Bósnia. 777

perialismo" ou "colonialismo", e as potências imperialistas eram, em sua maioria, as democracias liberais: Grã-Bretanha, França, os Países Baixos, Bélgica e os EUA. Além disso, todas as potências imperiais, com exceção do Japão, eram brancas.

Logicamente, os inimigos da potência imperial eram aliados em potencial na luta pela libertação colonial. Até mesmo o Japão, que, como sabiam os coreanos, taiuaneses, chineses e outros, tinha seu próprio tipo brutal de colonialismo, podia atrair a simpatia das forças anticoloniais do Sudeste Asiático e do Sul da Ásia como um defensor dos não-brancos contra os brancos. A luta antiimperial e a luta antifascista, portanto, tendiam a puxar para pólos opostos. O pacto de Stalin com os alemães em 1939, que perturbou a esquerda ocidental, permitiu aos comunistas da Índia e do Vietnã concentrar-se felizes na oposição aos britânicos e franceses; ao passo que a invasão, alemã da URSS em 1941 os obrigou, como bons comunistas, a dar prioridade à derrota do Eixo, ou seja, pôr a libertação de seus próprios países bem

mais abaixo na agenda. Isso era não só impopular, como estrategicamente sem sentido, numa época em que os impérios coloniais do Ocidente encontravam-se em seu período mais vulnerável, quando não de fato desmoronando. E, na verdade, os esquerdistas locais que não se sentiam presos pêlos grilhões da lealdade ao Comin-tem aproveitaram a oportunidade. O Partido do Congresso lançou o movimento "Deixe a Índia" em 1942, enquanto o radical bengali Subhas Bose de Bengala recrutava um Exército de Libertação Indiana para os japoneses formado por prisioneiros de guerra do exército indiano feitos durante os avanços relâmpago iniciais. Militantes anticoloniais na Birmânia e na Indonésia encaravam a situação do mesmo jeito. A reductio ad absurdum dessa lógica anti-colonialista foi a tentativa de um grupo marginal extremista judeu na Palestina de negociar com os alemães (via Damasco, então sob os franceses de Vichy) ajuda para libertar a Palestina dos britânicos, o que eles viam como a mais alta prioridade para o sionismo. (Um militante do grupo envolvido nessa missão acabou se tornando primeiro-ministro de Israel: Yitzhak Shamir.) Tais visões evidentemente não implicavam simpatia pelo fascismo, embora o anti-semitis-mo nazista pudesse atrair árabes palestinos em conflito com colonizadores sio-nistas, e alguns grupos no Sul da Ásia pudessem reconhecer-se nos arianos superiores da mitologia nazista. Mas eram casos especiais (ver capítulos 12 e 15).

O que exige explicação é por que, afinal, o antiimperialismo e os movimentos de libertação coloniais se inclinaram em sua maioria para a esquerda, e assim se viram, pelo menos no fim da guerra, convergindo com a mobiliza-"^••ção antifascista global. O motivo fundamental é que a esquerda ocidental era o viveiro das teorias e políticas antiimperialistas, e o apoio aos movimentos de libertação colonial vinha em maior parte da esquerda internacional, e sobretudo (desde o Congresso Bolchevique dos Povos Orientais, em Baku, em 1922) do Comintem e da URSS. Além disso, os ativistas e futuros líderes dos movi- 772

mentos de independência, que pertenciam principalmente às elites de seus países educadas no Ocidente, sentiam-se mais à vontade no ambiente não racista e anticolonial dos liberais, democratas, socialistas e comunistas locais do que em que qualquer outro, quando iam às suas metrópoles. Eram de qualquer modo quase todos modemizadores, aos quais os nostálgicos mitos medieva-listas, a ideologia nazista e o exclusivismo racista de suas teorias lembravam exatamente aquelas tendências "comunalistas" e "tribalistas" que, na opinião deles, eram sintomas do atraso de seu país explorados pelo imperialismo.

Em suma, uma aliança com o Eixo, obedecendo ao princípio de que "os inimigos de meu inimigo são meus amigos", só podia ser tática. Mesmo no Sudeste Asiático, onde o domínio japonês era menos repressivo que o dos antigos colonialistas, e exercido por não-brancos contra não-brancos, só podia ser passageiro, uma vez que o Japão, além de seu racismo generalizado, não tinha interesse em libertar colónias como tal. (E de

fato teve vida breve, porque o Japão foi logo derrotado.) O fascismo ou os nacionalismos do Eixo não exerciam nenhuma atração em particular. Por outro lado, um homem como Jawaharlal Nehru, que (ao contrário dos comunistas) não hesitou em lançar-se na rebelião do "Deixe a Índia" em 1942, ano da crise do império britânico, jamais deixou de acreditar que uma Índia livre ergueria uma sociedade socialista, e que a URSS seria uma aliada nesse esforço, talvez mesmo — com muitas reservas — um exemplo. ——i O fato de que os líderes e porta-vozes da libertação colonial eram, com muita frequência, minorias atípicas da população que pretendiam emancipar na verdade tornava mais fácil a convergência com o antifascismo, pois o grosso das populações coloniais era movido, ou pelo menos mobilizável, por sentimentos e ideias sobre os quais (não fosse o seu compromisso com a superioridade racial) o fascismo poderia ter exercido alguma atração: tradicionalismo; exclusivismo religioso e étnico; desconfiança do mundo moderno. Na verdade, esses sentimentos não haviam ainda sido mobilizados de maneira substancial, ou, se haviam, ainda não tinham se tomado politicamente dominantes. A mobilização de massa islâmica desenvolveu-se muito vigorosamente no mundo muçulmano de 1918 a 1945. Assim, a Irmandade Muçulmana de Hassan al-Banna (1928), um movimento fundamentalista marcadamente hostil ao liberalismo e ao comunismo, tomou-se o principal porta-estandarte do descontentamento das massas egípcias na década de 1940, e suas afinidades potenciais com as ideologias do Eixo eram mais do que táticas, sobretudo em vista de sua hostilidade ao sionismo. Contudo, os movimentos políticos que de fato chegaram ao poder nos países islâmicos, às vezes levados pelas massas funda-mentalistas, eram seculares e modemizantes. Os coronéis egípcios que iriam fazer a revolução de 1952 eram intelectuais emancipados que haviam estado em contato com os pequenos grupos comunistas egípcios cuja liderança, inci-dentalmente, era em grande parte judaica (Perrault, 1987). No subcontinente 173

indiano, o Paquistão (produto das décadas de 1930 e 1940) fora corretamente descrito como "o programa de elites secularizadas obrigadas pela desunião [territorial] da população muçulmana e pela competição com as maiorias hindus a chamar sua sociedade de 'islâmica', em vez de nacionalmente separatista" (Lapidus, 1988, p. 738). Na Síria, a operação foi feita pelo Partido Baath, fundado na década de 1940 por dois professores primários educados em Paris que, com todo o seu misticismo árabe, eram ideologicamente antiimperialistas e socialistas. A Constituição da Síria não faz menção alguma ao islã. A política iraqueana (até a Guerra do Golfo de 1991) era determinada por várias combinações de oficiais nacionalistas, comunistas e baathistas, todos dedicados à unidade árabe e ao socialismo (pelo menos em teoria), mas claramente não à lei do Corão. Tanto por motivos políticos quanto porque o movimento revolucionário argelino tinha uma ampla base (especialmente entre o grande grupo de trabalhadores braçais emigrados para a França), houve um forte elemento islâmico presente na revolução argelina.

Contudo, os revolucionários acertaram especificamente (em 1956) que "a sua era uma luta para destruir uma colonização anacrónica, mas não uma guerra de religião" (Lapidus, 1988, p. 693), e propuseram formar uma república social e democrática, que se tomou constitucionalmente uma república socialista unipartidária. Na verdade, o período de antifascismo é o único em que partidos comunistas de fato tiveram apoio e influência substanciais dentro de algumas partes do mundo islâmico, notadamente na Síria, Iraque ë Ira. Só muito depois é que as vozes seculares e modemizantes de liderança política foram afogadas e silenciadas pela política de massa do redespertar fundamentalista (ver capítulos 12 e 15).

\ Apesar de seus conflitos de interesse, que iriam ressurgir após a guerra, o antifascismo dos países ocidentais desenvolvidos e o antiimperialismo de suas colónias viram-se convergindo para o que ambos encaravam como um futuro de transformação social no pós-guerra. A URSS e o comunismo local ajudaram a transpor o fosso, já que significavam antiimperialismo para os primeiros e compromisso total com a vitória para o outro. Contudo, ao contrário dos teatros de guerra da Europa, os teatros não europeus não trouxeram grandes triunfos políticos aos comunistas, a não ser nos casos especiais onde (como na Europa) o antifascismo coincidiu com a libertação nacional/social: na China e Coreia, onde os colonialistas eram os japoneses, e na Indochina (Vietnã, Camboja, Laos), onde os inimigos imediatos da liberdade continuaram sendo os franceses, cuja administração local se subordinara aos japoneses quando esses haviam tomado a região. Esses eram os países onde o comunismo estava destinado a triunfar na era do pós-guerra, sob Mão, Kim II Sung e Ho Chi Minh. Em outras partes, os líderes dos Estados que iriam ser descolonizados vinham de movimentos em geral da esquerda, mas menos preocupados em 1941-5 em dar à derrota do Eixo prioridade sobre tudo o mais. Ainda assim, mesmo esses não podiam deixar de ver com algum otimismo a situação do mundo após a 174

derrota do Eixo. As duas superpotências não eram amigas do velho colonialismo, pelo menos no papel. Um conhecido partido anticolonialista chegara ao poder no coração do maior dos impérios. A força e legitimidade do velho colonialismo haviam sido seriamente solapadas. As possibilidades de liberdade pareciam melhores do que jamais antes. Isso se revelou verdade, mas não sem algumas brutais ações reacionárias dos velhos impérios. ^ VIU

Assim, a derrota do Eixo — mais precisamente da Alemanha e Japão — deixou pouca saudade, a não ser na Alemanha e no Japão, cujos povos tinham lutado, com obstinada lealdade e formidável eficiência, até o último dia. No fim, o fascismo não tinha mobilizado nada além de seus países originais, a não ser um punhado de minorias ideológicas da direita radical, a maioria das quais teria sido marginalizada em seus próprios países, uns poucos grupos nacionalistas que esperavam atingir seus objetivos com uma aliança germânica, e um monte de refugos do

fluir e refluir da guerra e conquista, recrutados para a bárbara soldadesca auxiliar da ocupação nazista. Os japoneses não mobilizaram nada além de uma simpatia temporária pela pele amarela, em vez da branca. O grande atrativo do fascismo europeu, que fornecia proteção contra os movimentos da classe trabalhadora, o socialismo, o comunismo e o quartel-general do demónio ateu em Moscou que os inspirava a todos, tinha conquistado apoio considerável entre os conservadores ricos, embora o apoio do grande capital fosse sempre mais pragmático que de princípios. Não era uma atração que sobrevivesse ao fracasso e à derrota. De qualquer modo, o efeito líquido de doze anos de nacional-socialismo foi que grande parte da Europa estava agora à mercê dos bolcheviques.

Assim, o fascismo dissolveu-se como um torrão de terra lançado num rio, e praticamente desapareceu do cenário político de vez a não ser na Itália, onde um modesto movimento neofascista (o Movimento Sociale Italiano), homenageando Mussolini, tem uma presença permanente na política italiana. Isso não se deveu apenas à exclusão da política de pessoas antes destacadas em regimes fascistas, embora não dos serviços do Estado e da vida pública, e menos ainda da vida económica. Não se deveu tampouco ao trauma dos bons alemães (e, de um modo diferente, dos japoneses leais) cujo mundo desabou no caos físico e moral de 1945, e para os quais a simples fidelidade a suas velhas crenças tornou-se contraproducente. Atrapalhou sua adaptação a uma vida nova e inicialmente incompreensível, sob as potências ocupantes, que lhes impuseram suas instituições e costumes: que determinaram os caminhos por onde teriam necessariamente de seguir dali em diante. O nacional-socialismo nada tinha a oferecer à Alemanha pós-1945, a não ser lembranças amargas. E típico que numa

parte marcadamente nacional-socialista da Alemanha de Hitier, a Áustria (que, por uma manobra de diplomacia internacional, se viu classificada mais entre os inocentes do que entre os culpados), a política do pós-guerra logo voltasse exa-tamente ao que fora antes da abolição da democracia em 1933, a não ser por uma ligeira virada para a esquerda (ver Flora, 1983, p. 99). O fascismo desapareceu com a crise mundial que lhe permitira surgir. Jamais fora, mesmo em teoria, um programa ou projeto político universal.

Por outro lado, o antifascismo, por mais heterogéneo e transitório que fosse sua mobilização, conseguiu unir uma extraordinária gama de forças. E o que é mais, essa unidade não foi negativa, mas positiva, e em certos aspectos duradoura. Ideologicamente, baseava-se nos valores e aspirações partilhados do Iluminismo e da Era das Revoluções: progresso pela aplicação da razão e da ciência; educação e governo popular; nenhuma desigualdade baseada em nascimento ou origem; sociedades voltadas mais para o futuro que para o passado. Algumas dessas semelhanças existiam apenas no papel, embora não seja inteiramente sem importância o fato de entidades políticas distantes da democracia

ocidental, e na verdade de qualquer democracia, como Etiópia de Men-gistu, a Somália antes da queda de Siad Bare, a Coreia do Norte de Kim II Sung, a Argélia e a Alemanha Oriental preferirem atribuir-se o título oficial de República Democrática do Povo (ou Popular). E um título que regimes fascistas, autoritários e mesmo conservadores tradicionais teriam rejeitado com desprezo no entreguerras.

Em outros aspectos, as aspirações comuns não eram tão distantes da realidade comum. O capitalismo constitucional ocidental, os sistemas comunistas e o Terceiro Mundo estavam igualmente comprometidos com iguais direitos para todas as raças e ambos os sexos, mas não de uma forma que distinguisse sistematicamente um grupo de outro, ou seja, todos ficavam aquém do objeti-vo comum.* Eram todos Estados seculares. Mais precisamente, após 1945 eram quase todos Estados que, deliberada e ativamente, rejeitaram a supremacia do mercado e acreditaram na administração e planejamento da economia pelo Estado. Por mais difícil que seja lembrar, na era da teologia do neolibe-ralismo económico, como entre o início da década de 1940 e a de 1970 os mais prestigiosos e até então influentes defensores da completa liberdade de mercado, como por exemplo Friedrich von Hayek, viram-se e a seus semelhantes como profetas no deserto, advertindo em vão um capitalismo ocidental que não lhes dava ouvidos, de que estava trilhando a "Estrada da Servidão" ^(Hayek, 1944). Na verdade, avançava para uma era de milagres económicos (ver capítulo 9). Os governos capitalistas estavam convencidos de que só o intervencionismo económico podia impedir um retomo às catástrofes econô-

(*) Notadamente, todos esqueceram o importante papel desempenhado pelas mulheres na guerra, na Resistência e na libertação.

micas do entreguerras e evitar os perigos políticos de pessoas radicalizadas a ponto de preferirem o comunismo, como antes tinham preferido Hitier. Países do Terceiro Mundo acreditavam que só a ação pública podia tirar suas economias do atraso e dependência. No mundo descolonizado, seguindo a inspiração da União Soviética, a estrada para o futuro parecia ser a do socialismo. A União Soviética e sua nova e extensa família acreditavam apenas no planejamento central. Todas as três regiões do mundo avançaram no pós-guerra com a convicção de que a vitória sobre o Eixo, conseguida através da mobilização política e de políticas revolucionárias, além de sangue e ferro, abria uma nova era de transformação social.

Em certo sentido, tinham razão. Jamais a face do globo e a vida humana foram tão dramaticamente transformadas quanto na era que começou sob as nuvens em cogumelo de Hiroxima e Nagasaki. Mas como sempre a história tomou apenas consciência marginal das intenções humanas, mesmo as dos for-muladores de decisões nacionais. A verdadeira transformação social não foi pretendida nem planejada. E de qualquer modo, a primeira contingência que se teve de enfrentar foi o imediato colapso da grande aliança antifascista. Assim que não mais houve um fascismo para uni-los contra si, capitalismo e comunismo mais uma vez se prepararam para

enfrentar um ao outro como inimigos mortais.

777

6 AS ARTES 1914-45 A Paris dos surrealistas é também um pequeno "universo " [...] No maior, o cosmo, as coisas não parecem diferentes. Também ali há encruzilhadas onde sinais espectrais lampejam no trânsito, e inconcebíveis analogias e ligações entre fatos são a ordem do dia. E a região da qual se comunica a lírica poesia do surrealismo. Walter Benjamin, "Surrealismo", in Rua de mão única (1979, p. 231) A nova arquitetura parece fazer pouco progresso nos EUA [...] O.s defensores do novo estilo estão muito ansiosos, e alguns falam no estridente estilo pedagógico dos crentes no Imposto Único [...] mas, a não ser no nível dos projetos de fábricas, parecem não estar fazendo muitos seguidores. H.L.Mencken, 1931

O motivo pelo qual brilhantes desenhistas de moda, uma raça notoriamente não analítica, às vezes conseguem prever as formas dos acontecimentos futuros melhor que os profetas profissionais é uma das mais obscuras questões da história; e, para o historiador da cultura, uma das mais fundamentais. É sem dúvida fundamental para quem queira entender o impacto da era dos cataclismos no mundo da alta cultura, das artes da elite, e sobretudo na vanguarda. Pois aceita-se geralmente que essas artes previram o colapso da sociedade liberal-burguesa com vários anos de antecedência (ver A era dos impérios). Em 1914, praticamente tudo que se pode chamar pelo amplo e meio indefinido termo de "modernismo" já se achava a postos: cubismo; expressionismo; abstracionismo puro na pintura; funcionalismo e ausência de ornamentos na arquitetura; o abandono da tonalidade na música; o rompimento com a tradição na literatura.

Um grande número de nomes que iria constar da lista de "modernistas" eminentes da maioria das pessoas já se encontravam maduros, produtivos ou J 7 8

mesmo famosos em 1914.* Até mesmo T. S. Eliot, cuja poesia só foi publicada de 1917 em diante, já fazia parte do cenário vanguardista de Londres [como colaborador (com Pound) de Blast, de Wyndham Lewisj. Esses filhos da — no mais tardar — década de 1880 continuavam sendo ícones da modernidade quarenta anos depois. O fato de que vários homens e mulheres que só começaram a surgir após a guerra também chegassem às listas de eminentes "modernistas" da alta cultura surpreende menos que o domínio da geração mais velha.** (Assim, mesmo os sucessores de Schõnberg — Alban Berg e Anton Webern — pertencem à geração de 1880.)

Na verdade, as únicas inovações formais depois de 1914 no mundo da vanguarda "estabelecida" parecem ter sido duas: o dadaísmo, que se transformou ou antecipou o surrealismo na metade ocidental da Europa, e o construti-vismo soviético na oriental. O construtivismo, uma excursão por esqueléticas construções tridimensionais e de preferência móveis,

que têm seu análogo mais próximo em algumas estruturas de parque de diversão (rodas gigantes, carecas enormes etc.), foi logo absorvido pelo estilo dominante da arquitetura e do desenho industrial, em grande parte por meio da Bauhaus (da qual falaremos mais à frente). Seus mais ambiciosos projetos, como a famosa torre inclinada giratória de Tatlin, em homenagem à Internacional Comunista, jamais chegaram a ser construídos, ou então tiveram vidas evanescentes como decoração dos primeiros rituais públicos soviéticos. Apesar de novo, o construtivismo pouco mais fez do que ampliar o repertório do modernismo arquitetônico.

O dadaísmo tomou forma no meio de um grupo misto de exilados em Zurique (onde outro grupo de exilados, sob Lenin, aguardava a revolução), em 1916, como um angustiado mas irónico protesto niilista contra a guerra mundial e a sociedade que a incubara, inclusive contra sua arte. Como rejeitava toda arte, não tinha características formais, embora tomasse emprestados alguns truques das vanguardas cubista e futurista pré-1914, entre eles a colagem, ou montagem de pedaços de imagens, inclusive de fotos. Basicamente, qualquer coisa que pudesse causar apoplexia entre os amantes de arte burguesa convencional era dadaísmo aceitável. O escândalo era seu princípio de coesão. Assim, a exposição por Mareei Duchamp (1887-1968) de um vaso de mictório público como "arte instantânea" em Nova York, em 1917, encaixava-se perfeitamente no espírito do dadaísmo, a que ele se juntou ao voltar dos EUA; mas sua discreta recusa posterior a ter qualquer relação com a arte — preferia jogar xadrez — não. Pois nada havia de discreto no dadaísmo.

(*) Matisse e Picasse; Schõnberg e Stravinsky; Gropius e Mies van der Rohe; Proust, James Joyce, Thomas Mann e Franz Kafka; Yeats, Ezra Pound, Alexander Blok e Anna Akhmatova. (**) Entre outros, Isaac Babel (1894); Lê Corbusier (1897); Ernest Hemingway (1899); Bertolt Brecht, Garcia Lorca e Hamus Eisler (todos nascidos em 1898); Kurt Weill (1900); Jean-Paul Sartre (1905); e W. H. Auden (1907). 779

O surrealismo, embora igualmente dedicado à rejeição da arte como era até então conhecida, igualmente dado a escândalos públicos e (como veremos) ainda mais atraído pela revolução social, era mais que um protesto negativo; como seria de esperar de um movimento centrado principalmente na França, um país onde toda moda exige uma teoria. Na verdade, podemos dizer que, enquanto o dadaísmo naufragava no início da década de 1920 com a era de guerra e revolução que lhe dera origem, o surrealismo saía dela com o que se tem chamado de "uma súplica pela ressurreição da imaginação, baseada no Inconsciente revelado pela psicanálise, os símbolos e sonhos" (Willett, 1978).

Sob certos aspectos, foi uma ressurreição, em trajes do século xx (ver A era das revoluções, capítulo 14), porém com mais senso de absurdo e diversão. Ao contrário das vanguardas "modernistas" dominantes, mas como o dadaísmo, o surrealismo não se interessava pela inovação formal como tal: se o Inconsciente se expressava num fluxo aleatório de

palavras ("escrita automática"), ou no meticuloso estilo académico século xix em que Salvador Dali (1904-89) pintava seus deliqüescentes relógios em paisagens desertas, pouco importava. O que contava era reconhecer a capacidade da imaginação espontânea, não mediada por sistemas de controle racional, para extrair coesão do incoerente, e uma lógica aparentemente necessária do visivelmente ilógico ou mesmo impossível. O Castelo nos Pireneus, de René Margritte (1898-1967), cuidadosamente pintado à maneira de um postal, sai do topo de uma rocha imensa, como se houvesse brotado ali. Só que a rocha, como um ovo gigante, está flutuando no céu acima do mar, pintados com igual cuidado realista.

O surrealismo foi uma contribuição autêntica ao repertório das artes de vanguarda e sua novidade foi atestada por sua capacidade de causar impacto, incompreensão ou, o que era a mesma coisa, de provocar um riso às vezes embaraçado, mesmo entre os membros da vanguarda mais antiga. Essa foi a minha própria reação, admitidamente juvenil, à Exposição Surrealista Internacional de 1936 em Londres, e depois a um amigo pintor surrealista em Paris, cuja insistência em produzir o exato equivalente em óleo de uma foto de entranhas humanas achei difícil de entender. Apesar disso, em retrospecto, deve ser visto como um movimento admiravelmente fértil, sobretudo na França e em países como os hispânicos, onde a influência francesa era forte. Influenciou poetas de primeira categoria na França (Eluard, Aragón); Espanha (Garcia Lorca); Europa Oriental e América Latina (César Vallejo no Peru, Pablo Ne-ruda no Chile); e na verdade parte dele ainda ecoa na literatura de "realismo mágico" daquele continente muito tempo depois. Suas imagens e visões — Max Emst (1891-1976), Magritte, Joan Miro (1893-1983) e sim, mesmo Salvador Dali — tomaram-se parte das nossas. E, ao contrário da maioria das vanguardas ocidentais anteriores, de fato fertilizou a principal arte do século xx, a da câmera. Não por acaso o cinema tem dívidas com o surrealismo não apenas de LUÍS Bunuel (1900-83), mas também do principal roteirista do cine-

ma francês nessa era, Jacques Prévert (1900-77), enquanto o fotojomalismo tem dívidas com o surrealismo de Henri Cartier-Bresson (1908-).

No entanto, somando-se tudo, estas foram ampliações da revolução da vanguarda nas grandes artes, que já se dera antes que o mundo cujo colapso ela expressava se fizesse de fato em pedaços. Três coisas se podem observar sobre essa revolução na era dos cataclismos: a vanguarda se tomou, por assim dizer, parte da cultura estabelecida; foi pelo menos em parte absorvida pela vida cotidiana; e — talvez acima de tudo — tomou-se dramaticamente politizada, talvez mais que as grandes artes em qualquer período desde a Era das Revoluções. E, no entanto, jamais devemos esquecer que, durante todo esse período, continuou isolada dos gostos e preocupações das massas do próprio público ocidental, embora agora o invadisse mais do que esse público em geral admitia. A não ser

por uma minoria um tanto maior que antes de 1914, não era do que a maioria das pessoas real e conscientemente gostavam.

Dizer que a nova vanguarda se tomou fundamental para as artes estabelecidas não é afirmar que tomou o lugar do clássico e da moda, mas que complementou os dois, e se tomou a prova de um sério interesse por assuntos culturais. O repertório operístico internacional continuou sendo essencialmente o que era na Era dos Impérios, tendo compositores nascidos no início da década de 1860 (Richard Strauss, Mascagni), ou mesmo antes (Puccini, Leoncavallo, Janacek), como os extremos limites da "modernidade", como, em termos gerais, ainda continuam.*

Contudo, o parceiro tradicional da ópera, o bale, foi transformado num considerável veículo de vanguarda pelo grande empresário russo Sergei Diaghilev (1872-1929), sobretudo durante a Primeira Guerra Mundial. Após sua montagem de 1917, em Paris, de Parade (desenhos de Picasse, música de Satie, libreto de Jean Cocteau, notas do programa de Guiliaume Apoilinaire), cenários de gente como os cubistas George Braque (1882-1963) e Joan Gris (1887-1927); música composta ou reescrita por Stravinsky, De Falia, Milhaud e Poulenc tornaram-se de rigueur, enquanto os estilos de dança e coreografia eram modernizados de acordo. Antes de 1914, pelo menos na Grã-Bretanha, a Exposição Pós-Impressionista fora vaiada por um público filistino, enquanto Stravinsky causava escândalo aonde quer que fosse, como causou o Armory Show em Nova York e em outras partes. Após a guerra, os filistinos calaram-se diante das provocativas exposições do "modernismo", das deliberadas declarações de independência do desacreditado mundo do pré-guerra, manifestos de revolução cultural. E, através do bale modernista, explorando sua combinação única de apelo esnobe, magnetismo da voga (mais a nova Vogue)

(*) E significativo o fato de que, com relativamente raras exceções —Alban Berg, Benjamin Britten — as grandes criações para o palco musical após 1918 — por exemplo A ópera dos três vinténs, Mahagonny, Porgy and Bess — não tenham sido escritas para teatros de ópera oficiais.

e status artístico de elite, a vanguarda irrompeu de sua paliçada. Graças a Diaghilev, escreveu uma figura típica do jornalismo cultural britânico da década de 1920, "a multidão apreciou positivamente os cenários dos melhores e mais ridicularizados pintores vivos. Ele nos deu Música Moderna sem lágrimas e Pintura Moderna sem risos" (Mortimer, 1925). s^ O bale de Diaghilev não era simplesmente um veículo para a difusão das artes de vanguarda, que, de qualquer modo, variavam de um país para outro. Nem, na verdade, foi a mesma vanguarda difundida por todo o mundo ocidental, pois, apesar da continuada hegemonia de Paris sobre grandes regiões de elite cultural, reforçada depois de 1918 pelo afluxo de expatriados americanos (a geração de Hemingway e Scott Fitzgeraíd), não mais havia na verdade uma alta cultura unificada no Velho Mundo. Na Europa, Paris competia com o Eixo Moscou—Berlim, até

que o triunfo de Stalin e Hitier silenciou ou dispersou as vanguardas russa e alemã. Os fragmentos dos antigos impérios habsburgo e otomano seguiram seu próprio caminho em literatura, isolados por línguas que ninguém tentava séria ou sistematicamente traduzir até a era da diáspora antifascista na década de 1930. O extraordinário florescimento da poesia em língua espanhola dos dois lados do Atlântico não teve impacto quase nenhum até que a Guerra Civil Espanhola de 1936-9 a revelasse. Mesmo as artes menos prejudicadas pela torre de Babel, as de imagem e som, eram menos internacionais do que se poderia supor, como mostra uma comparação da posição relativa de, digamos, Hindemith dentro e fora da Alemanha, ou de Poulenc dentro e fora da França. Os cultos amantes de arte ingleses, inteiramente familiarizados mesmo com os membros conhecidos da École de Paris do entreguerras, talvez sequer tivessem ouvido falar dos nomes de pintores expressionistas alemães importantes como Noide e Franz Marc.

Só havia na verdade duas artes de vanguarda que todos os porta-vozes da novidade artística, em todos os países, podiam com certeza admirar, e as duas vinham mais do Novo que do Velho Mundo: o cinema e o jazz. O cinema foi cooptado pela vanguarda durante algum tempo durante a Primeira Guerra Mundial, depois de inexplicavelmente ignorado por ela (ver A era dos impérios). Não apenas se tomou essencial admirar essa arte, e notadamente sua maior personalidade. Charles Chaplin (a quem poucos poetas modernos de respeito deixaram de dedicar uma composição), como também os próprios artistas de vanguarda se lançaram na realização cinematográfica, mais especialmente na Alemanha de Weimar e na Rússia soviética, onde na verdade dominaram a produção. O cânone de "filmes de arte" que se esperava que os fãs intelectuais admirassem em pequenos templos de cinema especializados durante a era dos cataclismos, de um lado a outro do globo, consistia essencialmente de criações da vanguarda como: Encouraçado Potemkim, de Sergei Eisenstein (1898-1948), de 1925, em geral considerado como a obra-prima de todos os tempos. A sequência da escadaria de Odessa nessa obra, que quem 182

tenha visto — como eu vi num cinema de vanguarda de Charing Cross, na década de 1930 —jamais esquece, foi descrita como "a sequência clássica do cinema mudo, e possivelmente os mais influentes seis minutos da história do cinema" (Manvell, 1944, pp. 47-8).

De meados da década de 1930 em diante, os intelectuais favoreceram o cinema francês populista de René Clair; Jean Renoir (não atipicamente, filho do pintor); Mareei Carne; o ex-surrealista Prévert; e Auric, ex-membro do cartel musical de vanguarda Lês Six. Estes, como críticos não intelectuais gostavam de observar, eram menos agradáveis, embora sem dúvida mais artisticamente refinados que o grosso daquilo que centenas de milhões (incluindo os intelectuais) viam toda semana em palácios do cinema cada vez mais gigantescos e luxuosos, ou seja, a produção de Holiywood. Do outro lado, os show-men realistas de Holiywood

foram quase tão rápidos quanto Diaghilev em perceber a contribuição da vanguarda ao lucro. "Tio" Cari Laemmie, o chefão da Universal Studios, talvez o menos intelectualmente ambicioso dos mandachu-vas de Holiywood, cuidava de abastecer-se com os mais recentes homens e ideias nas visitas anuais à sua Alemanha natal, com o resultado de que o produto característico de seus estúdios, o filme de horror (Frankenstein, Drácula etc.), era às vezes uma cópia bastante próxima de modelos expressionistas alemães. O fluxo de diretores da Europa Central, como Lang, Lubitsch e Wilder, para o outro lado do Atlântico — e praticamente todos eles eram vistos como intelectuais em suas terras nativas — iria ter impacto considerável sobre a própria Holiywood, para não falar de técnicos como Kari Freund (1890-1969) ou Eugen Schufftan (1893-1977). Contudo, o caminho do cinema e das artes populares será examinado mais adiante.

O "7Qzz" da "Era do Jazz", ou seja, uma espécie de combinação de negros americanos, dance music rítmica sincopada e uma instrumentação não convencional pêlos padrões tradicionais, quase certamente despertou aprovação universal entre a vanguarda, menos por seus próprios méritos que como mais um símbolo de modernidade, da era da máquina, um rompimento com o passado — em suma, outro manifesto de revolução cultural. A equipe da Bauhaus se fez fotografar com um saxofone. A paixão autêntica pelo tipo de jazz hoje reconhecido como a grande contribuição dos EUA à música do século xx continuou sendo rara entre intelectuais estabelecidos, de vanguarda ou não, até a segunda metade do século. Os que a cultivaram, como eu depois da visita de Duke Eilington a Londres em 1933, eram uma pequena minoria.

Qualquer que fosse a linhagem local de modernismo, entre as guerras ele se tornou o emblema dos que queriam provar que eram cultos e atualizados. Se se gostava ou não, ou mesmo se se tinha ou não lido, visto ou ouvido obras dos nomes aprovados e reconhecidos — por exemplo pêlos alunos de literatura inglesa da primeira metade da década de 1930, T. S. Eliot, Ezra Pound, James Joyce e D. H. Lawrence —, era inconcebível não falar deles com conhe- 183

cimento. E o que é talvez mais interessante: a vanguarda intelectual de cada país reescreveu ou revalorizou o passado para encaixá-lo nas exigências contemporâneas. Os ingleses receberam firmes instruções de esquecer Milton e Tennyson, mas admirar John Donne. O mais influente crítico britânico da época, F. R. Leavis, de Cambridge, chegou mesmo a idealizar um cânone, ou "grande tradição", de romances ingleses que era o exato oposto de uma verdadeira tradição, pois omitia da sucessão histórica qualquer coisa de que o crítico não gostasse, como tudo de Dickens, com exceção de um romance até então tido como uma das obras menores do mestre, Hard times*

Para os amantes da pintura espanhola, Murilo agora estava fora de moda, mas a admiração por El Greco era obrigatória. Acima de tudo, porém, qualquer coisa relacionada com a Era do Capital e a Era dos

Impérios (fora sua arte de vanguarda) era não apenas rejeitada: tomou-se praticamente invisível. Isso foi demonstrado não só pela queda vertical dos preços da pintura académica do século xix (e a correspondente, mas ainda modesta, ascensão dos impressionistas e modernistas posteriores): continuaram quase invendáveis até a década de 1960. As próprias tentativas de reconhecer algum mérito na construção vitoriana tinham em si um ar de deliberada provocação ao verdadeiro bom gosto, associada a reacionários de mau gosto. Este autor, criado entre os grandes monumentos arquitetônicos da burguesia liberal que cercam a velha "cidade interna" de Viena, ficou sabendo, por uma espécie de osmose cultural, que eles deviam ser encarados como inautênticos ou pomposos, ou as duas coisas juntas. Tais prédios só foram de fato destruídos en masse nas décadas de 1950 e 1960, as mais desastrosas na arquitetura moderna, motivo pelo qual uma Sociedade Vitoriana para proteção de prédios do período 1840-1914 só foi estabelecida na Grã-Bretanha em 1958 (mais de vinte anos depois de um Grupo Georgiano, para proteger a menos proscrita herança do século xvin).

O impacto da vanguarda no cinema comercial já sugere que o "modernismo" começava a deixar sua marca na vida diária. Fez isso obliquamente, com produções que o grande público não considerava "arte", e conseqüente-mente não tinham de ser julgadas por um critério de valor estético a priori: primeiramente na publicidade, no desenho industrial, na arte gráfica comercial e em objetos genuínos. Assim, entre os defensores da modernidade, a famosa cadeira tubular de Mareei Breuer (1925-9) trazia uma enorme carga ideológica e estética (Giedion, 1948, pp. 488-95). Contudo, iria abrir caminho para o mundo moderno não como um manifesto, e sim como a modesta mas universalmente útil cadeira móvel empilhável. Porém não pode haver dúvida alguma de que, menos de vinte anos depois da eclosão da Primeira Guerra Mundial, a vida metropolitana de todo o mundo ocidental encontrava-se claramente mar-

(*) Para ser justo, o dr. Leavis acabou, embora um pouco relutantemente, encontrando palavras mais adequadas de apreciação para esse grande escritor.

cada pelo modernismo, mesmo em países como os EUA e a Grã-Bretanha, que pareciam não receptivos a ele na década de 1920. A aerodinâmica, que varreu o design americano de produtos adequados e inadequados a ela a partir do início da década de 1930, ecoava o futurismo italiano, O estilo art déco (derivado da Exposição de Artes Decorativas de Paris, de 1925) domesticou a angu-laridade e abstração modernistas. A revolução moderna do livro em brochura na década de 1930 (Penguin Books) abria caminho para a tipografia de vanguarda de Jan Tschichold (1902-74). O ataque frontal do modernismo ainda era desviado. Só depois da Segunda Guerra Mundial o chamado Estilo Internacional de arquitetura modernista transformou o cenário urbano, embora seus principais propagandistas e praticantes — Gropius, Lê Corbusier, Mies van der Rohe, Frank Lioyd Wright etc. — estivessem em atividade há muito tempo. Com algumas

exceções, o grosso dos prédios públicos, inclusive de projetos habitacionais de municipalidades da esquerda, que se poderia esperar simpatizassem com a nova arquitetura de preocupações sociais, mostravam pouco sinal de sua influência, a não ser uma aparente antipatia pelo enfeite. A maior parte da maciça reconstrução da "Viena Vermelha" operária na década de 1920 foi feita por arquitetos que mal figuram, caso figurem, na maioria das histórias da arquitetura. Mas os equipamentos menores da vida diária foram rapidamente remodelados pela modernidade.

Devemos deixar que o historiador de arte decida até onde isso se deveu à herança dos movimentos de artes e ofícios e da art nouveau, em que a arte de vanguarda se empenhara para uso diário; até onde veio dos construtivistas russos, alguns dos quais decidiram deliberadamente revolucionar o desenho de produção de massa; até onde veio da adequação do purismo modernista à moderna tecnologia doméstica (por exemplo, o design de cozinha). Permanece o fato de que um estabelecimento de vida curta, que começou principalmente como centro de vanguarda política e artística, veio a dar o tom na arquitetura e nas artes aplicadas de duas gerações. Foi a Bauhaus, ou a escola de arte e desenho de Weimar e depois Dessau na Alemanha Central (1919-33), cuja existência coincidiu com a República de Weimar — acabou dissolvida pêlos nacional-socialistas pouco depois de Hitier tomar o poder. A lista de nomes de uma forma ou de outra associados à Bauhaus parece um Who 's Who das artes avançadas entre o Reno e os Urais: Gropius e Mies van der Rohe; Lyonel Feininger, Paul Klee e Wassily Kandinsky; Malevich, El Lissitzky, Moholy-Nager etc. Sua influência se baseava não só nesses talentos, mas — a partir de 1921 — num deliberado afastamento da velha tradição de artes e ofícios e belas artes (de vanguarda) em direção a designs de uso prático e produção industrial: carrocerias de carros (de Gropius), poltronas de aviões, arte gráfica publicitária (uma paixão do construtivista russo El Lissitzky), além do desenho das cédulas de l e 2 milhões de marcos durante a grande hiperinflação alemã de 1923. 185

A Bauhaus — como mostram seus problemas com políticos hostis a ela — foi considerada profundamente subversiva. E na verdade algum tipo de compromisso político domina as artes "sérias" na Era da Catástrofe. Na década de 1930, chegou até a Grã-Bretanha, ainda um porto seguro de estabilidade social e política em meio à revolução europeia, e aos EUA, distantes da guerra mas não da Grande Depressão. Esse compromisso político não era de modo algum apenas da esquerda, embora os amantes radicais de arte achassem difícil, sobretudo quando jovens, aceitar que génio criador e opiniões progressistas não andassem juntos. Contudo, especialmente na literatura, opiniões profundamente reacionárias, às vezes traduzidas em práticas fascistas, eram bastante comuns na Europa Ocidental. Os poetas T. S. Eliot e Ezra Pound na Grã-Bretanha e no exílio; William ButIerYeats (1865-1939) na Irlanda; o romancista Knut Hamsun (1859-1952) na Noruega, um apaixonado colaborador dos nazistas;

D. H. Lawrence na Grã-Bretanha e Louis Ferdinand Céline na França (1884-1961) são exemplos óbvios. Os brilhantes talentos dos emigrados russos não podem, claro, ser automaticamente classificados como "reacionários", embora alguns deles o fossem, ou assim se tomassem; pois a recusa a aceitar o bolchevismo unia emigrados de opiniões políticas largamente diferentes.

Apesar disso, provavelmente seria seguro dizer que no ambiente da guerra mundial e da Revolução de Outubro, e mais ainda na era de antifascismo das décadas de 1930 e 1940, foi a esquerda, muitas vezes a esquerda revolucionária, que basicamente atraiu a vanguarda. Na verdade, guerra e revolução politizaram vários movimentos de vanguarda não políticos antes da guerra na França e na Rússia. (A maior parte da vanguarda russa, porém, não mostrou qualquer entusiasmo inicial pelo movimento de Outubro.) Como a influência de Lenin trouxe o marxismo de volta ao mundo ocidental, também assegurou a conversão das vanguardas ao que os nacional-socialistas, não incorretamente, chamavam de "bolchevismo cultural" (Kulturboischewismus). O dadaísmo era a favor da revolução. Seu sucessor, o surrealismo, só tinha problemas para decidir que tipo de revolução, a maioria da seita preferindo Trotski a Stalin. O Eixo Moscou— Berlim, que influenciou tão grande parte da cultura, baseava-se em simpatias comuns. Mies van der Rohe construiu um monumento aos líderes espartaquis-tas assassinados Kari Liebknecht e Rosa Luxemburgo para o Partido Comunista alemão. Gropius, Bruno Taut (1880-1938), Lê Corbusier, Hannes Mayer e toda a "Brigada Bauhaus" aceitaram encomendas soviéticas — verdade que numa época em que a Grande Depressão tomava a URSS não apenas ideológica, mas também profissionalmente atraente para os arquitetos ocidentais. Mesmo o cinema alemão, em essência não muito político, foi radicalizado, como atesta o maravilhoso diretor G. W. Pabst (1885-1967), um homem mais interessado em apresentar mulheres que assuntos públicos, e mais tarde bastante disposto a trabalhar sob os nazistas. Contudo, nos últimos anos de Weimar foi autor de alguns dos filmes mais radicais, incluindo A ópera dos três vinténs, de Brecht-Weill. J86

A tragédia dos artistas modernistas, de esquerda ou direita, foi que o compromisso político muito mais efetivo de seus próprios movimentos de massa e de seus próprios governantes — para não falar de seus adversários — os rejeitaram. Com a parcial exceção do fascismo italiano influenciado pelo futurismo, os novos regimes autoritários da direita e da esquerda preferiam prédios e vistas monumentais anacrónicos e gigantescos, representações edificantes na pintura e na escultura, elaboradas interpretações dos clássicos no palco e ideologia aceitável em literatura. Hitier, claro, era um pintor frustrado que acabou encontrando um jovem arquiteto competente para realizar suas concepções gigantescas, Albert Speer. Contudo, nem Mussolini, nem Stalin, nem o general Franco, os quais inspiraram todos seus próprios dinossauros arquitetônicos, começaram a vida com tais ambições pessoais. Nem a

vanguarda alemã, nem a russa, portanto, sobreviveram à ascensão de Hitier e Stalin, e os dois países, na ponta de tudo que era avançado e reconhecido nas artes da década de 1920, quase desapareceram do panorama cultural. ï) Retrospectivamente, podemos perceber melhor que os contemporâneos o desastre cultural que o triunfo de Hitier e Stalin se revelou, ou seja,(;omo as artes de vanguarda tinham raízes no solo revolucionário da Europa Central e Oriental. O melhor vinho das artes parecia dar nas encostas raiadas de lava dos vulcões. Não era apenas que as autoridades culturais de regimes politicamente revolucionários davam mais reconhecimento oficial, isto é, patrocínio, aos revolucionários artísticos que os conservadores que eles substituíram, mesmo que suas autoridades políticas não mostrassem entusiasmo. Anatol Luna-charsky, o "Comissário para Esclarecimento" ^estimulava a vanguarda, embora o gosto de Lenin em arte fosse bastante convencional. O governo social -democrata da Prússia, antes de ser expulso do cargo em 1933 (sem resistência) pelas autoridades do Reich alemão, mais de direita, encorajou o maestro radical Otto Klemperer a transformar um dos teatros de ópera de Berlim numa vitrine de tudo que era avançado em música entre 1928 e 1931. Contudo, de uma maneira indefinível, também parece que as épocas de cataclismo aumentaram as sensibilidades, aguçaram as paixões dos que as viveram, na Europa Central e Oriental. A visão deles era dura, sem alegria, e a própria dureza e o senso trágico que a infundiam eram o que às vezes dava a talentos não especialmente destacados uma amarga eloquência denunciatória, por exemplo B. Traven, um insignificante emigrante boémio anarquista antes ligado à breve República Soviética de Munique de 1919, que passou a escrever sobre marinheiros e o México (O tesouro de sierra Madre, de Huston e com Bogart, baseou-se nele). Sem isso, ele teria continuado em merecida obscuridade. Quando um artista desses perdia o senso de que o mundo era intolerável, como fez o selvagem satirista alemão George Grosz ao emigrar para os EUA após 1933, restava-lhe apenas sentimentalismo tecnicamente competente.

A arte de vanguarda centro-européia da era dos cataclismos raramente 787

expressou esperança, embora seus membros politicamente revolucionários estivessem comprometidos com uma visão positiva do futuro, por convicções ideológicas. Suas mais vigorosas realizações, a maioria datando dos anos anteriores à supremacia de Hitier e Stalin — "Não posso pensar no que dizer sobre Hitier" ,* brincava o grande satirista austríaco Kari Kraus, que a Primeira Guerra Mundial deixara tudo menos mudo (Kraus, 1922) —, brotaram do apocalipse e da tragédia: a ópera Wozzefe de Alban Berg (apresentada pela primeira vez em 1926); A ópera dos três vinténs (1928) e Mahagonny (1931), de Brecht e Weill; Die Massnahme (1930), de Brecht-Eisler; os contos da Cavalaria vermelha (1926), de Isaac Babel; o filme Encouraçado Potemkim (1925), de Eisenstein; ou Berlin-Alexanderplatz (1929), de Alfred Dõblin. Quanto ao

colapso do império habsburgo, produziu uma extraordinária explosão de literatura, que foi da denúncia de Os últimos dias da humanidade (1922), de Kari Kraus, passando pela ambígua bufoneria de O bravo soldado Schwejk (1921), até a melancólica lamentação de Radetskymarsch (1932), de Joseph Roth, e a interminável auto-reflexão de O homem sem qualidades (1930), de Robert Musil. Nenhum conjunto de acontecimentos políticos do século xx teve um impacto tão profundo sobre a imaginação criadora, embora à sua maneira a revolução e guerra civil irlandesas (1916-22), com 0'Casey, e de um modo mais simbólico a Revolução Mexicana (1910-20), com seus muralistas — mas não a Revolução Russa —, tivessem influenciado as artes J;m seus respectivos países. Um império destinado a cair como metáfora de uma elite cultural ocidental minada e em desmoronamento ela própria: essas imagens há muito rondavam os escuros desvãos da imaginação centro-européia. O fim da ordem encontrou expressão nas Elegias de Duíno (1913-23), do grande poeta Rainer Maria Rilke (1875-1926). Outro escritor de Praga, de língua alemã, apresentou um sentido ainda mais absoluto ^a^ da incompreensibilidade da situação humana, individual e coletiva: Franz Kafka (1883-1924), cuja obra foi quase toda publicada postumamente. Essa, pois, foi a arte criada nos dias em que o mundo desabava nas horas em que fugiam as fundações da Terra para citar o intelectual clássico e poeta A. E. Housman, que estava longe da vanguarda (Housman, 1988, p. 138). Essa era uma arte com a visão do "anjo da história", que o marxista judeu alemão Walter Benjamin (1892-1940) dizia reconhecer no quadro Angeius novas, de Paul Klee: O rosto volta-se para o passado. Onde vemos uma cadeia de acontecimentos à nossa frente, ele vê uma única catástrofe, que prossegue amontoando detritos sobre ruínas até chegarem a seus pés. Se ao menos ele pudesse ficar para acordar (*) "Mir fallt w Hitier nichts ein." Isso não impediu Kraus, após um longo silêncio, de escrever umas cem páginas sobre o assunto, que no entanto ultrapassou sua compreensão. 188

os mortos e juntar os fragmentos do que se quebrou! Mas sopra uma tempestade dos lados do Paraíso, batendo em suas asas com tal força que o Anjo não mais pode fechá-las. Essa tempestade o leva irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o monte de detritos a seus pés chega aos céus. Essa tempestade é o que chamamos de progresso. (Benjamin, 1971, pp. 84-5) A Oeste da zona de colapso e revolução, o senso de inelutável cataclismo era menor, mas o futuro parecia igualmente enigmático. Apesar do trauma da Primeira Guerra Mundial, a continuidade com o passado não foi tão obviamente rompida até a década de 1930, a da Grande Depressão, do fascismo e da guerra.* Mesmo assim, em retrospecto, o estado de espírito dos intelectuais ocidentais parece menos desesperado e mais esperançoso que os dos centro-europeus, agora espalhados e isolados de Moscou a Holiywood, ou dos europeus do Leste, cativos silenciados pelo fracasso e o terror. Continuavam a achar que defendiam valores ameaçados, mas ainda

não destruídos, para revitalizar o que estava vivo em sua sociedade, se necessário transformando-a. Como veremos (capítulo 18), grande parte da cegueira ocidental para com os erros da União Soviética de Stalin deveu-se à convicção de que, afinal, ela representava, os valores do Iluminismo contra a desintegração da razão; do "progresso" no sentido antigo e simples, muito menos problemático que o "vento soprando do Paraíso" de Walter Benjamin. Só entre os ultra-reacionários encontrávamos o sentido do mundo como uma tragédia incompreensível, ou melhor, como para o maior romancista britânico da época, Evelyn Waugh (1903-66), uma comédia negra para estóicos; ou, como para o romancista francês Louis Ferdinand Céline, um pesadelo até para os cínicos. Embora o melhor e mais inteligente jovem poeta da vanguarda britânica da época, W. H. Auden (1907-73), percebesse a história como tragédia — Spain, Falais dês Beaux-Arts —, o estado de espírito do grupo do qual ele era o centro achava a situação humana bastante aceitável. Os mais impressionantes artistas de vanguarda britânicos, o escultor Henry Moore (1898-1986) e o compositor Benjamin Britten (1913-76), dão a impressão de que estariam bastante dispostos a deixar que a crise mundial os contornasse, caso ela não se houvesse intrometido. Mas ela o fez.

As artes de vanguarda ainda eram um conceito restrito à cultura da Europa e seus entornes e dependências, e mesmo lá os pioneiros na fronteira da revolução artística muitas vezes ainda se voltavam ansiosos para Paris e mesmo — em medida menor, mas surpreendente — para Londres.** Ainda não se

(*) Na verdade, os grandes ecos literários da Primeira Guerra Mundial só começaram a reverberar lá pelo fim da década de 1920, quando Nada de novo nofront (1929; filme de Holiywood, 1930), de Erich Maria Remarque, vendeu 2,5 milhões de exemplares em um ano e meio, em 25 línguas.

(**) O escritor argentino Jorge Luís Borges (1899-1986) era conhecidamente anglofilo e voltado para a Inglaterra; o extraordinário poeta grego alexandrino K. P. Kaváfis (1863-1933) na verdade tinha o inglês como primeira língua, assim como — pelo menos para fins literários — 789

voltavam para NovaYork. O que isso significa é que a vanguarda não europeia mal existia fora do hemisfério ocidental, onde se achava firmemente ancorada tanto na experimentação artística quanto na revolução social. Seus mais conhecidos representantes nessa época, os pintores muralistas da revolução mexicana, discordavam apenas sobre Stalin e Trotski, mas não sobre Zapata e Lenin, a quem Diego de Rivera (1886-1957) insistiu em incluir num afresco destinado ao novo Rockefeller Center em Nova York (um triunfo de art déco que só ficava atrás do prédio da Chrysler), para desprazer dos Rockefeller.

Contudo, para a maioria dos artistas no mundo não ocidental o problema era a modernidade, não o modernismo. Como iriam seus escritores transformar vernáculos falados em idiomas literários flexíveis e

compreensíveis para o mundo contemporâneo, como faziam os bengaleses desde meados do século xix na Índia? Como os homens (talvez, naqueles novos tempos, até as mulheres) iriam escrever poesia em urdu, e não mais no persa clássico até então obrigatório para tais fins? Em turco, e não mais no árabe clássico que a revolução de Atatürk lançara na lata de lixo da história, junto com o fez e o véu das mulheres? Que iriam fazer, em países de culturas antigas, com relação as suas tradições? Artes que, por mais atraentes que fossem, não pertenciam ao século xx? Abandonar o passado era revolucionário o suficiente para fazer parecer irrelevante ou mesmo incompreensível a revolta ocidental de uma fase da modernidade contra a outra. Tchecov e Toistoi podiam parecer modelos mais adequados que James Joyce para os que achavam que sua tarefa — e sua inspiração — era "ir ao povo" e pintar um quadro realista de seus sofrimentos e ajudá-lo a revoltar-se. Até os escritores japoneses, que aderiram ao modernismo na década de 1920 (provavelmente pelo contato com o futurismo italiano), tinham um contingente "proletário" socialista ou comunista forte, e de quando em quando dominante (Keene, 1984, capítulo 15). Na verdade, o primeiro grande escritor moderno chinês, Lu Hsün (1881-1936), rejeitou deliberadamente os modelos ocidentais e voltou-se para a literatura russa, onde "podemos ver a boa alma dos oprimidos, seus sofrimentos e lutas" (Lu Hsün, 1975, p. 23).

Para a maioria dos talentos criativos do mundo não europeu que não estavam confinados por suas tradições nem eram simples ocidentalizadores, a tarefa principal parecia ser descobrir, erguer o véu e apresentar a realidade contemporânea de seus povos. O realismo era o movimento deles.

De certa forma, esse desejo uniu as artes do Oriente e do Ocidente. Pois Fernando Pessoa (1888-1935), o maior poeta português do século. É bem conhecida a influência de Kipling sobre Brecht. 190

ficava cada vez mais claro que o século xx era o do homem comum, e dominado pelas artes produzidas por e para ele. Dois instrumentos interligados tornaram o mundo do homem comum visível e capaz de documentação como jamais antes: a reportagem e a câmera. Nenhum dos dois era novo (ver A era do capital, capítulo 15; A era dos impérios, capítulo 9), mas entraram numa era de ouro de consciência própria depois de 1914. Os escritores, sobretudo nos EUA, não apenas se viam como registradores ou repórteres, mas escreviam para jornais e na verdade eram ou tinham sido jornalistas: Emest Hemingway (1889-1961), Theodore Dreiser (1871-1945), Sinclair Lewis (1885-1951). "Reportagem" — o termo aparece pela primeira vez em dicionários franceses em 1929, e em ingleses em 1931 — tornou-se um género aceito de literatura socialmente crítica e de apresentação visual na década de 1920, em grande parte sob a influência da vanguarda revolucionária russa, que louvava o fato acima da diversão popular que a esquerda europeia sempre condenara como o

ópio do povo. O jornalista comunista tcheco Egon Erwin Kisch, que se orgulhava do nome de "Repórter com Pressa" (Der rasende Repórter, 1925, era o título da primeira de uma série de suas reportagens), parece ter posto o termo em circulação na Europa Central. A palavra se espalhou, sobretudo através do cinema, pela vanguarda ocidental. Suas origens são claramente visíveis nas partes denominadas "Jornal da tela" e "O olho da câmera" — alusão ao cine-documentarista Dziga Vertov — com que a narrativa é entrecortada na trilogia USA, de John dos Passos (1896-1970), escrita no período esquerdista do romancista. Nas mãos da vanguarda de esquerda, o "cinedocumentário" se tornou um movimento com consciência própria, mas na década de 1930 mesmo os profissionais menos ousados do ramo de notícias e revistas reivindicavam um status intelectual e criativo mais elevado, transformando alguns jornais da tela, em geral despretensiosos tapa-buracos, em mais grandiosos documentários como "Marcha do tempo", e tomando de empréstimo as inovações de fotógrafos da vanguarda, como os pioneiros do comunista AIZ da década de 1920, para criar uma era de ouro da revista ilustrada: Life nos EUA, Picture Post na Grã-Bretanha, Vu na França. Contudo, fora dos países anglo-saxônicos, ela só começou a florescer em massa após a Segunda Guerra Mundial.

O novo fotojornalismo devia seus méritos não só aos homens talentosos — às vezes até mulheres — que descobriram a fotografia como meio de comunicação, à ilusória crença de que "a câmera não mente", ou seja, que de algum modo ela representava a verdade "real", e às melhorias técnicas que tornaram fáceis as fotos não posadas com as novas câmeras em miniatura (a Leica foi lançada em 1924), mas talvez acima de tudo ao domínio universal do cinema. Homens e mulheres aprenderam a ver a realidade através de lentes de câmeras. Pois embora aumentasse a circulação da palavra impressa (agora também cada vez mais intercalada com fotos de rotogravura na imprensa sen- 191

sacionalista), esta perdeu terreno para o cinema. A Era da Catástrofe foi a era da tela grande de cinema. Em fins da década de 1930, para cada britânico que comprava um jornal diário, dois compravam um ingresso de cinema (Ste-venson, pp. 396, 403). Na verdade, à medida que se aprofundava a Depressão e o mundo era varrido pela guerra, a frequência nos cinemas no Ocidente atingia o mais alto pico de todos os tempos.

No novo veículo visual, as artes de vanguarda e de massa se fertilizavam umas às outras. Na verdade, nos velhos países do Ocidente o domínio das camadas educadas e um certo elitismo penetraram mesmo o veículo de massa do cinema, produzindo uma época de ouro para o cinema mudo alemão durante a era de Weimar, para o filme sonoro francês na década de 1930, e para o cinema italiano assim que retiraram a manta do fascismo que encobria seus talentos. Desses, talvez o cinema populista francês da década de 1930 tenha sido o mais bem-sucedido na combinação do que os intelectuais queriam de cultura com o que o grande público queria de diversão. Foi o único cinema intelectual que jamais esqueceu

a importância da trama, especialmente de amor e crime, e o único capaz de fazer boas piadas. Onde a vanguarda (política e artística) fez somente o que quis inteiramente, como no movimento documentário ou na arte agitprop [agitação e propaganda], seu trabalho raramente atingiu mais que pequenas minorias.

Contudo, não é a contribuição da vanguarda que toma importantes as artes de massa da época. É sua hegemonia cultural cada vez mais inegável, embora, como vimos, fora dos EUA ainda não tivessem escapado inteiramente da supervisão da elite cultural. As artes (ou melhor, diversões) que se tomaram dominantes foram as que se dirigiam a massas mais amplas do que o grande, e crescente, público de classe média e classe média baixa com gostos tradicionais. Estas ainda dominavam o "boulevard" europeu, ou o teatro do "West End", ou seus equivalentes, pelo menos até Hitier dispersar os fabricantes de tais produtos, mas seu interesse é pequeno. O fato mais interessante nessa região média foi o crescimento extraordinário, explosivo, de um género que dera alguns sinais de vida antes de 1914, mas nenhum indício de seus triunfos posteriores: a história policial, agora escrita em tamanho de livro. O género era basicamente britânico — talvez um tributo ao Sherlock Holmes de A. Conan Doyle, que se tomou internacionalmente conhecido na década de 1890 — e, o que é mais surpreendente, em grande parte feminino e académico. Sua pioneira, Agatha Christie (1891-1976), continua sendo best-seller até hoje. As versões internacionais desse género ainda eram bastante inspiradas pelo modelo britânico, ou seja, tratavam quase exclusivamente de assassinatos como um jogo de salão, que exigia a mesma engenhosidade dos jogos de palavras cruzadas com dicas enigmáticas de alta classe, que eram uma especialidade ainda mais britânica. O género é melhor visto como uma curiosa invocação a uma ordem social ameaçada mas ainda não rompida. O assassinato, que agora se 792

tornava o crime central, quase único, para mobilizar o detetive, estoura num ambiente caracteristicamente ordeiro — a casa de campo, ou algum meio profissional conhecido — e é reconstituído até apontar uma das maçãs podres que confirmam a sanidade do resto do barril. Restaura-se a ordem com a razão, aplicada ao problema pelo detetive, que representa ele próprio (ainda era quase sempre um homem) o ambiente. Daí talvez a insistência no investigador privado, a menos que o próprio policial fosse, ao contrário da maioria de sua espécie, um membro das classes alta ou média. Era um género profundamente conservador, embora ainda autoconfiante, ao contrário da ascensão contemporânea do mais histérico thriller de agente secreto (também basicamente britânico), um género com grande futuro na segunda metade do século. Seus autores, homens de méritos literários modestos, muitas vezes encontravam um cenário adequado no serviço secreto de seu país.*

Em 1914, os veículos de comunicação de massa em escala moderna já podiam ser tidos como certos em vários países ocidentais. Mesmo assim, seu crescimento na era dos cataclismos foi espetacular. A circulação de

jornais nos EUA cresceu muito mais rápido que a população, dobrando entre 1920 e 1950. Nessa altura, vendia-se entre trezentos e 350 jornais por cada cem homens, mulheres e crianças de um país "desenvolvido" típico, embora/os escandinavos e australianos consumissem ainda mais publicações, e os urbanizados britânicos, talvez por ser sua imprensa mais nacional que local, compravam espantosos seiscentos exemplares para cada mil habitantes (UN Statistical Yearbook, 1948). A imprensa atraía os alfabetizados, embora em países de escolaridade de massa fizesse o melhor possível para satisfazer os semi-alfa-betizados com ilustrações e histórias em quadrinhos, ainda não admiradas pêlos intelectuais, e desenvolvendo uma linguagem muito colorida, apelativa e pseudodemótica, qu^vitava palavras de muitas sílabas. Sua influência na literatura não foi pequena. O cinema, por outro lado, fazia poucas exigências à alfabetização, e depois que aprendeu a falar, em fins da década de 1920, praticamente nenhuma ao público de língua inglesa.

Contudo, ao contrário da imprensa, que na maioria das partes do mundo interessava apenas a uma pequena elite, o cinema foi quase desde o início um veículo de massa internacional. O abandono da linguagem potencialmente universal do filme mudo, com seus códigos testados de comunicação intercultu-ral, com certeza muito fez para tomar internacionalmente familiar o inglês falado, e com isso ajudou a estabelecer a língua como o patoá global do fim do século. Pois na era de ouro de Holiywood os filmes eram principalmente

(*) Os ancestrais do moderno thriller ou romance policial "grosso" eram muito mais demó-ticos. Dashiell Hammett (1894-1961) começou como agente da Pinkerton e publicou em revistas pulp [de pacotilha]. Aliás, o único autor a transformar a história policial em literatura autêntica, o belga Georges Simenon (1903-89), era um escritor autodidata que escrevia por contrato. 193

americanos — a não ser no Japão, onde se faziam quase tantos longas-metra-gens quanto nos EUA. Quanto ao resto do mundo, às vésperas da Segunda Guerra Mundial Holiywood fazia quase tantos filmes quanto todas as outras indústrias combinadas, mesmo incluindo a Índia, que já produzia cerca de 170 por ano para um público tão grande quanto o do Japão e quase tanto quanto o dos EUA. Em 1937, produziu 567 filmes, ou cerca de mais de dez por semana. A diferença entre a capacidade hegemónica do capitalismo e a do socialismo burocratizado é a que existe entre esse número e os 4] filmes que a URSS dizia ter produzido em 1938. Apesar disso, por motivos linguísticos óbvios, o predomínio global tão extraordinário de uma única indústria não podia durar. De qualquer modo, não sobreviveu à desintegração do "sistema de estúdios", que atingiu seu auge nessa época como uma máquina de produção de sonhos em massa, mas desmoronou pouco depois da Segunda Guerra Mundial.

O terceiro dos veículos de massa era inteiramente novo: o rádio. Ao contrário dos outros dois, baseava-se sobretudo na propriedade privada do que ainda era um maquinário sofisticado, e assim se

restringia, em essência, aos países "desenvolvidos" relativamente prósperos. Na Itália, o número de aparelhos de rádio não ultrapassou o de automóveis até 1931 (Isola, 1990). As grandes concentrações de aparelhos de rádio se encontravam, na véspera da Segunda Guerra Mundial, nos EUA, Escandinávia, Nova Zelândia e Grã-Bretanha. Contudo, nesses países ele avançou em ritmo espetacular, e mesmo os pobres podiam comprá-lo. Dos 9 milhões de aparelhos da Grã-Bretanha em 1939, metade foi comprada por pessoas que ganhavam entre 2,5 e quatro libras por semana — uma renda modesta — e outros 2 milhões por pessoas ganhando menos que isso (Briggs, 1961, vol. 2, p. 254). Talvez não surpreenda o fato de que a audiência de rádio duplicou nos anos da Grande Depressão, quando sua taxa de crescimento foi mais rápida do que antes ou depois. Pois o rádio transformava a vida dos pobres, e sobretudo das mulheres pobres presas ao lar, como nada fizera antes. Trazia o mundo à sua sala. Daí em diante, os mais solitários não precisavam mais ficar inteiramente sós. E toda a gama do que podia ser dito, cantado, tocado ou de outro modo expresso em som estava agora ao alcance deles. Surpreende, portanto, que um veículo desconhecido, quando a Primeira Guerra Mundial acabou, houvesse conquistado 10 milhões de lares nos EUA no ano da quebra da Bolsa, mais de 27 milhões em 1939 e mais de 40 milhões em 1950?

Ao contrário do cinema, ou mesmo da nova imprensa de massa, o rádio não transformou de nenhum modo profundo a maneira humana de perceber a realidade. Não criou novos meios de ver ou estabelecer relações entre as impressões dos sentidos e as ideias (ver A era dos impérios). Era simplesmente um veículo, não uma mensagem. Mas sua capacidade de falar simultaneamente a incontáveis milhões, cada um deles sentindo-se abordado como indivíduo, transformava-o numa ferramenta inconcebivelmente poderosa de informação

de massa, como governantes e vendedores logo perceberam, para propaganda política e publicidade. No início da década de 1930, o presidente dos EUA já descobrira o potencial da "conversa ao pé da lareira" pelo rádio, e o rei da Grã-Bretanha o das transmissões de Natal da família real (1932 e 1933, respectivamente). Na Segunda Guerra Mundial, com sua interminável demanda de notícias, o rádio alcançou a maioridade como instrumento político e meio de informação. O número de aparelhos de rádio na Europa Continental aumentou substancialmente em todos os países, a não ser nos muito arrasados por batalhas (Briggs, 1961, vol. 3, apêndice C). Em vários casos, seu número duplicou ou mais que duplicou. Na maioria dos países não europeus, sua ascensão foi ainda mais acentuada. Seu uso pelo comércio, embora desde o começo dominasse as ondas aéreas nos EUA, teve uma conquista mais difícil em outras partes, uma vez que, por tradição, os governos relutavam em abrir mão do controle sobre um meio tão poderoso de influenciar cidadãos. A BBC manteve seu monopólio público. Onde a transmissão comercial foi tolerada, esperava-se ainda assim que acatasse a voz oficial.

É difícil reconhecer as inovações da cultura do rádio, pois muito daquilo que ele iniciou tornou-se parte da vida diária — o comentário esportivo, o noticiário, o programa de entrevistas com celebridades, a novela, e também todos os tipos de seriado. A mais profunda mudança que ele trouxe foi simultaneamente privatizar e estruturar a vida de acordo com um horário rigoroso, que daí em diante governou não apenas a esfera do trabalho, mas a do lazer. Contudo, curiosamente, esse veículo — e, até o surgimento do vídeo e do videocassete, sua sucessora, a televisão — embora essencialmente centrado no indivíduo e na família, criou sua própria esfera pública. Pela primeira vez na história pessoas desconhecidas que se encontravam provavelmente sabiam o que cada uma tinha ouvido (ou, mais tarde, visto) na noite anterior: o grande jogo, o programa humorístico favorito, o discurso de Winston Churchill, o conteúdo do noticiário.

A arte mais significativamente afetada pelo rádio foi a música, pois ele abolia as limitações acústicas ou mecânicas do alcance dos sons. A música, a última das artes a romper a velha prisão corporal que limita a comunicação oral, já tinha entrado na era da reprodução mecânica antes de 1914, com o gramofone, embora este ainda não estivesse ao alcance das massas. Os anos do entreguerras sem dúvida puseram gramofones e discos ao alcance das massas, embora o virtual colapso do mercado de "discos raciais", isto é, música típica dos pobres, durante a Depressão americana, demonstrasse a fragilidade dessa expansão. Contudo, o disco, embora sua qualidade técnica melhorasse depois de cerca de 1930, tinha seus limites, entre outros de duração. Além disso, seu alcance dependia das vendas. O rádio, pela primeira vez, permitiu que música fosse ouvida a distância por mais de cinco minutos ininterruptos, e por um número teoricamente ilimitado de ouvintes. Tomou-se assim um populariza- 795

dor único da música de minorias (incluindo a clássica e, de longe, o mais poderoso meio de venda de discos, como de fato continua sendo). O rádio não mudou a música — certamente afetou-a menos que o teatro ou o cinema, que também aprendeu a reproduzir sons — mas o papel da música na vida contemporânea, não excluindo o de pano de fundo para a vida cotidiana, é inconcebível sem ele.

As forças que dominaram as artes populares foram assim basicamente tecnológicas e industriais: imprensa, câmera, cinema, disco e rádio. Contudo, desde o fim do século xix uma verdadeira fonte de inovação criativa autónoma vinha se acumulando nos setores populares e de diversão de algumas grandes cidades (ver A era dos impérios). Estava longe de exaurida, e a revolução nas comunicações levou seus produtos muito além de seus ambientes originais. Assim, o tango argentino formalizado, e sobretudo ampliado de dança para canção, provavelmente atingiu o auge nas décadas de 1920 e 1930, e quando seu maior astro, Carlos Gardel (1890-1935), morreu num acidente aéreo, foi chorado por toda a América espanhola, e (graças aos discos) transformado numa

presença permanente. O samba, destinado a simbolizar o Brasil como o tango a Argentina, é filho da democratização do Carnaval do Rio na década de 1920. Contudo, o acontecimento mais impressionante e, a longo prazo, influente dessa área foi o desenvolvimento do jau nos EUA, em grande parte sob o impacto da migração dos negros dos estados do Sul para as grandes cidades do Meio-Oeste e Nordeste: uma autêntica arte musical do artista profissional (basicamente negro).

O impacto de algumas dessas inovações ou acontecimentos populares ainda era restrito fora de seus ambientes locais. Também era ainda menos revolucionário do que viria a tomar-se na segunda metade do século, quando — para tomar o exemplo óbvio — um idioma diretamente derivado do blues negro americano se tomou, na forma de rock'n'roll, uma linguagem global de nossa cultura. Apesar disso, porém — com exceção do cinema —, o impacto dos meios de comunicação de massa e da criação popular foi mais modesto do que se tomou na segunda metade do século (o que será examinado em seguida); já era enorme em quantidade e impressionante em qualidade, sobretudo nos EUA, que começaram a exercer uma inquestionável hegemonia nesses campos, graças a sua extraordinária preponderância económica, seu firme compromisso com o comércio e a democracia, e, após a Grande Depressão, a influência do populismo rooseveltiano. No campo da cultura popular, o mundo era americano ou provinciano. Com uma exceção, nenhum outro modelo nacional ou regional se estabeleceu globalmente, embora alguns tivessem substancial influência regional (por exemplo, a música egípcia dentro do mundo islâmico), e um toque exótico ocasional entrasse na cultura popular comercial global de vez em quando, como os componentes caribenhos e lati-no-americanos de dança e música. A única exceção foi o esporte. Nesse setor 796

de cultura popular — e quem, tendo visto a seleção brasileira em seus dias de glória, negará sua pretensão à condição de arte? — a influência americana permaneceu restrita à área de dominação política de Washington. Do mesmo modo que o críquete só é jogado como esporte de massa onde a bandeira britânica drapejou um dia, também o beisebol causou pouco impacto, a não ser onde os marines americanos desembarcaram um dia. O esporte que o mundo tornou seu foi o futebol de clubes, filho da presença global britânica, que introduziu times com nomes de empresas britânicas ou compostos de expatriados britânicos (como o São Paulo Atlético Club) do gelo polar ao Equador. Esse jogo simples e elegante, não perturbado por regras e/ou equipamentos complexos, e que podia ser praticado em qualquer espaço aberto mais ou menos plano do tamanho exigido, abriu caminho no mundo inteiramente por seus próprios méritos, e, com o estabelecimento da Copa do Mundo em 1930 (conquistada pelo Uruguai), tomou-se genuinamente universal.

E no entanto, por nossos padrões, os esportes de massa, embora agora globais, permaneceram extraordinariamente primitivos. Seus praticantes ainda não tinham sido absorvidos pela economia capitalista.

As grandes estrelas ainda eram amadores, como no ténis (isto é, assimilados ao status burguês tradicional), ou profissionais que ganhavam um salário não muito superior ao de um operário industrial qualificado, como no futebol britânico. Ainda tinham de ser apreciados pessoalmente, pois mesmo o rádio só podia traduzir a visão real do jogo ou corrida nos crescentes decibéis da voz do locutor. A era da televisão e dos esportistas pagos ainda estava alguns anos à frente. Mas, como veremos (capítulos 9a 11), não tantos assim. 191

7 O FIM DOS IMPÉRIOS Ele se tornou um revolucionário terrorista em 1911. Seu guru esteve presente em sua noite de núpcias, e ele jamais morou com a esposa durante os dez anos até a morte dela, em 1928. Era uma regra férrea para os revolucionários manter distância das mulheres [...} Ele me dizia que a índia ia se libertar pela luta, como os irlandeses. Foi quando estava com ele que li Minha luta pela liberdade irlandesa, de Dan Breen. Dan Breen era o ideal de Masterda. Ele chamou sua organização de "Exército Republicano Indiano, setor de Chittagong", por causa do Exército Republicano Irlandês. Kalpana Dutt (1945, pp. 16-7) A raça de administradores colonais nascida no paraíso tolerava e até mesmo estimulava o sistema de subomo-corrupção porque este proporcionava um maquinaria barato para o exercício do controle sobre populações agitadas e muitas vezes dissidentes. Pois o que isso significa na verdade é que o que um homem deseja (isto é, ganhar seu processo judicial ou obter um emprego oficial) pode ser conseguido fazendo um favor ao homem com poder de dar ou negar. O "favor" feito não precisa ser uma doação em dinheiro (isso é grosseiro, e poucos europeus na índia sujavam as mãos desse jeito). Pode ser uma doação de amizade e respeito, pródiga hospitalidade, ou de fundos para uma "boa causa", mas acima de tudo, lealdade ao raj. M. Carritt(1985,pp. 63-4)

Durante o século xix, alguns países — sobretudo aqueles às margens do Atlântico Norte — conquistaram o resto do globo não europeu com ridícula facilidade. Onde não se deram ao trabalho de ocupar e dominar, os países do Ocidente estabeleceram uma superioridade ainda mais incontestável com seu 198

sistema económico e social, sua organização e tecnologia. O capitalismo e a sociedade burguesa transformaram e dominaram o mundo, e ofereceram o modelo — até 1917 o único modelo — para os que não queriam ser devorados ou deixados para trás pela máquina mortífera da história. Depois de 1917, o comunismo soviético ofereceu um modelo alternativo, mas essencialmente do mesmo tipo, exceto por dispensar a empresa privada e as instituições liberais. A história do século xx do mundo não ocidental, ou mais exatamente não norte-ocidental, é portanto determinada por suas relações com os países que se estabeleceram no século xix como os senhores da espécie humana.

Nessa medida, a história do Breve Século xx continua sendo geografica-mente distorcida, e só pode ser escrita dessa maneira, pelo

historiador que deseja concentrar-se na dinâmica da transformação global. Isso não significa que partilhemos do senso de superioridade condescendente e demasiadas vezes etnocêntrico, ou mesmo racista, e do completamente injustificável fari-saísmo ainda comuns nos países favorecidos. Na verdade, este historiador se opõe apaixonadamente ao que E. P. Thompson chamou de "enorme condescendência" para com os atrasados e pobres do mundo. Apesar disso, permanece o fato de que a dinâmica da maior parte da história do mundo no Breve Século xx é derivada, não original. Consiste essencialmente das tentativas das elites das sociedades não burguesas de imitar o modelo em que o Ocidente foi pioneiro, visto como o de sociedades que geram progresso, e a forma de poder e cultura da riqueza, com o "desenvolvimento" tecno-científico, numa variante capitalista ou socialista.* Não havia outro modelo operacional além da "ocidentalização" ou "modernização", ou o que se queira chamá-lo. Por outro lado, só o eufemismo político separa os vários sinónimos de "atraso" (como Lenin não hesitava em descrever a situação de seu próprio país e dos "países coloniais e atrasados") que a diplomacia internacional espalhou por um mundo descolonizado ("subdesenvolvidos", "em desenvolvimento" etc.).

O modelo operacional de "desenvolvimento" podia ser combinado com vários outros conjuntos de crenças e ideologias, contanto que não interferissem com ele, isto é, contanto que o país interessado não proibisse, por exemplo, a construção de aeroportos por não terem sido autorizados pelo Corão ou a Bíblia, ou por entrarem em conflito com a edificante tradição da cavalaria medieval, ou por serem incompatíveis com a profundidade da alma eslava. Por outro lado, onde tais conjuntos de crenças se opunham ao processo de "desen-

(*) Vale a pena observar que a simples dicotomia "capitalista"/"socialista" é mais política que analítica. Reflete o surgimento de movimentos trabalhistas de massa cuja ideologia socialista era, na prática, pouco mais que o conceito da atual sociedade ("capitalismo") virada pelo avesso. Isso foi reforçado, após a Revolução de Outubro de 1917, pela longa Guerra Fria Vermelho/ Antivermelho do Breve Século xx. Em vez de classificar o sistemas económicos de, digamos, EUA, Coreia do Sul, Áustria, Hong Kong, Alemanha Ocidental e México sob o mesmo título de "capitalismo", seria perfeitamente possível classificá-los sob vários.

volvimento" na prática, e não apenas em teoria, asseguravam o fracasso e a derrota. Por mais forte e sincera que fosse a crença em que a magia desviaria balas de metralhadora, ela funcionava demasiado raramente para fazer muita diferença. O telefone e o telégrafo eram melhores meios de comunicação que a telepatia do taumaturgo.

Isso não significa descartar as tradições, crenças ou ideologias, imutáveis ou modificadas, pelas quais as sociedades que entravam em

contato com o novo mundo de "desenvolvimento" o julgavam. Tradicionalismo e socialismo concordavam ao detectar um espaço moral vazio no centro do triunfante liberalismo capitalista económico — e político — que destruía todos os laços entre indivíduos, exceto os baseados na "tendência a trocar" de Adam Smith e na busca de satisfação e interesses pessoais. Como sistema moral, maneira de ordenar o lugar dos seres humanos no mundo, de reconhecer o que e quanto o "desenvolvimento" e o "progreso" destruíam, as ideologias e sistemas de valores pré ou não capitalistas eram muitas vezes superiores às crenças que as canhoneiras, comerciantes, missionários e administradores coloniais traziam consigo. Como meio de mobilizar as massas em sociedades tradicionais contra a modernização, capitalista ou socialista, ou mais precisamente contra os forasteiros que a traziam, esses movimentos podiam em certas condições ser muito eficazes, embora na verdade nenhum dos que foram bem-sucedidos na libertação do mundo atrasado, antes da década de 1970, tivesse sido inspirado ou estabelecido em ação por ideologias tradicionais ou neotradicionais. Isso apesar do fato de que um desses movimentos, a breve agitação de Khilafat na Índia britânica (1920-1), exigindo a manutenção do sultão turco como califa de todos os fiéis, a manutenção do império otomano com suas fronteiras de 1914 e o controle muçulmano sobre os lugares santos do islã (inclusive a Palestina), provavelmente impôs a não-cooperação e a desobediência civil em massa a um hesitante Congresso Nacional Indiano (Minault, 1982). As mais características mobilizações de massa sob os auspícios da religião — a "Igreja" mantinha melhor seu domínio sobre a gente simples que o "rei" — foram ações reacionárias, embora às vezes tenazes e heróicas, como a resistência camponesa à Revolução Mexicana secularizante, sob a bandeira de "Cristo Rei" (1926-32), descrita pelo seu principal historiador em termos épicos como "a Cristíada" (Meyer, 1973-9). A religião fundamentalista como dínamo poderoso de mobilização das massas pertence às últimas décadas do século xx, que testemunharam até um bizarro retomo à moda, entre alguns intelectuais, do que seus pais cultos teriam descrito como superstição e barbarismo.

Por outro lado, eram ocidentais as ideologias, os programas, mesmo os métodos e formas de organização política que inspiraram a emancipação dos países dependentes e atrasados de sua dependência e atraso: liberais; socialistas; comunistas e/ou nacionalistas; secularistas e desconfiados do clericalismo; e fazendo uso dos mecanismos desenvolvidos para os fins da vida pública

em sociedades burguesas — imprensa, comícios, partidos, campanhas de massa — mesmo quando o discurso adotado era, e tinha de ser, calcado no vocabulário religioso usado pelas massas. O que isso significou é que a história dos responsáveis pelas transformações no Terceiro Mundo neste século é a história de minorias de elite, às vezes relativamente

minúsculas, pois — além da quase total ausência de instituições de política democrática — só uma minúscula camada possuía o necessário conhecimento, educação, ou mesmo alfabetização elementar. Afinal, antes da independência, mais de 90% da população do subcontinente indiano eram analfabetos. O número dos alfabetizados numa língua ocidental (isto é, inglês) era ainda mais exíguo — digamos meio milhão em mais ou menos 300 milhões antes de 1914, ou um em seiscentos.* Até a região mais sedenta de educação (Bengala Ocidental) na época da independência (1949-50), com apenas 272 estudantes universitários para cada 100 mil habitantes, tinha cinco vezes mais que a região central norte-indiana. O papel desempenhado por essas minorias numericamente insignificantes era enorme. Os 38 mil parses da presidência de Bombaim, uma das principais divisões da índia britânica no fim do século xix, mais de um quarto deles alfabetizado em inglês, não surpreendentemente se tornaram a elite de comerciantes, industriais e financistas em todo o subcontinente. Entre os cem advogados da Suprema Corte de Bombaim admitidos entre 1890 e 1900 contavam-se dois grandes líderes nacionais da índia independente (Mohandas Karamchand Gandhi e Vallabhai Patel) e o futuro fundador do Paquistão, Muhammad Ali Jinnah (Seal, 1968, p. 884; Misra, 1961, p. 382). A função abrangente de tais elites educadas no Ocidente pode ser ilustrada por uma família indiana conhecida do autor. O pai, um proprietário de terras, próspero advogado e figura social sob os britânicos, tomou-se diplomata e acabou sendo governador estadual após 1947. A mãe foi a primeira mulher ministra nos governos provinciais do Partido do Congresso de 1937. Dos quatro filhos (todos educados na Grã-Bretanha), três filiaram-se ao Partido Comunista, um tornou-se comandante-em-chefe do exército indiano; outro acabou tornando-se membro da Assembleia pelo partido; um terceiro — após complexos azares políticos — ministro no governo da sra. Gandhi; enquanto o quarto prosperou nos negócios.

Nada disso quer dizer que as elites ocidentalizadas aceitassem necessariamente os valores dos Estados e culturas que tomavam como modelos. Suas opiniões pessoais podiam ir de 100% de assimilacionismo a uma profunda desconfiança do Ocidente, combinada com a convicção de que só pela adoção de suas inovações se poderia preservar ou restaurar os valores específicos da civilização nativa. O objetivo do mais convicto e bem-sucedido plano de "oci-

(*) Com base nos dados para os que tinham educação escolar secundária do tipo ocidental (Seal/1968, pp. 21-2).

dentalização", o Japão a partir da Restauração Meiji, não era ocidentalizar, mas ao contrário tomar viável o Japão tradicional. Do mesmo modo, o que os ativistas do Terceiro Mundo liam nas ideologias e programas de que se apropriavam não era tanto o texto ostensivo quanto o próprio subtexto deles. Assim, no período de independência, o socialismo

(isto é, a versão comunista soviética) atraía os governos descolonizados não apenas porque a causa do antiimperialismo sempre pertencera à esquerda metropolitana, mas ainda mais porque viam a URSS como um modelo para superar o atraso através de uma industrialização planejada, questão de muito mais interesse para eles do que a emancipação do que se pudesse ver em seus países como "o proletariado" (ver pp. 350 e 376). Do mesmo modo, embora o Partido Comunista brasileiro jamais vacilasse em seu compromisso com o marxismo, um determinado tipo de nacionalismo desenvolvimentista se tomou "um ingrediente fundamental na política do partido desde o início da década de 30, mesmo quando isso con-flitava com interesses trabalhistas considerados separadamente de outros" (Martins. Rodrigues, 1984, p. 437). Mesmo assim, quaisquer que fossem os objetivos conscientes ou inconscientes dos que moldavam a história do mundo atrasado, a modernização, ou seja, a imitação de modelos derivados do Ocidente, era o caminho necessário e indispensável para atingi-los.

Isso era tanto mais óbvio quando as perspectivas das elites do Terceiro Mundo e as do grosso de suas populações divergiam substancialmente, exceto na medida em que o racismo branco (isto é, do Atlântico Norte) proporcionava um laço comum de ressentimento que podia ser partilhado por marajás e varredores. Ainda assim, podia acontecer de ser menos sentido por homens, e sobretudo mulheres, acostumados a status inferiores em qualquer sociedade, independentemente da cor da pele de seus membros. Fora do mundo islâmico, a possibilidade de uma religião oferecer essa ligação — neste caso de imutável superioridade em relação aos infiéis — era incomum.

A economia de capitalismo da Era dos Impérios penetrou e transformou praticamente todas as partes do globo, mesmo tendo, após a Revolução de Outubro, parado nas fronteiras da URSS. Esse é o motivo pelo qual a Grande Depressão de 1929-33 iria ser um marco milenar na história do antiimperialismo e dos movimentos de libertação do Terceiro Mundo. Fossem quais fossem a economia, a riqueza, as culturas e sistemas políticos dos países antes de chegarem ao alcance do polvo do Atlântico Norte, foram todos sugados para dentro do mercado mundial, quando não descartados por homens de negócios e governos estrangeiros como economicamente desinteressantes, embora pitorescos, como os beduínos dos grandes desertos antes da descoberta de petró-

leo e gás natural em seu inóspito habitat. Seu valor para o mercado mundial era, essencialmente, como fornecedores de produtos primários — matérias-primas para a indústria, energia e produtos agrícolas — e como uma saída para o investimento do capital nortista, sobretudo em empréstimos a governos e para a infra-estrutura de transportes, comunicações e cidades, sem o que os recursos dos países dependentes não podiam ser eficazmente explorados. Em 1913, mais de três quartos de

todos os investimentos britânicos no além-mar — sendo que os britânicos exportavam mais capital que todo o resto do mundo junto — estavam em ações de governos, ferrovias, portos e navios (Brown, 1963,p.153).

A industrialização do mundo dependente ainda não fazia parte dos planos de ninguém, mesmo em países como os do Cone Sul da América Latina, onde parecia lógico processar alimentos localmente produzidos, como a carne, em forma de mais fácil transporte, como as latas de carne em conserva. Afinal, o enlatamento de sardinhas e o engarrafamento de vinho não haviam industrializado Portugal, nem se pretendia que o fizessem. Na verdade, o padrão básico na mente da maioria dos governos e empresários do Norte era que o mundo dependente pagasse a importação de suas manufaturas com a venda de produtos primários. Essa fora a base da economia mundial dominada pêlos britânicos no período pré-1914 (A era dos impérios, capítulo 2), embora, com exce-ção dos países do chamado "capitalismo colonial", o mundo dependente não fosse um mercado de exportação particularmente compensador para manufaturas. Os 300 milhões de habitantes do subcontinente indiano, os 400 milhões de chineses, eram pobres demais e satisfaziam localmente uma proporção muito grande de suas necessidades para comprar muita coisa de alguém. Felizmente para os britânicos em sua era de hegemonia económica, esses 700 milhões de vinténs somavam o bastante para manter a indústria de algodão de Lancashire no ramo. Seu interesse, como o de todos os produtores do Norte, era obviamente tomar o mercado subordinado, tal como estava, completamen-te dependente da produção hortista, ou seja, toma-lo agrário.

Tivessem ou não esse objetivo, não conseguiram sucesso, em parte porque os mercados locais criados pela própria absorção de economias numa sociedade de mercado mundial, uma sociedade de compra e venda, estimulavam a produção de bens de consumo, que era mais barata se estabelecida localmente, e em parte porque muitas das economias nas regiões dependentes, sobretudo na Ásia, eram estruturas muitíssimo complexas, com longos históricos de manufatura, considerável sofisticação e impressionantes recursos e potencial técnicos e humanos. Assim, as gigantescas cidades portuárias entre-pôt que vieram a ser os elos típicos entre o Norte e o mundo dependente — de Buenos Aires e Sydney a Bombaim e Saigon — desenvolveram indústrias locais no abrigo de sua temporária proteção contra importações, mesmo não sendo esta a intenção de seus dominadores. Não era preciso muito incentivo

para fazer com que produtores de têxteis em Ahmedabad ou Xangai, nativos ou agentes de alguma empresa estrangeira, abastecessem o mercado indiano ou chinês próximos, em detrimento dos produtos de algodão até então importados da distante Lancashire a custos dispendiosos. Na verdade, foi isso que aconteceu depois da Primeira Guerra Mundial, estrangulando a indústria de algodão britânica.

E no entanto, quando pensamos como parecia lógica a previsão de Marx sobre a eventual disseminação da Revolução Industrial pelo resto do globo, é espantoso ver como a indústria pouco saíra do mundo do capitalismo desenvolvido antes do fim da Era dos Impérios, e mesmo até a década de 1970. Em fins da década de 1930, a única grande mudança no mapa mundial da industrialização se devia aos Planos Quinquenais soviéticos (ver capítulo 2). Ainda em 1960 os velhos centros de industrialização na Europa Ocidental e América do Norte produziam mais de 70% do produto mundial bruto e quase 80% do "valor acrescentado na manufatura", ou seja, da produção industrial (Harris, 1987, pp. 102-3). A grande virada da indústria para longe do velho Ocidente — incluindo a ascensão da indústria japonesa, que em 1960 produzia apenas perto de 4% da produção industrial mundial — ocorreu no último terço do século. Só na década de 1970 os economistas começaram a escrever livros sobre "a divisão internacional de trabalho", ou seja, o início da desindustriali-zação dos velhos centros.

Evidentemente o imperialismo, a velha "divisão internacional de trabalho", tinha uma tendência inata de reforçar o monopólio industrial dos velhos países-núcleo. Nessa medida, os marxistas do entreguerras, mais tarde acompanhados pêlos "teóricos da dependência" de várias escolas pós-1945, tinham bases visíveis para seus ataques ao imperialismo como um modo de assegurar a continuação do atraso nos países atrasados. Contudo, paradoxalmente, foi a relativa imaturidade do desenvolvimento da economia mundial capitalista e, mais exatamente, da tecnologia de transporte e comunicação, que manteve a indústria localizada em suas terras natais originais. Nada havia na lógica do empreendimento com fins lucrativos e acumulação de capital que impedisse a fabricação de aço na Pensilvânia ou no Ruhr para sempre, embora não cause surpresa o fato de que os governos dos países industriais, sobretudo quando inclinados ao protecionismo ou com grandes impérios coloniais, fizessem o possível para impedir que competidores potenciais prejudicassem a sua indústria. Mas mesmo governos imperiais podiam ter motivos para industrializar suas colónias, embora o único caso em que isso tivesse sido sistematicamente feito fosse pelo Japão, que desenvolveu indústrias pesadas na Coreia (anexada em 1911) e, depois de 1931, na Manchúria e Taiwan, porque essas colónias ricas em recursos ficavam suficientemente próximas da pátria exígua e notoriamente pobre em matérias-primas para servir diretamente à industrialização nacional japonesa. Contudo, mesmo na maior das colónias, a constatação,

durante a Primeira Guerra Mundial, de que a Índia não estivera em condições de fabricar bastante para a auto-suficiência industrial e a defesa militar levou a uma política de proteção e participação direta do governo no desenvolvimento económico do país (Misra, 1961, pp. 239 e 256). Se a guerra tomou claras aos administradores imperiais as

deficiências de uma indústria colonial insuficiente, a Depressão de 1929-33 os submeteu à pressão financeira. A medida que caíam as rendas da agricultura, a renda do governo colonial tinha de ser escorada por maiores impostos sobre bens manufaturados, incluindo os da própria metrópole, britânicos, franceses ou holandeses. Pela primeira vez, as empresas ocidentais, que haviam até então importado livremente, tiveram um forte incentivo a estabelecer instalações para a produção local nesses mercados marginais (Holiand, 1985, p. 13). Ainda assim, mesmo descontando-se a guerra e a Depressão, o mundo dependente na primeira metade do Breve Século xx permaneceu em sua maioria agrário e rural. Por isso o "grande salto avante" da economia mundial no terceiro quartel do século iria se revelar uma tão dramática virada da sorte. ///

Praticamente todas as partes da Ásia, África e América Latina/Caribe eram e sentiam-se dependentes do que acontecia nuns poucos Estados do hemisfério norte, mas (fora das Américas) a maioria delas era também ou propriedade deles, ou administrada, ou de outro modo dominada e comandada por eles. Isso se aplicava mesmo às que mantinham suas próprias autoridades nativas (por exemplo, como "protetorados" ou principados), pois estava claro que o "conselho" do representante britânico ou francês na corte do emir, bei, rajá, rei ou sultão local era compulsório. Era o que acontecia mesmo em Estados formalmente independentes como a China, onde os estrangeiros gozavam de direitos territoriais extras e de supervisão de algumas das funções centrais dos Estados soberanos, como a coleta de impostos. Nessas áreas, era inevitável que surgisse o problema de como livrar-se do domínio estrangeiro. O mesmo não ocorria nas Américas Central e do Sul, que consistiam quase inteiramente de Estados soberanos, embora os EUA — mas ninguém mais — se inclinassem a tratar os pequenos países da América Central como protetorados de fato, sobretudo no primeiro e último terços do século.

O mundo colonial fora tão completamente transformado numa coleção de Estados nominalmente soberanos depois de 1945 que retrospectivamente pode parecer que isso não só era inevitável como aquilo que os povos coloniais sempre haviam querido. Isso é com certeza verdadeiro nos países que tinham atrás de si uma longa história como entidades políticas, como os grandes impérios asiáticos — China, Pérsia, os otomanos — e talvez um ou dois outros países

como o Egito; sobretudo quando eram construídos em tomo de um substancial staatvolk, ou Estado do povo, a exemplo dos chineses han ou dos crentes no islamismo xiita como religião nacional do Ira. Nesses países, era fácil politizar o sentimento popular contra os estrangeiros. Não por acaso a China, Turquia e Ira foram cenários de importantes revoluções autóctones. Contudo, esses casos eram excepcionais. Com mais frequência, o próprio conceito de uma entidade política permanente, com

fronteiras fixas separando-a de outras entidades idênticas, e sujeita exclusivamente a uma autoridade permanente, ou seja, a ideia do Estado soberano independente que temos como certa, não fazia sentido para as pessoas, pelo menos (mesmo na área de agricultura permanente e fixa) acima do nível da aldeia. Na verdade, mesmo onde existia um "povo" que claramente se tinha ou era reconhecido como tal, e que os europeus gostavam de descrever como uma "tribo", a ideia de que ele podia ser territorialmente separado de outro povo com o qual coexistia, se misturava e dividia funções era difícil de captar, porque fazia pouco sentido. Nessas regiões, a única base para tais Estados independentes do tipo do século xx eram os territórios nos quais a conquista e a rivalidade imperial os havia dividido, em geral sem qualquer respeito às estruturas locais. O mundo pós-colonial está assim quase inteiramente dividido pelas fronteiras do imperialismo.

Além disso, os habitantes do Terceiro Mundo que mais se ressentiam dos ocidentais (fosse como infiéis, como trazedores de todo tipo de perturbadoras e ateias inovações modernas, ou simplesmente por resistência a qualquer mudança na vida da gente simples, que eles, não sem razão, julgavam seria para pior) opunham-se igualmente à justificada convicção das elites de que a modernização era indispensável. Isso tomava difícil uma frente comum contra os imperialistas, mesmo em países coloniais onde todos os membros do povo súdito, suportavam o fardo comum do desprezo dos colonizadores pela raça inferior.

A grande tarefa dos movimentos nacionalistas de classe média nesses países era como conquistar o apoio das massas essencialmente tradicionalistas e antimodemas sem pôr em perigo seu próprio projeto modemizante. O dinâmico Bal Ganghadar Tilak (1856-1920), nos primeiros dias do nacionalismo indiano, tinha razão em supor que a melhor maneira de conquistar apoio de massa, mesmo entre as baixas classes médias — e não só em sua parte nativa da Índia — era defendendo a santidade das vacas e o casamento de meninas de dez anos, e afirmando a superioridade espiritual da antiga civilização hindu ou "ariana" e sua religião sobre a civilização "ocidental" moderna e seus admiradores nativos. A primeira fase importante de militância nacionalista indiana, de 1905 a 1910, foi feita em grande parte nesses termos "nativistas", especialmente entre os jovens terroristas de Bengala. Mohandas Karamchand Gandhi (1869-1948) iria acabar conseguindo mobilizar as aldeias e bazares da Índia, às dezenas de milhões, em grande parte com o mesmo apelo ao nacio-

nalismo da espiritualidade hindu, embora tendo o cuidado de não romper a frente comum com os modemizadores (dos quais, num sentido real, ele fazia parte — ver A era dos impérios, capítulo 13) e de evitar o antagonismo à índia maometana, sempre implícito na visão militantemente hindu do nacionalismo. Ele inventou o político como santo, a revolução pelo ato coletivo de passividade ("não-cooperação não violenta"), e até

a modernização social, como a rejeição do sistema de castas, através do potencial reformador contido nas abrangentes ambiguidades em eterna mutação do hinduísmo em evolução. Teve um êxito muito acima do esperado (ou temido) por todos. E no entanto, como ele próprio reconheceu no fim da vida, antes de ser assassinado por um militante da tradição tilakiana de exclusivismo hindu, fracassara em seu esforço fundamental. A longo prazo, foi impossível conciliar o que movia as massas com o que precisava ser feito. No fim, a Índia livre seria governada por aqueles que "não se voltavam para uma ressurreição da índia dos tempos antigos", que "não tinham qualquer simpatia ou compreensão deles [...] voltavam-se para o Ocidente e se sentiam muitíssimo atraídos pelo progresso ocidental" (Nehru, 1936, pp. 23-4). Contudo, na época em que este livro está sendo escrito, a tradição de antimodemismo Tilak, agora representada pelo militante Partido BJP, continuava sendo o grande foco de oposição popular e — então como agora — a maior força divisiva na Índia, não só entre as massas, mas também entre os intelectuais. A breve tentativa de Mahatma Gandhi de um hinduísmo ao mesmo tempo popular e progressista desapareceu de vista.

Um esquema semelhante surgiu no mundo muçulmano, embora ali (a não ser após revoluções vitoriosas) todos os modemizadores sempre tivessem de prestar seus respeitos à religiosidade popular universal, quaisquer que fossem suas crenças privadas. Contudo, ao contrário da índia, as tentativas de passar uma mensagem reformadora ou modemizadora no islã não se destinavam a mobilizar as massas, e não o fizeram. Os discípulos de Jamal al-Din ai Afghani (1839-97) no Ira, Egito e Turquia; de seu seguidor Mohammed Abduh (1849-1905) no Egito; do argelino Abdul Hamid ben Badis (1889-1940) não se encontravam nas aldeias, mas nas escolas e faculdades, onde uma mensagem de resistência às potências europeias teria de qualquer modo encontrado audiências simpáticas.* Apesar disso, os verdadeiros revolucionários do mundo islâmico, e os que chegaram ao poder lá, eram como vimos (capítulo 5) modemizadores seculares não islâmicos: homens como Kemal Atatürk, que substituiu o fez turco (ele próprio uma inovação do século xix) pelo chapéu-coco, a escrita árabe característica do islã por letras romanas, e de fato rompeu as ligações entre o islamismo, o Estado e a lei. Apesar disso, como a história recente mais uma vez confirma, é mais fácil obter a mobilização das massas

(*) No Norte da África francês, a religiosidade rural era dominada por vários homens santos sufitas ("Marabouts"), alvos escolhidos da denúncia dos reformadores.

com base na religiosidade antimodema ("fundamentalismo islâmico"). Em suma, um profundo conflito separava os modernizadores, que eram também os nacionalistas (um conceito inteiramente não tradicional), e a gente comum do Terceiro Mundo.

Os movimentos antiimperialistas e anticoloniais de antes de 1914 eram, portanto, menos destacados do que se poderia pensar, em vista da quase total liquidação dos impérios coloniais ocidentais e japonês no decorrer do meio século que se seguiu à eclosão da Primeira Guerra Mundial. Mesmo na América Latina, a hostilidade à dependência económica em geral e aos EUA em particular, o único Estado imperialista que insistiu numa presença militar na região, não era então um ponto tão importante na política local. O único império que enfrentava sérios problemas em algumas áreas — isto é, problemas que não podiam ser tratados com operações de polícia — era o britânico. Em 1914, já havia concedido autonomia interna às colónias de assentamento branco massivo, conhecidas desde 1907 como "domínios" (Canadá, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul), e estava comprometido com a autonomia ("Governo Interno") para a sempre problemática Irlanda. Na Índia e no Egito, já ficara claro que os interesses imperiais e as exigências locais de autonomia, e mesmo de independência, poderiam exigir soluções políticas. Depois de 1905, podia-se mesmo falar num certo elemento de apoio de massa para o movimento nacionalista na Índia e no Egito.

Contudo, a Primeira Guerra Mundial foi o primeiro conjunto de acontecimentos que abalou seriamente a estrutura do colonialismo mundial, além de destruir dois impérios (o alemão e o otomano, cujas antigas possessões foram divididas entre os britânicos e os franceses), e derrubar temporariamente um terceiro, a Rússia (que recuperou suas dependências asiáticas dentro de poucos anos). As tensões da guerra nas regiões dependentes, cujos recursos a Grã-Bretanha precisou mobilizar, geraram agitação. O impacto da Revolução de Outubro e o colapso geral de velhos regimes, seguidos pela independência irlandesa de facto para os 26 condados do Sul (1921), fizeram pela primeira vez os impérios parecerem mortais. No fim da guerra, um partido egípcio, o Wafd ("delegação") de Said Zaghiul, inspirado pela retórica do presidente Wilson, pediu pela primeira vez independência completa. Três anos de luta (1919-22) obrigaram os britânicos a transformar seu protetorado num Egito semi-independente sob controle britânico, uma fórmula que a Grã-Bretanha também achou conveniente para a administração de todas as áreas asiáticas (com exceção de uma) que tomara do império turco: o Iraque e a Transjordânia. (A exceção foi a Palestina, que eles administraram diretamente, tentando em vão conciliar as promessas feitas durante a guerra aos judeus sionistas, em troca de apoio contra a Alemanha, e aos árabes, em troca de apoio contra os turcos.)

Foi menos fácil para a Grã-Bretanha encontrar uma fórmula fácil para manter o controle sobre a maior de suas colónias, a Índia, onde o slogan do "autogoverno" (swaraj), adotado pelo Partido do Congresso pela primeira vez

em 1906, agora se aproximava cada vez mais da independência completa. Os

anos revolucionários de 1918-22 transformaram a política nacionalista de massa no subcontinente, em parte por voltar as massas muçulmanas contra os britânicos, em parte pela sangrenta histeria de um general britânico, no turbulento ano de 1919, que massacrou uma multidão desarmada numa área sem saída, matando várias centenas (o "Massacre de Amristar"), mas sobretudo pela combinação de uma onda de greves operárias com a desobediência civil em massa convocada por Gandhi e um Congresso radicalizado. Naquele momento, um estado de espírito quase milenar tomou o movimento de libertação: Gandhi anunciou que o swaraj seria conquistado até o fim de 1921. O governo "não procura minimizar de modo algum o fato de que a situação causa grande ansiedade", uma vez que as cidades estavam paralisadas pela não-cooperação, o campo, em grandes áreas do norte da Índia, Bengala, Orissa e Assam, se achava em polvorosa e "uma grande parte da população maometana em todo o país está amargurada e mal-humorada" (Cmd 1586, 1922, p. 13). Dali em diante, a Índia tomou-se intermitentemente ingovemável. É provável que só a hesitação da maioria dos líderes do Congresso, incluindo Gandhi, em mergulhar o país nas trevas selvagens de uma insurreição incon-trolável das massas, sua própria falta de confiança, e a convicção da maioria dos líderes nacionalistas, abalada mas não totalmente destruída, de que os britânicos estavam genuinamente empenhados na reforma indiana, tenham salvo o domínio britânico. Depois que Gandhi suspendeu a campanha de desobediência civil no início de 1922, alegando que ela levara ao massacre de policiais numa aldeia, pode-se afirmar que o domínio da Grã-Bretanha na Índia dependia da moderação dele — muito mais do que da polícia e do exército.

A convicção não era injustificada. Embora houvesse um poderoso bloco de empedernido imperialismo na Grã-Bretanha, do qual Winston Churchill se fez porta-voz, a opinião efetiva da classe dominante britânica após 1919 era de que em última análise seria inevitável alguma forma de autogoverno indiano semelhante ao "status de domínio", e o futuro da Grã-Bretanha na Índia dependia de um acordo com a elite indiana, incluindo os nacionalistas. O fim do domínio unilateral britânico na Índia a partir daí era apenas uma questão de tempo. Como a Índia era o núcleo de todo o império britânico, o futuro desse império como um todo, portanto, agora parecia incerto, a não ser na África e nas ilhas dispersas do Caribe e do Pacífico, onde o paternalismo ainda reinava inconteste. Nunca uma área tão grande do globo estivera sob controle britânico, formal ou informal, quanto entre as duas guerras, mas jamais os governantes da Grã-Bretanha haviam sentido tão pouca confiança na manutenção de sua velha supremacia imperial. Esse foi um dos grandes motivos pêlos quais, quando a posição se tomou insustentável após a Segunda Guerra Mundial, os britânicos, em geral, não resistiram à descolonização. É também talvez o motivo pelo qual outros impérios, notadamente o francês — mas também o holan- 209

dês —, lutaram de armas na mão para manter suas posições coloniais após

1945. Seus impérios não haviam sido abalados pela Primeira Guerra Mundial. A única grande dor de cabeça dos franceses era que ainda não haviam concluído a conquista do Marrocos, mas as tribos berberes guerreiras das montanhas Atlas eram um problema mais militar que político, e na verdade ainda maior para a colónia marroquina da Espanha, onde um intelectual montanhês local, Abd-el-Krim, proclamou a República Rif em 1923. Entusiasticamente apoiado pêlos comunistas franceses e outros da esquerda, Abd-el-Krim foi derrotado em 1926 com ajuda francesa, após o que os berberes montanheses retornaram a seus afazeres habituais, combatendo nos exércitos coloniais francês e espanhol no exterior, e resistindo a qualquer tipo de governo central em sua terra.
Um movimento anticolonial modemizante nas colónias islâmicas francesas e na Indochina francesa só veio a surgir bem depois da Primeira Guerra Mundial, a não ser por uma modesta antecipação na Tunísia. IV

Os anos de revolução abalaram principalmente o império britânico, mas a Grande Depressão atingiu todo o mundo dependente. Para praticamente todos esses países, a era de imperialismo fora de quase contínuo crescimento, não interrompido nem pela guerra mundial, da qual a maior parte permaneceu distante. Claro, muitos de seus habitantes ainda não participavam muito da economia mundial em expansão, ou não sentiam que sua participação se desse de qualquer modo novo, pois que importava para homens e mulheres pobres, que haviam cavado e carregado fardos desde o início dos tempos, em que exato contexto global faziam isso? Mesmo assim, a economia imperialista levou substanciais transformações à vida da gente simples, sobretudo nas regiões de produção primária voltada para a exportação. Às vezes essas mudanças já se haviam expressado no tipo de política que os governantes nativos ou estrangeiros reconheciam. Assim, enquanto as haciendas peruanas eram transformadas, entre 1900 e 1930, em usinas de açúcar costeiras e fazendas comerciais de ovelhas nas montanhas, e o pinga-pinga de migração índia para o litoral e a cidade se tomava um rio, novas ideias vazavam para os tradicionais interiores. No início da década de 1930, Huasicancha, uma comunidade "especialmente remota" a uns 3 mil metros de altura nas inacessíveis encostas dos Andes, já debatia qual dos dois partidos radicais nacionais representaria melhor seus interesses (Smith, 1989, esp. p. 175). Contudo, com muito mais frequência ninguém, com exceção dos locais, sabia ainda, nem se importava, o quanto eles mudavam.

Que significava, por exemplo, para economias que mal tinham usado dinheiro, ou só o tinham usado para poucos fins, entrar numa economia onde

ele era um meio universal de troca, como acontecia nos mares do Indo-Pacífico? O sentido de bens, serviços e transações entre povos foi transformado, e por consequência, também os valores morais da sociedade, assim como sua forma de distribuição social. Entre os matrilineares camponeses plantadores de algodão de Negri Sembilan (Malásia), as terras

ancestrais, cultivadas sobretudo pelas mulheres, só podiam ser herdadas por elas ou através delas, mas os novos campos abertos na selva pêlos homens, e nos quais se plantavam safras suplementares, como frutas e legumes, podiam ser transmitidos direta-mente para homens. Com o surgimento, porém, da borracha, uma safra mais lucrativa que o arroz, mudou o equilíbrio entre os sexos, à medida que ganhava importância a herança de homem para homem. E isso, por sua vez, fortaleceu os líderes de mentalidade patriarcal do islamismo, que de qualquer modo tentavam sobrepor a ortodoxia à lei consuetudinária local, para não falar do governante local e sua família, outra ilha de descendência patrilinear no lago matrilinear local (Firth, 1954). O mundo dependente estava repleto de tais mudanças e transformações em comunidades de pessoas cujo contato direto com o vasto mundo era mínimo — talvez, neste caso, só através de um comerciante chinês, ele próprio na maioria dos casos de origem camponesa ou um artesão emigrante de Fukien, cuja cultura o acostumara ao esforço consistente, porém acima de tudo à sofisticação em questões de dinheiro, mas fora isso igualmente distante do mundo de Henry Ford e da General Motors (Priedman, 1959).

E no entanto, a economia mundial como tal parecia remota, porque seu impacto imediato, reconhecível, não era cataclísmico, a não ser talvez nos crescentes enclaves industriais de mão-de-obra barata em regiões como a Índia e a China, onde o conflito trabalhista, e mesmo a organização dos trabalhadores nos moldes do Ocidente, se espalharam a partir de 1917, e nas gigantescas cidades portuárias e industriais através das quais o mundo dependente se comunicava com a economia mundial que determinava seus destinos: Bombaim, Xangai (cuja população cresceu de 200 mil no século xix para 3,5 milhões na década de 1930), Buenos Aires, ou, em menor escala, Casablanca, cuja população alcançou 250 mil menos de trinta anos depois de inaugurada como um porto moderno (Bairoch, 1985, pp. 517 e 525).

A Grande Depressão mudou tudo isso. Pela primeira vez, os interesses de economias dependentes e metropolitanas entraram claramente em choque, inclusive porque os preços dos produtos primários, dos quais dependia o Terceiro Mundo, caíram muito mais dramaticamente que os dos bens manufa-turados que eles compravam do Ocidente (capítulo 3). Pela primeira vez, colonialismo e dependência se tomaram inaceitáveis mesmo para os que até então se beneficiavam com eles. "Os estudantes se amotinaram no Cairo, Rangun e Jacarta (Batávia), não porque sentissem que algum milénio político estava ao alcance, mas porque a Depressão derrubara de repente os esteios que tinham 211

(tomado o colonialismo tão aceitável para a geração de seus pais" (Holiand, 1985, p. 12). Mais que isso: pela primeira vez (exceto durante as guerras) a vida da gente simples era abalada por terremotos que não eram de origem natural, e que exigiam mais protestos do que preces. Passou a existir uma base de massa para a mobilização política, sobretudo onde os camponeses tinham se envolvido maciçamente na economia

de dinheiro-safra do mercado mundial, como na costa ocidental africana e no Sudeste Asiático. Ao mesmo tempo, a Depressão desestabilizou a política nacional e internacional do mundo dependente.

Os anos 1930 foram portanto uma década crucial para o Terceiro Mundo, não tanto porque a Depressão levou à radicalização, mas antes porque estabeleceu contato entre as minorias politizadas e a gente comum de seus países. Isso se deu mesmo em países como a Índia, onde o movimento nacionalista já tinha mobilizado apoio de massa. Uma segunda onda de não-cooperação em massa no início da década de 1930, uma nova Constituição negociada pêlos britânicos, e as primeiras eleições em âmbito nacional em 1937 demonstraram o apoio nacional ao Congresso, cujos membros no interior do território do Ganges subiram de cerca de 60 mil em 1935 para 1,5 milhão no fim da década (Tomiinson, 1976, p. 86). Isso tomou-se mais óbvio em países até então menos mobilizados. Começavam a surgir, claramente ou não, as tendências gerais da política de massa do futuro: populismo latino-americano baseado em líderes autoritários buscando o apoio dos trabalhadores urbanos; mobilizações políticas por líderes sindicais que teriam futuro como líderes partidários, como no Caribe britânico; um movimento revolucionário com forte base entre trabalhadores migrantes para a França e de lá retomados, como na Argélia; uma resistência nacional de base comunista com fortes laços agrários, como no Vietnã. No mínimo, como na Malásia, os anos de Depressão quebraram os laços entre as autoridades coloniais e as massas camponesas, deixando espaço para o surgimento de futuros políticos.

No fim da década de 1930, a crise do colonialismo já se espalhara para outros impérios, embora dois deles, o italiano (que acabava de conquistar a Etiópia) e o japonês (que tentava conquistar a China), ainda se achassem em ï!!>» expansão, se bem que não por muito tempo. Na Índia, a nova Constituição de 1935, uma infeliz negociação com as forças crescentes do nacionalismo indiano, revelou-se uma grande concessão a ele, através do triunfo eleitoral quase nacional do Congresso. Na África do Norte Francesa, sérios movimentos políticos surgiam pela primeira vez na Tunísia, Argélia — havia até algumas perturbações no Marrocos —, enquanto a agitação de massa sob liderança comunista, ortodoxa ou dissidente, se tomava substancial pela primeira vez na Indochina francesa. Os holandeses conseguiam manter controle na Indonésia, uma região que "sente os movimentos no Oriente como não o fazem muitos outros países" (VanAsbeck, 1939), não porque ela estivesse calma, mas sobretudo porque as forças de oposição — islâmicas, comunistas e nacionalistas 212

seculares — se achavam divididas entre si e umas contra as outras. Mesmo no que os ministros coloniais encaravam como o tranquilo Caribe, uma série de greves nos campos de petróleo de Trinidad e nas fazendas e cidades da Jamaica, entre 1935 e 1938, transformou-se em motins e choques por toda a ilha, revelando uma até então não percebida

insatisfação de massa.

Só a África Central e Setentrional ainda continuava calma, embora mesmo ali os anos da Depressão provocassem as primeiras greves trabalhistas em massa após 1935, começando no cinturão do cobre centro-africano, e Londres passasse a exortar os governos coloniais a criar ministérios de Trabalho, tomar medidas para melhorar as condições dos trabalhadores e estabilizar as forças do trabalho, reconhecendo o sistema corrente de migração de homens do campo para as minas como social e politicamente desestabilizador. A onda de greves de 1935-40 varreu toda a África, mas ainda não era política no sentido anticolonial, a menos que consideremos política a disseminação de igrejas e profetas voltados para os negros, e de opositores de governos mundanos como o movimento milenar Watchtower (com origem nos EUA) no cinturão do cobre. Pela primeira vez, os governos coloniais começavam a refletir sobre o efeito desestabilizador da mudança económica na sociedade rural africana — que na verdade passava por uma notável era de prosperidade — e a encorajar a pesquisa do tema por antropólogos sociais.

Contudo, o perigo político parecia remoto. No campo, essa foi a era de ouro do administrador branco, com ou sem o "chefe" obediente, às vezes criado para esse fim onde a administração colonial era "indireta". Nas cidades, uma classe insatisfeita de africanos urbanos educados já era suficientemente grande em meados da década de 1930 para manter uma florescente imprensa política, como o African Morning Post na Costa do Ouro (Gana), o West African Pilot na Nigéria e o Éclaireur de Ia Cote d'Ivoire na Costa do Marfim ("liderou uma campanha contra os chefes e a polícia; exigiu medidas de reconstrução social; defendeu a causa dos desempregados e dos agricultores africanos atingidos pela crise económica") (Hodgkin, 1961, p. 32). Os líderes do nacionalismo político local já surgiam, influenciados pelas ideias do movimento negro nos EUA, da França da era da Frente Popular, pelas ideias que circulavam na União dos Estudantes da África Ocidental, e até do movimento comunista.* Alguns dos futuros presidentes das futuras repúblicas africanas já estavam em cena — Jomo Kenyatta (1889-1978) do Quénia; dr. Namdi Azikiwe, que mais tarde seria o presidente da Nigéria. Nada disso causava ainda noites de insónia nos ministérios coloniais europeus.

Embora provável, parecia na verdade iminente em 1939 o fim universal dos impérios coloniais? Não, se pode servir de guia a lembrança que tem este

(*) Contudo, nem uma única figura africana destacada se tornou ou continuou sendo comunista.

escritor de uma "escola" para comunistas britânicos e "coloniais" naquele ano. E mais ninguém que os apaixonados jovens militantes marxistas teria grandes expectativas naquela época. O que transformou a situação foi a Segunda Guerra Mundial. Embora tivesse sido mais que isso, foi também uma guerra interim-perialista, e até 1943 os grandes

impérios coloniais estavam do lado perdedor. A França desabou ignominiosamente, e muitos de seus dependentes sobreviveram por permissão das potências do Eixo. Os japoneses tomaram conta do havia de colónias britânicas, holandesas e outras no Sudeste Asiático e no Pacífico ocidental. Mesmo no Norte da África os alemães ocuparam o que quiseram até quase a cidade de Alexandria. A certa altura, os britânicos pensaram seriamente em retirar-se do Egito. Só a África ao Sul dos desertos permaneceu sob firme controle ocidental, e, de fato, lá os britânicos conseguiram liquidar o império italiano, no Chifre da África, com pouca dificuldade.

O que prejudicou fatalmente os velhos colonialistas foi a prova de que os brancos e seus Estados podiam ser derrotados, total e vergonhosamente, e que as velhas potências coloniais encontravam-se fracas demais, mesmo após uma guerra vitoriosa, para restaurar suas antigas posições. O teste do domínio britânico na Índia não foi a grande rebelião organizada pelo Congresso em 1942 sob o slogan "Deixe a Índia", pois foi sufocada sem séria dificuldade. Foi que, pela primeira vez, um número que pode ter chegado a 55 mil soldados indianos passou para o inimigo, para formar um "Exército Nacional Indiano" sob um líder esquerdista do Congresso, Subhas Chandra Bose, que decidira buscar apoio japonês para a independência indiana (Bhargava & Singh Gill, 1988, p. 10; Sareen, 1988, pp. 20-1). Uma "Assembleia das Maiores Nações Asiáticas Orientais" chegou a ser organizada em Tóquio em 1943, com a presença.dos "presidentes" e "primei-ros-ministros" da China, controlada pelo Japão, Índia, Tailândia, Birmânia e Manchúria (mas não Indonésia, à qual se ofereceu uma "independência" japonesa quando a guerra já estava perdida). Os nacionalistas coloniais eram realistas demais para ser pró-japoneses, embora agradecessem o apoio do Japão, sobretudo quando era substancial, como na Indonésia. Quando os japoneses estavam para perder, as colónias voltaram-se contra eles, mas nunca esqueceram como os velhos impérios ocidentais se haviam mostrado fracos. Tampouco ignoraram o fato de que as duas potências que haviam de fato derrotado o Eixo, os EUA de Roosevelt e a URSS de Stalin, eram ambas, por motivos diferentes, hostis ao velho colonialismo, embora o anticomunismo americano logo tomasse Washington o defensor do conservadorismo no Terceiro Mundo. V

Não surpreendentemente, os velhos sistemas coloniais ruíram primeiro na Ásia. A Síria e o Líbano (antes franceses) se tornaram independentes em

1945; a índia e o Paquistão em 1947; Birmânia, Ceilão (Sri Lanka), Palestina (Israel) e as Índias Orientais holandesas (Indonésia) em 1948. Em 1946, os EUA concederam status formal de independência às Filipinas, que haviam ocupado desde 1898. O império japonês, claro, desaparecera em 1945. O Norte da África islâmico já estava abalado, mas ainda se

segurava. A maior parte da África Central e Setentrional, e as ilhas do Caribe e Pacífico permaneciam relativamente calmas. Só em partes do Sudeste Asiático essa descolonização política sofreu séria resistência, notadamente na Indochina francesa (atuais Vietnã, Camboja e Laos), onde a resistência comunista declarara independência após a libertação, sob a liderança do nobre Ho Chi Minh. Os franceses, apoiados pêlos britânicos e depois pêlos EUA, realizaram uma desesperada ação para reconquistar e manter o país contra a revolução vitoriosa. Foram derrotados e obrigados a se retirar em 1954, mas os EUA impediram a unificação do país e mantiveram um regime satélite na parte Sul do Vietnã dividido. Depois que este, por sua vez, pareceu à beira do colapso, os EUA travaram dez anos de uma grande guerra, até serem por fim derrotados e obrigados a retirar-se em 1975, depois de lançar sobre o infeliz país um volume de explosivos maior do que o empregado em toda a Segunda Guerra Mundial.

A resistência no resto do Sudeste Asiático foi desigual. Os holandeses (que se revelaram um pouco melhores que os britânicos, descolonizando seu império Índico sem dividi-lo) eram fracos demais para manter um poder militar adequado no imenso arquipélago indonésio, cujas ilhas, em sua maioria, estariam dispostas a mante-los como contrapeso para a predominância dos 55 milhões de javaneses. Eles desistiram quando descobriram que os EUA não consideravam a Indonésia uma frente essencial contra o comunismo mundial, ao contrário do Vietnã. Na verdade, longe de estar sob liderança comunista, os novos nacionalistas indonésios tinham acabado de sufocar uma insurreição do Partido Comunista local em 1948, um fato que convenceu os EUA de que o poder militar holandês seria mais bem empregado contra a suposta ameaça soviética na Europa do que na manutenção de seu império. Assim os holandeses mantiveram apenas uma base colonial na metade ocidental da grande ilha melanésia de Nova Guiné, até que ela também foi incorporada à Indonésia, na década de 1960. Na Malásia, os britânicos se viram colhidos entre os suitões tradicionais, que tinham lucrado com o império, e dois grupos de habitantes diferentes e mutuamente desconfiados, os malaios e os chineses, ambos radicalizados de modos diferentes; os chineses pelo Partido Comunista, que conquistara muita influência como o único grupo de resistência contra os japoneses. Irrompida a Guerra Fria, não havia como permitir comunistas no poder ou ocupando cargos na ex-colônia, muito menos chineses, mas após 1948 os britânicos precisaram de doze anos, 50 mil soldados, 60 mil policiais e uma guarda nacional de 200 mil membros para derrotar uma insurreição e a guerra de guerrilha sobretudo chinesas. Pode-se perguntar se os britânicos teriam arcado

com os custos dessa operação com tanta disposição, se o estanho e a borracha da Malásia não fossem tão confiáveis faturadores de dólares, assegurando com isso a estabilidade da libra. Contudo, a descolonização da Malásia teria sido de qualquer forma complexa, e só foi obtida de modo satisfatório para os conservadores malaios e milionários chineses

em 1957. Em 1965, a ilha chinesa de Cingapura passou a constituir uma cidade-Estado independente e muito rica.

Ao contrário dos franceses e holandeses, a Grã-Bretanha aprendera com a longa experiência na Índia que, a partir do surgimento de movimentos nacionalistas sérios, a única maneira de manter as vantagens do império era abrir mão do poder formal. Os britânicos retiraram-se do subcontinente indiano em 1947, antes que se tomasse patente sua incapacidade para controlá-lo, e sem a menor resistência. O Ceilão (rebatizado de Sri Lanka em 1972) e a Birmânia também se tornaram independentes, o primeiro com bem-vinda surpresa, a última com alguma hesitação, pois os nacionalistas birmaneses, embora liderados por uma Liga da Liberdade do Povo antifascista, também haviam cooperado com os japoneses. Na verdade, eles eram tão hostis à Grã-Bretanha que a Birmânia foi a única entre todas as possessões britânicas a se recusarem de imediato a entrar na Comunidade Económica Britânica, associação sem compromisso pela qual Londres tentava manter pelo menos a lembrança do império britânico. Nisso se anteciparam até mesmo à Irlanda, que se declarou república fora da Comunidade Económica no mesmo ano. Mesmo assim, e embora creditada ao governo trabalhista britânico que assumiu o poder no fim da Segunda Guerra Mundial, a rápida e pacífica retirada da Grã-Bretanha do maior bloco da humanidade já submetido e administrado por um conquistador estrangeiro estava longe de ser um sucesso completo. Foi conseguida à custa da sangrenta divisão da índia num Paquistão muçulmano e numa índia não religiosa mas esmagadoramente hindu, no curso da qual talvez várias centenas de milhares de pessoas foram massacradas por adversários religiosos e outros milhões de habitantes expulsos de suas terras ancestrais para o que era agora um país estrangeiro. Isso não fazia parte do plano dos nacionalistas indianos, dos movimentos muçulmanos nem dos governantes imperiais.

Como a ideia de um Paquistão separado, cujo próprio conceito e nome só foram inventados por alguns estudantes em 1932-3, se tomou realidade em 1947 é uma questão que continua a perseguir estudiosos e sonhadores dos "se ao menos" da história. Uma vez que a sabedoria da visão retrospectiva nos mostra que a divisão da Índia segundo credos religiosos estabeleceu um precedente sinistro para o futuro do mundo, isso necessita uma explicação. Em certo sentido, não foi culpa de ninguém, ou foi de todos. Nas eleições sob a Constituição de 1935, o Partido do Congresso triunfara até na maioria das áreas muçulmanas, e o partido nacional que dizia representar a comunidade minoritária, a Liga Muçulmana, se saíra mal. A ascensão do Partido do Congresso, secular e não sectário, naturalmente deixou apreensivos muitos muçul-

manos, a maioria deles (assim como dos hindus) ainda não eleitores, pois a maior parte dos líderes do Congresso num país predominantemente hindu provavelmente seria hindu. Em vez de reconhecer esses temores e dar aos

muçulmanos uma representação especial, as eleições pareceram fortalecer as pretensões do Congresso de ser o único partido nacional, representando hindus e muçulmanos. Foi isso que fez a Liga Muçulmana, sob seu formidável líder Muhammad Ali Jinnah, romper com o Congresso e tomar o que se tomou a estrada para o separatismo potencial. Contudo, só em 1940 Jinnah abandonou sua oposição a um Estado muçulmano separado.

Foi a guerra que dividiu a Índia em duas. Em certo sentido, foi o último grande triunfo do domínio britânico — e ao mesmo tempo seu último suspiro de exaustão. Pela última vez o domínio britânico mobilizou os homens e a economia da índia para uma guerra britânica, numa escala ainda maior que em 1914-8, desta vez enfrentando a oposição das massas agora representadas por um partido de libertação nacional, e — ao contrário da Primeira Guerra Mundial — a iminente invasão pelo Japão. Foi um feito espantoso, mas a custos elevados. A oposição do Congresso à guerra levou seus líderes a se afastar da política e, depois de 1942, à cadeia. As tensões da economia de guerra alienaram importantes grupos políticos muçulmanos que defendiam o domínio britânico, principalmente no Punjab, portanto empurrando-os para a Liga Muçulmana, que agora se tomava uma força de massa no momento mesmo em que o governo em Délhi, temendo a capacidade do Congresso de sabotar o esforço de guerra, deliberada e sistematicamente explorava a rivalidade hindu-muçulmana para imobilizar o movimento nacional. Dessa vez se pode realmente dizer que a Grã-Bretanha "dividiu para governar". Em seu último e desesperado esforço para vencer a guerra, o domínio britânico destruiu não apenas a si mesmo, mas a sua própria justificativa moral, que era a consecução de um único subcontinente indiano onde as diversas comunidades pudessem coexistir em relativa paz sob uma administração e lei únicas, porque imparciais. Quando a guerra acabou, o motor da política comunal não mais podia ser posto em marcha à ré.

Em 1950, a descolonização asiática estava completa, a não ser pela Indochina. Enquanto isso, a região do islã ocidental, da Pérsia (Ira) ao Marrocos, era transformada por uma série de movimentos populares, golpes revolucionários e insurreições, começando com a nacionalização das empresas de petróleo ocidentais no Ira (1951) e a guinada daquele país para o populismo, sob o comando do dr. Muhammad Mussadiq (1880-1967), apoiado pelo então poderoso Partido Tudeh (Comunista). (Previsivelmente, os partidos comunistas adquiriram alguma influência no Oriente Médio após a grande vitória soviética.) Mussadiq seria derrubado por um golpe organizado pelo serviço secreto anglo-americano em 1953. A revolução dos Oficiais Livres no Egito (1952), liderada por Gamai Abdel Nasser (1918-70), e a posterior derrubada

com os custos dessa operação com tanta disposição, se o estanho e a borracha da Malásia não fossem tão confiáveis faturadores de dólares, assegurando com isso a estabilidade da libra. Contudo, a descolonização

da Malásia teria sido de qualquer forma complexa, e só foi obtida de modo satisfatório para os conservadores malaios e milionários chineses em 1957. Em 1965, a ilha chinesa de Cingapura passou a constituir uma cidade-Estado independente e muito rica.

Ao contrário dos franceses e holandeses, a Grã-Bretanha aprendera com a longa experiência na Índia que, a partir do surgimento de movimentos nacionalistas sérios, a única maneira de manter as vantagens do império era abrir mão do poder formal. Os britânicos retiraram-se do subcontinente indiano em 1947, antes que se tomasse patente sua incapacidade para controlá-lo, e sem a menor resistência. O Ceilão (rebatizado de Sri Lanka em 1972) e a Birmânia também se tomaram independentes, o primeiro com bem-vinda surpresa, a última com alguma hesitação, pois os nacionalistas birmaneses, embora liderados por uma Liga da Liberdade do Povo antifascista, também haviam cooperado com os japoneses. Na verdade, eles eram tão hostis à Grã-Bretanha que a Birmânia foi a única entre todas as possessões britânicas a se recusarem de imediato a entrar na Comunidade Económica Britânica, associação sem compromisso pela qual Londres tentava manter pelo menos a lembrança do império britânico. Nisso se anteciparam até mesmo à Irlanda, que se declarou república fora da Comunidade Económica no mesmo ano. Mesmo assim, e embora creditada ao governo trabalhista britânico que assumiu o poder no fim da Segunda Guerra Mundial, a rápida e pacífica retirada da Grã-Bretanha do maior bloco da humanidade já submetido e administrado por um conquistador estrangeiro estava longe de ser um sucesso completo. Foi conseguida à custa da sangrenta divisão da Índia num Paquistão muçulmano e numa Índia não religiosa mas esmagadoramente hindu, no curso da qual talvez várias centenas de milhares de pessoas foram massacradas por adversários religiosos e outros milhões de habitantes expulsos de suas terras ancestrais para o que era agora um país estrangeiro. Isso não fazia parte do plano dos nacionalistas indianos, dos movimentos muçulmanos nem dos governantes imperiais.

Como a ideia de um Paquistão separado, cujo próprio conceito e nome só foram inventados por alguns estudantes em 1932-3, se tornou realidade em 1947 é uma questão que continua a perseguir estudiosos e sonhadores dos "se ao menos" da história. Uma vez que a sabedoria da visão retrospectiva nos mostra que a divisão da Índia segundo credos religiosos estabeleceu um precedente sinistro para o futuro do mundo, isso necessita uma explicação. Em certo sentido, não foi culpa de ninguém, ou foi de todos. Nas eleições sob a Constituição de 1935, o Partido do Congresso triunfara até na maioria das áreas muçulmanas, e o partido nacional que dizia representar a comunidade minoritária, a Liga Muçulmana, se saíra mal. A ascensão do Partido do Congresso, secular e não sectário, naturalmente deixou apreensivos muitos muçul-

manos, a maioria deles (assim como dos hindus) ainda não eleitores, pois

a maior parte dos líderes do Congresso num país predominantemente hindu provavelmente seria hindu. Em vez de reconhecer esses temores e dar aos muçulmanos uma representação especial, as eleições pareceram fortalecer as pretensões do Congresso de ser o único partido nacional, representando hindus e muçulmanos. Foi isso que fez a Liga Muçulmana, sob seu formidável líder Muhammad Ali Jinnah, romper com o Congresso e tomar o que se tomou a estrada para o separatismo potencial. Contudo, só em 1940 Jinnah abandonou sua oposição a um Estado muçulmano separado.

Foi a guerra que dividiu a Índia em duas. Em certo sentido, foi o último grande triunfo do domínio britânico — e ao mesmo tempo seu último suspiro de exaustão. Pela última vez o domínio britânico mobilizou os homens e a economia da índia para uma guerra britânica, numa escala ainda maior que em 1914-8, desta vez enfrentando a oposição das massas agora representadas por um partido de libertação nacional, e — ao contrário da Primeira Guerra Mundial — a iminente invasão pelo Japão. Foi um feito espantoso, mas a custos elevados. A oposição do Congresso à guerra levou seus líderes a se afastar da política e, depois de 1942, à cadeia. As tensões da economia de guerra alienaram importantes grupos políticos muçulmanos que defendiam o domínio britânico, principalmente no Punjab, portanto empurrando-os para a Liga Muçulmana, que agora se tomava uma força de massa no momento mesmo em que o governo em Délhi, temendo a capacidade do Congresso de sabotar o esforço de guerra, deliberada e sistematicamente explorava a rivalidade hindu-muçulmana para imobilizar o movimento nacional. Dessa vez se pode realmente dizer que a Grã-Bretanha "dividiu para governar". Em seu último e desesperado esforço para vencer a guerra, o domínio britânico destruiu não apenas a si mesmo, mas a sua própria justificativa moral, que era a consecução de um único subcontinente indiano onde as diversas comunidades pudessem coexistir em relativa paz sob uma administração e lei únicas, porque imparciais. Quando a guerra acabou, o motor da política comunal não mais podia ser posto em marcha à ré.

Em 1950, a descolonização asiática estava completa, a não ser pela Indochina. Enquanto isso, a região do islã ocidental, da Pérsia (Ira) ao Marrocos, era transformada por uma série de movimentos populares, golpes revolucionários e insurreições, começando com a nacionalização das empresas de petróleo ocidentais no Ira (1951) e a guinada daquele país para o populismo, sob o comando do dr. Muhammad Mussadiq (1880-1967), apoiado pelo então poderoso Partido Tudeh (Comunista). (Previsivelmente, os partidos comunistas adquiriram alguma influência no Oriente Médio após a grande vitória soviética.) Mussadiq seria derrubado por um golpe organizado pelo serviço secreto anglo-americano em 1953. A revolução dos Oficiais Livres no Egito (1952), liderada por Gamai Abdel Nasser (1918-70), e a posterior derrubada

de regimes no Iraque (1958) e Síria não puderam ser tão facilmente

revertidos, embora os britânicos e franceses, inidos ao novo Estado antiárabe de Israel, fizessem o possível para derrubar Nasser na crise do Suez em 1956 (ver p. 359). Contudo, os franceses resistiram tenazmente ao levante pela independência nacional na Argélia (1954-62), um dos territórios em que, a exemplo da África do Sul e — de certa maneira — Israel, a coexistência de uma população local com um grande grupo de colonos europeus tomava o problema da descolonização particularmente difícil de resolver. A guerra argelina foi assim um conflito de uma brutalidade peculiar, que ajudou a institucionalizar a tortura nos exércitos, polícia e forças de segurança de países que se diziam civilizados. Popularizou o infame uso posterior e generalizado da tortura com choques elétricos aplicados a línguas, bicos de seios e órgãos genitais, e levou à derrubada da Quarta República (1958) e quase à da Quinta (1961), antes que a Argélia conquistasse a independência que o general De Gaulle há muito reconhecia como inevitável. Enquanto isso, o governo francês havia negociado com discrição a autonomia e (1956) independência de dois outros proteto-rados norte-africanos: Tunísia (que se tornou uma república) e Marrocos (que continuou sendo uma monarquia). No mesmo ano, os britânicos discretamente abriram mão do domínio sobre o Sudão, que se tomara inviável quando eles perderam o controle do Egito.

Não está claro em que momento os velhos impérios compreenderam que a Era dos Impérios acabara definitivamente. Sem dúvida, em retrospecto, a tentativa da Grã-Bretanha e da França de reafirmar-se como potências imperiais globais na aventura de Suez em 1956 parece mais condenada ao insucesso do que evidentemente parecia aos governos de Londres e Paris, que planejaram junto com Israel uma operação militar para derrubar o governo revolucionário do coronel Nasser, no Egito. O episódio foi um fracasso catastrófico (exceto do ponto de vista de Israel), tanto mais ridículo pela combinação de indecisão, hesitação e inconvincente desfaçatez do primeiro-ministro britânico, Anthony Éden. A operação, mal lançada, foi cancelada por pressão dos EUA, empurrou o Egito para a URSS, e acabou para sempre com o chamado "Momento da Grã-Bretanha no Oriente Médio", a época de inquestionada hegemonia britânica naquela região instaurada a partir de 1918.

De qualquer modo, em fins da década de 1950 já ficara claro para os velhos impérios sobreviventes que o colonialismo formal tinha de ser liquidado. Só Portugal continuou resistindo à sua dissolução, pois sua economia metropolitana atrasada, politicamente isolada e marginalizada não tinha meios para sustentar o neocolonialismo. Precisava explorar seus recursos africanos e, como sua economia não era competitiva, só podia fazê-lo pelo controle direto. A África do Sul e a Rodésia do Sul, os Estados africanos com substanciais populações de colonos brancos (com exceção do Quénia), também se recusaram a adotar políticas que inevitavelmente produziriam regimes controlados

por africanos, e os brancos da Rodésia do Sul chegaram a declarar-se independentes (1965) da Grã-Bretanha para evitar esse destino. Contudo, Paris, Londres e Bruxelas (o Congo Belga) decidiram que a concessão de independência com a manutenção da dependência económica e cultural era preferível a longas lutas que provavelmente acabariam em independência sob governos esquerdistas. Só no Quénia houve uma expressiva insurreição popular e guerra de guerrilha, embora em grande parte limitada a setores de um povo local, o kikuyu (o chamado movimento Mau Mau, 1952-6). Em outras partes, a política de descolonização profilática foi seguida com êxito, exceto no Congo Belga, onde logo conduziu à anarquia, guerra civil e política de potência internacional. Na África britânica, a Costa do Ouro (hoje Gana), que já tinha um partido de massa dirigido por um talentoso político e intelectual pan-africano, Kwame Nkrumah, recebeu independência em 1957. Na África francesa, a Guiné foi arremessada numa precoce e empobrecida independência em 1958, quando seu líder, Sekou Touré, recusou o convite de De Gaulle para entrar numa "Comunidade Francesa", que combinava autonomia com estrita dependência da economia francesa, tomando-se o primeiro líder negro obrigado a buscar ajuda em Moscou. Quase todas as demais colónias britânicas, francesas e belgas foram liberadas em 1960-2, e o restante pouco depois. Só Portugal e os Estados de colonos brancos independentes resistiram à tendência.

As maiores colónias britânicas no Caribe foram tranquilamente descolonizadas na década de 1960, as ilhas menores em intervalos entre essa data e 1981, as ilhas do Índico e Pacífico em fins da década de 1960 e na de 1970. Na verdade, em 1970 nenhum território de tamanho significativo continuava sob administração direta das ex-potências colonialistas ou seus regimes de colonos, a não ser no Centro e Sul da Ásia — e, claro, no Vietnã em guerra. A era imperial acabara. Menos de três quartos de século antes, parecera indestrutível. Mesmo trinta anos antes, cobria a maior parte dos povos do globo. Parte irrecuperável do passado, tomará-se parte das sentimentalizadas lembranças literárias e cinematográficas dos antigos Estados imperiais, enquanto uma nova geração de escritores nativos dos países outrora coloniais começava a produzir uma literatura que partia da era da independência.

Parte dois A ERA DE OURO

8 GUERRA FRIA

Embora a Rússia soviética pretenda espalhar sua influência de todas as formas possíveis, a revolução mundial não faz mais parte de seu programa, e nada há nas condições internas da União que possa encorajar um retorno a velhas tradições revolucionárias. Qualquer comparação entre a ameaça alemã antes da guerra e uma ameaça soviética hoje deve levar em conta [...] diferenças fundamentais [...] Háportanto infinitamente menos perigo de uma súbita catástrofe com os russos do que

com os alemães. Frank Roberts, embaixada britânica. Moscou, para o Foreign Office, Londres, 1946, in Jensen (1991, p. 56) A economia de guerra proporciona abrigos confortáveis para dezenas de milhares de burocratas com e sem uniforme militar que vão para o escritório todo dia construir armas nucleares ou planejar uma guerra nuclear; milhões de trabalhadores cujo emprego depende do sistema de terrorismo nuclear; cientistas e engenheiros contratados para buscar aquela "inovação tecnológica "final que pode oferecer segurança total; fornecedores que não querem abrir mão de lucros fáceis; intelectuais guerreiros que vendem ameaças e bendizem guerras. Richard Barnet (1981, p. 97)

Os 45 anos que vão do lançamento das bombas atómicas até o fim da União Soviética não formam um período homogéneo único na história do mundo. Como veremos nos capítulos seguintes, dividem-se em duas metades, tendo como divisor de águas o início da década de 1970 (ver capítulos 9 e 14). Apesar disso, a história desse período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS: o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada "Guerra Fria".

A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, "a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida" (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século xx, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade. Na verdade, mesmo os que não acreditavam que qualquer um dos lados pretendia atacar o outro achavam difícil não ser pessimistas, pois a Lei de Murphy é uma das mais poderosas generalizações sobre as questões humanas ("Se algo pode dar errado, mais cedo ou mais tarde vai dar"). À medida que o tempo passava, mais e mais coisas podiam dar errado, política e tecnologicamente, num confronto nuclear permanente baseado na suposição de que só o medo da "destruição mútua inevitável" (adequadamente expresso na sigla MAD, das iniciais da expressão em inglês — mutually assured destruction) impediria um lado ou outro de dar o sempre pronto sinal para o planejado suicídio da civilização. Não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária.

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição

global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra — e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética.

Na Europa, linhas de demarcação foram traçadas em 1943-5, tanto a partir de acordos em várias conferências de cúpula entre Roosevelt, Churchill e Stalin, quanto pelo fato de que só o Exército Vermelho podia derrotar a Alemanha. Havia indefinições, sobretudo acerca da Alemanha e da Áustria, as quais foram solucionadas pela divisão da Alemanha segundo as linhas das forças de ocupação orientais e ocidentais e a retirada de todos os ex-beligerantes da Áustria. Esta se tomou uma espécie de segunda Suíça — um pequeno país comprometido com a neutralidade, invejado por sua persistente prosperidade, e portanto descrito (corretamente) como "chato". A URSS aceitou com relutân-

cia Berlim Ocidental como um enclave dentro de seu território alemão, mas não estava preparada para lutar pela questão.

A situação fora da Europa era menos definida, a não ser pelo Japão, onde os EUA desde o início estabeleceram uma ocupação completamente unilateral que excluía não só a URSS, mas qualquer outro co-beligerante. O problema é que o fim dos velhos impérios coloniais era previsível e, na verdade, em 1945, considerado iminente na Ásia, mas a futura orientação dos novos Estados pós-colo-niais não estava nada clara. Como veremos (capítulos 12 e 15), foi nessa área que as duas superpotências continuaram a competir, por apoio e influência, durante toda a Guerra Fria, e por isso a maior zona de atrito entre elas, aquela onde o conflito armado era mais provável, e onde de fato irrompeu. Ao contrário do que ocorrera na Europa, nem mesmo os limites da área sob futuro controle comunista podiam ser previstos, quanto mais acertados de antemão por negociações, ainda que provisórias e ambíguas. Assim, a URSS não queria muito a tomada do poder pêlos comunistas na China,* mas ela se deu assim mesmo.

Contudo, mesmo no que depois veio a ser chamado de "Terceiro Mundo", em poucos anos as condições para a estabilidade internacional começaram a surgir, quando ficou claro que a maioria dos novos Estados pós-coloniais, por menos que gostasse dos EUA e seu campo, não era comunista; com efeito: a maioria era anticomunista em sua política interna e "não alinhada" (ou seja, fora do campo soviético) nos assuntos internacionais. Em suma, o "campo comunista" não deu sinais de expansão

significativa entre a Revolução Chinesa e a década de 1970, quando a China estava fora dele (ver capítulo 16).

De fato, a situação mundial se tomou razoavelmente estável pouco depois da guerra, e permaneceu assim até meados da década de 1970, quando o sistema internacional e as unidades que o compunham entraram em outro período de extensa crise política e económica. Até então, as duas superpotências aceitavam a divisão desigual do mundo, faziam todo esforço para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre suas Forças Armadas que pudesse levar a uma guerra e, ao contrário da ideologia e da retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível a longo prazo. Na verdade, na hora da decisão, ambas confiavam na moderação uma da outra, mesmo nos momentos em que se achavam oficialmente à beira da guerra, ou mesmo já nela. Assim, durante a Guerra da

(*) Houve uma notável falta de referência — em qualquer contexto — à China no relatório de Zhdanov sobre a situação mundial que abriu a conferência de fundação do Departamento de Informação Comunista (Cominform) em setembro de 1947, embora a Indonésia e o Vietnã fossem classificados como "entrando no campo antiimperialista", e a Índia, Egito e Síria como "simpatizantes" dele (Spriano, 1983, p. 286). Já em abril de 1949, quando Chang Kai-chek abandonou sua capital Nanquim, o embaixador soviético juntou-se a ele — o único do corpo diplomático — em sua retirada para Cantão. Seis meses depois. Mão proclamava a República Popular (Walker, 1993,p. é3).

Coreia de 1950-3, em que os americanos se envolveram oficialmente, mas os russos não, Washington sabia que pelo menos 150 aviões chineses eram na verdade aviões soviéticos com pilotos soviéticos (Walker, 1993, pp. 75-7). A informação foi mantida em segredo, porque se supunha, corretamente, que a última coisa que Moscou queria era guerra. Durante a crise dos mísseis cubanos de 1962, como agora sabemos (Bali, 1992; Bali, 1993), a principal preocupação dos dois lados era impedir que gestos belicosos fossem interpretados como medidas efetivas para a guerra.

Até a década de 1970, esse acordo tácito de tratar a Guerra Fria como uma Paz Fria se manteve. A URSS sabia (ou melhor, percebera), já em 1953, quando não houve reação aos tanques soviéticos que restabeleceram o controle diante de uma séria revolta operária na Alemanha Oriental, que os apelos americanos para "fazer retroceder" o comunismo não passavam de histrionis-mo radiofónico. Daí em diante, como confirmou a revolução húngara de 1956, o Ocidente se manteria fora da região de domínio soviético. A Guerra Fria que de fato tentou corresponder à sua retórica de luta pela supremacia ou aniquilação não era aquela em que decisões fundamentais eram tomadas pêlos governos, mas a nebulosa disputa entre seus vários serviços secretos reconhecido e não reconhecidos, que no Ocidente produziu esse tão característicos

subproduto da tensão internacional, a ficção de espionagem e assassinato clandestino. Nesse género, os britânicos, com o James Bond de lan Pleming e os heróis agridoces de John lê Carré — ambos tinham trabalhado nos serviços secretos britânicos —, mantiveram uma firme superioridade, compensando assim o declínio de seu país no mundo do poder real. Contudo, a não ser em alguns dos países mais fracos do Terceiro Mundo, as operações da KGB, CIA e órgãos semelhantes eram triviais em termos de verdadeira política de poder, embora muitas vezes dramáticas.

Terá havido, nessas circunstâncias, verdadeiro perigo de guerra mundial em algum momento desse longo período de tensão — a não ser, claro, pelo tipo de acidente que inevitavelmente ameaça os que patinam muito tempo sobre gelo fino? Difícil dizer. Provavelmente o período mais explosivo foi aquele entre a enunciação formal da Doutrina Truman, em março de 1947 ("Creio que a política dos Estados Unidos deve ser a de apoiar os povos livres que resistem a tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões de fora"), e abril de 1951, quando o mesmo presidente americano demitiu o general Douglas MacArthur, comandante das forças americanas na Guerra da Coreia, que levou sua ambição militar longe demais. Esse foi o período em que o medo americano de uma desintegração social ou revolução social nas partes não soviéticas da Eurásia não era de todo fantástico — afinal, em 1949 os comunistas assumiram o poder na China. Por outro lado, os EUA com quem a URSS se defrontava tinham o monopólio das armas nucleares e multiplicavam declarações de anticomunismo militantes e agressivas, enquanto surgiam as primei-

rãs fendas na solidez do bloco soviético com a saída da Jugoslávia de Tito (1948). Além disso, de 1949 em diante a China esteve sob um governo que não apenas mergulhou imediatamente numa grande guerra na Coreia, como — ao contrário de todos os outros governos — se dispunha de fato a enfrentar um holocausto nuclear e sobreviver.* Qualquer coisa poderia acontecer.

Assim que a URSS adquiriu armas nucleares — quatro anos depois de Hiroxima no caso da bomba atómica (1949), nove meses depois dos EUA no caso da bomba de hidrogénio (1953) — as duas superpotências claramente abandonaram a guerra como instrumento de política, pois isso equivalia a um pacto suicida. Não está muito claro se chegaram a considerar seriamente a possibilidade de uma ação nuclear contra terceiros — os EUA na Coreia em 1951, e para salvar os franceses no Vietnã em 1954; a URSS contra a China em 1969 —, mas de todo modo as armas não foram usadas. Contudo, ambos usaram a ameaça nuclear, quase com certeza sem intenção de cumpri-la, em algumas ocasiões: os EUA para acelerar as negociações de paz na Coreia e no Vietnã (1953,1954), a URSS para forçar a Grã-Bretanha e a França a retirar-se de Suez em 1956. Infelizmente, a própria certeza de que nenhuma das superpotências iria de fato querer

apertar o botão nuclear tentava os dois lados a usar gestos nucleares para fins de negociação, ou (nos EUA) para fins de política interna, confiantes em que o outro tampouco queria a guerra. Essa confiança revelou-se justificada, mas ao custo de abalar os nervos de várias gerações. A crise dos mísseis cubanos de 1962, um exercício de força desse tipo inteiramente supérfluo, por alguns dias deixou o mundo à beira de uma guerra desnecessária, e na verdade o susto trouxe à razão por algum tempo até mesmo os mais altos formuladores de decisões.** //

Como então vamos explicar os quarenta anos de confronto armado e mobilizado, baseado na sempre implausível suposição — neste caso claramente

(*) Informa-se que Mão declarou ao líder italiano Palmiro Togliatti: "Quem lhe disse que a Itália deve sobreviver? Restarão 3 milhões de chineses, e isso será bastante para a raça humana continuar". "A jovial disposição de Mão de aceitar a inevitabilidade de uma guerra nuclear e sua possível utilidade como um meio de provocar a derrota final do capitalismo deixou tontos seus camaradas de outros países" em 1957 (Walker, 1993, p. 126).

(**) O líder soviético Nikita S. Kruschev decidiu colocar mísseis soviéticos em Cuba, para contrabalançar os mísseis americanos já instalados do outro lado da fronteira soviética com a Turquia (Burlatsky, 1992). Os EUA o obrigaram a retirá-los com a ameaça de guerra, mas também retiraram os mísseis da Turquia. Os mísseis soviéticos, como o presidente Kennedy foi informado na época, não faziam diferença para o equilíbrio estratégico, embora fizessem considerável diferença nas relações públicas presidenciais (Bali, 1992, p. 18; Walker, 1988). Os mísseis americanos retirados foram descritos como "obsoletos".

infundada — de que a instabilidade do planeta era de tal ordem que uma guerra mundial podia explodir a qualquer momento, possibilidade essa afastada apenas pela incessante dissuasão mútua? Em primeiro lugar, a Guerra Fria baseava-se numa crença ocidental, retrospectivamente absurda mas bastante natural após a Segunda Guerra Mundial, de que a Era da Catástrofe não chegara de modo algum ao fim; de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo algum assegurado. A maioria dos observadores esperava uma séria crise económica pós-guerra, mesmo nos EUA, por analogia com o que ocorrera após a Primeira Guerra Mundial. Um futuro prémio Nobel de economia em 1943 falou da possibilidade, nos EUA, do "maior período de desemprego e deslocamento industrial que qualquer economia já enfrentou" (Samuelson, 1943, p. 51). Na verdade, os planos do governo americano para o pós-guerra se preocupavam muito mais em impedir uma nova Grande Depressão do que em evitar outra guerra, uma questão a que Washington

dava apenas uma atenção esparsa e provisória antes da vitória (Kolko, 1969, pp. 244-6).

Se Washington previa "os grandes problemas do pós-guerra" que minavam "a estabilidade — social e económica — no mundo" (Dean Acheson, citado in Kolko, 1969, p. 485), era porque no fim da guerra os países beligerantes, com exceção dos EUA, haviam se tomado um campo de ruínas habitado pelo que pareciam aos americanos povos famintos, desesperados e provavelmente propensos à radicalização, mais que dispostos a ouvir o apelo da revolução social e de políticas económicas incompatíveis com o sistema internacional de livre empresa, livre comércio e investimento pelo qual os EUA e o mundo iriam ser salvos. Além disso, o sistema internacional pré-guerra desmoronara, deixando os EUA diante de uma URSS enormemente fortalecida em amplos trechos da Europa e em outros espaços ainda maiores do mundo não europeu, cujo futuro político parecia bastante incerto — a não ser pelo fato de que qualquer coisa que acontecesse nesse mundo explosivo e instável tinha maior probabilidade de enfraquecer o capitalismo e os EUA, e de fortalecer o poder que passara a existir pela e para a revolução.

A situação do imediato pós-guerra em muitos países liberados e ocupados parecia solapar a posição dos políticos moderados, com pouco apoio além do de aliados ocidentais, e assediados dentro e fora de seus governos pêlos comunistas, que emergiam da guerra em toda parte mais fortes que em qualquer época no passado, e às vezes como os maiores partidos e forças eleitorais de seus países. O primeiro-ministro (socialista) da França foi a Washington advertir que, sem apoio económico, era provável que se inclinasse para os comunistas. A péssima safra de 1946, seguida pelo inverno terrível de 1946, deixou ainda mais nervosos os políticos europeus e os assessores presidenciais americanos.

Nessas circunstâncias, não surpreende que a aliança da época da guerra entre os grande países capitalistas e o poder socialista agora à frente de sua

própria zona de influência se tenha rompido, como muitas vezes acontece, no fim das guerras, até mesmo com coalizões menos heterogéneas. Contudo, isso com certeza não basta para explicar por que a política americana — os aliados e clientes de Washington, com a possível exceção da Grã-Bretanha, estavam consideravelmente menos superaquecidos — deveria basear-se, pelo menos em suas declarações públicas, num cenário de pesadelo da superpotência mos-covita pronta para a conquista imediata do globo, e dirigindo uma "conspiração comunista mundial" ateia sempre disposta a derrubar os reinos de liberdade. É ainda mais inadequada para explicar a retórica de campanha de John F. Kennedy em 1960, numa época em que era inconcebível dizer que aquilo que o primeiro-ministro britânico Harold Macmilian chamava "nossa moderna sociedade livre — a nova forma de capitalismo" (Home, 1980, vol. u, p. 283) passasse por

qualquer dificuldade imediata.*

Por que a perspectiva dos "profissionais do Departamento de Estado" no pós-guerra podia ser descrita como "apocalíptica" (Hughes, 1969, p. 28)? Por que até mesmo o calmo diplomata britânico que rejeitava qualquer comparação da URSS com a Alemanha nazista iria dizer então, em Moscou, que o mundo se achava "diante do perigo de um equivalente moderno das guerras religiosas do século xvi, em que o comunismo soviético lutará com a democracia social ocidental e a versão americana do capitalismo pelo domínio do mundo" (Jensen, 1991, pp. 41, 53-4; Roberts, 1991)? Pois hoje é evidente, e era razoavelmente provável mesmo em 1945-7, que a URSS não era expansionista — e menos ainda agressiva — nem contava com qualquer extensão maior do avanço comunista além do que se supõe houvesse sido combinado nas conferências de cúpula de 1943-5. Na verdade, nas áreas em que Moscou controlava seus regimes clientes e movimentos comunistas, estes se achavam especificamente comprometidos a não erguer Estados segundo o modelo da URSS, mas economias mistas sob democracias parlamentares multipartidárias, distintas da "ditadura do proletariado" e, "mais ainda", de partido único. Estes eram descritos em documentos partidários internos como "nem úteis nem necessários" (Spriano, 1983, p. 265). (Os únicos regimes comunistas que se recusaram a seguir essa linha foram aqueles cujas revoluções, ativamente desencorajadas por Stalin, escaparam ao controle de Moscou — por exemplo, a lugoslávia.) Além do mais, embora isso não fosse muito notado, a União Soviética desmobilizou suas tropas — sua maior vantagem militar — quase tão rapidamente quanto os EUA, reduzindo a força do Exército Vermelho de um pico de quase 12 milhões, em 1945, para 3 milhões em fins de 1948 (New York Times, 24/10/1946; 24/10/1948). i (*)
"O inimigo é o próprio sistema comunista — implacável, insaciável, incessante em sua ' corrida para a dominação mundial [...] Não é uma luta por supremacia de armas apenas. É tam-
; Mm uma luta pela supremacia entre duas ideologias conflitantes: a liberdade sob Deus versus a
i tirania brutal e ateia" (Walker, 1993, p. 132).

Em qualquer avaliação racional, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Ver-"melho. Saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta, com a economia de tempo de paz em frangalhos, com o governo desconfiado de uma população que, em grande parte fora da Grande Rússia, mostrara uma nítida e compreensível falta de compromisso com o regime. Em sua própria periferia ocidental, continuou tendo problemas, durante anos, com as guerrilhas na Ucrânia e em outras regiões. Era governada por um ditador que demonstrara ser tão avesso a riscos fora do território que controlava diretamente quanto implacável dentro dele: Y. V. Stalin (ver capítulo 13). Precisava de toda a ajuda que conseguisse obter e, portanto, não tinha interesse imediato em antagonizar a única potência que podia dá-la, os EUA. Sem dúvida Stalin, como comunista, acreditava que o capitalismo seria inevitavelmente substituído pelo comunismo, e

nessa medida qualquer coexistência dos dois sistemas não seria permanente. Contudo, os planejadores soviéticos não viam o capitalismo em crise no fim da Segunda Guerra Mundial. Não tinham dúvida de que ele continuaria por um longo tempo sob a hegemonia dos EUA, cuja riqueza e poder, enormemente aumentados, eram simplesmente óbvios demais (Loth, 1988, pp. 36-7). Isso, na verdade, era o que a URSS suspeitava e receava.* Sua postura básica após a guerra não era agressiva, mas defensiva.

Contudo, dessa situação surgiu uma política de confronto dos dois lados. A URSS, consciente da precariedade e insegurança de sua posição, via-se diante do poder mundial dos EUA, conscientes da precariedade e insegurança da Europa Central e Ocidental e do futuro incerto de grande parte da Ásia. O confronto provavelmente teria surgido mesmo sem ideologia. George Kennan, o diplomata americano que no início de 1946 formulou a política de "contenção" que Washington adotou com entusiasmo, não acreditava que a Rússia estivesse em cruzada pelo comunismo, e — como provou em sua carreira posterior — estava longe de ser um cruzado ideológico (a não ser, possivelmente, contra a política democrata, sobre a qual tinha pífia opinião). Era apenas um especialista em Rússia da velha escola de política de potência — havia muitos desses nos ministérios das Relações Exteriores europeus — que via a Rússia, czarista ou bolchevique, como uma sociedade atrasada e bárbara, governada por homens movidos por um "tradicional e instintivo senso de insegurança russo", sempre se isolando do mundo externo, sempre dirigida por autocratas, sempre buscando "segurança" apenas na luta paciente e mortal para a destruição total de uma potência rival, jamais em acordos ou compromissos com ela; sempre, em consequência, respondendo apenas à "lógica da força", jamais à

(*) Eles teriam ficado ainda mais desconfiados se soubessem que os chefes do Estado-Maior conjunto elaboraram um plano para lançar bombas atómicas sobre as vinte principais cidades soviéticas dez semanas depois do fim da guerra (Walker, 1993, pp. 26-7).

razão. O comunismo, claro, em sua opinião tomava a Rússia ainda mais perigosa, reforçando a mais brutal das grandes potências com a mais implacável das ideologias utópicas, ou seja, de conquista do mundo. Mas a implicação da tese era que a única "potência rival" da Rússia, ou seja, os EUA, teria de "conter" a pressão desta por uma resistência inflexível, mesmo que ela não fosse comunista.

Por outro lado, do ponto de vista de Moscou, a única estratégia racional para defender e explorar a vasta, mas frágil, nova posição de potência internacional era exatamente a mesma: nenhum acordo. Ninguém sabia melhor que Stalin como era fraca a sua mão de jogo. Não poderia haver negociações sobre as posições oferecidas por Roosevelt e Churchill na época em que o esforço soviético era essencial para vencer Hitier, e

ainda considerado fundamental para derrotar o Japão. A URSS poderia estar disposta a recuar de qualquer posição exposta além da posição fortificada que ela considerava ter sido combinada nas conferências de cúpula de 1943-5, sobretudo emYalta — por exemplo, nas fronteiras de Ira e Turquia em 1945-6 —, mas qualquer tentativa de reabrir Yalta só podia ser respondida com uma recusa direta. Na verdade, tomou-se notório o "Não" do ministro das Relações Exteriores de Stalin, Molotov, em todas as reuniões internacionais depois de Yalta. Os americanos tinham o poder; embora só até certo ponto. Até dezembro de 1947 não havia aviões para transportar as doze bombas atómicas existentes, nem militares capazes de montá-las (Moisi, 1981, pp. 78-9). A URSS não o tinha. Washington só abriria mão de alguma coisa em troca de concessões, mas estas eram precisamente o que Moscou não podia se dar o luxo de bancar, mesmo em troca de ajuda económica, extremamente necessária, a qual, de qualquer modo, os americanos não queriam dar-lhe, alegando ter "perdido" o pedido soviético de um empréstimo no pós-guerra, feito antes de Yalta.

Em suma, enquanto os EUA se preocupavam com o perigo de uma possível supremacia mundial soviética num dado momento futuro, Moscou se preocupava com a hegemonia de fato dos EUA, então exercida sobre todas as partes do mundo não ocupadas pelo Exército Vermelho. Não seria preciso muito para transformar a exausta e empobrecida URSS numa região cliente da economia americana, mais forte na época que todo o resto do mundo junto. A intransigência era a tática lógica. Que pagassem para ver o blefe de Moscou.

Contudo, a política de intransigência mútua, e mesmo de permanente rivalidade de poder, não implicava perigo diário de guerra. As secretarias das Relações Exteriores do século xix, que tinham como certo que os impulsos expansionistas da Rússia czarista deviam ser "contidos" continuamente, sabiam muito bem que os momentos de confronto aberto eram raros, e as crises de guerra mais ainda. Menos ainda intransigência mútua implica uma política de luta de vida ou morte, ou guerra religiosa. Contudo, dois elementos na situação ajudavam a fazer o confronto passar do reino da razão para o da emo-

ção. Como a URSS, os EUA eram uma potência representando uma ideologia, que a maioria dos americanos sinceramente acreditava ser o modelo para o mundo. Ao contrário da URSS, os EUA eram uma democracia. É triste, mas deve-se dizer que estes eram provavelmente mais perigosos.

Pois o governo soviético, embora também demonizasse o antagonista global, não precisava preocupar-se com ganhar votos no Congresso, ou com eleições presidenciais e parlamentares. O governo americano precisava. Para os dois propósitos, um anticomunismo apocalíptico era útil, e portanto tentador, mesmo para políticos não de todo convencidos de sua própria retórica ou do tipo do secretário de Estado da marinha do presidente Truman, James Forrestal (1882-1949), clinicamente louco o

bastante para suicidar-se porque via a chegada dos russos de sua janela no hospital, um inimigo externo ameaçando os EUA não deixava de ser conveniente para governos americanos que haviam concluído, corretamente, que seu país era agora uma potência mundial — na verdade, de longe a maior — e que ainda viam o "isolacionismo" ou protecionismo defensivo como seu grande obstáculo interno. Se a própria América não estava segura, não havia como recusar as responsabilidades — e recompensas — da liderança mundial, como após a Primeira Guerra Mundial. Mais concretamente, a histeria pública tomava mais fácil para os presidentes obter de cidadãos famosos, por sua ojeriza a pagar impostos, as imensas somas necessárias para a política americana. E o anticomunismo era genuína e visceralmente popular num país construído sobre o individualismo e a empresa privada, e onde a própria nação se definia em termos exclusivamente ideológicos ("americanismo") que podiam na prática conceituar-se como o pólo oposto ao comunismo. (Tampouco devemos esquecer o voto dos imigrantes da Europa Oriental sovietizada.) Não foi o governo americano que iniciou o sinistro e irracional frenesi da caça às bruxas anticomunista, mas demagogos exceto isso insignificantes — alguns deles, como o notório senador Joseph McCarthy, nem mesmo particularmente anticomunistas — que descobriram o potencial político da denúncia em massa do inimigo interno.* O potencial burocrático já fora há muito descoberto por J. F. Edgard Hoover (1895-1972), o praticamente irremovível chefe do Departamento Federal de Investigações (FBI). O que um dos principais arquitetos da Guerra Fria chamou de "ataque dos primitivos" (Acheson, 1970, p. 462) facilitava e ao mesmo tempo limitava a política de Washington levando-a a extremos, sobretudo nos anos após a vitória dos comunistas na China, pela qual Moscou foi naturalmente responsabilizada.

Ao mesmo tempo, a exigência esquizóide, feita por políticos sensíveis ao voto, de uma política que ao mesmo tempo fizesse retroceder a maré de "agressão comunista", poupasse dinheiro e interferisse o mínimo possível no

(*) O único político'de verdadeira solidez a surgir do submundo dos caçadores de bruxas foi Richard Nixon, o mais antipático dos presidentes americanos do pós-guerra (1968-74).

conforto dos americanos, comprometeu Washington e, com ela, o resto da aliança, não apenas com uma estratégia voltada mais para as bombas nucleares que para os homens, como também com a sinistra estratégia de "retaliação em massa" anunciada em 1954. O agressor potencial era ameaçado com armas nucleares mesmo no caso de um ataque limitado convencional. Em suma, os EUA viram-se comprometidos com uma posição agressiva, de mínima flexibilidade tática.

/Os dois lados viram-se assim comprometidos com uma insana corrida armamentista para a mútua destruição, e com o tipo de generais e

intelectuais nucleares cuja profissão exigia que não percebessem essa insanidade. Os dois também se viram comprometidos com o que o presidente em fim de mandato, Eisenhower, militar moderado da velha escola que se via presidindo essa descida à loucura sem ser exatamente contaminado por ela, chamou de "complexo industrial-militar", ou seja, o crescimento cada vez maior de homens e recursos que viviam da preparação da guerra. Mais do que nunca, esse era um interesse estabelecido em tempos de paz estável entre as potências. Como era de se esperar, os dois complexos industrial-militares eram estimulados por seus governos a usar sua capacidade excedente para atrair e armar aliados e clientes, e, ao mesmo tempo, conquistar lucrativos mercados de exportação, enquanto reservavam apenas para si os armamentos mais atualizados e, claro, suas armas nucleares. Pois na prática as superpotências mantiveram seu monopólio nuclear. Os britânicos conseguiram bombas próprias em 1952, por ironia com o objetivo de afrouxar sua dependência dos EUA; os franceses (cujo arsenal nuclear era na verdade independente dos EUA) e os chineses na década de 1960. Enquanto durou a Guerra Fria, nada disso contou. Nas décadas de 1970 e 1980, outros países conseguiram a capacidade de fazer armas nucleares, notadamente Israel, África do Sul e provavelmente a Índia, mas essa proliferação nuclear só se tomou um problema internacional sério após o fim da ordem bipolar de superpotências em 1989.

Assim, quem foi responsável pela Guerra Fria? Como o debate sobre esta questão foi durante longo tempo uma partida de ténis entre os que punham a culpa apenas na URSS e os dissidentes (sobretudo, deve-se dizer, americanos) que culparam basicamente os EUA, é tentador juntarmo-nos aos mediadores históricos que a atribuem ao medo mutuo do confronto que aumentou até os dois "campos armados começarem a mobilizar-se sob suas bandeiras opostas" (Walker, 1993, p. 55). Claro que isso é verdade, mas não toda a verdade. Explica o que foi chamado de "congelamento" dosfronts em 1947-9; a paulatina divisão da Alemanha, de 1947 até a construção do Muro de Berlim em 1961; o fato de os anticomunistas do lado ocidental não conseguirem evitar o completo envolvimento na aliança militar dominada pêlos EUA (com exceção da França do general De Gaulle); e o fato de o lado oriental não conseguir escapar à completa subordinação a Moscou (com exceção do marechal Tito,

na Jugoslávia). Mas não explica o tom apocalíptico da Guerra Fria. Ela se originou na América. Todos os governos europeus ocidentais, com ou sem grandes partidos comunistas, eram empenhadamente anticomunistas, e decididos a proteger-se de um possível ataque militar soviético. Nenhum deles teria hesitado, caso solicitados a escolher entre os EUA e a URSS, mesmo aqueles que, por história, política ou negociação, estavam comprometidos com a neutralidade. Contudo, a "conspiração comunista mundial" não era um elemento sério das políticas internas de nenhum dos

governos com algum direito a chamar-se democracias políticas, pelo menos após os anos do imediato pós-guerra. Entre as nações democráticas, só nos EUA os presidentes eram eleitos (como John F. Kennedy em 1960) para combater o comunismo, que, em termos de política interna, era tão insignificante naquele país quanto o budismo na Irlanda. Se alguém introduziu o caráter de cruzada na Realpolitik de confronto internacional de potências, e o manteve lá, esse foi Washington. Na verdade, como demonstra a retórica de campanha de John F. Kennedy com a clareza da boa oratória, a questão não era a académica ameaça de dominação mundial comunista, mas a manutenção de uma supremacia americana concreta.* Deve-se acrescentar, no entanto, que os governos membros da OTAN, embora longe de satisfeitos com a política dos EUA, estavam dispostos a aceitar a supremacia americana como o preço da proteção contra o poderio militar de um sistema político antipático, enquanto este continuasse existindo. Tinham tão pouca disposição a confiar na URSS quanto Washington. Em suma, "contenção" era a política de todos; destruição do comunismo, não.

Embora o aspecto mais óbvio da Guerra Fria fosse o confronto militar e a cada vez mais frenética corrida armamentista no Ocidente, não foi esse o seu grande impacto. As armas nucleares não foram usadas. As potências nucleares se envolveram em três grandes guerras (mas não umas contra as outras). Abalados pela vitória comunista na China, os EUA e seus aliados (disfarçados como Nações Unidas) intervieram na Coreia em 1950 para impedir que o regime comunista do Norte daquele país se estendesse ao Sul. O resultado foi um empate. Fizeram o mesmo, com o mesmo objetivo, no Vietnã, e perderam. A URSS retirou-se do Afeganistão em 1988, após oito anos nos quais forneceu ajuda militar ao governo para combater guerrilhas apoiadas pêlos americanos

(*) "Vamos moldar nossa força e nos tornar os primeiros de novo. Não os primeiros se. Não os primeiros mas. Mas primeiros e ponto. Quero que o mundo se pergunte não o que o sr. Kruschev está fazendo. Quero que eles se perguntem o que os Estados Unidos estão fazendo" (Beschioss, 1991, p. 28).

e abastecidas pelo Paquistão. Em suma, o material caro e de alta tecnologia da competição das superpotências revelou-se pouco decisivo. A ameaça constante de guerra produziu movimentos internacionais de paz essencialmente dirigidos contra as armas nucleares, os quais de tempos em tempos se tomaram movimentos de massa em partes da Europa, sendo vistos pêlos cruzados da Guerra Fria como armas secretas dos comunistas. Os movimentos pelo desarmamento nuclear tampouco foram decisivos, embora um movimento contra a guerra específico, o dos jovens americanos contra o seu recrutamento para a Guerra do Vietnã (1965-75), se mostrasse mais eficaz. No fim da Guerra Fria, esses movimentos deixaram recordações de boas causas e algumas curiosas relíquias periféricas, como a adoção do

logotipo antinuclear pelas contraculturas pós-1968 e um entranhado preconceito entre os ambientalistas contra qualquer tipo de energia nuclear.

Muito mais óbvias foram as consequências políticas da Guerra Fria. Quase de imediato, ela polarizou o mundo controlado pelas superpotências em dois "campos" marcadamente divididos. Os governos de unidade antifascista que tinham acabado com a guerra na Europa (exceto, significativamente, os três principais Estados beligerantes, URSS, EUA e Grã-Bretanha) dividiram-se em regimes pró-comunistas e anticomunistas homogéneos em 1947-8. No Ocidente, os comunistas desapareceram dos governos e foram sistematicamente marginalizados na política. Os EUA planejaram intervir militarmente se os comunistas vencessem as eleições de 1948 na Itália. A URSS fez o mesmo eliminando os não-comunistas de suas "democracias populares" multipartidá-rias, daí em diante reclassificadas como "ditaduras do proletariado", isto é, dos "partidos comunistas". Para enfrentar os EUA criou-se uma Internacional Comunista curiosamente restrita e eurocêntrica (o Cominform, ou Departamento de Informação Comunista), que foi discretamente dissolvida em 1956, quando as temperaturas internacionais baixaram. O controle direto soviético estendeu-se a toda a Europa Oriental, exceto, muito curiosamente, a Finlândia, que estava à mercê dos soviéticos e excluiu de seu governo o forte Partido Comunista, em 1948. Permanece obscuro o motivo pelo qual Stalin se absteve de lá instalar um governo satélite. Talvez a elevada probabilidade de os finlandeses voltarem a pegar em armas (como fizeram em 1939-40 e 1941-4) o tenha dissuadido, pois ele com certeza não queria correr o risco de entrar numa guerra que podia fugir ao seu controle. Ele tentou, sem êxito, impor o controle soviético à lugoslávia de Tito, que em resposta rompeu com Moscou em 1948, sem se juntar ao outro lado. As políticas do bloco comunista foram daí em diante previsivelmente monolíticas, embora a fragilidade do monolito se tomasse cada vez mais óbvia | depois de 1956 (ver capítulo 16). A política dos Estados europeus alinhados | com os EUA era menos monocromática, uma vez que praticamente todos os ii partidos locais, com exceção dos comunistas, se uniam em sua antipatia aos

soviéticos. Em termos de política externa, não importava quem estava no poder. Contudo, os EUA simplificaram as coisas em dois países ex-inimigos seus, Japão e Itália, criando o que equivalia a um sistema unipartidário permanente. Em Tóquio, encorajou a fundação do Partido Liberal-Democrata (1955), e na Itália, insistiu na total exclusão do partido de oposição natural ao poder, porque acontecia ser comunista e entregou o país aos democrata-cristãos, apoiados quando a ocasião o exigia por uma série de partidos nanicos — liberais, republicanos etc. A partir do início da década de 1960, os socialistas, que formavam o único parido de oposição substancial, entraram na coalizão de governo, após desembaraçar-se de uma longa aliança com os comunistas depois de 1956. A consequência nesses dois países foi a de estabilizar os comunistas (no

Japão, os socialistas) como o maior partido de oposição e instalar um regime de governo de corrupção institucional em escala tão sensacional que, quando finalmente revelada em 1992-3, chocou até mesmo os italianos e japoneses. Governo e oposição, assim congelados até a imobilidade, desabaram com o equilíbrio das superpotências que tinham mantido a existência deles.

Embora os EUA logo revertessem as políticas reformadoras antimonopo-listas que seus assessores rooseveltianos haviam de início imposto na Alemanha e Japão ocupados, felizmente para a paz de espírito dos aliados dos americanos a guerra eliminara do panorama público aceitável o nacional-socialismo, o fascismo, o declarado nacionalismo japonês e grande parte do setor direitista e nacionalista que compunha o espectro político. Portanto, ainda era impossível mobilizar esses elementos anticomunistas, inquestionavelmente eficazes para a luta do "mundo livre" contra o "totalitarismo", como podiam ser as restantes grandes corporações alemãs e o zaibatsu japonês.* A base política dos governos ocidentais da Guerra Fria ia da esquerda social-democrata de antes da guerra à direita não nacionalista moderada também anterior à guerra. Aí os partidos ligados à Igreja Católica se mostraram úteis, pois as credenciais anticomunistas e conservadoras da Igreja não ficavam atrás das de ninguém, mas seus partidos "democrata-cristãos" (ver capítulo 4) tinham tanto uma sólida folha de serviços antifascistas quanto um programa social (não socialista). Esses partidos desempenharam, assim, um papel central na política ocidental após 1945, temporariamente na França, mais permanentemente na Alemanha, Itália, Bélgica e Áustria (ver também pp. 277-8).

Contudo, o efeito da Guerra Fria foi mais impressionante na política internacional do continente europeu que em sua política interna. Provocou a criação da "Comunidade Europeia", com todos os seus problemas; uma forma de organização sem precedentes, ou seja, um arranjo permanente (ou pelo menos duradouro) para integrar as economias, e em certa medida os sistemas

(*) Contudo, ex-fascistas foram sistematicamente usados desde o começo pêlos serviços de espionagem e em outras funções longe das vistas do público.

legais, de vários Estados-nação independentes. Inicialmente (1957) formada por seis Estados (França, República Federal da Alemanha, Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo), ao final do Breve Século xx, quando o sistema começou a balançar, como todos os outros produtos da Guerra Fria, nela já haviam entrado outros seis (Grã-Bretanha, Irlanda, Espanha, Portugal, Dinamarca, Grécia), e em teoria ela se comprometia com uma integração política ainda mais estreita, além da económica. Isso devia levar a uma união federada ou confederada permanente da "Europa".

A "Comunidade", como tantas outras coisas na Europa pós-1945, era

ao mesmo tempo a favor e contra os EUA. Ilustra tanto o poder e a ambiguidade daquele país quanto os seus limites; mas também mostra a força dos temores que manteve unida a aliança anti-soviética. Não eram apenas temores em relação à URSS. Para a França, a Alemanha continuava sendo o perigo principal, e o temor de uma potência gigantesca revivida na Europa Central era compartilhado, em menor medida, pêlos outros Estados europeus que haviam participado da guerra ou sido ocupados, todos eles agora trancados dentro da aliança da OTAN tanto com os EUA quanto com uma Alemanha economicamente revigorada e rearmada, embora felizmente dividida. Havia também, claro, temores em relação aos EUA, um aliado indispensável contra a URSS, mas um aliado suspeito, porque não confiável, sem mencionar que, previsivelmente, podia pôr os interesses da supremacia americana no mundo acima de tudo mais — incluindo os interesses dos seus aliados. Não se deve esquecer que em todos os cálculos sobre o mundo do pós-guerra, e em todas as decisões do pós-guerra, "a premissa de todos os formuladores de políticas era a preeminência económica americana" (Maier, 1987, p. 125).

Felizmente para os aliados dos EUA, a situação da Europa Ocidental em 1946-7 parecia tão tensa que Washington sentiu que o fortalecimento da economia europeia e, um pouco depois, também da japonesa, era a prioridade mais urgente, e o Plano Marshall, um projeto maciço para a recuperação europeia, foi lançado, em junho de 1947. Ao contrário da ajuda anterior, que fazia claramente parte de uma agressiva diplomacia económica, essa assumiu mais,, a forma de verbas que de empréstimos. Mais uma vez, e felizmente para aqueles, o plano americano original para uma economia pós-guerra de livre comércio, livre conversão e livres mercados, dominada pêlos EUA, mostrou-se inteiramente irrealista, quanto mais que os desesperadores problemas de pagamento da Europa e do Japão, sedentos de cada dólar cada vez mais escasso, significavam que não haveria perspectiva imediata para liberalizar o comércio e os pagamentos. Tampouco estavam os EUA em posição de impor aos Estados europeus seu ideal de um plano europeu único, de preferência conduzindo a uma única Europa modelada com base nos EUA, tanto em sua estrutura política quanto em sua florescente economia de livre empresa. Nem os toitânicos, que ainda se viam como uma potência mundial, nem os franceses, que sonha-

vam com uma França forte e uma Alemanha fraca e dividida, gostavam disso. Contudo, para os americanos uma Europa efetivamente restaurada, parte da aliança militar anti-soviética que era o complemento lógico do Plano Marshall ^— a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) de 1949 — tinha de basear-se realisticamente na força económica alemã, reforçada pelo rearma-mento do país. O melhor que os franceses podiam fazer era entrelaçar os negócios alemães ocidentais e franceses de tal modo que o conflito entre os dois velhos adversários fosse impossível.

Os franceses, portanto, propuseram sua própria versão de união europeia, a "Comunidade Europeia do Carvão e do Aço" (1950), que se transformou numa "Comunidade Económica Europeia, ou Mercado Comum" (1957), depois simplesmente "Comunidade Europeia", e, a partir de 1993, "União Europeia". O quartel-general era em Bruxelas, mas o núcleo era a unidade franco-germânica. A Comunidade Europeia foi estabelecida como uma alternativa ao plano americano de integração europeia. Mais uma vez, o fim da Guerra Fria iria solapar a fundação sobre a qual se haviam erguido a Comunidade Europeia e a parceria franco-alemã; não menos pelo desequilíbrio causado pela reunificação alemã de 1990 e os imprevistos problemas económicos que isso trouxe.

Contudo, embora os EUA fossem incapazes de impor em detalhes seus planos político-econômicos aos europeus, eram suficientemente fortes para dominar seu comportamento internacional. A política da aliança contra a URSS era dos EUA, e também seus planos militares. A Alemanha foi rearmada, os anseios de neutralismo europeu foram firmemente eliminados, e a única tentativa de potências europeias de se empenhar numa política mundial independente dos EUA, ou seja, a guerra anglo-francesa de Suez contra o Egito em 1956, foi abortada por pressão americana. O máximo que um Estado aliado ou cliente podia permitir-se fazer era recusar a completa integração na aliança militar, sem na verdade deixá-la (como o general De Gaulle).

E, no entanto, à medida que a era da Guerra Fria se estendia, abria-se um crescente fosso entre a dominação esmagadoramente militar, e portanto política, que Washington exercia na aliança e o enfraquecimento da predominância económica dos EUA. O peso económico da economia mundial passava então dos EUA para as economias europeia e japonesa, as quais os EUA julgavam ter salvo e reconstruído (ver capítulo 9). Os dólares, tão escassos em 1947, haviam fluído para fora dos EUA numa torrente crescente, acelerada — sobretudo na década de 1960 — pela tendência americana a financiar o déficit gerado pêlos enormes custos de suas atividades militares globais, notadamente a Guerra do Vietnã (depois de 1965), e pelo mais ambicioso programa de bem-estar social da história americana. O dólar, moeda-chave da economia mundial do pós-guerra planejada e garantida pêlos EUA, enfraqueceu. Em teoria apoiado pêlos lingotes de Fort Knox, que abrigava quase três quartos das reservas de ouro do mundo, na prática consistia sobretudo em dilúvios de papel ou moeda

contábil — mas como a estabilidade do dólar era garantida por sua ligação com determinada quantidade de ouro, os cautelosos europeus, encabeçados pêlos ultracautelosos franceses de olho no metal, preferiram trocar papel potencialmente desvalorizado por sólidos lingotes. O ouro, portanto, rolou do Fort Knox, o preço aumentando com o crescimento da demanda. Durante a maior parte da década de 1960, a estabilidade do

dólar, e com ela a do sistema de pagamento internacional, não mais se baseava nas reservas dos EUA, mas na disposição dos bancos centrais europeus — sob pressão americana — de não trocar seus dólares por ouro, e entrar num "Pool do Ouro" para estabilizar o preço do metal no mercado. Isso não durou. Em 1968 o "Pool do Ouro", esgotado, dissolveu-se. De facto, acabou a conversibilidade do dólar. Foi formalmente abandonada em agosto de 1971, e com ela a estabilidade do sistema de pagamentos internacional, e chegou ao fim o seu controle pêlos EUA ou por qualquer outra economia nacional.

Quando a Guerra Fria terminou, restava tão pouco da hegemonia económica americana que mesmo a hegemonia militar não mais podia ser financiada com os recursos do próprio país. A Guerra do Golfo, em 1991, contra o Iraque, uma operação essencialmente americana, foi paga, com boa ou má vontade, pêlos outros países que apoiaram Washington. Foi uma das raras guerras com as quais uma grande potência na verdade teve lucro. Felizmente para todos envolvidos, com exceção dos infelizes habitantes do Iraque, acabou em poucos dias. IV C7

Em determinado momento do início da década de 1960, a Guerra Fria pareceu dar alguns passos hesitantes em direção à sanidade. Os anos perigosos de 1947 até os dramáticos fatos da Guerra da Coreia (1950-3) haviam passado sem uma explosão mundial. O mesmo acontecera com os abalos sísmicos que sacudiram o bloco soviético após a morte de Stalin (1953), sobretudo em meados da década de 1950. Assim, longe de ter de lutar contra a crise social, os países da Europa Ocidental começaram a observar que estavam na verdade vivendo uma era de inesperada e disseminada prosperidade, que será discutida com mais amplitude no próximo capítulo. No jargão tradicional dos diplomatas da velha guarda, o afrouxamento da tensão era a détente. A palavra tomou-se então familiar.

Ela aparecera primeiro nos últimos anos da década de 1950, quando N. S. Kruschev estabeleceu sua supremacia na URSS após alarmes e excursões pós-Stalin (1958-64). Esse admirável diamante bruto, um crente na reforma e na coexistência pacífica, que aliás esvaziou os campos de concentração de Stalin, dominou o cenário internacional por poucos anos seguintes. Foi talvez o único

camponês a governar um grande Estado. Contudo, a détente primeiro teve de sobreviver ao que pareceu um período extraordinariamente tenso de confrontos entre o gosto de Kruschev pelo blefe e os gestos políticos de John F. Ken-nedy (1960-3), o mais superestimado presidente americano do século. As duas superpotências foram assim levadas a duas operações de alto risco num momento em que — é difícil lembrar — o Ocidente capitalista sentia estar perdendo terreno para as economias comunistas, que haviam crescido mais rapidamente na década de 1950. Não acabavam elas de demonstrar uma (breve) superioridade tecnológica em relação aos

EUA com o sensacional triunfo dos satélites e cosmonautas soviéticos? Além disso, não tinha o comunismo — para surpresa de todos — acabado de triunfar em Cuba, um país a apenas algumas dezenas de milhas da Flórida (ver capítulo 15)?

Por outro lado, a URSS se preocupava não só com a retórica ambígua, porém muitas vezes apenas belicosa demais, de Washington, mas com o rompimento fundamental da China, que agora acusava Moscou de amolecer diante do capitalismo, forçando assim o pacífico Kruschev a uma posição pública mais inflexível em relação ao Ocidente. Ao mesmo tempo, a súbita aceleração da descolonização e de revolução no Terceiro Mundo (ver capítulos 7, 12 e 15) parecia favorecer os soviéticos. Os EUA, nervosos mas confiantes, enfrentavam assim uma URSS confiante mas nervosa por Berlim, pelo Congo, por Cuba.

Na verdade, o resultado líquido dessa fase de ameaças e provocações mútuas foi um sistema internacional relativamente estabilizado, e um acordo tácito das duas superpotências para não assustar uma à outra e ao mundo, simbolizado pela instalação da "linha quente" telefónica que então (1963) passou a ligar a Casa Branca com o Kremlin. O Muro de Berlim (1961) fechou a última fronteira indefinida entre Oriente e Ocidente na Europa. Os EUA aceitaram uma Cuba comunista em sua soleira. As pequenas chamas da guerra de libertação e de guerrilha acendidas pela Revolução Cubana na América Latina, e pela onda de descolonização na África, não se transformaram em incêndios na floresta, mas pareceram extinguir-se (ver capítulo 15). Kennedy foi assassinado em 1963; Kruschev foi mandado para casa em 1964 pelo establishment soviético, que preferia uma visão menos impetuosa da política. Os anos 60 e 70 na verdade testemunharam algumas medidas significativas para controlar e limitar as armas nucleares: tratados de proibição de testes, tentativas de deter a proliferação nuclear (aceitas pêlos que já tinham armas nucleares ou jamais esperaram tê-las, mas não pêlos que estavam construindo seus próprios arsenais nucleares, como a China, a França e Israel), um Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (SALT) entre os EUA e a URSS, e mesmo alguns acordos sobre os Mísseis Antibalísticos (ABMS) de cada lado. Mais objetivamente, o comércio entre os EUA e a URSS, politicamente estrangulado de ambos os lados por tanto tempo, começou a florescer à medida que os anos 60 desembocavam nos 70. As perspectivas pareciam boas. /'

Não eram. Em meados da década de J 970, o mundo entrou no que se chamou de Segunda Guerra Fria (ver capítulo 15). Coincidiu com uma grande mudança na economia mundial, o período de crise a longo prazo que caracterizaria as duas décadas a partir de 1973, e que atingiu o clímax no início da década de 1980 (capítulo 14). Contudo, de início a mudança no clima económico não foi muito notada pêlos participantes do jogo das superpotências, a não ser por um súbito salto nos preços da energia

provocado pelo bem-sucedi-do golpe do cartel de produtores de petróleo, a OPEP, um dos vários acontecimentos que pareceram sugerir um enfraquecimento no domínio internacional dos EUA. As duas superpotências estavam razoavelmente satisfeitas com a solidez de suas economias. Os EUA foram visivelmente menos afetados pela nova crise económica que a Europa; a URSS — os deuses tomam primeiro complacentes aqueles a quem desejam destruir — achava que tudo ia a seu favor. Leonid Brejnev, sucessor de Kruschev, que presidiu os vinte anos que os reformadores soviéticos chamariam de "era da estagnação", parecia ter algum motivo de otimismo, no mínimo porque a crise do petróleo de 1973 acabara de quadruplicar o valor de mercado das gigantescas novas jazidas de petróleo e gás natural que haviam sido descobertas na URSS desde meados da década de 1960.

Contudo, economia à parte, dois acontecimentos inter-relacionados pareciam então alterar o equilíbrio das duas superpotências. O primeiro era a presumida derrota e desestabilização nos EUA, quando esse país se lançou numa nova grande guerra. A Guerra do Vietnã desmoralizou e dividiu a nação, em meio a cenas televisadas de motins e manifestações contra a guerra; destruiu um presidente americano; levou a uma derrota e retirada universalmente previstas após dez anos (1965-75); e, o que interessa mais, demonstrou o isolamento dos EUA. Pois nenhum de seus aliados europeus mandou sequer contingentes nominais de tropas para lutar junto às suas forças. Por que os EUA foram se envolver numa guerra condenada, contra a qual seus aliados, os neutros e até a URSS os tinham avisado,* é quase impossível compreender, a não ser como parte daquela densa nuvem de incompreensão, confusão e paranóia dentro da qual os principais atores da Guerra Fria tateavam o caminho.

E, se o Vietnã não bastasse para demonstrar o isolamento dos EUA, a guerra doYom Kipur de 1973 entre Israel — que os americanos permitiram tornar-se seu mais estreito aliado no Oriente Médio — e as forças de Egito e Síria, abastecidas pêlos soviéticos, mostrou isso de forma mais evidente. Pois quando Israel, duramente pressionado, com poucos aviões e munição, apelou aos EUA para mandar suprimentos depressa, os aliados europeus, com a única

(*) "Se vocês querem, vão em frente e combatam nas selvas do Vietnã. Os franceses lutaram lá durante sete anos e mesmo assim tiveram de acabar saindo. Talvez os americanos possam aguentar mais um pouco, mas vão acabar tendo de sair também." — Kruschev a Dean Rusk em 1961 (Beschioss, 1991, p. 649).

exceção do último bastião do fascismo pré-guerra, Portugal, se recusaram até mesmo a permitir o uso das bases aéreas americanas em seu território para esse fim. (Os suprimentos chegaram a Israel via Açores.) Os EUA acreditavam — não se sabe exatamente por quê — que seus interesses vitais estavam em causa. Na verdade, o secretário de Estado americano,

Henry Kissinger (cujo presidente, Richard Nixon, se achava empenhado inutilmente em defender-se de seu impeachment), decretou o primeiro alerta nuclear desde a crise dos mísseis cubanos, uma ação típica, em sua brutal insinceridade, desse hábil e cínico operador. Isso não abalou os aliados dos EUA, muito mais preocupados com o fornecimento de petróleo do Oriente Médio do que em apoiar uma manobra local americana que Washington dizia, sem convencer, ser essencial para a luta global contra o comunismo. Pois, através da OPEP, os Estados árabes do Oriente Médio tinham feito o possível para impedir o apoio a Israel, cortando fornecimentos de petróleo e ameaçando com embargos. Ao fazer isso, descobriram sua capacidade de multiplicar o preço do petróleo no mundo. E os ministérios das Relações Exteriores do mundo todo não podiam deixar de observar que os todo-poderosos EUA não faziam nem podiam fazer nada imediatamente a respeito.

O Vietnã e o Oriente Médio enfraqueceram os EUA, embora isso não alterasse o equilíbrio global das superpotências, ou a natureza do confronto nos vários teatros regionais da Guerra Fria. Contudo, entre 1974 e 1979, uma nova onda de revoluções surgiu numa grande parte do globo (ver capítulo 15). Esta, a terceira rodada dessas revoltas no Breve Século xx, na verdade parecia que podia mudar o equilíbrio das superpotências desfavoravelmente aos EUA, pois vários regimes na África, Ásia e mesmo no próprio solo das Américas eram atraídos para o lado soviético e — mais concretamente — forneciam à URSS bases militares, e sobretudo navais, fora de seu núcleo interior. Foi a coincidência dessa terceira onda de revolução mundial com o fracasso público e a -derrota americanos que produziu a Segunda Guerra Fria. Mas foi também a coincidência desses dois fatos com o otimismo e auto-satisfação da URSS de Brejnev na década de 1970 que a tomou certa. Essa fase de conflito se deu por uma combinação entre guerras locais no Terceiro Mundo, travadas indireta-mente pêlos EUA, que agora evitavam o erro de empenhar suas próprias forças cometido no Vietnã, e uma extraordinária aceleração da corrida armamentista nuclear; as primeiras menos evidentemente irracionais que a última.

Como a situação na Europa estava nitidamente estabilizada — nem mesmo a revolução portuguesa de 1974 e o fim do regime de Franco na Espanha a mudaram — e as linhas tinham sido tão nitidamente traçadas, na verdade as duas superpotências haviam transferido sua competição para o Terceiro Mundo. A détente na Europa dera aos EUA de Nixon (1968-74) e Kissinger a oportunidade de faturar dois grandes sucessos: a expulsão dos soviéticos do Egito e, muito mais significativo, o recrutamento informal da China para a '\ 242

aliança anti-soviética. A nova onda de revoluções, todas provavelmente contra os regimes conservadores dos quais os EUA se haviam feito os defensores globais, deu à URSS a oportunidade de recuperar a iniciativa. À medida que o es-boroante império africano de Portugal (Angola, Moçambique, Guiné-Cabo Verde) passava para o domínio comunista e a

revolução que derrubou o imperador da Etiópia se voltava para o Leste; à medida que a velozmente desenvolvida marinha soviética passava a contar com grandes novas bases nos dois lados do oceano Índico; à medida que o xá do Ira caía, um clima beirando a histeria foi tomando conta do público americano e do debate privado. De que outro modo (a não ser, em parte, por uma ignorância assombrosa da topografia asiática) vamos explicar a visão americana, apresentada a sério na época, de que a entrada de tropas soviéticas no Afeganistão assinalava o primeiro passo de um avanço soviético que logo chegaria ao oceano Índico e ao golfo Pérsico?* (Ver

A injustificada auto-satisfação dos soviéticos estimulou esse clima sombrio. Muito antes de os propagandistas americanos explicarem, post facto, que os EUA haviam decidido ganhar a Guerra Fria levando seu antagonista à bancarrota, o regime de Brejnev começara a conduzir a si próprio à falência, mergulhando num programa de armamentos que elevou os gastos com defesa numa taxa anual de 4% a 5% (em termos reais) durante vinte anos após 1964. A corrida fora sem sentido, embora desse à URSS a satisfação de poder afirmar que chegara à paridade com os EUA em lançadores de mísseis em 1971 e a 25% de superioridade em 1976 (continuava muito abaixo em número de ogivas). Mesmo o pequeno arsenal nuclear soviético detivera os EUA durante a crise de Cuba, e os dois lados há muito teriam podido reduzir um ao outro a múltiplas camadas de entulho. O sistemático esforço da URSS para obter uma marinha com presença mundial nos oceanos — ou melhor, sob eles, já que sua força principal estava nos submarinos — não era muito mais sensato em termos estratégicos, mas pelo menos era compreensível como um gesto político de uma superpotência global, que reivindicava o direito à exibição global da sua bandeira. Contudo, o próprio fato de a URSS não mais aceitar seu confinamen-to regional pareceu aos adeptos da Guerra Fria americanos uma prova clara de que a supremacia ocidental poderia acabar, se não fosse reafirmada por uma demonstração de força. A crescente confiança que levou Moscou a abandonar a cautela pós-Kruschev nas questões internacionais confirmava essas opiniões.

A histeria em Washington não se baseava, claro, num raciocínio realista. Em termos reais, o poder americano, ao contrário de seu prestígio, continuava decisivamente maior que o soviético. Quanto às economias e tecnologias dos

(*) A sugestão de que os sandinistas nicaragüenses representavam perigo militar a uma distância de alguns dias de caminhão da fronteira texana era outro, e característico, exemplo de geo-política de atlas escolar.

dois campos, a superioridade ocidental (e japonesa) superava qualquer cálculo. Os soviéticos, rudes e inflexíveis, podiam com esforços titânicos ter construído a melhor economia da década de 1980 em qualquer

parte do mundo (para citar Jowitt, 1991, p. 78), mas de que adiantava à URSS o fato de que em meados da década de 1980 ela produzia 80% mais aço, duas vezes mais ferro-gusa e cinco vezes mais tratores que os EUA, quando não se adaptara a uma economia que dependia de silício e software (ver capítulo 16)? Não havia absolutamente indício algum, nem probabilidade, de que a URSS queria uma guerra (a não ser, talvez, contra a China), quanto mais que estivesse planejando um ataque militar ao Ocidente. Os febris roteiros de ataque nuclear que vinham da publicidade governamental e dos mobilizados adeptos da Guerra Fria ocidentais, no início da década de 1980, eram gerados por eles mesmos. Na verdade tiveram o efeito de convencer os soviéticos de que um ataque nuclear preemp-tivo do Ocidente à URSS era possível, ou mesmo — como em momentos de 1983 — iminente (Walker, 1993, capítulo 11), e de provocar o maior movimento de massa pela paz antinuclear na Europa de toda a Guerra Fria, a campanha contra a instalação de mísseis de novo alcance naquele continente.

Os historiadores do século xxi, longe das lembranças vivas das décadas de 1970 e 1980, vão ficar intrigados com a aparente insanidade dessa explosão de febre militar, a retórica apocalíptica e o muitas vezes bizarro comportamento internacional de governos americanos, sobretudo nos primeiros anos do presidente Reagan (1980-8). Terão de avaliar a profundidade dos traumas subjetivos da derrota, impotência e ignomínia pública que laceraram o esta-blishment político americano na década de 1970, e que se tornaram ainda mais dolorosos devido à aparente desordem na Presidência americana ao longo dos anos, quando Richard Nixon (1968-74) teve de renunciar por causa de um escândalo sórdido, seguindo-se dois sucessores insignificantes. Culminaram no humilhante episódio dos diplomatas americanos mantidos como reféns no Ira revolucionário, na revolução comunista em dois pequenos Estados centro-americanos e numa segunda crise internacional de petróleo, quando a OPEP mais uma vez elevou seu preço a um máximo histórico.

A política de Ronald Reagan, eleito para a Presidência em 1980, só pode ser entendida como uma tentativa de varrer a mancha da humilhação sentida demonstrando a inquestionável supremacia e invulnerabilidade dos EUA, se necessário com gestos de poder militar contra alvos imóveis, como a invasão da pequena ilha caribenha de Granada (1983), o maciço ataque aéreo e naval à Líbia (1986), e a ainda mais maciça e sem sentido invasão do Panamá (1989). Reagan, talvez por ser apenas um ator mediano de Holiywood, entendia o estado de espírito de seu povo e a profundidade das feridas causadas à sua auto-estima. No fim, o trauma só foi curado pelo colapso final, imprevisto e inesperado, do grande antagonista, que deixou os EUA sozinhos como potência global. Mesmo então, podemos detectar na Guerra do Golfo, em 1991, contra o Iraque, uma compen-

sacão tardia pêlos pavorosos momentos de 1973 e 1979 quando a maior

potência da Terra não pôde achar resposta para um consórcio de fracos Estados do Terceiro Mundo que ameaçava estrangular seus abastecimentos de petróleo.

A cruzada contra o "Império do Mal" a que — pelo menos em público — o governo do presidente Reagan dedicou suas energias destinava-se assim a agir mais como uma terapia para os EUA do que como uma tentativa prática de reestabelecer o equilíbrio de poder mundial. Isso, na verdade, fora feito discretamente em fins da década de 1970, quando a OTAN — sob um governo democrata nos EUA e governos social-democratas e trabalhistas na Alemanha e Grã-Bretanha — havia começado seu próprio rearmamento, e os novos Estados esquerdistas na África tinham sido contidos desde o início por movimentos ou Estados apoiados pêlos americanos, com bastante sucesso no Sul e Centro da África, onde os EUA podiam agir em conjunto com o pavoroso regime de apar-theid da República da África do Sul, e menos no Chifre da África. (Nas duas áreas, os russos tiveram a inestimável assistência de forças expedicionárias de Cuba, atestando o compromisso de Fidel Castro com a revolução no Terceiro Mundo, além de sua aliança com a URSS.) A contribuição reaganista para a Guerra Fria foi de um tipo diferente.

Não foi tanto prática quanto ideológica — parte da reação do Ocidente aos problemas da era de dificuldades e incertezas em que o mundo parecera entrar após o fim da Era de Ouro (ver capítulo 14). Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata, quando as políticas económicas e sociais da Era de Ouro pareceram fracassar. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e laissez-faire, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90) eram os mais destacados. Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado das décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso económico, sempre havia parecido uma subvariedade de socialismo ("a estrada para a servidão", como a chamava o economista e ideólogo Von Hayek) da qual, em sua ótica, a URSS era o lógico produto final. A Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o "Império do Mal" no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado do Bem-estar Social, e contra qualquer outro Estado interventor. Seu inimigo era tanto o liberalismo (a "palavra iniciada com L", usada com bom efeito em campanhas eleitorais presidenciais) quanto o comunismo.

Como a URSS ia desmoronar pouco antes do fim da era Reagan, os propagandistas americanos naturalmente afirmariam que fora derrubada por uma militante campanha americana para quebrá-la e destruí-la. Os EUA tinham travado e ganho a Guerra Fria e destruído completamente o inimigo. Não precisamos levar a sério essa versão anos 80 das Cruzadas. Não há sinal de que o governo americano esperasse ou previsse o colapso iminente da URSS, ou esti-

vesse de alguma forma preparado para ele quando veio. Embora sem dúvida esperasse pôr a economia soviética sob pressão, fora informado (erroneamente) por sua própria espionagem de que ela estava em boa forma e capaz de sustentar a corrida armamentista com os EUA. Em princípios da década de 1980, a URSS ainda era vista (também erroneamente) como empenhada numa confiante ofensiva global. Na verdade, o próprio presidente Reagan, qualquer que fosse a retórica posta à sua frente pêlos seus redatores de discursos, e o que quer que passasse por sua mente nem sempre lúcida, acreditava na coexistência de EUA e URSS, mas uma coexistência que não se baseasse num antipático equilíbrio de terror nuclear. Ele sonhava era com um mundo inteiramente sem armas nucleares. E o mesmo pensava o novo secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Sergueievich Gorbachev, como ficou claro em sua estranha e excitada conferência de cúpula que realizaram na escuridão subártica da outonal Islândia, em 1986.

A Guerra Fria acabou quando uma ou ambas superpotências reconheceram o sinistro absurdo da corrida nuclear, e quando uma acreditou na sinceridade do desejo da outra de acabar com a ameaça nuclear. Provavelmente era mais fácil para um líder soviético que para um americano tomar essa iniciativa, porque, ao contrário de Washington, Moscou jamais encarara a Guerra Fria como uma cruzada, talvez porque não precisasse levar em conta uma excitada opinião pública. Por outro lado, exatamente por isso, seria mais difícil para um líder soviético convencer o Ocidente de que falava sério. Desse modo, o mundo tem uma dívida enorme com Mikhail Gorbachev, que não apenas tomou essa iniciativa como conseguiu, sozinho, convencer o governo americano e outros no Ocidente de que falava a verdade. Contudo, não vamos subestimar a contribuição do presidente Reagan, cujo idealismo simplista rompeu o extraordinariamente denso anteparo de ideólogos, fanáticos, desesperados e guerreiros profissionais em tomo dele para deixar-se convencer. Para fins práticos, a Guerra Fria terminou nas duas conferências de cúpula de Reykjavik (1986) e Washington (1987).

O fim da Guerra Fria implicou o fim do sistema soviético? Os dois fenómenos são historicamente separáveis, embora obviamente ligados. O socialismo do tipo soviético se pretendia uma alternativa global para o sistema mundial capitalista. Como o capitalismo não desmoronou, nem pareceu que ia desmoronar — embora nos perguntemos o que teria acontecido se todos os devedores socialistas e do Terceiro Mundo se houvessem unido em 1981 para deixar de pagar simultaneamente seus empréstimos ao Ocidente —, as perspectivas do socialismo como alternativa global dependiam de sua capacidade de competir com a economia mundial capitalista, reformada após a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, e transformada pela revolução "pós-industrial" nas comunicações e tecnologia de informação na década de 1970. Picou claro, depois de 1960, que o socialismo estava ficando para trás em

ritmo acelerado. Não era mais competitivo. Na medida em que essa competi-

246

cão assumia a forma de um confronto entre duas superpotências políticas, militares e económicas, a inferioridade tomou-se ruinosa.

"^ As duas superpotências estenderam e distorceram demais suas economias com uma corrida armamentista maciça e muito dispendiosa, mas o sistema capitalista mundial podia absorver os 3 trilhões de dólares de dívida — essencialmente para gastos militares — a que chegaram, na década de 1980, os EUA, até então o maior Estado credor do mundo. Não havia ninguém, interna ou externamente, para absorver a tensão equivalente dos gastos soviéticos, que, de qualquer modo, representavam uma proporção muito maior da produção soviética — talvez um quarto — que os 7% do titânico PIB americano destinados às despesas de guerra em meados da década de 1980. Os EUA, graças a uma combinação de sorte histórica e política, tinham visto seus dependentes transformarem-se em economias tão florescentes que superavam a sua própria. No fim da década de 1970, a Comunidade Europeia e o Japão juntos eram 60% maiores que a economia americana. Por outro lado, os aliados e dependentes dos soviéticos jamais andaram sobre os próprios pés. Continuaram sendo um dreno constante e enorme de dezenas de milhões de dólares anuais sobre a URSS. Geográfica e demograficamente, os países atrasados, cujas mobilizações revolucionárias, esperava Moscou, iriam um dia superar o predomínio global do capitalismo, representavam 80% do mundo. Em termos económicos, eram periferia. Quanto à tecnologia, como a superioridade ocidental crescia quase exponencialmente, não havia disputa. Em suma, a Guerra Fria, desde o começo, foi uma guerra de desiguais.

Mas não foi o confronto hostil com o capitalismo e seu superpoder que solapou o socialismo. Foi mais a combinação entre seus próprios defeitos económicos, cada vez mais evidentes e paralisantes, e a acelerada invasão da economia socialista pela muito mais dinâmica, avançada e dominante economia capitalista mundial. Na medida em que a retórica da Guerra Fria via capitalismo e socialismo, o "mundo livre" e o "totalitarismo", como dois lados de um abismo intransponível, e rejeitava qualquer tentativa de estabelecer uma ponte,* podia-se até dizer que, à parte a possibilidade de suicídio mútuo da guerra nuclear, ela assegurava a sobrevivência do adversário mais fraco. Pois, entrincheirada por trás de cortinas de ferro, mesmo a ineficiente e frouxa economia de comando por planejamento centralizado era viável — talvez cedendo aos poucos, mas de nenhum modo passível de desabar de uma hora para outra.** Foi a interação da economia do tipo soviético com a economia mundial capitalista, a partir da década de 1960, que tomou o socialismo vulnerá- (*) Cf. o uso americano do termo "finlandização" como um insulto. (**) Para tomar o caso extremo, a pequena república montanhesa comunista da Albânia era pobre e atrasada, mas viável durante

os vinte ou trinta anos em que praticamente se isolou do mundo. Só quando os muros que a separavam da economia mundial foram derrubados ela desmoronou num monte de entulho económico. ®

vel. Quando os líderes socialistas na década de 1970 preferiram explorar os recursos recém-disponíveis do mercado mundial (preços de petróleo, empréstimos fáceis etc.), em vez de enfrentar o difícil problema de reformar seu sistema económico, cavaram suas próprias covas (ver capítulo 16). O paradoxo da Guerra Fria é que o que derrotou e acabou despedaçando a URSS não foi o confronto, mas a détente.

Contudo, em certo sentido, os radicais da Guerra Fria de Washington não estavam inteiramente errados. A verdadeira Guerra Fria, como podemos ver com facilidade em retrospecto, acabou na conferência de cúpula de Washington em 1987, mas não pôde ser universalmente reconhecida como encerrada até a URSS deixar visivelmente de ser uma superpotência, ou na verdade qualquer tipo de potência. Quarenta anos de medo e suspeita, de semear e colher obstáculos industrial-militares, não podiam ser tão facilmente revertidos. As engrenagens dos serviços da máquina de guerra continuaram rodando dos dois lados. Serviços secretos profissionalmente paranóicos continuaram suspeitando que cada medida do outro lado fosse um astuto truque para desarmar a vigilância do inimigo e derrotá-lo com mais facilidade. Foi o colapso do império soviético em 1989, a desintegração e dissolução da própria URSS em 1989-91 que tomaram impossível fingir, quanto mais acreditar, que nada tinha mudado.

V

Mas o que mudara exatamente? A Guerra Fria transformara o panorama internacional em três aspectos. Primeiro, eliminara inteiramente, ou empanara, todas as rivalidades e conflitos que moldavam a política mundial antes da Segunda Guerra Mundial, com exceção de um. Alguns deixaram de existir porque os impérios da era imperial desapareceram, e com eles as rivalidades das potências coloniais pelo domínio de territórios dependentes. Outros acabaram porque todas as "grandes potências" (com exceção de duas) haviam sido relegadas à segunda ou terceira divisão da política internacional, e suas relações umas com as outras não eram mais autónomas ou, na verdade, tinham interesse apenas local. A França e a Alemanha (Ocidental) enterraram o velho machado depois de 1947 não porque um conflito franco-alemão se houvesse tomado impensável — os governos franceses pensavam nisso o tempo todo — mas porque sua filiação comum no campo americano e a hegemonia de Washington sobre a Europa não deixariam a Alemanha escapar do controle. Mesmo assim, é espantoso ver como as grandes preocupações típicas de Estados depois de grandes guerras sumiram de vista: ou seja, a preocupação dos vencedores com os planos de recuperação dos perdedores, e os planos dos perdedores para reverter sua derrota. Poucos no Ocidente se preocuparam seriamente com o sensacional retomo a status de grande potência da Ale-

manha e Japão, armados, embora não com artefatos nucleares, uma vez que os dois eram, na verdade, membros subordinados da aliança americana. Mesmo a URSS e seus aliados, embora denunciassem o perigo alemão, do qual tinham amarga experiência, o faziam mais por propaganda do que por medo de fato. O que Moscou temia não eram as Forças Armadas alemãs, mas os mísseis da OTAN em solo alemão. Mas após a Guerra Fria outros conflitos de poder poderiam surgir.

Segundo, a Guerra Fria congelara a situação internacional, e ao fazer isso estabilizara um estado de coisas essencialmente não fixo e provisório. A Alemanha era o exemplo mais óbvio. Durante 46 anos permaneceu dividida — de facto, se não, por longos períodos, de jure — em três setores: a Ocidental, que se tomou a República Federal em 1949; a do meio, que se tornou a República Democrática Alemã em 1954; e a Oriental, além da linha do Oder-Neisse, que expulsou a maioria de seus alemães e se tomou parte da Polónia e da URSS. O fim da Guerra Fria e a desintegração da URSS reuniram os dois setores ocidentais e deixaram as partes da Prússia oriental anexadas à URSS soltas e isoladas, separadas do resto da Rússia pelo agora independente Estado da Lituânia. Isso deixou os poloneses com promessas alemãs de aceitar as fronteiras de 1945, o que não os tranquilizou. Estabilização não significava paz. Exceto na Europa, a Guerra Fria não foi uma era em que. se esqueceu a luta. Dificilmente houve um ano entre 1948 e 1989 sem um conflito armado bastante sério em alguma parte. Apesar disso, os conflitos eram controlados, ou sufocados, pelo receio de que provocassem uma guerra, aberta — isto é, nuclear — entre as superpotências/As reivindicações do Iraque contra o Kuwait — o pequeno protetorado britânico rico em petróleo, no topo do golfo Pérsico, independente desde 1961 — eram antigas e constante-mente reafirmadas. Só levaram à guerra quando o golfo Pérsico deixou de ser um quase automático ponto explosivo de confronto das superpotências. Antes de 1989, é certo que a URSS, principal fornecedora de armas ao Iraque, teria desencorajado vigorosamente qualquer aventureirismo de Bagdá naquela área.

O desenvolvimento das políticas internas de Estados, claro, não se congelou da mesma forma — a não ser onde tais mudanças modificavam, ou davam a impressão de modificar, a aliança de um Estado com sua superpotência dominante. Os EUA não estavam mais inclinados a tolerar comunistas ou filocomunistas no poder na Itália, Chile ou Guatemala do que a URSS disposta a abdicar de seu direito de enviar tropas para Estados irmãos com governos dissidentes, como a Hungria e a Tchecoslováquia. É verdade que a URSS tolerava muito menos variedade em seus regimes amigos e satélites, mas por outro lado sua capacidade de afirmar-se dentro deles era muito menor. Mesmo antes de 1970, perdera completamente qualquer controle que porventura tivesse sobre lugoslávia, Albânia e China; tivera de tolerar comportamentos bastante individualistas dos líderes de Cuba e da Roménia; e, quanto aos países do 249

Alemanha e Japão, armados, embora não com artefatos nucleares, uma vez que os ais eram, na verdade, membros subordinados da aliança americana. Mesmo URSS e seus aliados, embora denunciassem o perigo alemão, do qual tinham •narga experiência, o faziam mais por propaganda do que por medo de fato. ' que Moscou temia não eram as Forças Armadas alemãs, mas os mísseis da FAN em solo alemão. Mas após a Guerra Fria outros conflitos de poder pode-am surgir.

Segundo, a Guerra Fria congelara a situação internacional, e ao fazer só estabilizara um estado de coisas essencialmente não fixo e provisório. . Alemanha era o exemplo mais óbvio. Durante 46 anos permaneceu dividida - de facto, se não, por longos períodos, de jure — em três setores: a cidental, que se tomou a República Federal em 1949; a do meio, que se tor-au a República Democrática Alemã em 1954; e a Oriental, além da linha do der-Neisse, que expulsou a maioria de seus alemães e se tomou parte da olônia e da URSS. O fim da Guerra Fria e a desintegração da URSS reuniram os ois setores ocidentais e deixaram as partes da Prússia oriental anexadas à RSS soltas e isoladas, separadas do resto da Rússia pelo agora independente stado da Lituânia. Isso deixou os poloneses com promessas alemãs de acei-r as fronteiras de 1945, o que não os tranquilizou. Estabilização não sig-ificava paz. Exceto na Europa, a Guerra Fria não foi uma era em que. ; esqueceu a luta. Dificilmente houve um ano entre 1948 e 1989 sem um anflito armado bastante sério em alguma parte. Apesar disso, os conflitos "am controlados, ou sufocados, pelo receio de que provocassem uma guerra, lerta — isto é, nuclear — entre as superpotências/As reivindicações do Ira-ue contra o Kuwait — o pequeno protetorado britânico rico em petróleo, no >po do golfo Pérsico, independente desde 1961 — eram antigas e constante-lente reafirmadas. Só levaram à guerra quando o golfo Pérsico deixou de ser m quase automático ponto explosivo de confronto das superpotências. Antes e 1989, é certo que a URSS, principal fornecedora de armas ao Iraque, teria ïsencorajado vigorosamente qualquer aventureirismo de Bagdá naquela área.

O desenvolvimento das políticas internas de Estados, claro, não se con-ilou da mesma forma — a não ser onde tais mudanças modificavam, ou mm a impressão de modificar, a aliança de um Estado com sua superpotên-ia dominante. Os EUA não estavam mais inclinados a tolerar comunistas ou locomunistas no poder na Itália, Chile ou Guatemala do que a URSS disposta abdicar de seu direito de enviar tropas para Estados irmãos com governos issidentes, como a Hungria e a Tchecoslováquia. É verdade que a URSS tole-iva muito menos variedade em seus regimes amigos e satélites, mas por outro ido sua capacidade de afirmar-se dentro deles era muito menor. Mesmo antes e 1970, perdera completamente qualquer controle que porventura tivesse abre lugoslávia, Albânia e China; tivera de tolerar comportamentos bastante idividualistas dos líderes de Cuba e da Roménia; e, quanto aos países do

Terceiro Mundo a que fornecia armas, e que partilhavam sua hostilidade ao imperialismo americano, comunidade de interesses à parte, ela não tinha verdadeiro domínio sobre eles. Dificilmente algum deles tolerava sequer a existência legal de partidos comunistas. Apesar disso, a combinação de poder, influência política, suborno e a lógica da bipolaridade e antiimperialismo manteve as divisões do mundo mais ou menos estáveis. Com exceção da China nenhum Estado importante de fato mudou de lado, a não ser por uma revolução autóctone, que as superpotências não podiam provocar nem impedir, como os EUA descobriram na década de 1970. Mesmo os aliados dos EUA que viam suas próprias políticas cada vez mais limitadas pela aliança, como os governos alemães após 1969 na questão da Ostpolitik, não saíram de um alinhamento cada vez mais problemático. Entidades políticas politicamente impotentes, instáveis e indefensáveis, incapazes de sobreviver numa verdadeira selva internacional — a região entre o mar Vermelho e o golfo Pérsico estava cheia delas —, de algum modo continuaram existindo. A sombra do cogumelo de nuvens garantia a sobrevivência não de democracias liberais na Europa Ocidental, mas de regimes como os da Arábia Saudita e do Kuwait. A Guerra Fria foi a melhor época para ser um míni-Estado — assim como, depois dela, a diferença entre problemas resolvidos e problemas arquivados tomou-se óbvia demais.

Terceiro, a Guerra Fria encheu o mundo de armas num grau que desafia a crença. Era o resultado natural de quarenta anos de competição constante entre grandes Estados industriais para armar-se com vistas a uma guerra que podia estourar a qualquer momento; quarenta anos de competição das superpotências para fazer amigos e influenciar pessoas distribuindo armas por todo o globo, para não falar de quarenta anos de constante guerra de "baixa intensidade", com ocasionais irrupções de grande conflito. Economias largamente militarizadas, e de qualquer modo com enormes e influentes complexos indus-trial-militares, tinham interesse económico em vender seus produtos no exterior, no mínimo para reconfortar seus governos com provas de que não estavam engolindo os astronómicos e economicamente improdutivos orçamentos militares que os mantinham em funcionamento. A moda global sem precedentes de governos militares (ver capítulo 12) proporcionou um mercado agradecido, alimentado não só por generosidade das superpotências, mas — depois da revolução nos preços do petróleo — pelas rendas locais multiplicadas além da imaginação de antigos suitões e xeques do Terceiro Mundo. Todo mundo exportava armas. Economias socialistas e alguns Estados capitalistas em declínio, como a Grã-Bretanha, pouco mais tinham a exportar que fosse competitivo no mercado mundial. O tráfico da morte se fazia não apenas com as grandes peças que somente governos podiam usar. Uma era de guerra de guerrilha e terrorismo também desenvolveu uma grande demanda de artefatos leves, portáteis e adequadamente destrutivos e mortais, e os submundos das cidades de fins do século xx podiam oferecer um mercado civil para tais produtos.

Nesses ambientes, a metralhadora Uzi (israelense), o fuzil Kalachnikov (russo) e o explosivo Semtex (tcheco) se tomaram nomes conhecidos.

Desta forma a Guerra Fria se perpetuou. As guerrinhas que antes punham clientes de uma superpotência contra os de outra continuaram depois que o conflito cessou, em base local, resistindo aos que as haviam lançado e agora queriam encerrá-las. Os rebeldes da UNITA em Angola continuaram em campo contra o governo, embora a África do Sul e os cubanos se houvessem retirado do infeliz país, e embora os EUA e a ONU os houvessem desautorizado e reconhecido o outro lado. Eles não ficariam sem armas. A Somália, armada primeiro pêlos russos, quando o imperador da Etiópia estava do lado dos EUA, depois pêlos EUA, quando a Etiópia revolucionária se voltou para Moscou, entrou no mundo pós-Guerra Fria como um território devastado pela fome e em anárquica guerra de clãs, sem nada a não ser um quase ilimitado suprimento de armas, munição, minas de terra e transporte militar. Os EUA e a ONU se mobilizaram para levar alimentos e paz. Isso se mostrou mais difícil do que inundar o país de armas. No Afeganistão, os EUA distribuíram a rodo mísseis antiaéreos portáteis "Stinger", com lançadores, a guerrilheiros tribais anticomunistas, calculando, corretamente, que eles contrabalançariam o domínio aéreo soviético. Quando os russos se retiraram, a guerra continuou como se nada houvesse mudado, a não ser que, na ausência de aviões, as tribos podiam agora explorar elas mesmas a florescente demanda de Stingers, que vendiam lucrativamente no mercado internacional de armas. Em desespero, os EUA se ofereceram para comprá-los de volta a 100 mil dólares cada, com espetacular falta de sucesso (Intemational Heraíd Tribune, p. 24, 5/7/1993; Repubblica, 6/4/1994). Como exclamou o aprendiz de feiticeiro de Goethe: "Die ich riefdie Geister, werd' ich nun nicht los".

O fim da Guerra Fria retirou de repente os esteios que sustentavam a estrutura internacional e, em medida ainda não avaliada, as estruturas dos sistemas políticos internos mundiais. E o que restou foi um mundo em desordem e colapso parcial, porque nada havia para substituí-los. A ideia, alimentada por pouco tempo pêlos porta-vozes americanos, de que a velha ordem bipolar podia ser substituída por uma "nova ordem" baseada na única superpotência restante, logo se mostrou irrealista. Não poderia haver retomo ao mundo de antes da Guerra Fria, porque coisas demais haviam mudado, coisas demais haviam desaparecido. Todos os marcos haviam caído, todos os mapas tinham de ser alterados. Políticos e economistas acostumados a um tipo de mundo até mesmo achavam difícil ou impossível avaliar a natureza dos problemas de outro tipo. Em 1947, os EUA haviam reconhecido a necessidade de um imediato e gigantesco projeto para restaurar as economias europeias ocidentais, porque o suposto perigo para elas — o comunismo e a URSS — era facilmente definido. As consequências económicas e políticas do colapso da União Soviética e da Europa Oriental foram ainda mais dramáticas que os problemas da 257

Europa Ocidental, e se revelariam de muito mais longo alcance. Elas eram bastante previsíveis em fins da década de 1980, e até visíveis — mas nenhuma das ricas economias do capitalismo tratou essa crise iminente como uma emergência global a exigir ação urgente e maciça, porque suas consequências políticas não eram tão facilmente especificadas. Com a possível exceção da Alemanha Ocidental, reagiram preguiçosamente — e mesmo os alemães não compreenderam e subestimaram totalmente a natureza do problema, como se veria por seus apuros com a anexação da antiga República Democrática Alemã.

E provável que as consequências do fim da Guerra Fria teriam sido enormes de qualquer modo, mesmo que ele não coincidisse com uma grande crise na economia capitalista e com a crise final da União Soviética e seu sistema. Como o mundo do historiador é o que aconteceu, e não o que poderia ter acontecido se tudo fosse diferente, não precisamos levar em conta a possibilidade de outros roteiros. O fim da Guerra Fria provou ser não o fim de um conflito internacional, mas o fim de uma era: não só para o Oriente, mas para todo o mundo. Há momentos históricos que podem ser reconhecidos, mesmo entre contemporâneos, por assinalar o fim de uma era. Os anos por volta de 1990 foram uma dessas viradas seculares. Mas, embora todos pudessem ver que o antigo mudara, havia absoluta incerteza sobre a natureza e as perspectivas do novo.

Só uma coisa parecia firme e irreversível entre essas incertezas: as mudanças fundamentais, extraordinárias, sem precedentes que a economia mundial, e conseqüentemente as sociedades humanas, tinham sofrido no período desde o início da Guerra Fria. Elas ocuparão, ou deveriam ocupar, um lugar muito maior nos livros de história do terceiro milénio que a Guerra da Coreia, as crises de Berlim e Cuba, e os mísseis Cruise. Para essas transformações é que nos voltaremos agora.

9 OS ANOS DOURADOS Foi nos últimos quarenta anos que Modena viu de fato o grande salto à frente. O período que vai da Unificação italiana até então fora uma longa era de espera, ou de lentas e intermitentes modificações, antes que a transformação se acelerasse até a velocidade do raio. As pessoas agora podem desfrutar um padrão de vida antes restrito a uma minúscula elite. Giuiiano Muzzioli (1993, p. 323) Nenhum homem faminto e sóbrio pode ser convencido a gastar seu último dólar em outra coisa que não comida. Mas uma pessoa bem alimentada, bem vestida, bem abrigada e em tudo mais bem cuidada pode ser convencida a escolher entre um barbeador e uma escova de dentes elétrica. Juntamente com preços e custos, a demanda do consumidor se toma sujeita a administração. l. K. Gaibraith, The new industrial state (1967, p. 24) A maioria dos seres humanos atua como os historiadores: só em retrospecto reconhece a natureza de sua experiência. Durante os anos 50, sobretudo nos países "desenvolvidos" cada vez mais prósperos, muita gente sabia

que os tempos tinham de fato melhorado, especialmente se suas lembranças alcançavam os anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Um primeiro-ministro conservador britânico disputou e venceu uma eleição geral em 1959 com o slogan "Você nunca esteve tão bem", uma afirmação sem dúvida correta. Contudo, só depois que passou o grande boom, nos perturbados anos 70, à espera dos traumáticos 80, os observadores — sobretudo, para início de conversa, os economistas — começaram a perceber que o mundo, em particular o mundo do capi-Italismo desenvolvido, passara por uma fase excepcional de sua história; talvez juma fase única. Buscaram nomes para descrevê-la: "os trinta anos gloriosos" |dos franceses {lês frente glorieuses), a Era de Ouro de um quarto de século dos iglo-americanos (Margiin & Schor, 1990). O dourado fulgiu com mais bri-contra o pano de fundo baço e escuro das posteriores Décadas de Crise.

253

Vários motivos explicam por que se demorou tanto a reconhecer a natureza excepcional da era. Para os EUA, que dominaram a economia do mundo após a Segunda Guerra Mundial, ela não foi tão revolucionária assim. Simplesmente continuaram a expansão dos anos da guerra, que. como vimos, foram singularmente bondosos com aquele país. Não sofreram danos, aumentaram seu PNB em dois terços (Van der Wee, 1987, p. 30), e acabaram a guerra com quase dois terços da produção industrial do mundo. Além disso, considerando o tamanho e avanço da economia americana, seu desempenho de fato durante os Anos Dourados não foi tão impressionante quanto a taxa de crescimento de outros países, que partiram de uma base bem menor. Entre 1950 e 1973, os EUA cresceram mais devagar que qualquer outro país, com exceção da Grã-Bretanha, e, o que é mais a propósito, seu crescimento não foi maior que nos mais dinâmicos penedos anteriores de seu desenvolvimento. Em todos os demais países industriais, incluindo até a lerda Grã-Bretanha, a Era de Ouro bateu todos os recordes anteriores (Maddison, 1987, p. 650). Na verdade, para os EUA essa foi, económica e tecnologicamente, uma época mais de relativo retardo que de avanço. A distância entre eles e outros países, medida em produtividade por homem-hora, diminuiu, e se em 1950 desfrutavam de uma riqueza nacional (PIB) per capita que era o dobro da da França e Alemanha, mais de cinco vezes a do Japão, e mais da metade maior que a da Grã-Bretanha, os outros Estados se aproximavam rapidamente, e continuaram a fazê-lo nas décadas de 1970 e 1980.

Recuperar-se da guerra era a prioridade esmagadora dos países europeus e do Japão, e nos primeiros anos depois de 1945 eles mediram seu sucesso tomando como base o quanto se haviam aproximado de um objetivo estabelecido em referência ao passado, não ao futuro. Nos Estados não comunistas, a recuperação também significava deixar para trás o medo de revolução social e avanço comunista, herança da guerra e da Resistência. Enquanto a maioria dos países (além de Alemanha e Japão)

voltava a seus níveis pré-guerra em 1950, o início da Guerra Fria e a persistência de poderosos partidos comunistas na França e Itália desencorajavam a euforia. De qualquer modo, os benefícios materiais do crescimento levaram algum tempo para se fazer sentir. Na Grã-Bretanha, só em meados da década de 1950 eles se tomaram palpáveis. Nenhum político antes disso poderia ter ganho uma eleição com o slogan de Harold Macmilian. Mesmo numa região tão próspera como a Emilia-Romag-na, os benefícios da "qffluent society" só se tomaram gerais na década de 1960 (Francia & Muzziolii, 1984, pp. 327-9). Além disso, a arma secreta de uma sociedade de riqueza popular, ou seja, de pleno emprego, só se tomou real na década de 1960, quando a média de desemprego na Europa Ocidental estacionou em 1,5%. Na década de 1950, a Itália ainda tinha quase 8% de desempregados. Em suma, só na década de 1960 a Europa veio a tomar sua prosperidade como coisa certa. A essa altura, na verdade, observadores sofisticados começaram a supor que, de algum modo, tudo na economia iria para a frente

ira o alto eternamente. "Não há motivo especial para duvidar de que as ten-cias subjacentes de crescimento no início e meados da década de 1970 con-.arão em grande parte como nas de 1960", dizia um relatório em 1972. ao se pode prever hoje nenhuma influência especial que vá mudar drastica-nte o ambiente externo das economias europeias." O clube de economias lustriais capitalistas avançadas, a OCDE (Organização de Cooperação e De-ivolvimento Económico), reviu para cima suas previsões de crescimento à dida que os anos 60 avançavam. No início da década de 1970, esperava-se ,_; fossem ("a médio prazo") superiores a 5% (Glyn, Hughes, Lipietz & iingh, 1990, p. 39). Não seriam.

Hoje é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países "pitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representaram cerca três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações mufaturadas (OCDE Impact, pp. 18-9). Outra razão pela qual essa caracte-.ística da era só lentamente foi reconhecida é que na década de 1950 o surto económico pareceu quase mundial e independente de regimes económicos. Na verdade, de início pareceu que a parte socialista do mundo, recém-expandida, levava vantagem. A taxa de crescimento da URSS na década de 1950 foi mais veloz que a de qualquer país ocidental, e as economias da Europa Oriental "cresceram quase com a mesma rapidez — mais depressa em países até então ^atrasados, mais devagar nos já industrializados ou parcialmente industrializados. A Alemanha Oriental, porém, ficou para trás da Alemanha Federal não comunista. Embora o Bloco Oriental perdesse o ritmo na década de 1960, seu j PIB per capita em toda a Era de Ouro continuou crescendo ligeiramente mais l rápido (ou, no caso da URSS, um pouco menos) que o dos grandes países indus-': triais capitalistas (FMI, 1990, p. 65). Mesmo assim, na década de 1960 ficou : claro que o capitalismo avançava mais que o comunismo.

Apesar disso, a Era de Ouro foi um fenómeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo — os que viviam em países para cuja pobreza e atraso os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismos diplomáticos. Entretanto, a população do Terceiro Mundo aumentou num ritmo espetacular — o número de africanos, leste-asiá-ticos e sul-asiáticos mais que duplicou nos 35 anos depois de 1950, o número de latino-americanos mais ainda (Worid Resources, 1986, p. 11). As décadas de 1970 e 1980 mais uma vez se familiarizaram com a fome endémica, com a imagem clássica, a criança exótica morrendo de inanição, vista após o jantar em toda tela de TV do Ocidente. Durante as décadas douradas não houve fome endémica, a não ser como produto de guerras e loucura política, como na China (ver pp. 466-7). Na verdade, à medida que a população se multiplicava, a expectativa de vida aumentava em média sete anos — e até dezessete anos, se compararmos o fim da década de 1930 com o fim da década de 1960 (Morawetz, 1977, p. 48). Isso significa que a produção em massa de alimen-

tos cresceu mais rápido que a população, tanto nas áreas desenvolvidas quanto em toda grande área do mundo não industrial. Na década de 1950, aumentou mais de l % ao ano per capita em toda a região do "mundo em desenvolvimento", com exceção da América Latina, e mesmo lá houve um aumento per capita, embora mais modesto. Na década de 1960, ainda cresceu em partes do mundo não industrial, mas (mais uma vez com exceção da América Latina, agora à frente do resto) apenas ligeiramente. Apesar disso, a produção total de alimentos no mundo pobre, nas décadas de 1950 e 1960, aumentou mais rapidamente que no mundo desenvolvido.

Na década de 1970, as disparidades entre as diferentes partes do mundo pobre tornam inúteis essas cifras globais. A essa altura algumas regiões, como o Extremo Oriente e a América Latina, tinham produção superior à taxa de crescimento de suas populações, enquanto a África ficava para trás em mais de 1% ao ano. Na década de 1980, a produção de alimentos per capita do mundo pobre não cresceu de modo algum, fora do Sudeste e Leste Asiáticos (e mesmo ali alguns países produziram menos per capita que na década de 1970 — Bangladesh, Sri Lanka, Filipinas). Algumas regiões ficaram bem atrás dos níveis da década de 1970, ou até continuaram a cair, notadamente África, América Central e o Oriente Próximo asiático (Van derWee, 1987, p. 106; FAO, 1989, anexo, tabela 2, pp. 113-5).

Enquanto isso, o problema do mundo desenvolvido era que produzia tanto alimento que não sabia o que fazer com o excedente, e na década de 1980 decidiu plantar substancialmente menos, ou então (como na Comunidade Europeia) vender suas "montanhas de manteiga" e "lagos de leite" abaixo do custo, com isso solapando os produtores nos países pobres. Picou mais barato comprar queijo holandês nas ilhas do Caribe que na Holanda. Curiosamente, o contraste entre excedentes de alimentos de um lado e gente faminta do outro, que tanto revoltara o mundo durante

a Grande Depressão da década de 1930, causou menos comentário em fins do século xx. Foi um aspecto da crescente divergência entre o mundo rico e o mundo pobre que se tomou cada vez mais evidente a partir da década de 1960.

O mundo industrial, claro, se expandia por toda parte: nas regiões capitalistas e socialistas e no "Terceiro Mundo". No velho Ocidente, houve impressionantes exemplos de revolução industrial, como a Espanha e a Finlândia. No mundo do "socialismo realmente existente" (ver capítulo 13), países predomi-nantemente agrários como a Bulgária e a Roménia ganharam expressivos seto-res industriais. No Terceiro Mundo, o fato mais espetacular dos chamados "países em recente industrialização" (NICS em inglês) ocorreu depois da Era de Ouro, mas por toda parte diminuiu acentuadamente o número de países que dependentes da agricultura, pelo menos para financiar suas importações do resto do mundo. Com uma exceção (Nova Zelândia), todos estavam na África subsaariana e na América Latina (FAO, 1989, anexo, tabela 11, pp. 149-51).

A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de ma-nufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. Como vimos, a produção agrícola mundial também disparou, embora não espetaculannente. E o fez não tanto (como muitas vezes no passado) com o cultivo de novas terras, mas elevando sua produtividade. A produção de grãos por hectare quase duplicou entre 1950-2 e 1980-2 — e mais que duplicaram na América do Norte, Europa Ocidental e Leste Asiático. As indústrias de pesca mundial, enquanto isso, triplicaram suas capturas antes de voltar a cair (Worid Resources, 1986, pp. 47 e 142).

Mal se notava ainda um subproduto dessa extraordinária explosão, embora em retrospecto ele já parecesse ameaçador: a poluição e a deterioração ecológica. Durante a Era de Ouro, isso chamou pouca atenção, a não ser de entusiastas da vida silvestre e outros protetores de raridades humanas e naturais, porque a ideologia de progresso dominante tinha como certo que o crescente domínio da natureza pelo homem era a medida mesma do avanço da humanidade. A industrialização nos países socialistas foi por isso particularmente cega às consequências ecológicas da construção maciça de um sistema industrial algo arcaico, baseado em ferro e fumaça. Mesmo no Ocidente, o velho lema do homem de negócios do século xix, "Onde tem lama, tem grana" (ou seja, poluição quer dizer dinheiro), ainda era convincente, sobretudo para construtores de estradas e "incorporadores" imobiliários, que descobriram os incríveis lucros a serem obtidos numa era de boom secular de especulação que não podia dar errado. Tudo que se precisava fazer era esperar que o valor do terreno certo subisse até a estratosfera. Um único prédio bem

situado podia fazer do sujeito um multimilionário praticamente sem custo, pois ele podia tomar empréstimos sob a garantia da futura construção, e mais empréstimos ainda quando o valor desta (construída ou não, ocupada ou não) continuasse a crescer. Acabou, como sempre, havendo um crash — a Era de Ouro acabou, como os booms anteriores, num colapso de imóveis e bancos —, mas até então os centros das cidades, grandes e pequenos, foram postos abaixo e "incorporados" por todo o mundo, incidentalmente destruindo catedrais medievais em cidades como Worcester na Grã-Bretanha ou capitais coloniais espanholas como Lima, no Peru. Como as autoridades no Oriente e Ocidente também descobriram que se podia usar métodos industriais para construir rapidamente conjuntos habitacionais baratos, enchendo os arredores das cidades de prédios de apartamentos visivelmente ameaçadores, a década de 1960 provavelmente ficará como a mais desastrosa na história da urbanização humana.

Na verdade, longe de se preocupar com o meio ambiente, parecia haver motivos de auto-satisfação, pois os resultados da poluição do século xix davam lugar à tecnologia e consciência ecológica no século xx. A simples

proibição do uso do carvão como combustível em Londres, a partir de 1953, não aboliu, de um só golpe, o impenetrável/o^ tão conhecido dos romances de Dickens, que periodicamente cobria a cidade? Não havia mais uma vez, alguns anos depois, salmões nadando no outrora morto rio Tamisa? Fábricas menores, mais limpas, espalhavam-se pelo campo, em vez das vastas usinas cobertas de fumaça que antes significavam "indústria". Aeroportos substituíram as estações de estrada de ferro como a quintessência dos edifícios que representam o transporte. À medida que o campo se esvaziava, as pessoas, ou pelo menos as pessoas da classe média que se mudavam para aldeias e granjas abandonadas, podiam sentir-se mais perto que nunca da natureza.

Contudo, não há como negar que o impacto das atividades humanas sobre a natureza, sobretudo as urbanas e industriais, mas também, como se acabou compreendendo, as agrícolas, aumentou acentuadamente a partir de meados do século. Isso se deveu em grande parte ao enorme aumento no uso de combustíveis fósseis (carvão, petróleo, gás natural etc.), cujo possível esgotamento vinha preocupando os que pensavam no futuro desde meados do século xix. Descobriam-se novas fontes mais depressa do que se podia usá-las. O fato de o consumo total de energia ter disparado — na verdade triplicou nos EUA entre 1950 e 1973 (Rostow, 1978, p. 256; tabela m, p. 58) — está longe de surpreender. Um dos motivos pêlos quais a Era de Ouro foi de ouro é que o preço do barril de petróleo saudita custava em média menos de dois dólares durante todo o período de 1950 a 1973, com isso tomando a energia ridiculamente barata, e barateando-a cada vez mais. Ironicamente, só depois de 1973, quando o cartel de produtores de petróleo, a OPEP, decidiu finalmente cobrar o que o mercado podia pagar (ver p. 458), os ecologistas deram séria atenção aos efeitos da consequente explosão no tráfego movido a petróleo, que já escurecia os céus acima das grandes cidades nas partes

motorizadas do mundo, em particular na americana. A poluição da atmosfera foi, compreensivelmente, a preocupação imediata. Contudo, as emissões de dióxido de carbono que aqueciam a atmosfera quase triplicaram entre 1950 e 1973, quer dizer, a concentração desse gás na atmosfera aumentou quase 1% ao ano (Worid Resources, 1986, tabela 11.1, p. 318; 11.4, p. 319; Smil, 1990, p. 4, fig. 2). A produção de clorofiuorcarbo-nos, produtos químicos que afetam a camada de ozônio, subiu quase verticalmente. No fim da guerra, mal eram usados, mas em 1974 mais de 300 mil toneladas de um composto e mais de 400 mil de outro eram liberadas na atmosfera todo ano (Worid Resources, 1986, tabela 11.2, p. 319). Os países ricos do Ocidente naturalmente eram responsáveis pela parte do leão nessa poluição, embora a industrialização extraordinariamente suja da URSS produzisse quase a mesma quantidade de dióxido de carbono que os EUA; quase cinco vezes mais em 1985 que em 1950. (Per capita, claro, os EUA continuaram muito à frente.) Só os britânicos na verdade baixaram a taxa que registra quantidade emitida por habitante nesse período (Smil, 1990, tabela i, p. 14).

De início, essa espantosa explosão da economia pareceu apenas uma versão gigantesca do que acontecia antes; por assim dizer, uma globalização da situação dos EUA pré-1945, tomando esse país como um modelo de socialidade industrial capitalista. E de certa forma era mesmo. A era do automóvel há muito chegara à América do Norte, mas depois da guerra atingiu a Europa e mais tarde, mais modestamente, o mundo socialista e as classes médias latino-americanas, enquanto o combustível barato fazia do caminhão e do ônibus o grande meio de transporte na maior parte do globo. Se se pode medir o aumento da riqueza na sociedade ocidental pelo número de carros particulares — dos 750 mil da Itália em 1938 para os 15 milhões, no mesmo país, em 1975 (Rostow, 1978, p. 212; UN Statistical Yearbook, 1982, tabela 175, p. 960) —, podia-se reconhecer o desenvolvimento económico de muitos países do Terceiro Mundo pelo aumento do número de caminhões.

Muito do grande boom mundial foi assim um alcançar ou, no caso dos EUA, um continuar de velhas tendências. O modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias do outro lado dos oceanos, enquanto nos EUA o princípio fordista ampliava-se para novos tipos de produção, da construção de habitações à chamada junkfood (o McDonald's foi uma história de sucesso do pós-guerra). Bens e serviços antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa, como no setor de viagens a praias ensolaradas. Antes da guerra, não mais de 150 mil norte-americanos viajaram para a América Central ou o Caribe em um ano, mas entre 1950 e 1970 esse número cresceu de 300 mil para 7 milhões (US Historical Statistics, vol. l, p. 403). Os números para a Europa foram, sem surpresa, ainda mais 1 espetaculares. A

Espanha, que praticamente não tinha turismo de massa até a década de 1950, recebia mais de 44 milhões de estrangeiros por ano em fins da década de 1980, um número ligeiramente superado apenas pêlos 45 milhões da Itália (Stat. Jahrbuch, 1990, p. 262). O que antes era um luxo tomou-se o padrão do conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone. Em 1971, havia mais de 270 milhões de telefones no mundo, quer dizer, esmagadoramente na América e na Europa Ocidental, e sua disseminação se acelerava. Dez anos depois, esse número quase dobrara. Nas economias de mercado desenvolvidas havia mais de um telefone para cada dois habitantes (US Worid Social Situation, 1985, tabela 19, p. 63). Em suma, era agora possível o cidadão médio desses países viver como só os muito ricos tinham vivido no tempo de seus pais — a não ser, claro, pela mecanização que substituíra os criados pessoais.

Contudo, o que mais nos impressiona nesse período é a extensão em que o surto económico parecia movido pela revolução tecnológica. Nessa medida, multiplicaram-se não apenas produtos melhorados de um tipo preexistente,

mas outros inteiramente sem precedentes, incluindo muitos quase inimagináveis antes da guerra. Alguns produtos revolucionários, como os materiais sintéticos conhecidos como "plásticos", haviam sido desenvolvidos no período entreguerras, ou até começado a entrar em produção comercial, como o náilon (1935), poliestireno e politeno. Outros, como a televisão e a gravação em fita magnética, mal se achavam no estágio experimental. A guerra, com suas demandas de alta tecnologia, preparou vários processos revolucionários para posterior uso civil, embora um pouco mais do lado britânico (depois assumido pêlos EUA) que entre os alemães com seu espírito científico: radar, motor ajato e várias ideias e técnicas que prepararam o terreno para a eletrônica e a tecnologia de informação do pós-guerra. Sem elas o transistor (inventado em 1947) e os primeiros computadores digitais civis (1946) teriam aparecido considera-velmente mais tarde. Talvez felizmente, a energia nuclear, utilizada primeiro durante a guerra para destruição, permaneceu em grande parte à margem da economia civil, a não ser (até agora) por uma contribuição marginal para a geração de energia elétrica no mundo — cerca de 5% em 1975. Se essas inovações se basearam na ciência do entreguerras ou do pós-guerra, no pionei-rismo técnico ou mesmo comercial do período compreendido entre os conflitos, ou no grande avanço pós-1945 — os circuitos integrados desenvolvidos na década de 1950, os lasers na de 1960 ou os vários subprodutos dos foguetes espaciais —, isso pouco importa para nosso objetivo. Mais que qualquer período anterior, a Era de Ouro se baseou na mais avançada e muitas vezes esotérica pesquisa científica, que agora encontrava aplicação prática em poucos anos. A indústria e mesmo a agricultura pela primeira

vez ultrapassavam decididamente a tecnologia do século xix (ver capítulo 18).

Três coisas nesse terremoto tecnológico impressionam o observador. Primeiro, ele transformou absolutamente a vida cotidiana no mundo rico e mesmo, em menor medida, no mundo pobre, no qual o rádio podia agora, graças ao transistor e à miniaturizada bateria de longa duração, chegar às mais remotas aldeias, a "revolução verde" transformou o cultivo do arroz e do trigo, e as sandálias de plástico substituíram os pés descalços. Qualquer leitor europeu deste livro que faça um rápido inventário de seus pertences pessoais pode atestar isso. A maior parte do conteúdo da geladeira ou freezer (nenhum dos quais a maioria das casas teria tido em 1945) é novo: comida desidratada congelada, hortigranjeiros industrializados, carne recheada de enzimas e vários produtos químicos para modificar o seu gosto, ou mesmo feita por "simulação de carne de primeira sem osso" (Considine, 1982, pp. 1164 e ss.), para não falar de produtos frescos importados por avião de países muito distantes, o que teria sido impossível então.

Em comparação com 1950, o uso de materiais naturais ou tradicionais — madeira e metal tratados à maneira antiga, fibras ou estofos naturais, e mesmo a cerâmica — em nossas cozinhas, móveis e roupas pessoais baixou de ma-

neira impressionante, embora a badalação em tomo de tudo que é produzido pela indústria de higiene pessoal tenha sido tanta que obscureceu (pelo exagero sistemático) o grau de novidade de sua produção muitíssimo aumentada e diversificada. Pois a revolução tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tomou o principal recurso de venda para tudo, desde os detergentes sintéticos (que passaram a existir na década de 1950) até os computadores laptop. A crença era que "novo" equivalia não só a melhor, mas a absolutamente revolucionado.

Quanto aos produtos que visivelmente representavam novidade tecnológica, a lista é interminável, e não exige comentário: televisão; discos de vinil (os LPS surgiram em 1948), seguidos de fitas (as fitas cassete surgiram na década de 1960) e dos compact discs', pequenos rádios portáteis transistoriza-dos — este autor recebeu o seu primeiro de presente de um amigo japonês em fins da década de 1950 —, relógios digitais, calculadoras de bolso a bateria e depois a energia solar; e os eletrodomésticos, equipamentos de foto e vídeo. Um aspecto não menos significativo dessas inovações é o sistemático processo de miniaturização de tais produtos, ou seja, a portabilidade, que ampliou imensamente seu alcance e mercado potenciais. Contudo, a revolução tecnológica talvez tenha sido de igual modo simbolizada por produtos aparentemente inalterados e que desde a Segunda Guerra Mundial se transformaram de alto a baixo, como os veleiros de lazer. Seus mastros e

cascos, velas e cordames, o equipamento de navegação pouco ou nada tinham em comum com os barcos do entreguerras, a não ser na forma e função.

Segundo, quanto mais complexa a tecnologia envolvida, mais complexa a estrada que ia da descoberta ou invenção até a produção, e mais elaborado e dispendioso o processo de percorrê-la. "Pesquisa e Desenvolvimento" [R & D em inglês] tomaram-se fundamentais para o crescimento económico e, por esse motivo, reforçou-se a já enorme vantagem das "economias de mercado desenvolvidas" sobre as demais. (Como veremos no capítulo 16, a inovação tecnológica não floresceu nas economias socialistas.) O "país desenvolvido" típico tinha mais de mil cientistas e engenheiros para cada milhão de habitantes na década de 1970, mas o Brasil tinha cerca de 250, a Índia 130, o Paquistão uns sessenta, o Quénia e a Nigéria cerca de trinta (UNESCO, 1985, tabela 5.18). Além disso, o processo de inovação passou a ser tão contínuo que os gastos com o desenvolvimento de novos produtos se tomaram uma parte cada vez maior e mais indispensável dos custos de produção. No caso extremo das indústrias de armamentos, onde, reconhecidamente, o dinheiro não era problema, mal novas máquinas entravam em uso e já eram trocadas por equipamentos ainda mais avançados (e, claro, imensamente mais caros), com considerável lucro das empresas envolvidas. Nas indústrias mais voltadas para o mercado de massa, como os produtos farmacêuticos, uma droga genuinamente ' nova e necessária, sobretudo quando protegida da competição por direitos de

patente, podia fazer várias fortunas, que eram justificadas por seus produtores como necessárias para mais pesquisas. Inovadores menos protegidos tinham de ganhar dinheiro o mais depressa, pois assim que outros produtos entravam no mercado o preço despencava.

Terceiro, as novas tecnologias eram, esmagadoramente, de capital intensivo e (a não ser por cientistas e técnicos altamente qualificados) exigiam pouca mão-de-obra, ou até mesmo a substituíam. A grande característica da Era de Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores. Contudo, o ímpeto e rapidez do surto económico eram tais que, durante uma geração, isso não foi óbvio. Pelo contrário, a economia cresceu tão depressa que mesmo nos países industrializados a classe operária industrial manteve ou mesmo aumentou seu número de empregados. Em todos os países avançados, com exceção dos EUA, os reservatórios de mão-de-obra preenchidos durante a depressão pré-guerra e a desmobilização do pós-guerra se esvaziaram, novos contingentes de mão-de-obra foram atraídos da zona rural e da imigração estrangeira, e mulheres casadas, até então mantidas fora do mercado de trabalho, entraram nele em número crescente. Apesar disso, o ideal a que aspirava a Era de Ouro, embora só se realizasse aos poucos, era a produção, ou

mesmo o serviço, sem seres humanos, robôs automatizados montando carros, espaços silenciosos cheios de bancos de computadores controlando a produção de energia, trens sem maquinistas. Os seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como compradores de bens e serviços. Aí estava o seu problema central. Na Era de Ouro, isso ainda parecia irreal e distante, como a futura morte do universo por entro-pia, da qual os cientistas vitorianos haviam avisado a raça humana.

Pelo contrário. Todos os problemas que perseguiam o capitalismo em sua era da catástrofe pareceram dissolver-se e desaparecer. O terrível e inevitável ciclo de prosperidade e depressão, tão fatal entre as guerras, tomou-se uma sucessão de brandas flutuações, graças a — era o que pensavam os economistas keynesianos que agora assessoravam os governos — sua inteligente administração macroeconômica. Desemprego em massa? Onde se poderia encontrá-lo no mundo desenvolvido da década de 1960, quando a Europa tinha uma média de 1,5% de sua força de trabalho sem emprego e o Japão l ,3% (Van der Wee, 1987, p. 77)? Só na América do Norte ele ainda não fora eliminado. Pobreza? Naturalmente a maior parte da humanidade continuava pobre, mas nos velhos centros industrializados, que significado poderia ter o "De pé, ó vítimas da fome!" da "Intemationale" para trabalhadores que agora esperavam possuir seu carro e passar férias anuais remuneradas nas praias da Espanha? E se os tempos se tomassem difíceis para eles, não haveria um Estado previdenciário universal e generoso pronto a oferecer-lhes proteção, antes nem sonhada, contra os azares da doença, da desgraça e mesmo da terrível velhice dos pobres? Suas rendas cresciam ano a ano, quase automati-

ente. Não continuariam crescendo para sempre? A gama de bens e servi-oferecidos pelo sistema produtivo, e ao alcance deles, tomava antigos xos itens do consumo diário. E isso aumentava a cada ano. Que mais, em ter-|flios materiais, podia a humanidade querer, a não ser estender os benefícios já 1 desfrutados pêlos povos favorecidos de alguns países aos infelizes habitantes | de outras partes do mundo, reconhecidamente ainda a maioria da humanidade, P que não haviam entrado no "desenvolvimento" e na "modernização"?

Que problemas restavam para ser resolvidos? Um destacado político socialista britânico, extremamente inteligente, escreveu em 1956: Tradicionalmente, o pensamento socialista tem sido dominado pêlos problemas económicos colocados por capitalismo, pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade, e até a possibilidade do colapso de todo o sistema [...] O capitalismo foi reformado a ponto de ficar irreconhecível. Apesar de depressões menores ocasionais e crises de balanço de pagamento, é provável que se mantenham o pleno emprego e pelo menos um tolerável grau de estabilidade. Pode-se esperar que a automação solucione todos os problemas de subprodução existentes. Fazendo uma

previsão, nossa atual taxa de crescimento nos dará uma produção nacional três vezes maior em cinquenta anos. (Crosland, 1957, p. 517) ///

Como vamos explicar esse extraordinário e inteiramente inesperado triunfo de um sistema que, durante metade de uma vida, parecera à beira da ruína? O que exige explicação, claro, não é o simples fato de um extenso período de expansão económica e bem-estar seguir-se a um período semelhante de problemas económicos e outras perturbações. Essa sucessão de "ondas longas", de cerca de meio século de extensão, formou o ritmo básico da história económica do capitalismo desde fins do século xvm. Como vimos (capítulo 2), a Era da Catástrofe chamara a atenção para esse padrão de flutuações seculares, cuja natureza permanece obscura. São conhecidas em geral pelo nome do economista russo Kondratiev. Numa perspectiva longa, a Era de Ouro foi mais uma reviravolta ascendente na curva de Kondratiev, como o grande boom vitoriano de 1850-73 — curiosamente, as datas quase coincidem, com o intervalo de um século — e a belle époque dos vitorianos tardios e eduardianos. Como outras viradas ascendentes anteriores, foi precedida e seguida por "curvas descendentes". O que exige explicação não é isso, mas a escala e profundidade extraordinárias desse boom secular, que é uma espécie de contrapartida da escala e profundidade extraordinária da era anterior de crises e depressões.

Na verdade não há explicações satisfatórias para a enorme escala desse Grande Salto Adiante da economia mundial capitalista, e portanto para suas

consequências sociais sem precedentes. Naturalmente, outros países tinham condições de se equipararem à economia modelo de sociedade industrial de inícios do século xx, a dos EUA, um país que não fora devastado por guerra, derrota ou vitória, embora ligeiramente abalado pela Grande Depressão. Outros países tentaram sistematicamente imitar os EUA, um processo que acelerou o desenvolvimento económico, uma vez que sempre é mais fácil adaptar-se a uma tecnologia existente do que inventar uma nova. Isso poderia vir depois, como demonstraria o exemplo japonês. Contudo, havia mais no Grande Salto do que apenas isso. Havia uma substancial reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço bastante espetacular na globalização e internacionalização da economia.

A primeira produziu uma "economia mista", que ao mesmo tempo tomou mais fácil aos Estados planejar e administrar a modernização económica e aumentou enormemente a demanda. As grandes histórias de sucesso económico em países capitalistas no pós-guerra, com raríssimas exceções (Hongkong), são histórias de industrialização sustentadas, supervisionadas, orientadas e às vezes planejadas e administradas por governos: da França e Espanha na Europa a Japão, Cingapura e Coreia do Sul. Ao mesmo tempo, o compromisso político de governos com o pleno emprego e — em menor medida — com redução da desigualdade económica,

isto é, um compromisso com a seguridade social e previdenciária, pela primeira vez proporcionou um mercado de consumo de massa para bens de luxo que agora podiam passar a ser aceitos como necessidades. Quanto mais pobres as pessoas, maior a proporção da renda que têm de gastar em produtos essenciais, como comida (uma observação sensata conhecida como "Lei de Engeis"). Na década de 1930, mesmo nos ricos EUA, cerca de um terço dos gastos domésticos ainda se destinava à comida, mas no início da década de 1980 esse índice era de apenas 13%. O resto ficava disponível para outras despesas. A Era de Ouro democratizou o mercado. ^
A segunda multiplicou a capacidade produtiva da economia mundial, tornando possível uma divisão de trabalho internacional muito mais elaborada e sofisticada. De início, isso se limitou em grande parte ao conjunto das chamadas "economias de mercado desenvolvidas", ou seja, os países do campo americano. A maior parte do mundo socialista estava dividida (ver capítulo 13), e os países em desenvolvimento mais dinâmicos no Terceiro Mundo, na década de 1950, optaram pela industrialização segregada e planejada, substituindo sua própria produção pela importação de manufaturas. Os países que compunham o núcleo do capitalismo ocidental comerciavam, é claro, com o mundo de além-mar, e com grande vantagem, pois os termos de comércio os favoreciam — ou seja, podiam obter matérias-primas e alimentos mais baratos. Mesmo assim, o que de fato explodiu foi o comércio de produtos industrializados, sobretudo entre os países centrais industriais. O comércio mundial de manufaturas multiplicou-se por mais de dez em vinte anos após 1953. Os fabricantes, que com-

unham uma fatia constante do comércio mundial desde o século xix, de pou-o menos da metade, agora disparavam para mais de 60% (W. A. Lewis, 1981). \ Era de Ouro continuou ancorada nas economias dos países-núcleo do capi-alismo — mesmo em termos puramente quantitativos. Em 1957, só os Sete Irandes do capitalismo (Canadá, EUA, Japão, França, Alemanha Federal, Itália Grã-Bretanha) possuíam três quartos de todos os carros de passageiros do :lobo, e uma proporção quase igualmente alta de seus telefones (UN Statistical Yearbook, 1982, pp. 955 e ss., 1018 e ss.).
Apesar disso, a nova revolução industrial não estava restrita a nenhuma região. A reestruturação do capitalismo e o avanço na internacionalização da iconomia foram fundamentais. Não é tão seguro que a revolução tecnológica xplique a Era de Ouro, embora fosse expressiva. Como foi mostrado, muito a industrialização nessas décadas deveu-se à disseminação a novos países de recessos baseados em velhas tecnologias: a industrialização de carvão, ferro - aço do século xix estendeu-se aos países socialistas agrários; as indústrias unericanas de petróleo e motores de combustão interna do século xx chegaram aos países europeus. O impacto da tecnologia gerada pela alta pesquisa na indústria civil provavelmente só se tomou substancial nas Décadas de Crise áepois de

1973, quando se deu a grande inovação na tecnologia de informação i na engenharia genética, além de vários outros saltos no desconhecido. As principais inovações que começaram a transformar o mundo assim que a guerra acabou talvez tenham sido as do setor químico e farmacêutico. Seu impacto na demografia do Terceiro Mundo foi imediato (ver capítulo 12). Os ifeitos culturais foram um pouco mais lentos, mas não muito, pois a revolução sexual no Ocidente, nas décadas de 1960 e 1970, se tomou possível em fun-;ão dos antibióticos — desconhecidos antes da Segunda Guerra Mundial — lue pareceram eliminar os grandes riscos da promiscuidade, tomando as doenças venéreas facilmente curáveis, e da pílula anticoncepcional, cuja disponibilidade se ampliou na década de 1960. (O risco, no campo sexual, ia retomar aã década de 1980, com a AIDS.)

O capitalismo do pós-guerra foi inquestionavelmente, como assinala a ;itação de Crosland, um sistema "reformado a ponto de ficar irreconhecível", au, nas palavras do primeiro-ministro britânico Harold Macmillian, uma 'nova" versão do velho sistema. O que aconteceu foi muito mais que um retor- ! ao do sistema, após alguns evitáveis "erros" do entreguerras, para seu objetivo 'normal" de "tanto manter um alto nível de emprego quanto [...] desfrutar uma • axa não desprezível de crescimento económico" (Johnson, 1972, p. 6). Essen- '^ ;ialmente, foi uma espécie de casamento entre liberalismo económico e demo- i racia social (ou, em termos americanos, política do New Deal rooseveltiano), l :om substanciais empréstimos da URSS, que fora pioneira na ideia do planeja- nento económico. Por isso a reação contra ele, dos defensores teológicos ! io livre mercado, seria tão apaixonada nas décadas de 1970 e 1980, quando